

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2011

Prestação de contas das AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13. IN/TCU 63/2010)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis nos termos dos arts. 10 e 11 da IN TCU nº 63/2010	---
II. Relatório de gestão, nos termos da decisão normativa prevista no art. 3º da IN TCU nº 63/2010, no exercício de 2010, representada pela Decisão Normativa TCU nº 107/2010	4 - 239
III. Relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada	240 - 261
▪ Parecer da unidade de auditoria interna ou do auditor interno, conforme disposto no § 6º, Art. 15 do Decreto Federal nº 3.591/2000	240 - 245
▪ Parecer de Conselho sobre as contas da unidade jurisdicionada	246-247
▪ Relatório de acompanhamento semestral e de avaliação anual dos resultados alcançados na execução de contrato de gestão	---
▪ Parecer do dirigente de órgão ou entidade supervisora de contrato de gestão	---
▪ Relatório conclusivo de instância que, de acordo com o contrato de gestão, seja responsável pela avaliação dos resultados obtidos com a execução do referido contrato	---
▪ Relatório de gestão do dirigente máximo do banco operador, se for o caso	---
▪ Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta dos fatos apurados ou em apuração pelas Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período, com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção	248-258
▪ Auditorias planejadas e realizadas pelas unidades de controle interno da própria entidade jurisdicionada, com as justificativas, se for o caso, quanto ao não cumprimento das metas previstas, e a indicação dos resultados e providências adotadas a partir desses trabalhos	259-261
Maceió, 30 de Março de 2012.	

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
IV. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno, conforme formato e conteúdo definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º deste normativo	
V. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VI. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
LOCAL/DATA	
ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL	

3. ASSESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO	
VII. Pronunciamento expresso do ministro de estado supervisor da unidade jurisdicionada, ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer do dirigente do órgão de controle interno competente sobre o desempenho e a conformidade da gestão da unidade supervisionada.	
LOCAL/DATA	
ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2011**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010 e DN TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

**CORPO DIRIGENTE I
GESTÃO (04/12/2007 a 03/12/2011)**

Ana Dayse Rezende Dorea
REITORA

Eurico de Barros Lôbo Filho
VICE-REITOR

João Carlos Cordeiro Barbirato
PRÓ-REITOR DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Anderson de Barros Dantas
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Josealdo Tonholo
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvia Regina Cardeal
PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO

Pedro Nelson Bomfim Gomes Ribeiro
PRÓ-REITOR ESTUDANTIL

Eduardo Silvio Sarmiento de Lyra
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Valéria Carneiro Lages Ressurreição
PROCURADORA GERAL

Maria José Menezes Messias
CHEFE DE GABINETE

**CORPO DIRIGENTE II
GESTÃO (04/12/2011 a 03/12/2015)**

Eurico de Barros Lôbo Filho
REITOR

Rachel Rocha de Almeida Barros
VICE-REITORA

Valmir Pedrosa de Albuquerque
PRÓ-REITOR DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Amauri da Silva Barros
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Simoni Margareti Plentz Meneghetti
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvia Regina Cardeal
PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO

Pedro Nelson Bomfim Gomes Ribeiro
PRÓ-REITOR ESTUDANTIL

Eduardo Silvio Sarmiento de Lyra
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Valéria Carneiro Lages Ressurreição
PROCURADORA GERAL

Maria José Menezes Messias
CHEFE DE GABINETE

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AG – Auditoria Geral
ANDIFES - Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
ASI – Assessoria de Intercâmbio Internacional
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECA - Centro de Ciências Agrárias
CEDU - Centro de Educação
CGU - Controladoria-Geral da União
CIED – Coordenação de Ensino e Educação à Distância
CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI - Conselho Universitário
CPO – Coordenação de Programação Orçamentária
CTEC – Centro de Tecnologia
CT-PETRO – Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural
CURA – Conselho de Curadores
DAP – Departamento de Administração de Pessoal
DBR – Declaração de Bens e Renda
DCF - Departamento de Contabilidade e Finanças
DINTER – Doutorado Interinstitucional
DN - Decisão Normativa
DRCA – Departamento de Contabilidade e Finanças
EaD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ESENFAR - Escola de Enfermagem e Farmácia
FALE - Faculdade de Letras
FAMED - Faculdade Medicina
FANUT - Faculdade de Nutrição
FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FDA - Faculdade de Direito
FEAC - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FINEP – Fundação Instituto Nacional de Pesquisa
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOUFAL - Faculdade de Odontologia
HUPAA - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Instituto de Computação
ICAT - Instituto de Ciências Atmosféricas
ICBS - Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
ICHCA - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
ICS - Instituto de Ciências Sociais
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IF - Instituto de Física
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IGDEMA - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
IM - Instituto de Matemática
IN - Instrução Normativa
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQB - Instituto de Química e Biotecnologia
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
OCC – Orçamento de Custeio de Capital

OCI – Órgão de Controle Interno
ONG - Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAESPE – Programa de Apoio às Escolas Públicas do Estado
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G – Programa de Estudante-Convênio de Graduação
PET - Programa de Educação de Tutorial
PI – Pesquisador Institucional
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE - Plano Nacional de Educação
PPA - Plano Plurianual
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PROEST - Pró-Reitoria Estudantil
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
PROGINST - Pró-Reitoria de Gestão Institucional
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPEP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEE – Secretaria de Estado de Educação
SESu – Secretaria de Educação Superior
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SINFRA - Superintendência de Infraestrutura
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SisUAB – Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil
SMSM - Secretaria Municipal de Saúde de Maceió
SUS - Sistema Único de Saúde
TCU - Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UA - Unidade Acadêmica
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UG – Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO (ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 108 DE 24/11/2010)	15
1.1 INTRODUÇÃO	16
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ (ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	18
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	18
2.1.1 Competência Institucional.....	18
2.1.2 Objetivos Estratégicos.....	20
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	22
2.2.1 Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade.....	22
2.2.2 Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício 2011	27
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	59
2.3.1 Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.....	60
2.3.1.1 Principais Ações do Programa 0073	61
2.3.2 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	62
2.3.2.1 Principais Ações do Programa 0089	63
2.3.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo	63
2.3.3.1 Principais Ações do Programa 0750	64
2.3.4 Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	68
2.3.4.1 Principais Ações do Programa	68
2.3.5 Programa 1060 – Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	69
2.3.5.1 Principais Ações do Programa 1060	70
2.3.6 Programa 1061 – Brasil Escolarizado	71
2.3.6.1 Principais Ações do Programa	71
2.3.7 Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	73
2.3.7.1 Principais Ações do Programa	74
2.3.8 Programa 1067 – Gestão da Política de Educação.....	76
2.3.8.1 Principais Ações do Programa 1067	76
2.3.9 Programa 1073 – Brasil Universitário.....	81
2.3.9.1 Principais Ações do Programa 1073	81
2.3.10 Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	92
2.3.10.1 Principais Ações do Programa 1375	92
2.3.11 Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania.....	96
2.3.11.1 Principais Ações do Programa 1377	96
2.3.12 Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).....	97
2.3.12.1 Principais Ações do Programa	97
2.3.13 Programa 1448 – Qualidade na Escola	99
2.3.13.1 Principais Ações do Programa 1448	99
2.3.14 Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....	101
2.3.14.1 Principais Ações do Programa 6003	101
2.3.15 Programa 8028 – Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo.....	102
2.3.15.1 Principais Ações do Programa	102
2.3.16 Execução dos Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ	103
2.3.17 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	113
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	114
2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas	114
2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas	117
4. INFORMAÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	122
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	123
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	123
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	124
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	125
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UJ	126
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UJ.....	127
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	130

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO (ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	137
7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV (ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	142
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS (ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 07/2010).....	143
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ (ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	144
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS (ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	146
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS (ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	148
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ (PLANEJAMENTO DA ÁREA, PERFIL DO RH ENVOLVIDO, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS; CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	150
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010).....	153
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU (ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	154
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO (ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	202
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO (ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	213
18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	216
19. ITEM 7 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU 108/2010 (CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS).....	217
19.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES	217
19.2 RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES SOB A ÉGIDE DA LEI NO 8.958/94, DISCRIMINADO O NÚMERO DO CONTRATO OU DO CONVÊNIO, O OBJETO, O VALOR E A VIGÊNCIA E, AINDA, OS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS PERTENCENTES À IFES ENVOLVIDOS EM CADA PROJETO. (PARTE C, IEM 7 DA DN/TCU N. 108/2010).....	223
ANEXOS - RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE, SEGUNDO PREVISÃO LEGAL, REGIMENTAL OU ESTATUTÁRIA, DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011).....	1
ITEM 1: PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA OU DO AUDITOR (ITEM 1 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)	1
ITEM 2: PARECER DO CONSELHO DE CURADORES SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 2 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011) 7	
ITEM 3: PARECER DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 2 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)	8
ITEM 4: RELATÓRIO EMITIDO PELO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO (CONFORME ITEM 6 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)	9
ITEM 5: AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS PELAS UNIDADES DE CONTROLE INTERNO DA PRÓPRIA ENTIDADE JURISDICIONADA, COM AS JUSTIFICATIVAS, SE FOR O CASO, QUANTO AO NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS	

PREVISTAS, E A INDICAÇÃO DOS RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS A PARTIR DESSES TRABALHOS (ITEM 7 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011) 20

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação das Unidades Jurisdicionadas no Relatório de Gestão Consolidado....	15
Quadro II - Relação dos Dirigentes da UFAL.....	18
Quadro III - Configuração do Programa PIBID UFAL	27
Quadro IV - Configuração do Programa PET-Saúde UFAL.....	28
Quadro V - Configuração do Estágio na UFAL	28
Quadro VI - Configuração do Programa de Monitoria na UFAL.....	28
Quadro VII - Indicadores da Oferta Acadêmica do Interior.....	29
Quadro VIII - EAD UFAL 2011	30
Quadro IX - Dados da Mobilidade UFAL	31
Quadro X - Avaliação SINAES Cursos de Graduação	31
Quadro XI - Indicadores Gerais da Graduação da UFAL.....	32
Quadro XII - Indicadores Gerais da Pesquisa e Pós-Graduação da UFAL.....	32
Quadro XIII – Cursos de Especialização em andamento em 2011	33
Quadro XIV – Mestrados da UFAL em 2010 e 2011	34
Quadro XV – Doutorados da UFAL em 2010 e 2011	34
Quadro XVI - Conceito Capes dos Mestrados existentes em 2011	34
Quadro XVII - Conceito Capes dos Doutorados existentes em 2011	35
Quadro XVIII - Alunos matriculados em Mestrado	35
Quadro XIX - Alunos matriculados em Doutorado	36
Quadro XX - Alunos diplomados.....	36
Quadro XXI - MINTER e DINTER em andamento	36
Quadro XXII - Valores de PROAP referentes a os cursos de PG Stricto Sensu	37
Quadro XXIII - Bolsas CAPES DS.....	37
Quadro XXIV - Valores dos subprojetos do Pró-Equipamentos/CAPES	38
Quadro XXV - Bolsas recursos UFAL	39
Quadro XXVI - Bolsas Pesquisa UFAL.....	40
Quadro XXVII - Número de empresas incubadas.....	41
Quadro XXVIII – Ações por Unidade Acadêmica e Público Atingido.....	42
Quadro XXIX– PROEX e outros setores envolvidos com a extensão e público atingido	43
Quadro XXX – Ações por Área Temática.....	43
Quadro XXXI – Programas de Extensão Institucionalizados	44
Quadro XXXII – Corpo Social Envolvido das Unidades Acadêmicas.....	45
Quadro XXXIII – Corpo Social Envolvido da PROEX e de Outros Setores.....	45
Quadro XXXIV – Participantes externos	46
Quadro XXXV – Bolsas institucionais e interinstitucionais de extensão	46
Quadro XXXVI – Módulos do Curso de Especialização EDHDI	50
Quadro XXXVII – Ações Científicas e Culturais da Extensão em 2011	51
Quadro XXXVIII - Atividades dos Centros de Inclusão Digital em 2011	55
Quadro XXXIX - Indicadores Mensais da Assistência Estudantil	55
Quadro XL - Evolução Orçamentária da UFAL no período de 2000–2011	57
Quadro XLI - Detalhamento do Orçamento Inicial do Ano de 2011.....	57
Quadro XLII - Detalhamento do Orçamento Executado do Ano de 2011	58
Quadro XLIII - Evolução de Gastos Gerais da UFAL.....	58
Quadro XLIV - Relação dos Programas e Ações da UFAL no Ano de 2011	59
Quadro XLV – Dados Gerais do Programa 0073	60
Quadro XLVI – Dados Gerais da Ação 8954.....	61
Quadro XLVII– Dados Gerais do Programa 0089	62
Quadro XLVIII – Dados Gerais da Ação 0181	63
Quadro XLIX – Dados Gerais do Programa 0750	63
Quadro L – Dados Gerais da Ação 2004	64
Quadro LI – Dados Gerais da Ação 2010.....	64
Quadro LII – Dados Gerais da Ação 2011	65
Quadro LIII – Dados Gerais da Ação 2012.....	65
Quadro LIV – Dados Gerais da Ação 20CW	66
Quadro LV – Dados de Atendimentos da Perícia Oficial em Saúde	67

Quadro LVI – Dados do Setor de Vigilância e Promoção à Saúde.....	67
Quadro LVII – Dados do Setor de Serviço Social /CQVT.....	68
Quadro LVIII – Dados Gerais do Programa 0901.....	68
Quadro LIX – Dados Gerais da Ação 0005.....	68
Quadro LX – Dados Gerais da Ação 0005.....	69
Quadro LXI – Dados Gerais do Programa 1060.....	70
Quadro LXII – Dados Gerais da Ação 8526.....	70
Quadro LXIII – Dados Gerais do Programa 1061.....	71
Quadro LXIV – Dados Gerais da Ação 8429.....	71
Quadro LXV - Indicadores da Oferta dos Cursos EAD Graduação - 1º Semestre de 2011.....	72
Quadro LXVI - Indicadores da Oferta dos Cursos EAD Graduação - 2º Semestre de 2011.....	73
Quadro LXVII – Dados Gerais da Ação 8744.....	73
Quadro LXVIII – Dados Gerais do Programa 1062.....	73
Quadro LXIX – Dados Gerais da Ação 20RW.....	74
Quadro LXX – Dados Gerais da Ação 2992.....	74
Quadro LXXI – Dados Gerais da Ação 2992.....	75
Quadro LXXII – Dados Gerais do Programa 1067.....	76
Quadro LXXIII – Dados Gerais da Ação 2272.....	76
Quadro LXXIV – Dados Gerais da Ação 4572.....	77
Quadro LXXV - Relação de Eventos Internos 2011.....	78
Quadro LXXVI - Relação de Eventos Internos 2011.....	79
Quadro LXXVII – Dados Gerais do Programa 1073.....	81
Quadro LXXVIII – Dados Gerais da Ação 009E.....	81
Quadro LXXIX – Dados Gerais da Ação 09HB.....	82
Quadro LXXX – Dados Gerais da Ação 119R.....	82
Quadro LXXXI - Distribuição dos cursos de graduação do Campus do Sertão.....	83
Quadro LXXXII - Dados Gerais do Campus do Sertão.....	84
Quadro LXXXIII - Evolução do Número de Ofertas de Cursos de Graduação Presencial.....	84
Quadro LXXXIV - Evolução das Vagas da Graduação Presencial.....	84
Quadro LXXXV – Dados Gerais da Ação 1H55.....	85
Quadro LXXXVI - Evolução dos indicadores acadêmicos do Campus Arapiraca.....	85
Quadro LXXXVII - Evolução Orçamentária do Campus de Arapiraca – 2005-2011.....	86
Quadro LXXXVIII – Dados Gerais da Ação 4002.....	86
Quadro LXXXIX - Números da Assistência e Permanência Estudantil.....	87
Quadro XC – Dados Gerais da Ação 4004.....	87
Quadro XCI – Dados Gerais da Ação 4008.....	88
Quadro XCII - Análise Comparativa dos Indicadores do SIBI/UFAL.....	88
Quadro XCIII – Dados Gerais da Ação 4009.....	89
Quadro XCIV – Dados Gerais do Programa 8282.....	90
Quadro XCV - Evolução da oferta de cursos e vagas na graduação presencial da UFAL.....	92
Quadro XCVI – Dados Gerais do Programa 1375.....	92
Quadro XCVII – Dados Gerais da Ação 0487.....	92
Quadro XCVIII - Distribuição de cotas e recursos por Programa Stricto Sensu.....	93
Quadro XCIX – Dados Gerais da Ação 4006.....	94
Quadro C – Recursos PROAP.....	94
Quadro CI – Dados Gerais da Ação 4019.....	95
Quadro CII – Dados Gerais do Programa 1377.....	96
Quadro CIII – Dados Gerais da Ação 8751.....	96
Quadro CIV – Dados Gerais do Programa 1388.....	97
Quadro CV – Dados Gerais da Ação 4156.....	97
Quadro CVI – Dados Gerais do Programa 1448.....	99
Quadro CVII – Dados Gerais da Ação 6333.....	99
Quadro CVIII– Dados Gerais da Ação 8680.....	100
Quadro CIX – Dados Gerais do Programa 6003.....	101
Quadro CX – Dados Gerais da Ação 8611.....	101
Quadro CXI – Dados Gerais do Programa 8028.....	102
Quadro CXII – Dados Gerais da Ação 4377.....	102
Quadro CXIII - Identificação dos Programas da UFAL.....	103

Quadro CXIV - Execução física das Ações realizadas pela UFAL	113
Quadro CXV - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ.....	114
Quadro CXVI - Programação de Despesas Correntes.....	114
Quadro CXVII - Programação de Despesas de Capital.....	114
Quadro CXVIII - Resumo da Programação de Despesas.....	115
Quadro CXIX - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	115
Quadro CXX- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	117
Quadro CXXI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	118
Quadro CXXII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	119
Quadro CXXIII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	119
Quadro CXXIV - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	120
Quadro CXXV - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	121
Quadro CXXVI - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	122
Quadro CXXVII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	123
Quadro CXXVIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12....	123
Quadro CXXIX – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12	124
Quadro CXXX – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação em 31/12.....	124
Quadro CXXXI – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12.....	124
Quadro CXXXII – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12	124
Quadro CXXXIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12 ..	125
Quadro CXXXIV - Composição do Quadro de Estagiários.....	125
Quadro CXXXV - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores	126
Quadro CXXXVI – Cargos e Atividades Inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da UJ.....	127
Quadro CXXXVII – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional autorizados	127
Quadro CXXXVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	128
Quadro CXXXIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	129
Quadro CXL - Indicadores de Concursos de Docente	131
Quadro CXLI - Nomeações de técnico-administrativos.....	131
Quadro CXLII – Distribuição do Quadro Total de Docentes por Grau de Formação	132
Quadro CXLIII - Servidores Técnico-administrativos, por Escolaridade.....	132
Quadro CXLIV - Evolução do número de participações no programa de capacitação.....	134
Quadro CXLV - Descrição detalhada das empresas terceirizadas da UFAL	135
Quadro CXLVI- Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	137
Quadro CXLVII - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios...	141
Quadro CXLVIII - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes	141
Quadro CXLIX - Estrutura de controles internos da UJ.....	144
Quadro CL - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	146
Quadro CLI – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade das União	148
Quadro CLII – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros...	148
Quadro CLIII – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	148
Quadro CLIV - Gestão de TI da UJ.....	150
Quadro CLV - Quantitativo de servidores por cargos	151
Quadro CLVI - Quantitativo de servidores por titulação	151
Quadro CLVII - Quantitativo de servidores e bolsistas por setores	152

Relatório de Gestão 2011 - 14

Quadro CLVIII - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG.	153
Quadro CLIX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	154
Quadro CLX - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	154
Quadro CLXI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	176
Quadro CLXII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	181
Quadro CLXIII - Relatório de tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno	202
Quadro CLXIV – Declaração do Contador sobre a conformidade das demonstrações contábeis	216
Quadro CLXV – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002	219
Quadro CLXVI - Indicadores de Gestão no Período de 2007 a 2011.....	219
Quadro CLXV - Relação dos projetos geridos pela FUNDEPES pertinentes e executados pela UFAL.....	223

1. IDENTIFICAÇÃO (ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 108 DE 24/11/2010)

Quadro I - Identificação das Unidades Jurisdicionadas no Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação da República Federativa do Brasil			Código SIORG: 00244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Universidade Federal de Alagoas			
Denominação abreviada: UFAL			
Código SIORG: 00420	Código LOA: 26231	Código SIAFI: 15222	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia sob Regime Especial do Poder Executivo			
Principal Atividade: Educação Superior			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(082) 3214-1002	(082) 3214-1004	(082) 3214-1700
Endereço eletrônico: gr@reitoria.ufal.br			
Página da Internet: http://www.ufal.edu.br			
Endereço Postal: Av. Lourival de Melo Mota, S/N - Campus A. C. Simões - Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970 - Maceió – Alagoas			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA)	Ativa	00420	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração da UJ: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Lei Federal nº 3.867 que criou a Universidade Federal de Alagoas, em 25 de Janeiro de 1961. - Estatuto aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29 de Dezembro de 2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Regimento Geral aprovado pela Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE, de 16 de Janeiro de 2006.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
153037	Universidade Federal de Alagoas		
150229	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA)		

Fonte: PROGINST

1.1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL, vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição pública de educação superior, que tem a missão de produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e o bem comum.

Cumprindo hoje muitos papéis institucionais que têm se multiplicado à medida que a Instituição cresce em paralelo com o crescimento do próprio Estado, o grande desafio da UFAL é fazer com que o seu crescimento reflita cada vez mais a interação de suas atividades e de sua produção científica às difíceis realidades do Estado.

A UFAL consolidou-se como instituição universitária pluridisciplinar, criando cursos de graduação e pós-graduação, implementando a pesquisa, a extensão e vinculando-se às necessidades regionais. O objetivo maior da atual gestão é o fortalecimento da universidade, enquanto instituição pública, gratuita e inovadora, diante do quadro de mudanças, das novas dinâmicas globais e dos avanços científicos, mas considerando, no entanto, o seu compromisso com a sociedade que lhe dá suporte e contexto.

Para a UFAL, esse desafio constitui-se na capacidade de formar profissionais qualificados, realização de pesquisas de interesse social e na concretização das ações de extensão que contribuam para o desenvolvimento regional. Igualmente, a Instituição atua no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico e social e na defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Alagoas, isto tem gerado condições concretas de reafirmar seu compromisso assumido com o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Estado.

Nesse contexto, a Instituição desenvolveu as suas atividades, em 2011, constituindo-se em um referencial da educação, da ciência, da cultura e da tecnologia, por meio da capacitação profissional e da expansão do saber. Com isso, efetuou pesquisas em diversas áreas do conhecimento, promoveu a extensão em parcerias com os vários segmentos do governo, entidades e organizações da sociedade civil, participando, desta forma, ativamente do processo de desenvolvimento regional.

Nesse âmbito, apresentamos o **Relatório de Gestão 2011** aos órgãos de responsabilidade fiscal, órgãos de ensino superior, à comunidade em geral e, especialmente, à comunidade acadêmica. Dessa forma, mais do que uma peça obrigatória de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), o relatório cumpre a função de relatar à sociedade as principais atividades desenvolvidas pela UFAL.

No presente documento, são analisados os aspectos mais relevantes da gestão acadêmica e administrativa da UFAL, durante o exercício de 2011, buscando, sempre que possível, analisar o comportamento evolutivo das variáveis consideradas estratégicas no desempenho de sua atuação formal.

A elaboração deste relatório está em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), através Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Decisão Normativa TCU nº 117/2011, além da Portaria TCU nº 123/2011. Conforme tais normativas, o mesmo está estruturado em três partes: **Parte A – Conteúdo Geral; Parte B – Informações Contábeis da Gestão e Parte C – Conteúdo Específico por UJ.**

Na parte A do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constam os seguintes itens: **item 1** será feita a identificação da UFAL como unidade jurisdicionada. No **item 2** serão abordadas as responsabilidades institucionais, ressaltando o papel da UFAL na execução das Políticas Públicas; as estratégias de atuação da Universidade na condução do processo de planejamento; a gestão de programas e ações e o desempenho orçamentário e financeiro. O **item 3** referente a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos não se aplica à UJ. O **item 4** traz informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. No **item 5** serão apresentadas informações sobre recursos humanos da UJ. No **item 6** são apresentadas

informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres. No **item 7** é apresentada a declaração da área responsável, atestando que as informações referentes aos contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria estão disponíveis e atualizadas nos sistemas informatizados SIASG e SICONV. No **item 8** é apresentada informação sobre o cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas. Já no **item 9**, são apresentadas informações sobre o funcionamento do sistema e controle interno da UJ. No **item 10** serão abordadas informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras. No **item 11** são apresentadas informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, “bens de uso especial” de propriedade da União ou locação de terceiros. Já no **item 12** são apresentadas informações sobre a gestão da tecnologia da informação da UJ. O **item 13** apresenta informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal. O **item 14** referente a renúncia tributária não se aplica à UJ. No **item 15** são apresentadas informações sobre providências para dar cumprimento as determinações e recomendações do TCU. No **item 16** são apresentadas informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo Controle Interno. O **item 17** apresenta outras informações consideradas relevantes pela UJ para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Na parte B do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, constam os seguintes itens: no **item 1** é apresentado uma Declaração do Contador responsável pela UJ atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade. No **item 5** é apresentado o parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis. É necessário registrar que os itens 2, 3 e 4 da parte B do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não são aplicáveis à natureza jurídica da UJ.

Na parte C do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, consta o **item 7** específico para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, que aborda os seguintes tópicos: (1) indicadores de desempenho do TCU, seguindo as orientações dos Acórdãos nº 1.043/2006 e nº 2.167/2006, por força da Decisão nº 408/2002, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU e a (2) relação dos projetos desenvolvidos pela Fundação sob a égide da Lei nº 8.958/1994. É importante destacar que o **Anexo II** à Decisão Normativa TCU nº 110/2010 menciona os relatórios e pareceres de instâncias que, segundo previsão legal, regimental ou estatutária, devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão.

Espera-se que este documento possa traduzir ao TCU e à sociedade em geral, os esforços que a UFAL vem fazendo no sentido de se transformar em uma referência regional e nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como Instituição Multicampi e firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade alagoana. Além disso, este instrumento permitirá a UFAL refletir sobre as suas ações, permitindo a redefinição de suas diretrizes e políticas em busca da eficiência administrativa e da excelência acadêmica.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ (ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência Institucional

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL – foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961. A UFAL é uma instituição federal de educação superior pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Legislação Nacional correspondente e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Sua sede está localizada na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, nordeste do Brasil. A criação da UFAL constituiu-se pelo agrupamento das Faculdades de Direito, criada em 1933; de Medicina, criada em 1951, de Filosofia, criada em 1952; de Economia, criada em 1954; de Engenharia, em 1955; e de Odontologia, em 1957. Pode-se considerar que depois da sua criação em 1961, a UFAL teve 12 (doze) períodos de gestão dirigidos por diversos(as) reitores(as), conforme **Quadro II**.

Quadro II - Relação dos Dirigentes da UFAL

Gestão	Período	Reitor(a)
1ª gestão	1961 – 1971	Aristóteles Calazans Simões
2ª gestão	1971 – 1975	Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos
3ª gestão	1975 – 1979	Manoel M. Ramalho de Azevedo
4ª gestão	1979 – 1983	João Ferreira Azevedo
5ª gestão	1983 – 1987	Fernando Cardoso Gama
6ª gestão	1987 – 1991	Delza Leite Gitai
7ª gestão	1991 – 1995	Fernando Cardoso Gama
8ª gestão	1995 – 1999	Rogério Moura Pinheiro
9ª gestão	1999 – 2003	Rogério Moura Pinheiro
10ª gestão	2003 – 2007	Ana Dayse Rezende Dorea
11ª gestão	2007 – 2011	Ana Dayse Resende Dorea
12ª gestão	2011 - 2014	Eurico de Barros Lobo Filho

Fonte: PROGINST

Percebe-se que em cada um desses “períodos gerenciais”, a UFAL vivenciou diferentes acontecimentos que foram impulsionados por fatos externos e/ou internos à Instituição. Ao longo de sua existência, a instituição tem passado por grandes transformações. Por ser voltada à produção e disseminação do conhecimento, a UFAL tem a dimensão de sua atuação determinada pela amplitude de seus compromissos e pelo envolvimento com a sociedade alagoana. Nessa perspectiva, a Instituição procurou se integrar à sociedade, com o fim de compartilhar os problemas, os desafios e ajudar no desenvolvimento nacional, regional e local.

Seu Campus principal, A. C. Simões, está localizado em Maceió, no bairro do Tabuleiro do Martins, às margens da BR-104. Ele possui uma área total de cerca de 2.100.000 m², com 271.158,50 m² de área total construída, área coberta de 164.233,32 e 13.749,44 m² de área de Laboratório. Conta, também, com 13 unidades fora de sede para desenvolvimento de suas atividades-fins: Unidades de Apoio Acadêmico Fazenda São Luiz, Estação de Floração e Cruzamento “Serra do Ouro” e Estação Quarentenária; Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (antigo Centro de Ciências Biológicas); Usina Ciência; Espaço Cultural; Campus Delza Gitai, Campus Arapiraca (com sede na cidade de Arapiraca) e Campus Sertão (com sede na cidade de Delmiro Gouveia); Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão de Palmeira dos Índios, de Penedo, de Viçosa e de Santana do Ipanema.

A UFAL ofereceu em 2011 80 cursos de graduação presenciais (considerando as habilitações), dos quais 32 deles possuem oferta noturna, sendo 3.571 vagas diurnas e 1.622 vagas noturnas de um total de 5.193 vagas. Nos três *Campi* os cursos ficam assim distribuídos: A. C.

Simões com 53 cursos; 19 cursos no Campus do Agreste e 8 cursos no Campus do Sertão. Além dos cursos presenciais de graduação, a UFAL ofertou ainda 6 cursos de graduação na modalidade a distância (administração, administração pública, física licenciatura, matemática licenciatura, pedagogia e sistema de informação). Na pós-graduação *stricto sensu* foram oferecidos 34 cursos: 26 de mestrado e 8 de doutorado, os quais reúnem 1.356 alunos. As atividades acadêmico-administrativas da UFAL são conduzidas por 1.382 docentes (1.296 docentes efetivos e 86 substitutos ou temporários) e 1.544 técnico-administrativos, distribuídos nos três campi.

Declaração de Princípios da UFAL

No cumprimento de sua missão institucional, a UFAL norteia suas ações pelos seguintes princípios:

- a gestão democrática, transparente e descentralizada;
- a legalidade e publicidade de seus atos, moldando e legitimando sua atuação;
- a moralidade e a impessoalidade, em consonância com o interesse público;
- a eficiência e a eficácia, com foco na qualidade da prestação de serviços e na efetiva produção de resultados;
- a ética, como norteadora de toda a prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;
- a busca de mecanismos de promoção da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- a liberdade de expressão do pensamento, de criação, de difusão e socialização do saber;
- o respeito às especificidades das unidades acadêmicas; e
- o desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e sócio-econômico do Estado de Alagoas.

Declaração da Missão da UFAL

A UFAL tem por missão: produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e o bem comum.

Visão de Futuro da UFAL

A UFAL visa tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade alagoana, enfatizando a sua participação no desenvolvimento regional. Para garantir a concretização de sua visão estratégica, a UFAL deverá orientar suas ações com vistas aos desafios seguintes:

- captar recursos alternativos para implementação de uma política de desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;
- aperfeiçoar o processo de gestão democrática como condição básica para identificar, implantar e/ou consolidar as interfaces dos projetos institucionais;
- consolidar sua credibilidade na sociedade pela formação de profissionais qualificados e com capacidade crítica para intervir no contexto político-cultural e sócio-econômico, e ainda pelo atendimento às demandas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos indivíduos, dos grupos e das instituições governamentais e não-governamentais; e
- atender às demandas do processo de desenvolvimento da educação, da saúde, das ciências agrárias, da cultura e dos negócios, ampliando o papel da Universidade no desenvolvimento social e econômico local e regional.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

- Atividade fim (Ensino, Pesquisa e Extensão)

A UFAL, além de desempenhar seu papel nas atividades de ensino e pesquisa, já vêm fazendo parte do desenvolvimento econômico regional. Essa participação pode ser verificada por meio das atividades de extensão que vêm sendo organizadas de forma a viabilizar a utilização do conhecimento de docentes e discentes, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico local, regional e nacional.

Entendendo o seu papel de responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da área acadêmica, as Pró-Reitorias Acadêmicas acreditam que seus princípios e suas ações devem estar comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino ministrado pela UFAL, em todos os níveis; expandir a oferta de vagas e de novos cursos na graduação; ampliar a oferta de programas de pós-graduação; promover as atividades de pesquisa em todas as áreas do conhecimento e ampliar a integração entre a Universidade e a sociedade.

Dessa forma, compreendem que suas ações repercutem nos cursos de graduação e de pós-graduação existentes, a qualidade da pesquisa, a partir da produção científica geradas pelos docentes e discentes e a extensão, pelas ações de articulação entre o saber oriundo da Universidade e as exigências da sociedade. Para tanto, entendem que o trabalho acadêmico deve voltar-se para as efetivas necessidades e aspirações da Sociedade Alagoana, cabendo à administração estimular uma formação humanista, crítica e reflexiva.

É com tal sentido que as Pró-Reitorias Acadêmicas devem efetivar as seguintes diretrizes da atual administração da UFAL: (1) fortalecimento dos projetos pedagógicos dos cursos, visando à formação de profissionais atualizados e competentes, capazes de exercer a cidadania em toda plenitude; e (2) ampliação das fronteiras do conhecimento através de ações em diversas áreas do conhecimento, principalmente nas áreas de educação, saúde e agropecuária.

O marco referencial do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, construído pela UFAL, enfatiza um ensino que assume essa postura de construção com os discentes de um instrumental que lhes proporcione, além do domínio de conhecimentos básicos, elementos de reflexão crítica que os qualifiquem como cidadãos e profissionais capazes de atuar na transformação social. Transformação esta que ocorre a partir da geração de novos conhecimentos, por meio da investigação científica, conduzindo a caminhos e a soluções concretas para a diversidade de questões éticas, sociais, tecnológicas, de comunicação e desenvolvimento pleno que se apresentam na atualidade.

Como princípio de trabalho da atual gestão, ressalta-se a busca de intercâmbio de experiências, tanto intra e inter unidades acadêmicas, como externamente, com outras instituições que estejam preocupadas em contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Com tal sentido, deve-se buscar uma articulação com a comunidade local, de forma que a Universidade venha a ser parte integrante e elemento de aglutinação desta comunidade. Outrossim, a articulação deve estender-se ao Município e ao Estado de Alagoas.

Quanto ao intercâmbio interno, deve existir um esforço para que os produtos gerados no processo vivido na área acadêmica, tais como a produção científica, artística e cultural dos docentes e discentes faça parte de uma memória organizacional histórica e documental da Instituição e a necessidade de superar o individualismo institucional que faz com que a Universidade atue de forma dissociada, sem intercâmbios reais, nem capacidade de cooperação.

Para consecução dos objetivos gerais da Instituição no horizonte de 2008 a 2012 contidas dentro do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, as realizações prioritárias relacionadas às atividades-fim foram traçadas na forma que segue.

Para o Ensino de Graduação:

- Aprimorar o processo de ensino de graduação na UFAL;

- Expandir a oferta de vagas e dar condições de permanência dos discentes, sem o comprometimento da qualidade de graduação;
- Aperfeiçoar o sistema de ingresso e retenção de alunos, ampliando a integração com a rede pública de ensino médio;
- Implantar uma política de educação para os portadores de necessidades especiais;
- Aprimorar e ampliar o processo de ensino de graduação à distância na UFAL;
- Disseminar a prática de multimídia, teleconferência e interação didática.

Para o Ensino de Pós-Graduação:

- Buscar mecanismos de apoio aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, objetivando melhoria nos conceitos atribuídos pela CAPES;
- Estimular a criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- Fomentar a criação e a ampliação de programas de pós-graduação *lato sensu*.

Para as atividades de Pesquisa:

- Promover a pesquisa em áreas de relevância social, cultural, artística e tecnológica;
- Dar maior visibilidade à produção acadêmica da Instituição.

Para as atividades de Extensão:

- Garantir a relação da Universidade com a sociedade na busca por soluções para os problemas regionais;
- Consolidar a política de extensão da UFAL;
- Fortalecer e ampliar projetos integrados voltados ao atendimento das demandas sociais;
- Criar programa de fomento a extensão;
- Fortalecer e viabilizar parcerias envolvendo a área acadêmica e instituições públicas e privadas nacionais e internacionais;
- Ampliar a integração com a rede pública de ensino médio;
- Incentivar programas e projetos de extensão em áreas de relevância social, cultural e artística.

- Atividade meio (Gestão)

A propalada autonomia universitária prevista na Lei Maior e as profundas mudanças na macroeconomia brasileira vêm desencadeando reflexões que apontam para a necessidade de profundas mudanças comportamentais e estruturais das entidades por elas abrangidas, o que aumenta, ainda mais, a importância da atividade administrativa na sua função de viabilizar os meios e condições para consecução dos objetivos estratégicos da Instituição.

Com base no princípio de área meio, as atividades administrativas da UFAL, estão sendo delineadas para atendimento aos novos mandamentos trazidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e diante de um desejado cenário autônomo no âmbito do MEC e da ANDIFES.

Nesse sentido, as ações administrativas estão direcionadas ao compromisso de melhoria das condições de trabalho, iniciadas com o engajamento da UFAL no Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior do Ministério da Educação. Outrossim, ações paralelas de cunho social, direcionadas aos segmentos de servidores técnico-administrativos, docentes e discentes, merecerão cada vez mais, a atenção e o empenho da administração superior da UFAL, no sentido de fortalecimento daqueles que tem a nobre função de construir uma universidade pública, gratuita, humanista e de qualidade.

Para consecução dos objetivos gerais da Instituição no horizonte de 2008 a 2012 contidas dentro do seu PDI, as realizações prioritárias relacionadas às atividades meio foram traçadas na forma que segue.

Para a área de Gestão Institucional:

- Interagir de forma ágil e participativa com a comunidade universitária;
- Modernizar os procedimentos operacionais e a estrutura organizacional;
- Otimizar a captação, monitoramento e uso dos recursos orçamentários;
- Implementar e otimizar a divulgação interna e externa.

Para as atividades de Assistência ao Discente:

- Consolidar e melhorar as condições de vida dos discentes durante sua permanência na Universidade;
- Promover a integração social dos discentes.

Para a área de Recursos Humanos:

- Criar programas permanentes de capacitação e desenvolvimento de pessoal;
- Buscar mecanismos para expansão do quadro funcional e otimizar a distribuição dos recursos humanos;
- Criar e implementar programas permanentes de apoio social à comunidade interna.

Para a área de Tecnologia da Informação:

- Agilizar e racionalizar procedimentos com apoio da Tecnologia da Informação;
- Dotar a UFAL de um sistema integrado de informações;
- Dotar a UFAL de um eficiente sistema de gestão de conteúdos que evoluirá para um portal corporativo do conhecimento;
- Melhorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação da Universidade.

Para a área de Infraestrutura:

- Recuperar e redimensionar os espaços físicos da Universidade;
- Otimizar e racionalizar a infraestrutura e o uso de recursos com vistas ao atendimento das necessidades administrativas e acadêmicas;
- Recuperar e modernizar os acervos das bibliotecas;
- Redimensionar os serviços médicos do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes;
- Ajustar os espaços físicos da Universidade aos objetivos do programa de interiorização.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

No final de 2007, a UFAL elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2008-2012. Este PDI está plenamente coerente com a missão da Instituição, com a concepção de Universidade associada ao esforço da melhoria dos serviços prestados à sociedade, por meio de uma melhor utilização dos recursos disponíveis. Dessa forma, estão sendo aprofundadas e efetivadas as seguintes ações estratégicas gerais: (1) Ampliar o compromisso social da Instituição; (2) Consolidar o papel da UFAL no ensino superior de Alagoas e do nordeste brasileiro; (3) Disponibilizar soluções inovadoras no sentido de resolver os graves problemas estruturais do Estado de Alagoas, principalmente na área da educação, saúde e ciências agrárias e, (4) Promover a melhoria da qualidade do ensino na UFAL, em todos os níveis.

Em 2011, o PDI foi atualizado, enfatizando a política de EAD, importante meio para expansão que ocorre das Universidades Brasileiras, assim como proporcionar o ingresso de maior número de estudante ao ensino público de qualidade.

- Compromisso Social da Instituição

A UFAL tem reafirmado o seu compromisso social, pela expansão para o interior do Estado, pelo aumento do número de vagas na graduação e pós-graduação e, também, no seu maior impacto na atuação na extensão. A maior integração com a comunidade externa se deu, sobretudo, pelo

aumento significativo no número de projetos, cursos, eventos e prestação de serviços à comunidade e pela adoção de políticas de inclusão social e diversidade cultural.

Diante dos indicadores sociais econômicos estaduais desfavoráveis, A UFAL encontra-se diante de um desafio de exercer plenamente a sua importância estadual, tornando-se um importante agente de desenvolvimento regional. Nesse contexto, vários programas têm articulado o ensino e a pesquisa para atender demandas sociais, principalmente, nas áreas da educação, direitos humanos e saúde.

Na área da saúde, a UFAL conta com o Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA, órgão de apoio acadêmico que foi fundado em 1973, que desenvolve ações abrangendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão através da sua assistência. Nesse sentido, vem sendo reconhecido pelos diversos segmentos da sociedade alagoana como a maior instituição pública de saúde do Estado, não somente pela sua área física, de mais de 27.000 m² distribuídos em 6 (seis) pavimentos, mas também pelo seu corpo funcional, que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento. O HUPAA busca otimizar seus recursos de maneira a atingir níveis de qualidade e satisfação para seu público interno e externo. O financiamento do Hospital Universitário depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde – SUS. Seus recursos são assegurados por um convênio realizado junto ao Município de Maceió, desenvolvido e fiscalizado em acordo com um plano operativo anual que delinea as ações, os serviços, as atividades, as metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió – SMSM e o HUPAA, de acordo com as necessidades de saúde apontadas pelo gestor do Sistema Único de Saúde, considerando a realidade sanitária loco-regional, tendo sido ajustado ao perfil assistencial da unidade e aprovado pelas partes envolvidas.

O HUPAA oferece serviços referenciados pelo SUS de apoio ao diagnóstico e terapias, realizando consultas e procedimentos ambulatoriais para a sociedade alagoana. A assistência hospitalar conta com as clínicas cirúrgica, médica, obstétrica e pediátrica, Unidade de Tratamento Intensivo Adulto, Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal, Unidade de Cuidados Intermediário Neonatal e Hospital-dia. Em todos esses ambientes, contempla-se a presença do ensino e das atividades de pesquisa, uma vez que as ações de assistência desenvolvidas envolvem a participação de docentes, técnicos e alunos sejam nas consultas e procedimentos ambulatoriais, sejam no acompanhamento de internações, ou ainda, no desenvolvimento de programas específicos de atenção a pacientes.

A UFAL tem contribuído de forma efetiva na inclusão dos jovens das classes populares por meio do programa *Conexões de Saberes*. Este programa tem como característica fundamental o processo de acesso de alunos de origem popular à universidade, bem como melhorar a permanência de jovens universitários de origem popular, oferecendo a possibilidade de desenvolver a capacidade de produzir conhecimentos científicos a partir da intervenção em seu território de origem. Quatro projetos integram o programa *Conexões de Saberes* que funcionam em bairros populares no município de Maceió, a saber: projeto complementar e cidadania; o pré-vestibular comunitário; o projeto vizinhança e a organização e mobilização comunitária. O objetivo geral desses projetos foi intervir nas demandas das comunidades do entorno da UFAL, identificando os problemas e propostas resolutivas que foram potencializadas pela articulação entre os saberes populares e aqueles produzidos na academia.

A articulação dos programas *Escola Aberta* e *Conexões de Saberes* visa à realização de oficinas nas escolas da rede pública de ensino (municipal e estadual), durante os finais de semana, levando em conta que em muitas comunidades a escola é o único espaço público para lazer, esporte e mesmo para o exercício da cidadania. Por isso, o fato de ela ser mantida aberta, aos finais de semana, com oferecimento de oficinas (de artes, de esportes, de saúde, etc.), caracteriza a importância de uma formação integral para a comunidade local. Por sugestão do MEC, as oficinas realizadas pelos conexas têm como temas geradores: os direitos humanos, a leitura e o meio ambiente. Tais temas geradores são bastante amplos e por isso é possível personalizar as oficinas de acordo com a formação e com o interesse de cada conexista.

O programa *Escola Aberta* que contribui para a melhoria da qualidade da educação, para a inclusão social e a construção de uma cultura de paz. Este programa promove e amplia a integração entre escola e comunidade, as oportunidades de acesso aos espaços de promoção da cidadania e contribui para a redução das violências na comunidade escolar.

O programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes constitui um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas que instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso à permanência da população negra na UFAL. O programa está estruturado em 04 (quatro) sub-programas: (1) políticas de cotas, (2) políticas de acesso e permanência, (3) políticas curriculares e de formação de professores e (4) políticas de produção de conhecimento, coordenadas por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

É importante salientar que o Programa de *Extensão Universitária* apoia às instituições federais e estaduais de ensino superior na realização de programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social. Outro programa importante é o PAESPE que tem como objetivo a educação e a qualificação profissional, visando a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos da comunidade circunvizinha ao Campus de Maceió, por meio da implantação de um programa de formação de recursos humanos na área das ciências exatas e naturais. Como resultado deste projeto, espera-se uma melhoria da qualidade da educação básica do Estado de Alagoas, sempre posicionado negativamente nos exames nacionais que ranqueiam os alunos do Ensino Fundamental e Médio.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome celebrou convênio com o Governo de Alagoas para o fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura. A UFAL, por meio da PROEX, está inserida nessa ação, através da elaboração de propostas com vistas à potencialização do desenvolvimento local e à geração de trabalho e renda das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estão participando os professores e técnicos da UFAL, especificamente do Centro de Ciências Agrárias e do Campus de Arapiraca, principalmente da unidade de ensino e pesquisa de Viçosa, devido a natureza do programa.

A Educação em Direitos Humanos e a Segurança Pública se constituem em duas iniciativas da UFAL, consolidadas por meio de parcerias entre PROEX/Gabinete Reitoria/GEPSOJUR e o conjunto de ONGs e órgãos do Governo Federal (MEC/SECAD/MJ/FNDE/UFPB/MDH/SEEDH-PR); e do Governo Estadual (Conselho Estadual de Segurança Pública e o Gabinete Civil do Estado de Alagoas). Educação em direitos humanos e segurança pública se configuram em campos de atuação multiplicadora em diversos níveis da educação formal e não formal de cidadãos e cidadãs mais conscientes e reflexivos.

A UFAL atua, igualmente, no sentido da contribuição ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Alagoas, isto tem gerado condições concretas de reafirmar seu compromisso assumido com o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Estado.

- A UFAL e sua importância estadual

A UFAL encontra-se num momento privilegiado, tanto em termos de conjuntura externa, quanto de conjuntura interna, para consolidar, ampliar e aprofundar um processo de transformação já em curso. Os indicadores da UFAL, em geral, são ótimos em relação à média do conjunto das IFES. Após mais de três décadas de crescimento muito baixo (1970 - 2003), a UFAL, nos últimos anos (2004 - 2010), conseguiu aumento significativo na oferta de vagas no vestibular (que atualmente conta com 5.193 vagas) e, por meio de outras ações, incrementou substancialmente o número de discentes.

A presença da UFAL, no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, e extensão, representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta os piores indicadores do Brasil. Mas, ao mesmo tempo,

significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente a sua missão social neste contexto periférico de grandes limitações e precariedades. Este cenário é evidenciado por indicadores sociais e econômicos preocupantes, veja alguns deles que são apresentados a seguir:

- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: 0,677 (IPEA, 2005) – o pior do Brasil;
- Renda *per capita*: US\$ 2.332,10 (IBGE-BACEN, 2006);
- Miserabilidade: 47% da população sobrevivem com renda abaixo de R\$ 88,00 por pessoa (FGV, Mapa do Fim da Fome em Alagoas, 2003);
- 69,4% da população ativa recebem até um salário mínimo (IBGE, 2003);
- Estado com maior proporção de pobres do Brasil: 62% (IPEA, 2004); concentração de renda (Gini = 0,571), a maior do Brasil;
- 70% de seus municípios entre os 20% com menor IDH do País;
- Em 1999, sete dos dez municípios brasileiros mais pobres situavam-se em Alagoas – inclusive o mais miserável de todos, São José da Tapera, no Sertão Alagoano. Ali, a taxa de crianças mortas antes de completar um ano de vida era uma das mais altas do Brasil: 192,43 por mil crianças (ONU, 1999);
- Acesso à água encanada: 48,80% (SNIS/CASAL, 2006) a segunda menor do país; coleta e tratamento de esgoto: 30,5% (PNAD, 2005);
- Trabalho infantil não remunerado: 71,9% do total de crianças em trabalho, de 5 a 17 anos; (IBGE-PNAD, 2001);
- Analfabetismo: 25,20% (PNAD, 2008);
- Analfabetismo funcional: 38,30 (IBGE, 2008);
- Insuficiente formação/qualificação docente da rede pública municipal e estadual: 20.000 professores (CEE-AL/Gazeta de Alagoas, 22/02/2004);
- Ensino Básico – número de matriculados em 2006 – 1.061.557 (INEP, 2006), nº de docentes em 2006, 40.110 (INEP, 2006);
- Ensino Superior dados de 2006 – nº de instituições: 28; cursos: 205; docentes: 3.413; técnicos: 2.414; alunos matriculados: 43.607; concluintes: 6.460; vagas oferecidas: 18.767; inscrições no vestibular: 56.687; ingressos: 16.277; média de anos de estudo na faixa entre 19 e 59 anos 6,22 (INEP, 2006).

Entretanto, trata-se de um dos menores Estados brasileiros com 27.818,5 km² e 3.037.103 habitantes (IBGE, 2008), fato que poderia beneficiá-lo, por sua menor escala física de problemas. Além disso, apresenta grandes potencialidades naturais (patrimônio ambiental), sociais (diversidade, patrimônio cultural, população cordial e trabalhadora) e econômicas (recursos naturais, agroindústrias, razoável infraestrutura física). São potencialidades pouco ou inadequadamente exploradas, revelando um quadro persistente de exclusão social, econômica e política, marcado, especialmente, pelo baixo grau de escolaridade e baixa qualificação profissional dos seus habitantes, o que reforça a falta de oportunidades para a maioria e ressalta o papel da educação como estratégia de mudança.

Com um histórico herdado da sociedade rural, colonial e pós-colonial, caracterizado pela profunda hostilidade às manifestações críticas do pensamento, Alagoas vivenciou, a partir da criação da UFAL, a difícil, mas exitosa, construção de um inédito espaço aberto à difusão de idéias renovadas, formação de quadros técnicos e lideranças, e incubação de práticas importantes para dinamismo da economia e da cultura.

A grande e imensurável contribuição que a UFAL tem dado para alavancar o desenvolvimento de Alagoas está focada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- (1) A expansão e a democratização do acesso a educação superior pública de qualidade;
- (2) Formação de quadros críticos e competentes nas diversas áreas do conhecimento humano;
- (3) Produções científicas que visem disponibilizar soluções inovadoras no sentido de resolver os graves problemas estruturais do Estado, principalmente na área da educação, saúde e ciências agrárias. Isto já pode ser constatado pelos inúmeros projetos de extensão e

de pesquisa, aprovados por órgãos de financiamento externo, que tem como objeto resolver questões locais e regionais nas diversas áreas do conhecimento humano;

(4) Ampliação do compromisso social da Instituição ao relacionar a sua missão de formação profissional e de produção de conhecimentos, à prospecção e à crítica, mas, sobretudo, à capacidade de induzir transformações positivas no seu contexto. A missão maior da Universidade é formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento social.

- A UFAL e seu processo de interiorização

A gestão da professora Ana Dayse Rezende Dorea elegeu como principal objetivo o fortalecimento, enquanto instituição pública, gratuita e inovadora, considerando, sobretudo, o comprometimento com a sociedade que lhe dá suporte e contexto.

Neste sentido, a partir de maio de 2004, a UFAL iniciou estudos para a elaboração de seu projeto de interiorização, que veio a concretizar-se em 15 de setembro de 2006, quando foi ministrada a aula inaugural de seu Campus de Arapiraca, cuja sede se localiza no município de Arapiraca, segundo em importância econômica e cultural do Estado. Iniciava-se, assim, a sua primeira experiência de interiorização, na modalidade de ensino presencial, conduzida de forma inovadora, associando os interesses do Governo Federal (Programa de Expansão da Educação Superior Pública, MEC/SESu) e os de sua política de gestão institucional, referente ao quadriênio 2003-2007.

O Campus de Arapiraca veio constituir a primeira etapa da expansão interiorizada da Universidade, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Superior Pública do Ministério da Educação. A presença da UFAL, no agreste alagoano, resultou em relevante transformação positiva dessa sub-região que pôde ser percebida desde o início, na medida em que aí serão produzidos formação superior, competência, conhecimento, novas oportunidades e demandas.

Em 2007, o Decreto nº 6.096/97 instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – com a proposta de criar condições para a ampliação do acesso (e permanência) dos estudantes aos cursos de graduação, agregando-lhes maior qualidade e maximizando o aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema federal de ensino.

A UFAL se manifestou apresentando seu projeto de adesão ao REUNI, nele incluindo a segunda etapa do projeto de interiorização a implantação no Campus do Sertão, categorizado como campus fora de sede no município de Delmiro Gouveia e sua unidade acadêmica, também, fora de sede, no município de Santana do Ipanema. Ambos aprovados pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Universitário – CONSUNI. Com essa iniciativa, a UFAL chega ao sertão alagoano com cursos de graduação voltados à população de 27 municípios da região.

Em 2010, o Campus do Sertão da UFAL foi implantado, ofertando 560 vagas nos seus 8 cursos de graduação. Em Delmiro Gouveia, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Pedagogia, Letras/Língua Portuguesa (licenciatura), História (licenciatura) e Geografia (licenciatura), todos com 80 vagas divididas em 2 entradas por ano. Os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis ofereceram inicialmente cada um 40 vagas na Unidade de Ensino de Santana do Ipanema. Em 2011 os cursos da Unidade de Ensino de Santana ofereceram 80 vagas, o que fez o Campus do Sertão chegar a um total de 640 vagas. Nesse Campus os cursos enfatizaram as questões referentes à formação de professores (em complementaridade com os cursos de licenciatura do Campus de Arapiraca, já instalado), às grandes estruturas de engenharia e seus impactos, à produção de hidroeletricidade, à contabilidade e o desenvolvimento econômico sustentável, considerando, especialmente, a dimensão ambiental no contexto do sertão.

É necessário ressaltar que o projeto de interiorização da UFAL está causando profundo impacto no desenvolvimento sócio-político, econômico e cultural do Estado de Alagoas – consideradas todas as suas sub-regiões.

2.2.2 Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício 2011

Neste tópico, serão apresentados os objetivos e prioridades definidos pela gestão para o exercício de 2011 e o conjunto de decisões operacionais em relação às atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil) bem como na área da gestão orçamentária.

- Ensino de Graduação

O ensino de graduação da Universidade Federal de Alagoas, no ano de 2011, apresentou novas conquistas, em especial no que diz respeito à ampliação do acesso, capacitação dos Colegiados, implantação de núcleos docentes estruturantes, reconhecimento e avaliação de cursos. Isso, entre outros aspectos, tem levado aos cursos de graduação alcançar novos patamares de qualidade.

Ampliação do acesso aos cursos de graduação da UFAL

De 2010 para 2011 foram implantados 7 (sete) novos cursos. No Campus A. C. Simões foi iniciada a oferta dos cursos de Design, Engenharia do Petróleo, Engenharia da Computação e Química Industrial e Tecnológica, sendo este último ofertado no turno noturno. No Campus Arapiraca foi iniciada a oferta dos cursos de Administração Pública, Pedagogia e Letras – Português, todos com oferta noturna. Já no Campus do Sertão foram ampliadas vagas nos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. A contabilização final do aumento da oferta representou 400 (quatrocentas) novas vagas.

A maioria desses cursos apresentou uma oportunidade inovadora para Alagoas, reforçando a atuação tecnológica da Universidade. Juntando-se a isso, a oferta representou uma contribuição para formação de quadros que atuarão na gestão pública e no ensino básico, áreas tão carentes para o Estado.

De uma maneira geral a UFAL passou de 4.793 (quatro mil, setecentos e noventa e três) para 5.193 (cinco mil, cento e noventa e três) vagas, entre 2010 e 2011, o que equivale a um acréscimo percentual de aproximadamente 8,35% (oito, trinta e cinco por cento).

Funcionamento dos Cursos de Graduação

A criação de canais de comunicação é de fundamental importância para que as políticas de graduação sejam executadas no dia a dia e que as demandas feitas pelas Coordenações de Cursos possam ser atendidas. Com uma estrutura de funcionamento multicampi as reuniões com os Colegiados deixaram de ser centralizadas na capital. Assim, o Fórum dos Colegiados de Cursos passou a ser segmentado com reuniões ampliadas na capital e reuniões específicas no Campus Arapiraca e no Campus do Sertão. Além das 12 (doze) reuniões mensais feitas na sede, ocorreram 6 (seis) reuniões nos espaços interiorizados da UFAL.

Corroborando para o bom funcionamento dos cursos, vários encontros foram proporcionados, seja pela disponibilidade da Pró-Reitoria de Graduação para agendamentos na sede, seja pela ida da equipe ao local de funcionamento dos cursos para tratar de assuntos específicos.

Quanto aos programas especiais que potencializam os projetos pedagógicos dos cursos, pode-se relatar que em 2011 a UFAL aprovou, junto ao MEC, a sua terceira fase do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), incluindo assim 3 (três) novos cursos de licenciatura: História, Filosofia e Ciências Sociais. Com essa ação foi possível contemplar o PIBID em todos os Campi da UFAL, conforme quadro abaixo.

Quadro III - Configuração do Programa PIBID UFAL

CAMPUS	CURSO PARTICIPANTE DO PIBID
A. C. Simões	Matemática, Química, Física, Biologia, História Filosofia e Ciências Sociais.
Arapiraca	Matemática, Química e Física.

Sertão	História e Letras.
--------	--------------------

Fonte: PROGRAD

Na linha dos programas especiais a UFAL atuou em diversas ações:

- A UFAL conta atualmente com 12 (doze) Programas de Educação Tutorial (PET). Esses são os de Economia, Engenharia Civil, Letras, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Engenharia Ambiental, Conexões Serviço Social Maceió, PAESPE, Química, Conexões Serviço Social Arapiraca, Engenharia de Pesca e Engenharias. De um total de 156 (cento e cinquenta e seis) pessoas envolvidas, 12 (doze) são Tutores e 144 (cento e quarenta e quatro) são alunos de graduação dos 3 (três) Campi;
- O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) foram pilares importantes para a reformulação pedagógica dos cursos da área de saúde, permitindo inclusive a inovação curricular. Parecido com o formato do PIBID e do PRODOCÊNCIA, o PRÓ-SAÚDE financiou ações de melhorias nos PPP's e compras de equipamentos (para os cursos e para locais de acolhimento do aluno). No ano de 2011 a UFAL aprovou o PET Saúde Mental junto ao Ministério da Saúde. Atualmente a atuação dos Programas está descrita conforme o quadro abaixo.

Quadro IV - Configuração do Programa PET-Saúde UFAL

PET-Saúde	Cursos	Cidades
Saúde da Família (2009)	Medicina, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Farmácia e Serviço Social.	Maceió, Arapiraca, Penedo e Palmeira dos Índios.
Vigilância em Saúde (2010)	Enfermagem, Nutrição e Medicina.	Maceió e Arapiraca.
Saúde Mental (2011)	Medicina, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Farmácia e Serviço Social.	Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios.

Fonte: PROGRAD

O crescimento da graduação e sua melhor qualificação foram reflexos também do crescimento dos estágios e das atividades de monitoria em 2011 (observar quadros abaixo).

Quadro V - Configuração do Estágio na UFAL

Estágios UFAL	2010	2011
Nº de estagiários em empresas conveniadas	2368	2760
Nº de seguros contra acidentes pessoais	1646	1906
Novos convênios formalizados para estágio	119	118

Fonte: PROGRAD

Quadro VI - Configuração do Programa de Monitoria na UFAL

Maceió	Quantidade de Monitores	
	2010	2011
Com bolsa	226	226
Sem bolsa	343	419
Total	569	645
Arapiraca	2010	2011
Com bolsa	80	80
Sem bolsa	45	42
Total	125	122
Sertão	2010	2011
Com bolsa	20	40
Sem bolsa	---	8

Total	20	48
TOTAL GERAL	714	815

Fonte: PROGRAD

O Ensino de Graduação no Interior

A aprovação do Campus Arapiraca, em 2005, e seu efetivo funcionamento em 2006, representa o atendimento de uma demanda histórica para essa instituição em relação ao agreste alagoano.

Atualmente com 19 cursos e oferta anual de 890 (oitocentas e noventa) vagas, o Campus Arapiraca iniciou suas atividades com instalações em 4 cidades. Em 2007 já eram oferecidos 11 (onze) cursos:

Arapiraca – Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia – Licenciatura, Ciência da Computação, Educação Física – Licenciatura, Enfermagem, Física – Licenciatura, Matemática – Licenciatura, Química – Licenciatura e Zootecnia;

Penedo – Turismo e Engenharia de Pesca;

Palmeira dos Índios – Serviço Social e Psicologia;

Viçosa – Medicina Veterinária.

Ainda em 2007, é aprovada a entrada da Universidade ao Programa de Reestruturação e Expansão da UFAL, que efetiva a implantação, em 2010, do Campus do Sertão, com oferta de 640 vagas e mais 8 novos cursos, assim distribuídos:

Delmiro Gouveia – Engenharia Civil, Engenharia de Produção, História – Licenciatura, Geografia – Licenciatura, Pedagogia e Letras Português – Licenciatura;

Santana do Ipanema – Economia e Ciências Contábeis.

Em 2011 mais 3 (três) novos cursos são implantados no interior, objeto da adesão ao REUNI. Aproveitando a infraestrutura e a demanda já existentes esses cursos foram ofertados no turno da noite.

Arapiraca – Administração Pública, Pedagogia e Letras – Português.

Quadro VII - Indicadores da Oferta Acadêmica do Interior

Indicador	2010	2011
Vagas ofertadas no interior	1.480	1.680
Vagas noturnas ofertadas no interior	200	400
Número de cursos no interior	26	29
Número de cursos noturnos no Interior	3	7

Fonte: PROGRAD

Aproveitando a necessidade de inovação já apresentada pela nova gestão desde 2004, uma nova perspectiva pedagógica foi construída e adotada para a expansão rumo ao interior. Os projetos pedagógicos do interior trazem em comum uma estrutura agrupada em 6 Eixos Temáticos e estruturada em módulos. Os eixos temáticos são: agrárias, educação, gestão, humanas, saúde e tecnológicas. Por outro lado, os módulos são constituídos de: Tronco Inicial (discussão crítica de conhecimentos referentes a: realidade local e global, ciência e não-ciência, instrumentos); Tronco Intermediário (conteúdo instrumental, interdisciplinar e de síntese, comum aos cursos de cada Eixo Temático); Tronco Profissionalizante (conteúdo objetivo, direto, profissionalizante, específico da formação graduada final). De maneira matricial, os módulos perpassam os eixos.

A proposta implementada traz no seu bojo algumas das preocupações já apontadas pelo Ministério da Educação (MEC): a superação da precocidade dos estudantes; e, a ampliação da mobilidade acadêmica interna, como forma de flexibilização curricular. Os primeiros resultados avaliativos tem sido animadores quanto ao alcance dos objetivos pretendidos na formação. Os cursos estão sendo reconhecidos pela Secretaria de Regulação do MEC, com maioria apresentando conceito 4, numa escala de 1 a 5 (onde 5 representa conceito de excelência).

O alcance desse projeto tem reflexo em mais de 70 municípios, considerando os dados relativos à origem do aluno, espalhados na Sede, cidade de Arapiraca, e nas Unidades de Ensino Fora da Sede, instaladas nas cidades de Penedo, Palmeira dos Índios e Viçosa.

Ensino de Graduação na Modalidade a Distância

Entre o período de 2004 a 2011 a UFAL tem se consolidado para o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) para a dimensão do ensino de graduação. Apesar das experiências anteriores obtidas através do Centro de Educação (CEDU), o avanço nessa área se deu a partir de 2005, com a criação da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED). A partir daí a UFAL implantou uma série de projetos que vêm moldando a institucionalização da modalidade a distância, bem como a potencialização do processo de ensino-aprendizagem, na modalidade presencial. Esses projetos foram o Curso Piloto de Administração e a adesão à Universidade Aberta do Brasil, em 2006. Em 2007 a oferta continua dos cursos de Pedagogia, Física – Licenciatura e Sistema de Informação. Em 2009 a oferta dos Cursos de graduação em Administração Pública e Matemática – Licenciatura. Por fim, em 2010, a aprovação do Curso de graduação em Geografia – Licenciatura, que ainda está por ser implementado.

A CIED conduziu três ações muito importantes para estruturação da oferta de cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão. A primeira delas foi a capacitação de todos os professores e tutores que atuaram nesses cursos, num total de 320 (trezentas e vinte) pessoas. A segunda foi o desenvolvimento da ferramenta virtual de aprendizagem (ferramenta Moodle no caso da UFAL), onde de fato o processo de ensino e aprendizagem acontece. Por fim, tem atuado no assessoramento da gestão dos cursos e na produção do material específico para a modalidade.

Quadro VIII - EAD UFAL 2011

Nº de cursos de Graduação	06
Nº de alunos em cursos de Graduação	2.976
Nº de tutores	210
Nº de professores	121
Nº de professores capacitados	120
Nº de tutores capacitados	200
Nº de Pólos	08

Fonte: SISUAB/MEC e CIED/UFAL

O relato dos professores que atuam na modalidade a distância tem sido significativo para a reflexão de algumas práticas pedagógicas no ensino presencial. Alguns colegiados de curso, inclusive, já revisaram os seus PPP's para possibilitar até 20% (vinte por cento) da sua oferta nessa modalidade.

Mobilidade Local, Nacional e Internacional

A mobilidade tem se constituído em uma ferramenta poderosa. Primeiro ela permite a flexibilização curricular do aluno. Segundo ela faz com que os colegiados de curso reflitam quanto ao grau de aderência dos seus Projetos Políticos Pedagógicos em relação a outros, inclusive os internacionais. Por fim, o aluno, quando retorna, traz algum tipo de *feedback* com relação ao seu nível de dificuldade quando esteve fora.

Quadro IX - Dados da Mobilidade UFAL

Indicador	2009	2010	2011
Bolsas de estudo para intercâmbio de alunos da Graduação	18	42	50
Alunos em programas internacionais sem bolsa	25	40	09
Convênios com IES nacionais	57	57	57
Convênios com IES Estrangeiras	27	34	42
Alunos Visitantes Acolhidos	09	20	23
Alunos PEC-G	51	09	59

Fonte: PROGRAD e ASI.

Observando o quadro anterior é possível constatar o esforço que a UFAL tem feito para ampliação constante dos diversos indicadores, tanto no sentido de enviar quanto de receber alunos de graduação.

Avaliação dos Cursos de Graduação

O gráfico e o quadro abaixo mostram, de maneira geral, uma melhoria na avaliação dos cursos. Além das revisões dos Projetos Políticos Pedagógicos e novas contratações de professores, oriundas do processo REUNI, o período foi caracterizado por um melhor acompanhamento do setor de avaliação dos cursos. Foi possível realizar diversos encontros de capacitação e conscientização do processo avaliativo do INEP, houve a implantação de vários Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) nos cursos e, por fim, a reestruturação do Setor de Pesquisador Institucional (PI).

Quadro X - Avaliação SINAES Cursos de Graduação

Cursos Bacharelados	Conceito do Ciclo Avaliativo Divulgado Anterior a 2010/2011	Conceito do Ciclo Avaliativo Divulgado em 2010/2011	Campus
Administração	4	4	Maceió
Agronomia	2	3*	Maceió
Biblioteconomia	2	3	Maceió
Ciências Contábeis	2	3	Maceió
Ciências Econômicas	2	3*	Maceió
Com. Social - Jornalismo	1	3**	Maceió
Com. Social - Rel. Públicas	1	3*	Maceió
Direito	4	4*	Maceió
Ed Física	4	4**	Maceió
Enfermagem	5	4	Maceió
Farmácia	4	4	Maceió
Medicina	4	5	Maceió
Música Canto	2	3	Maceió
Nutrição	3	4**	Maceió
Odontologia	4	4	Maceió
Psicologia	4	4	Maceió
Serviço Social	4	3	Maceió
Zootecnia	2	3*	Maceió
Administração	-	3	Arapiraca
Agronomia	-	4	Arapiraca
Arquitetura e Urbanismo	-	4**	Arapiraca
Biologia Licenciatura	-	4**	Arapiraca
C. Computação	-	4**	Arapiraca
Ed. Física Licenciatura	-	4**	Arapiraca
Enfermagem	-	4**	Arapiraca
Engenharia de Pesca	-	Não avaliado	Arapiraca
Física Licenciatura	-	4**	Arapiraca
Matemática Licenciatura	-	3**	Arapiraca
Medicina Veterinária	-	Avaliação não conclusa	Arapiraca
Psicologia	-	4**	Arapiraca

Química Licenciatura	-	3**	Arapiraca
Serviço Social	-	5	Arapiraca
Turismo	-	4**	Arapiraca
Zootecnia	-	3	Arapiraca

Fonte: PROGRAD. As notas tem como base inicial o ENADE. * Uso do Conceito Preliminar de Curso – CPC – em substituição do ENADE. ** Uso do conceito gerado pelo relatório da visita in loco em substituição ao ENADE ou CPC.

Outros Indicadores da Graduação

O **Quadro XI** mostra os principais indicadores de graduação da UFAL.

Quadro XI - Indicadores Gerais da Graduação da UFAL

Indicadores	2010	2011
Nº de Alunos com Matrícula Vínculo	702	504
Nº de Alunos Matriculados*	20.766	20.953
Nº de Vagas no PSS (Maceió)	3.503	3.663
Nº de Vagas no PSS (Arapiraca)	770	890
Nº de Vagas no PSS (Campus do Sertão)**	560	640
Nº de Cursos Diurnos	64	68
Nº de Cursos Noturnos	26	32
Nº de Alunos – Reopção	104	129
Nº de Alunos – Equivalência	---	---
Nº de Alunos – Transferência	13	35
Nº de Alunos – Reingresso	81	70
Nº de Alunos Diplomados ****	1.726	2.022

Fonte: NTI/DRCA/COPEVE/PROGRAD. * Matriculado pelo menos em uma disciplina; ** Campi criado em 2010.*** Dado validado. **** Somatório de Concluintes Integralizados e Formatura.

- Pesquisa e Pós-Graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEP, criada em 1981, é a instância acadêmica e administrativa da UFAL que tem por função primordial articular as atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico da instituição e do Estado de Alagoas.

Com base nessas premissas, a política de pós-graduação e pesquisa da UFAL está plenamente coerente com a missão da Universidade Brasileira. Essa missão é caracterizada por: (1) ações, objetivos e metas formuladas em conformidade com a potencialidade disponível em termos de recursos humanos e materiais; e (2) estágio atual da pesquisa científica e tecnológica e sua inserção nas linhas consideradas estratégicas para o fortalecimento da Instituição. A realização dessa missão visa dotar a UFAL de dimensão compatível com os modernos avanços do conhecimento e com capacidade para contribuir para o suprimento das necessidades regionais, nacionais e internacionais.

Durante o ano de 2011, a PROPEP consolidou as ações já existentes e buscou iniciar novas ações, perseguindo uma política de desenvolvimento e de qualificação/captação de pessoal, no que diz respeito à pesquisa e à pós-graduação, para responder positivamente às metas que levem a Universidade à inclusão, expansão e inovação. O **Quadro XII** mostra os principais indicadores da pesquisa e pós-graduação da UFAL

Quadro XII - Indicadores Gerais da Pesquisa e Pós-Graduação da UFAL

Indicadores	2010	2011	% aumento
Alunos matriculados – Especialização	1.166	1.591	36,4%
Alunos matriculados – Mestrado	838	1.104	31,7%
Alunos matriculados – Doutorado	174	255	46,6%
Cursos de Especialização	07	16	128,6%
Programas de Mestrado	23	26	13,0%

Programas de Doutorado	06	08	33,3%
Total de Grupos de Pesquisa	252	263	4,4%
Bolsa Concedida Iniciação Científica CNPq/UFAL/FAPEAL	495	505	2,0%
Bolsa Inovação Tecnológica CNPq/UFAL	36	44	22,2%

Fonte: PROPEP

Cursos *Lato Sensu*

Estes cursos atenderam a uma demanda reprimida da sociedade alagoana, cada vez mais ávida por formação continuada com foco em habilidades voltadas para a academia e para o mercado de trabalho.

Estas oportunidades, destinadas a alunos do Campus A. C. Simões, em Maceió, também foram levadas para Arapiraca e às cidades Pólo, inseridas no projeto de interiorização da Universidade, iniciado em 2006.

Em 2011, o quadro de cursos de pós-graduação *lato sensu* em andamento na UFAL se apresenta como a seguir:

Quadro XIII – Cursos de Especialização em andamento em 2011

Curso	Ano de Início	Nº de Matriculados
Geografia: Análise Ambiental	2009	20
Gestão e Educação Ambiental	2009	51
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde	2010	12
Gestão em Saúde (EAD)	2010	259
Gestão Pública (EAD)	2010	289
Gestão Pública Municipal(EAD)	2010	256
Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde	2010	29
Ensino de Filosofia – Arapiraca	2010	15
Formação de Professores em Mídias da Educação (EAD)	2010	103
Educação em Direitos Humanos e Diversidade (EAD)	2011	425
Ensino de Arte	2011	27
Filosofia Contemporânea – Maceió	2011	13
Gestão de Desenvolvimento Universitário	2011	28
Educação Física e Cultura	2011	20
Processos Midiáticos e Novas Fórmulas de Sociabilidade	2011	32
Ciências Ambientais	2011	09
EDITAL COMPLEMENTAR		03
Total de matriculados		1591

Fonte: PROPEP

Cursos *Stricto Sensu*

No campo dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, a Universidade Federal de Alagoas avançou de forma consistente, construindo bases sólidas para a sua expansão, com qualidade, nesta área. Os indicadores mostram um crescimento que, mesmo diante de percalços inerentes ao processo de construção do conhecimento, atestam o compromisso da gestão para a formação de pesquisadores e de pessoal de alto nível.

Os números traduzem esta realidade: em 2010 a UFAL contava com 21 cursos de mestrados, sendo 20 acadêmicos e 1 profissional e 6 cursos de doutorado. Em 2011 a pós-graduação continuou sua expansão na UFAL, com a instalação de mais cinco cursos de mestrados, sendo três acadêmicos e profissionais e dois de doutorado.

O quadro Geral de 2011 da pós-graduação é assim apresentado:

Quadro XIV – Mestrados da UFAL em 2010 e 2011

Programa	2010	2011
Agronomia	X	X
Arquitetura e Urbanismo	X	X
Ciências da Saúde	X	X
Direito Público	X	X
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	X	X
Economia Aplicada	X	X
Educação	X	X
Engenharia Civil	X	X
Engenharia Química	X	X
Ensino de Ciências e Matemática (Profissional)	X	X
Física da Matéria Condensada	X	X
Letras e Linguística	X	X
Matemática	X	X
Meteorologia	X	X
Modelagem Computacional de Conhecimento	X	X
Nutrição	X	X
Química e Biotecnologia	X	X
Recursos Hídricos e Saneamento	X	X
Serviço Social	X	X
Sociologia	X	X
Zootecnia	X	X
Matemática em Rede (Profissional)		X
Enfermagem		X
Ensino na Saúde (Profissional)		X
Proteção de Plantas		X
Psicologia		X
Total de cursos	21	26

Fonte: PROPEP

No final deste ano foram aprovadas mais 3 novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, os cursos são de Mestrado Acadêmico, nas seguintes áreas: História, Informática e Agricultura e Ambiente (Campus Arapiraca). Ambos, com previsão para início de suas atividades em 2012. A UFAL, desta forma, sinaliza um crescimento significativo na história da pós-graduação em Alagoas, conforme pode ser observado.

Conceito dos Cursos

O quadro a seguir mostra a relação de cursos e seus respectivos conceitos, de acordo com a avaliação do Sistema de Pós-Graduação realizada pela CAPES apresentada no ano a que se refere este Relatório. Nela estão contidos os programas existentes, seus cursos (M – Mestrado; D – Doutorado; F – Mestrado Profissional) e seus conceitos junto a CAPES.

Quadro XVI - Conceito Capes dos Mestrados existentes em 2011

	Programa	Nível	Conceito CAPES
01	Agronomia (Produção Vegetal)	M	4
02	Ciências da saúde	M	3
03	Dinâmica do Espaço Habitado	M	4
04	Direito Público	M	3
05	Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	M	3
06	Economia	M	3
07	Educação	M	4
08	Enfermagem	M	3
09	Engenharia Civil	M	3

Quadro XV – Doutorados da UFAL em 2010 e 2011

Programa	2010	2011
Física da Matéria Condensada	X	X
Letras e Linguística	X	X
Matemática	X	X
Química e Biotecnologia	X	X
Renorbio	X	X
Materiais	X	X
Educação		X
Proteção de Plantas		X
Total de cursos	6	8

10	Engenharia Química	M	3
11	Física da Matéria Condensada	M	5
12	Letras e Linguística	M	4
13	Matemática	M	4
14	Meteorologia	M	3
15	Modelagem Computacional de Conhecimento	M	3
16	Nutrição	M	3
17	Proteção de Plantas	M	4
18	Psicologia	M	3
19	Química e Biotecnologia	M	4
20	Recursos Hídricos e Saneamento	M	3
21	Serviço Social	M	3
22	Sociologia	M	3
23	Zootecnia	M	3
24	Ensino de Ciências e Matemática	F	3
25	Ensino na Saúde	F	3
26	Matemática em Rede Nacional	F	4

Fonte: PROPEP

Quadro XVII - Conceito Capes dos Doutorados existentes em 2011

	Programa	Nível	Conceito CAPES
01	Educação	D	4
02	Física da Matéria Condensada	D	5
03	Letras e Linguística	D	4
04	Materiais	D	4
05	Matemática (associado à UFBA)	D	4
06	Proteção de Plantas	D	4
07	Química e Biotecnologia	D	4
08	Rede Nordeste de Biotecnologia (associado à UECE)	D	5

Fonte: PROPEP

Alunos Matriculados

Em 2010 a UFAL registrou 783 alunos matriculados nos diversos cursos de mestrado e 174 nos cursos de doutorado, totalizando 957 alunos matriculados no Sistema de Pós-Graduação.

A UFAL, em 2011, sinaliza um crescimento significativo de alunos matriculados nos cursos de mestrado e doutorado ofertados, conforme pode ser observado nos **Quadros XVIII e XIX** abaixo:

Quadro XVIII - Alunos matriculados em Mestrado

	Programa	Alunos Matriculados
01	Agronomia (Produção Vegetal)	41
02	Ciências da saúde	62
03	Dinâmica do Espaço Habitado	55
04	Direito Público	56
05	Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	25
06	Economia	29
07	Educação	170
08	Enfermagem	10
09	Engenharia Civil	24
10	Engenharia Química	40
11	Física da Matéria Condensada	44
12	Letras e Linguística	63
13	Matemática	21
14	Meteorologia	27
15	Modelagem Computacional de Conhecimento	59
16	Nutrição	87
17	Proteção de Plantas	12

Relatório de Gestão 2011 - 36

18	Psicologia	14
19	Química e Biotecnologia	61
20	Recursos Hídricos e Saneamento	40
21	Serviço Social	35
22	Sociologia	41
23	Zootecnia	21
24	Ensino de Ciências e Matemática	27
25	Ensino na Saúde	20
26	Matemática (em Rede Nacional)	20
	Total	1104

Fonte: PROPEP

Quadro XIX - Alunos matriculados em Doutorado

	Programa	Alunos Matriculados
01	Educação	10
02	Física da Matéria Condensada	44
03	Letras e Linguística	48
04	Materiais	9
05	Matemática (em associação com a UFBA)	15
06	Proteção de Plantas	19
07	Química e Biotecnologia	79
08	Rede Nordeste de Biotecnologia (em associação com a UECE)	31
	Total	255
	Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i>: 1359	

Fonte: PROPEP

Percebe-se um aumento de 42% no quadro geral de alunos matriculados, refletindo o empenho na qualificação profissional em Alagoas.

Alunos Diplomados

O **Quadro XX** demonstra o número de alunos nos cursos de mestrado e doutorado do UFAL que foram diplomados em 2010:

Quadro XX - Alunos diplomados

Mestrado	131
Doutorado	6
Total	137

Fonte:PROPEP

DINTER e MINTER

O objetivo da criação de MINTER's (Mestrado Interinstitucional) e DINTER's (Doutorado Interinstitucional) é contribuir para a formação de recursos humanos nas Instituições Receptoras através de cursos de pós-graduação ofertados por Programas reconhecidos e consolidados.

O **Quadro XXI** sintetiza, em 2011, a oferta e recepção da UFAL no que diz respeito a MINTER e DINTER. Vale ressaltar que todos os MINTER's têm a UFAL como instituição promotora.

Quadro XXI - MINTER e DINTER em andamento

MODALIDADE	ÁREA	INSITUIÇÕES	Nº DE ALUNOS	SITUAÇÃO
MINTER	EDUCAÇÃO	UFAL/IFPE	20	INÍCIO 08/2009

MINTER	EDUCAÇÃO	UFAL/UNEAL	25	INÍCIO 03/2009
MINTER	MODELAGEM COMPUTACIONAL	UFAL/IFSE/IFBA	20	APROVADO 12/2009
MINTER	LETRAS	UFAL/IFSE/IFBA	20	APROVADO 12/2009
DINTER	SAÚDE PÚBLICA	FIOCRUZ/UEPB/UFAL/UF CG/UNCISAL	7	INÍCIO 08/2009
DINTER	ENFERMAGEM	USP/UFAL/UFS	12-20	INÍCIO EM 2010

Fonte: PROPEP

Programas de Apoio à Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A CAPES tem sido a maior financiadora do Sistema de Pós-Graduação da UFAL, destinando recursos para Bolsas e manutenção dos Programas de pós-graduação.

Os recursos PROAP/CAPES destinados à UFAL totalizaram, nesse ano de 2011, R\$ 932.370,00 que foram destinados aos Programas e à Pró-Reitoria, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro XXII - Valores de PROAP referentes a os cursos de PG Stricto Sensu

PROGRAMAS	RECURSOS (R\$)
Rede Nordeste de Biotecnologia	32.800,00
Letras e Linguística	72.000,00
Física da Matéria Condensada	82.000,00
Química e Biotecnologia	128.000,00
Meteorologia	30.000,00
Agronomia (Produção Vegetal)	38.000,00
Educação	32.800,00
Engenharia Civil	26.000,00
Sociologia	20.000,00
Dinâmica do Espaço Habitado	34.000,00
Matemática	22.000,00
Serviço Social	20.000,00
Modelagem Computacional de Conhecimento	26.500,00
Direito Público	20.000,00
Recursos Hídricos e Saneamento	24.000,00
Nutrição	40.000,00
Engenharia Química	36.000,00
Ciências da Saúde	28.000,00
Economia Aplicada	21.000,00
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	20.000,00
Zootecnia	25.600,00
Proteção de Plantas	28.000,00
Enfermagem	19.000,00
Psicologia	19.000,00
PROPEP	87.670,00
TOTAL	932.370,00

Fonte: PROPEP

O Programa Demanda Social apóia os Cursos de Pós-Graduação da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas de Mestrado e Doutorado, somando um total de 252 bolsas de Mestrado e 101 bolsas de Doutorado. O **Quadro XXIII** apresenta a distribuição de cotas e recursos por Programa de Pós-Graduação, durante o ano de 2011.

Quadro XXIII - Bolsas CAPES DS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	Nível	Quantidades de Bolsas	
		M	D
Agronomia (produção vegetal)	M	15	---
Ciências da saúde	M	7	---

Dinâmica do espaço habitado	M	14	---
Direito	M	6	---
Diversidade biológica e conservação nos trópicos	M	8	---
Economia	M	8	---
Educação	M/D	12	5
Enfermagem	M	2	---
Engenharia civil	M	11	---
Engenharia química	M	16	---
Física da matéria condensada	M/D	21	19
Letras e lingüística	M/D	8	20
Matemática	M	6	---
Matemática (associação com a UFBA)	D	---	3
Materiais	D	---	10
Meteorologia	M	13	---
Modelagem computacional de conhecimento	M	10	---
Nutrição	M	16	---
Proteção de plantas	M/D	13	8
Psicologia	M	5	---
Química e biotecnologia	M/D	26	25
Recursos hídricos e saneamento	M	8	---
Rede nordeste de Biotecnologia (associação com a UECE)	D	---	11
Serviço social	M	8	---
Sociologia	M	8	---
Zootecnia	M	11	---
TOTAL		252	101

Fonte: PROPEP

A UFAL preparou, desde 2008, sua proposta de ações em favor dos PPG (Programas de Pós-Graduação) para o quadriênio (2009/2012), que consiste de ações integradoras, certamente alavancadas com apoio do Edital de Pró-Equipamentos/CAPES.

Foram pautados como objetivos estratégicos e justificativas os seguintes pontos: a) fortalecimento do sistema de pós-graduação, incentivando, de forma igualitária, a formação de recursos humanos e as atividades de pesquisa voltadas para as ciências básicas e aplicadas e tecnologias; b) desenvolvimento tecnológico e científico com a melhoria dos padrões sociais e Ambientais; c) incremento da produção científica e tecnológica, mediante o fortalecimento das atividades de pesquisa e pós-graduação; d) criação de novos programas de pós-graduação em áreas estratégicas, bem como o investimento na infra-estrutura de pesquisa dos programas já instalados; e) incremento das atividades de pesquisa multidisciplinar; f) divulgação das atividades de pesquisa científica; g) criação de parcerias estratégicas e consórcios com outras instituições.

A proposta do Pró-Equipamentos/CAPES da UFAL apresentada em 2011 utilizou como elemento norteador o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição e contou com a participação direta dos PPG. Foram solicitadas sugestões de equipamentos com as características de uso compartilhado que atendessem aos PPG.

Na proposta apresentada foram priorizados os equipamentos com maior uso compartilhado. O total aprovado foi de R\$ 1.080.000,00, sendo este montante dividido conforme quadro abaixo.

Quadro XXIV - Valores dos subprojetos do Pró-Equipamentos/CAPES

PPG sede do Subprojeto	Coordenador	Valor (em R\$)
Física da matéria condensada	Maria Tereza de Araujo	171.000,00
Nutrição	Cyro Rego Cabral Junior	257.000,00
Química e biotecnologia	Carmem Lucia de Paiva e Silva Zanta	192.000,00

Diversidade biológica e conservação nos trópicos	Vandick da Silva Batista	188.000,00
Psicologia	Jorge Artur P. de Miranda Coelho	197.000,00
Engenharia civil	Paulo Cesar Correia Gomes	75.000,00
TOTAL		1.080.000,00

Fonte: PROPEP

A UFAL tem se esforçado para estimular as atividades de pesquisa e pós-graduação através de seus recursos orçamentários ou próprios, visando a complementariedade dos recursos repassados através de convênios. Este programa oferece suporte financeiro para docentes e técnicos afastados, sem Bolsa CAPES, que se afastaram para cursar Pós-Graduação.

São três as modalidades de bolsa que ultrapassaram, em 2011, o valor de R\$ 383.705,82, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro XXV - Bolsas recursos UFAL

MODALIDADE DE BOLSA	RECURSO (R\$)	Valor da Bolsa
Treinamento	68.105,82*	483,02
Mestrado	121.200,00*	1.200,00
Doutorado	194.400,00*	1.800,00
TOTAL	383.705,82*	-----

Fonte: PROPEP *Valores atingidos registrados até setembro de 2011

Programas Institucionais de Bolsas

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na UFAL, é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela FAPEAL, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, e pela própria UFAL, com recursos próprios.

O CNPq delega à UFAL a seleção e o acompanhamento dos projetos de pesquisa e dos bolsistas, além da avaliação de seu desempenho. Aos estudantes são destinadas bolsas, com duração de 12 meses e valor mensal de R\$ 360,00. A gestão do programa, a cargo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, PROPEP, conta com a colaboração de docentes de outras universidades (Comitê Externo) e da própria UFAL (Comitê Interno) para os processos de seleção e avaliação. O programa tem a participação de professores de todas as unidades, constituindo estes docentes o melhor e mais eficiente elo entre a PROPEP, os pesquisadores e os bolsistas.

Despertar a vocação científica, promover participação em pesquisas e qualificar para a pós-graduação e para o setor produtivo: estes são alguns objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), iniciativa que se consolidou em seu caráter de incentivo e fomento inicial.

Em 2011, o Programa PIBIC contou com bolsas CNPq (280), FAPEAL (100) e UFAL (100), totalizando 480 bolsas. Somando-se a isso, as bolsas PIBIC – Ações Afirmativas (25) tem-se um total de 505 bolsas de iniciação científica.

Na mesma trajetória do PIBIC, o PIBIC-Ações Afirmativas diferencia-se daquele por destinar-se aos alunos cotistas. A UFAL se inscreveu neste Programa submetendo projeto de adesão, aprovado pelo CNPq. O Programa iniciou com uma cota de 22 (vinte e duas) bolsas, com valor unitário de R\$ 360,00, sendo aumentada a cota para 25 bolsas em 2011.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Acadêmica - BIA destina-se a ingressantes na Universidade que ocuparam as primeiras colocações na seleção. No Campus de Maceió é considerado, para efeito da destinação de bolsa, o primeiro colocado em cada área uma das três grandes áreas. No ano passado, inaugurou-se também a premiação ao primeiro colocado em cada grande área no sistema de cotas. Esta modalidade de bolsa também se destina aos alunos dos Campi Arapiraca e Sertão.

As bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação (PIBITI) são destinadas a instituições públicas, comunitárias ou privadas que realizam atividade de desenvolvimento tecnológico e inovação e tenham instalações próprias para tal fim. Atualmente o programa conta com 28 bolsas do CNPq e 16 bolsas da UFAL.

Quadro XXVI - Bolsas Pesquisa UFAL

Bolsas	2010	2011
Pibic	480	480
Pibic Ações Afirmativas	25	25
BIA	15	15
Pibit	36	44

Fonte: PROPEP

O CNPq divulgou edital para o programa PIBIC-EM visando a concessão de bolsas para estudantes de escolas públicas do Ensino Médio. Considerando a ação da UFAL, através da orientação de 80 alunos de programa semelhante, coordenado pela FAPEAL e da ação da PAESPE, foi submetido projeto ao CNPq, sendo concedidas 25 bolsas para 2012. Nesse projeto estão inseridas 5 escolas públicas de Maceió.

Grupos de Pesquisa

Em 2009, a UFAL contava com 213 grupos de pesquisa. Após um trabalho de estímulo à formação e consolidação do esforço empreendido por estudantes e professores, este número saltou para 253 em 2010, sinalizando aumento de 19% na estruturação de coletivos dedicados ao estudo e à pesquisa sobre temáticas diversas. Em 2011, o crescimento continua sendo assinalado, quando são contados os 263 grupos de pesquisa registrados no CNPq.

Núcleo de Inovação Tecnológica

Em quase 50 anos de existência, a UFAL não havia desenvolvido uma política sistematizada de inovação, registro de patentes e defesa da propriedade intelectual. Por isso, em 2006, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação submeteu à FINEP o projeto do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFAL (NIT/UFAL).

O projeto, com vigência 2006/2007, foi aprovado no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) com encerramento em dezembro de 2011. Através deste projeto foram realizadas capacitações da equipe do NIT, além de manter 3 bolsistas na equipe. Também foram adquiridos equipamentos de informática, mobiliário e material de consumo, e contratado um escritório de redação de patentes, para a redação de 6 patentes no ano de 2011.

Em 2011 dois Cursos de Capacitação, um em Propriedade Intelectual nível intermediário e outro em Propriedade Intelectual nível avançado, ocorreram. A participação de docentes dos campi do interior foi estimulada e concretizada nesses cursos. O objetivo era possibilitar à implantação de escritórios do NIT nos locais de atuação da UFAL.

Programas Especiais

O Programa de Empreendedorismo da UFAL tem por objetivo estimular, implementar, acompanhar e avaliar iniciativas e projetos estratégicos, tendo em vista a transformação das potencialidades da Instituição, das oportunidades e dos recursos disponíveis em desenvolvimento social, científico e tecnológico.

Duas incubadoras de empresas fazem parte do Programa de Empreendedorismo. A INCUBAL, Incubadora de Empresas de Alagoas, foi a primeira incubadora a ser instalada no Estado e reforçou a justificativa para o primeiro projeto junto à FINEP que garantiu a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica na UFAL. Outra incubadora é o Núcleo Espaço Gente – NEG (que iniciou suas atividades em 13 de abril de 2003).

Quadro XXVII - Número de empresas incubadas

MODALIDADE DE INCUBAÇÃO	Nº. DE EMPRESAS
PRÉ-INCUBADAS:	11
INCUBADAS	07
ASSOCIADAS (NÃO-INCUBADAS):	02

Fonte: PROPEP

- Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão - PROEX continuou, em 2011, sua proposta de estreitar relações entre a universidade e a sociedade, direcionando suas ações, de modo a contribuir para o desenvolvimento institucional e coletivo. Efetivou ações de interesse social, formalizou parcerias com Órgãos Governamentais, Não Governamentais e com o Setor Privado, como uma das formas de envolver cada vez mais pessoas no âmbito da universidade. Esse resultado retrata o avanço na relação teórica e metodológica das diferentes modalidades de ações, consolidadas em propósitos sólidos de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um processo de construção e ressignificação da concepção de extensão e, nesse sentido, há que se considerar, em sua trajetória:

- O conceito assumido em 1987 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, entendendo-a como "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade";
- O preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme Artigo 207 da Constituição de 1988; e,
- A efetivação do Plano Nacional de Extensão Universitária - PNEU que incorpora as definições anteriormente referidas.
- O compromisso da Universidade Federal de Alagoas que, em 2003, em seu Estatuto assume a extensão como uma das dimensões da vida acadêmica, como uma forma de vivenciar o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula.

A PROEX incorpora seus problemas e demandas a processos de produção de conhecimento e de intervenção socialmente referenciados, a fim de garantir aos grupos sociais vulnerabilizados, o acesso aos bens culturais, científicos, econômicos, artísticos, tecnológicos e vem investindo na educação em direitos humanos e segurança pública, a fim de capacitar e apropriar a sociedade do entendimento sobre os seus direitos e deveres como cidadãos.

As Unidades Acadêmicas - UAs e os setores ligados administrativamente à PROEX, Espaço Cultural, Pinacoteca Universitária, Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, Usina Ciência, Museu de História Natural, UNITRABALHO e Assessoria em Direitos Humanos e Segurança Pública – AEDHESP, produzem e coordenam várias ações no sentido de concretizar esse processo de interação e de troca com a sociedade, referenciando às necessidades das comunidades externas, privilegiando a inclusão social e a valorização de conhecimentos produzidos nesse processo de construção de saberes por uma sociedade mais justa.

Portanto, a conjugação entre os programas, projetos, cursos e eventos contribuiu para o êxito da PROEX. O processo de mobilização ao registro, incrementado pelos Programas Institucionais de Extensão e a divulgação das ações no Portal da Extensão, ampliou a visibilidade do espaço extensionista da UFAL, intensificando o apoio logístico à realização de ações das mais diversas naturezas, e fortalecendo a política de fomento por intermédio do aporte de recursos aos Programas de Extensão e de editais de bolsas. Esse último, instituiu um procedimento que possibilitou à comunidade universitária igual acesso à distribuição de bolsas, ofertadas aos alunos dos três campi da UFAL, A.C.Simões, Arapiraca e do Sertão. Conseqüentemente, viabilizou a expansão do número de alunos envolvidos nas atividades de extensão, estimulando o aumento significativo, tanto do registro das ações, quanto da demanda acadêmica pelas atividades de extensão,

favorecendo a consolidação da Extensão Universitária na UFAL, repercutindo na rede de instituições que compõem o cenário nacional.

-Indicadores das Ações de Extensão

Ações por Unidade Acadêmica

As atividades, desenvolvidas pelas UAs, mais que um trabalho acadêmico, refletem o compromisso com a produção e socialização do conhecimento. As ações de extensão, que se constituem nas modalidades de projetos, cursos, eventos, produção e publicação, totalizam 642 (Quadro XXVIII). São elaboradas e realizadas pelas Unidades Acadêmicas e pelos Núcleos Temáticos incluídos na somatória das UAs a que fazem parte. Essas ações, acrescentadas às 160 atividades realizadas pelos demais setores da UFAL, envolvidos com a Extensão e aquelas originadas e coordenadas pela PROEX (Quadro XXIX), totalizam 802 registros.

O público atingido totaliza 689.991 beneficiados pelas atividades de extensão desenvolvidas através das UAs e dos setores ligados administrativamente à PROEX, de acordo com as informações extraídas dos seus respectivos relatórios. Nesse número, também estão incluídos os dados do Programa Conexões de Saberes, do Hospital Universitário e da Escola Técnica de Artes, assim como há registros de ações coordenadas pela própria Pró-Reitoria de Extensão (Quadro XXX).

A considerar todos os envolvidos com a extensão, docentes, discentes, técnicos, externos e população beneficiada, o número atinge 693.872.

Quadro XXVIII – Ações por Unidade Acadêmica e Público Atingido

Nº	UAs	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Produção	Total	Público
1	CECA	1	8	7	3	---	19	2940
2	CEDU	1	20	3	3	---	27	4616
3	CTEC	1	3	5	4	---	13	1815
4	ESENFAR	1	23	2	2	---	28	2649
5	FALE	1	20	2	4	---	27	952
6	FAMED	1	46	4	4	---	55	21161
7	FANUT	1	12	2	2	---	17	24678
8	FAU	1	9	5	3	1	19	1360
9	FDA	1	7	1	5	---	14	9380
10	FEAC	1	19	11	10	---	41	4401
11	FOUFAL	---	2	2	---	---	4	514
12	FSSO	1	6	4	2	---	13	6320
13	IC	1	1	2	2	---	6	258
14	ICAT	1	---	---	1	---	2	100
15	ICBS	1	15	3	2	---	21	2455
16	ICHCA	1	24	12	6	---	43	3440
17	ICS	1	9	2	5	---	17	1118
18	IF	1	3	---	1	---	5	1000
19	IGDEMA	1	9	2	2	---	14	1816
20	IM	1	2	3	5	---	11	390955
21	IQB	1	1	---	2	---	4	41000
22	C.Arapiraca	3	108	17	17	---	145	28408
	UE Palmeira	1	12	2	9	---	24	3598
	UE Penedo	1	7	---	1	---	9	1150
	UE Viçosa	1	1	4	1	---	7	1030
23	C.SERTÃO	2	22	3	20	---	47	4978

UE Santana	1	3	2	4	---	10	
TOTAL	29	392	100	120	1	642	562092

Fonte: PROEX

Quadro XXIX– PROEX e outros setores envolvidos com a extensão e público atingido

Nº	Setores	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Produção	TOTAL
1	PROEX	---	5	1	5	3	14
2	HU	---	4	---	2	---	6
3	Pinacoteca	2	1	4	7	1	15
4	U. Ciência	3	6	1	9	---	19
5	MHN	1	2	0	7	---	9
6	MTB	1	5	8	14	---	27
7	Conexões	1	4	---	20	1	26
8	AEDHESP	---	2	1	1	---	4
9	UNITRABALHO	---	---	---	1	---	1
10	ETA	---	6	6	25	---	37
TOTAL		8	35	21	91	5	160
Público atingido por todos os setores: 127.899							

Fonte: PROEX

Setores: PROEX – Pró-Reitoria de Extensão (ações da Coordenação de Extensão e da Coordenação de Assuntos Culturais); HU – Hospital Universitário; Pinacoteca Universitária; Usina Ciência; MHN – Museu de História Natural; MTB – Museu Théo Brandão de antropologia e Folclore; Conexões de Saberes e Escola Aberta: Programas Institucionais coordenados pela PROEX; AEDHESP: Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública, vinculada à PROEX; UNITRABALHO: Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho; ETA: Escola Técnica de Artes.

Ações por Área Temática

O Plano Nacional de Extensão, classifica as ações em oito Áreas Temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e produção e Trabalho.

Quadro XXX – Ações por Área Temática

Áreas Temáticas	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Produção	TOTAL
Comunicação	1	7	1	9	---	18
Cultura	5	47	22	61	3	138
Direitos Humanos e Justiça	5	23	6	8	---	42
Educação	19	117	44	74	4	258
Meio Ambiente	1	34	5	9	---	49
Saúde	6	128	15	20	---	169
Tecnologia e Produção	5	41	19	19	---	84
Trabalho	1	28	4	11	---	44
TOTAL	43	425	116	211	7	802

Fonte: PROEX

Programas de Extensão das Unidades Acadêmicas

A Pró-Reitoria de Extensão e as demais Pró-Reitorias Acadêmicas lançaram, em 2010, a chamada para a apresentação de propostas de Programas de Extensão Universitária Institucionalizados das Unidades Acadêmicas, de acordo com o estabelecido nos Artigos 19, 21 e 34 do Estatuto da UFAL. O Programa, denominado PRÓ-EXTENSÃO, que em julho de 2011,

iniciou a segunda vigência, prevê o apoio para 32 Programas na forma de financiamento com recursos próprios, no valor de até R\$ 14.100,00 (Quatorze Mil e Cem Reais) por programa, alocados nos seguintes elementos de despesas: a) equipamentos e/ou material permanente; b) material de consumo e c) transporte para deslocamentos das equipes para os locais de realização das atividades.

Os Programas (**Quadro XXXI**) apoiados pelo PRÓ-EXTENSÃO seguem os princípios e as diretrizes da Extensão Universitária, de natureza acadêmica e de relação com a sociedade, com ênfase na inclusão social, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito da UFAL.

Quadro XXXI – Programas de Extensão Institucionalizados

Nº	Unidades Acadêmicas	Nº Programas
1	Centro de Ciências Agrárias – CECA	1
2	Centro de Educação – CEDU	1
3	Centro de Tecnologia – CTEC	1
4	Escola de Enfermagem e Farmácia - ESENFAR	1
5	Faculdade de Medicina – FAMED	1
6	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU	1
7	Faculdade de Direito – FDA	1
8	Faculdade de Nutrição – FANUT	1
9	Faculdade de Economia, administração e Contabilidade - FEAC	1
10	Instituto de Computação – IC	1
11	Instituto de Ciências Atmosféricas - ICAT	1
12	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde - ICBS	1
13	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes - ICHCA	1
14	Instituto de Ciências Sociais – ICS	1
15	Instituto de Física – IF	1
16	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA	1
17	Instituto de Matemática – IM	1
18	Instituto de Química e Biotecnologia - IQB	1
19	Faculdade de Letras – FALE	1
20	Faculdade de Odontologia – FOUFAL	---
21	Faculdade de Serviço Social – FSSO	1
22	CAMPUS ARAPIRACA e Unidades de Ensino	6
23	CAMPUS SERTÃO e Unidade de Ensino	3
24	Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore	1

Relatório de Gestão 2011 - 45

25	Museu de História Natural	1
26	Pinacoteca Universitária	1
	TOTAL	32

Fonte: PROEX

Pessoas Envolvidas com Ações de Extensão

Quadro XXXII – Corpo Social Envolvido das Unidades Acadêmicas

Nº	Unidades Acadêmicas	Docentes	Discentes	Técnicos	TOTAL
1	CECA	16	56	---	72
2	CEDU	71	205	---	276
3	CTEC	23	51	---	74
4	ESENFAR	44	135	1	180
5	FALE	35	75	1	111
6	FAMED	55	268	9	332
7	FANUT	20	96	3	119
8	FAU	20	85	---	105
9	FDA	21	55	1	77
10	FEAC	33	156	---	189
11	FOUFAL	9	23	---	32
12	FSSo	11	55	1	67
13	IC	7	46	---	53
14	ICAT	7	9	---	16
15	ICBS	33	55	1	89
16	ICHCA	48	254	2	304
17	ICS	15	51	---	66
18	IF	12	9	1	22
19	IGDEMA	19	36	---	55
20	IM	18	110	1	129
21	IQB	12	18	---	30
22	C. Arapiraca – sede	126	342	22	490
	Pólo Palmeira	18	81	---	99
	Pólo Penedo	12	42	---	54
	Pólo Viçosa	15	56	3	74
23	Campus Sertão	37	76	6	119
	TOTAL	737	2445	52	3234

Fonte: PROEX

Quadro XXXIII – Corpo Social Envolvido da PROEX e de Outros Setores

Nº	Setores envolvidos	Docentes	Discentes	Técnicos	TOTAL
1	PROEX	4	9	10	23

Relatório de Gestão 2011 - 46

2	Hospital Universitário	---	3	41	44
3	Pinacoteca	1	4	4	9
4	Usina Ciência	3	16	6	25
5	Museu de História Natural	10	6	6	22
6	Museu Théo Brandão	6	---	10	16
7	Conexões de Saberes	3	64	3	70
8	AEDHESP	3	19	13	35
9	UNITRABALHO	1	2	---	3
10	Escola Técnica de Artes	7	65	6	78
	TOTAL	38	188	99	325

Fonte: PROEX

Quadro XXXIV – Participantes externos

Áreas Temáticas	Externos
Comunicação	2
Cultura	51
Direitos Humanos e Justiça	6
Educação	73
Meio Ambiente	11
Saúde	154
Tecnologia e Produção	13
Trabalho	12
TOTAL	322

Fonte: PROEX

O resultado obtido entre o pessoal interno e o externo é de 3.881 envolvidos em atividades de extensão.

- Bolsas de Extensão

Quadro XXXV – Bolsas institucionais e interinstitucionais de extensão

Categoria	Quantidade
Bolsas Institucionais	
BET	90
PIBIP-AÇÃO CAMPUS A.C. SIMÕES	70
PIBIP-AÇÃO CAMPUS ARAPIRACA	70
PIBIP-AÇÃO CAMPUS DO SERTÃO	15
ÒDE AYÉ	30
PROINART	21
CORAL DA UFAL	20
ORQUESTRA	60
CONEXÕES DE SABERES	64
PRÓ-EXTENSÃO	30
TOTAL	470

Fonte: PROEX

Legenda:

BET: bolsas para projetos não vinculados a Programas

PIBIP-AÇÃO: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-ação

ÒDE AYÉ: Programa de Ações Afirmativas (específico para alunos cotistas.)

PROINART: Programa de Iniciação Artística

PRÓ-EXTENSÃO: Apoio aos Programas de Extensão das Unidades Acadêmicas

- Programas de Extensão

Programas Institucionais:

PIBIP-AÇÃO

O Programa PIBIP-AÇÃO é composto de Projetos de Pesquisa-Ação que concorrem ao Edital da PROEX/PROPEP e contemplam atividades relacionadas com as diversas formas de ação coletiva orientadas para a transformação social, desenvolvidas por professores, técnicos e alunos dos Campi A.C. Simões, Arapiraca e do Sertão. Constitui-se de projetos que propõem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população parceira e para o processo de formação profissional dos alunos, no tocante à prática de investigação científica aplicada. Caracteriza-se, efetivamente, como um processo educativo de formação, reafirmando, assim, o compromisso da UFAL com a sociedade.

ÔDE AYÉ

Programa de Ações Afirmativas, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, que visa possibilitar a inserção do estudante cotista no âmbito acadêmico, através do desenvolvimento de ações de pesquisa e de extensão, bem como desenvolver estudos relativos às relações étnico-raciais e ao processo de implementação da Lei 10.639/03 nas redes de ensino, além de Contribuir para a formação profissional e cidadã dos estudantes.

PROINART

Os projetos que concorrem ao Programa de Iniciação Artística da UFAL contemplam atividades relacionadas à produção e difusão artística que contribuem para a consciência cultural no que diz respeito à memória, à criação e à prática da Arte como um patrimônio cultural de toda a sociedade. Os projetos seguiram em 2011, a temática “JUVENTUDE NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS” como elemento integrador do programa. O desenvolvimento do Programa tem como palco as bibliotecas, corredores, escolas, ruas, jardins, teatros, auditórios, abrangendo tanto a comunidade universitária, quanto a comunidade em geral e motivando a formação de novas plateias e agentes multiplicadores.

As propostas concorrem nas Expressões Artísticas de Música, Teatro, Dança, Fotografia, Pintura, Audiovisual e Literatura. Foram disponibilizadas três bolsas para cada um dos projetos aprovados.

PRÓ-EXTENSÃO

Além dos Programas acima mencionados, a PROEX coordena o PRÓ-EXTENSÃO. Os objetivos e a destinação dos recursos constam no item 1.3 deste relatório.

Em julho de 2011, foi lançada a segunda vigência do PRÓ-EXTENSÃO, com a concessão de bolsas para estudantes, sendo uma para cada Programa. Foram incluídos os equipamentos culturais da UFAL, vinculados à PROEX: Pinacoteca Universitária, Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, e Museu de História Natural.

Em setembro, foi realizado o I Seminário Geral do PRÓ-EXTENSÃO, que contou com a participação de professores, técnicos e alunos dos três campi da UFAL, que desenvolvem as mais diversas ações, nas modalidades de projetos, cursos, eventos e publicações dentro do referido programa.

Programas Interinstitucionais:

Conexões de Saberes e Escola Aberta

O Programa Conexões de Saberes é composto por quatro projetos:

Pré – Vestibular Comunitário no Campus Maceió e nos polos de Arapiraca, Palmeira dos Índios e Penedo, atendeu em 2009, 510 (quinhentas e dez) tendo 124 (cento e vinte e quatro) pessoas que passaram no vestibular da UFAL, em 2010, 6050 (seis mil e cinquenta) pessoas em todo estado se inscreveram no portal da COPEVE, para participar do cursinho preparatório para o vestibular 2010/2011, no total de 960 atendidas pelo projeto. Foram aprovadas 190 (cento e noventa) pessoas. Para a preparação dos alunos foram realizadas as seguintes atividades: uma aula inaugural com a participação de 350 pessoas e dezoito “aulões”, com a presença de 180 pessoas por aula.

- **Educação Complementar e Cidadania:** cerca de 100 (Cem) crianças e adolescentes com baixo poder aquisitivo, são atendidas pelo projeto junto com suas famílias. Esse projeto se desenvolveu nas instalações do Instituto Nazareno Pão da Vida que se localiza no Bairro do Clima Bom e desenvolve atividades com crianças em vulnerabilidade social
- **Organização e Mobilização Comunitária:** nas duas aldeias são atendidas cerca de 100 jovens, que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio, e que visam o ingresso na universidade.
- **Vizinhança:** cerca de 680 famílias são atendidas pelo projeto com a parceria de outros órgãos públicos, desenvolvendo capacitações, palestras, implantação de atividades sócio-educativas e econômicas de geração de emprego e renda, reuniões com os núcleos da própria Universidade entre outros.
- **Escola Aberta:** As ações foram desenvolvidas com atividades de Leituração, Direitos Humanos e Educação e Meio Ambiente.

O Programa Conexões de Saberes ofereceu uma capacitação de 180 horas, para os alunos integrantes dos projetos que o compõem.

Além disso, foi lançado o livro Grandes Temas, desenvolvido pelo bolsistas do programa, como uma ação plural, voltada para a permanência com qualidade do estudante de origem popular, na Universidade.

Programa de Extensão Universitária – PROEXT/MEC

O Programa de Extensão Universitária - PROEXT – MEC/SESu é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior .

A UFAL foi contemplada com recursos para a execução de oito programas e cinco projetos, que concorreram em 2011.

• Programas:

- Programa de Formação Docente UFAL SEE-AL: As dificuldades de Aprendizagem no Ensino Superior, responsabilidade social de todos
- Formação de Incubadora de Empreendimentos Culturais e Artísticos – IncArte/UFAL
- Programa Integrado de Atenção Primária à Saúde
- Educação, promoção da saúde e desenvolvimento humano
- Fortalecimento da Agricultura Familiar nos Assentamentos da Mata e Litoral Alagoano
- Programa de Ações Articuladas em Economia Solidária no Estado de Alagoas
- Folgedos Populares em Alagoas: recuperação, disponibilização e pesquisa nos acervos sonoro, fotográfico e documental do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore

- PRÓ-IDENTIDADE: A Percepção de Identidade na Educação Básica: gênero, etnia e sexualidade nas relações educacionais das comunidades Quilombolas e Indígenas do Alto Sertão

• **Projetos:**

- Cooperativismo, Tecnologia Social e Inclusão Produtiva de Catadores de Materiais Recicláveis
- Organização do Processo de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável do Bairro de Mangabeiras - Arapiraca/AL
- Mapeamento do Patrimônio Cultural do Agreste Alagoano
- A Eficácia do Judiciário e o Acesso à Justiça
- Práticas socioeducativas: estratégia para redução de danos e prevenção do uso de drogas por adolescentes e jovens

Outras Participações Interinstitucionais:

Projeto Rondon

O Projeto Rondon é uma ação interministerial de Governo, coordenada pelo Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Educação, destinada a incorporar, de forma ativa, a contribuição do estudante universitário na redução das desigualdades sociais e regionais. A missão do Projeto Rondon, orientado pelos princípios da democracia, da responsabilidade social e da defesa dos interesses nacionais, é viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento local sustentável e de fortalecimento da cidadania.

A UFAL foi selecionada para o Projeto Rondon em duas Operações:

- 1) Operações Julho/2011: uma equipe foi selecionada e desenvolveu atividades no município de Presidente Figueiredo na Amazônia, na Operação Peixe-boi.
- 2) Operações Janeiro/2012: uma equipe foi selecionada e irá desenvolver atividades no município de Estreito no Maranhão, na Operação Babaçu.

Programa Novos Talentos – CAPES

Este programa tem como objetivos, tornar o conhecimento científico acessível a professores e estudantes da educação básica da Escola Pública, aproximando-o de seu cotidiano e visando à transformação da realidade; capacitar esses professores e estudantes a prosseguirem seu aprendizado, de modo continuado, contribuindo para uma formação que responda às demandas da sociedade moderna, do mercado de trabalho e do exercício pleno da cidadania; estimular programas das escolas públicas que levem à melhoria das condições de aprendizagem e à socialização dos jovens, favorecendo sua promoção e integração social; despertar vocações em estudantes de baixa renda para carreiras tecnológicas e científicas, propiciando sua preparação para o acesso nos cursos das IES públicas; capacitar professores da rede pública com vistas ao seu desenvolvimento profissional, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade da educação básica; incentivar a produção de metodologias, estratégias e materiais didáticos inovadores, visando à melhoria das condições de aprendizagem da língua materna e das ciências, em articulação com a realidade local, regional e global; viabilizar maior interação entre o meio acadêmico - notadamente estudantes de pós-graduação, grupos e centros de estudos e pesquisas com as escolas públicas de educação básica.

Em 2010, a UFAL elaborou uma proposta multidisciplinar denominada Novos Talentos em Alagoas, com a participação das seguintes Unidades Acadêmicas: Centro de Educação – CEDU, Escola de Enfermagem e Farmácia – ESENFAR, Faculdade de Letras – FALE, Faculdade de Medicina – FAMED, Faculdade de Nutrição – FANUT, Instituto de Ciências Biológicas – ICBS, Instituto de Física – IF, Instituto de Matemática – IM, Instituto de Química e Biotecnologia – IQB e Campus Arapiraca.

As atividades foram desenvolvidas em 2011 e culminaram, em dezembro, com a realização do I Seminário Novos Talentos.

PET/Conexões

O Programa de Educação Tutorial – PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações de graduação das Instituições de Ensino Superior do país, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O PET também tem por objetivo a criação de até 150 (cento e cinquenta) novos grupos PET/Conexões de Saberes, sendo até 04 (quatro) grupos por Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), distribuídos da seguinte forma:

Lote G: até 2 (dois) novos grupos, por IFES, que envolvam exclusivamente estudantes de graduação oriundos de comunidades populares urbanas;

Lote H: um novo grupo, por IFES, que envolva exclusivamente estudantes de graduação de comunidades do campo ou quilombolas;

Lote I: um novo grupo, por IFES, que envolva exclusivamente estudantes de graduação de comunidades indígenas.

Foram contempladas, em 2010 e desenvolvidas em 2011, as quatro propostas da UFAL inscritas para o PET/Conexões, das Unidades Acadêmicas, sendo a do Centro de Tecnologia – CTEC, da Faculdade de Serviço Social – FSSO e da UE Penedo – Campus Arapiraca, para estudantes de graduação oriundos de comunidades populares urbanas. A proposta da UE Palmeira dos Índios – Campus Arapiraca é voltada para estudantes de graduação de comunidades do campo ou quilombolas

Programa de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública

A Assessoria de Educação em Direitos Humanos vinculada ao Programa REDHBRASIL / Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDHPR/ e Ministério da Educação – MEC/SECAD, foi instituída em 2008 na Universidade Federal de Alagoas, organizada nas estruturas da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, através de um processo de conquistas pela afirmação de uma cultura em direitos humanos junto à sociedade. É um espaço de intercâmbio entre ensino, pesquisa e extensão com atividades que transpõem as termos do Estado de Alagoas. Vale ressaltar que sua proposta contribui para o debate em torno da inacessibilidade dos direitos, ampliação da discussão sobre a “questão social”, assim como o incentivo teórico-crítico sobre o que permeia ao exercício da cidadania.

Curso de Especialização de Educação em Direitos Humanos e Diversidade – EDHDI.

O Curso EDHDI trata-se de um curso semipresencial e é composto por nove módulos (ver **Quadro XXXVI**) com aulas virtuais via plataforma Moodle e encontros presenciais para avaliação ao final de cada módulo. O curso tem como objetivo, proporcionar qualificação em nível de pós-graduação *Lato Sensu* na área dos Direitos Humanos e Diversidade aos docentes e demais integrantes da comunidade escolar, bem como profissionais da área de segurança pública; lideranças comunitárias; membros de Comitês e Conselhos municipais ou estaduais, bem como pesquisadores ligados à área de Direitos Humanos, contribuindo, assim, para a construção de uma cultura de direitos humanos no Estado de Alagoas. É composto por uma equipe de 20 docentes; 467 discentes, 25 tutores, sendo 06 presenciais e 19 on-line; 03 bolsistas estagiários; 01 suporte técnico moodle e 02 gerentes do curso.

Quadro XXXVI – Módulos do Curso de Especialização EDHDI

MÓDULO	Disciplina	Carga Horária
I	Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	30 h
Aula inaugural	Introdução a EAD	8h

presencial		
II	A Escola como Espaço de DH	60 h
III	Fundamentos da Educação em Direitos Humanos	60 h
IV	Diversidades: escola, públicos e sociedade I	45 h
V	Diversidades: escola, públicos e sociedade I	45 h
VI	Diversidades: escola, públicos e sociedade III	45 h
VII	Metodologia de estudos e pesquisas científicas em Educação em Direitos Humanos	45 h
VIII	Plano de ação em Educação em Direitos Humanos	90 h
Total h/aula		450 h
Encontros presenciais para fins de avaliação	Final de cada módulo	72h
Realização de 05 simpósios sobre EDHD durante o curso	Abordando temas referentes aos módulos	40h
Orientação de TCC	Final do curso	160h
Total de horas		730h

Fonte: PROEX

Naturalização dos direitos das crianças e adolescentes

O projeto trata de uma proposta de formação continuada de profissionais da rede pública de ensino básico e demais segmentos sociais no enfrentamento às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes no contexto escolar. Desta forma, objetiva estimular o debate acerca da violação dos direitos das crianças e adolescentes e propor formas de enfrentamento a tais violações, além de fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e formação específica de lidar com as diferentes formas de violência. Em 2011 capacitou 250 educadores e representantes da sociedade civil organizada. Envolveu sete docentes, um discente, um técnico e quatro externos.

A Assessoria desenvolveu, também, o projeto Saberes e Práticas na Reconstrução do Material Informativo e Formativo de EDH, com uma equipe composta por três docentes, três discentes e cinco externos. A proposta de produção de materiais paradidáticos referentes à acessibilidade no âmbito da Educação em Direitos Humanos, tema transversal, destinou-se a estudantes iniciantes do ensino fundamental, como forma de atingir turmas subsequentes, envolvendo gestores e familiares, bem como demonstrou o vínculo com a EDH. A inclusão adequada da acessibilidade, principalmente, nos materiais didáticos, pode incorporar aspectos relativos à formação de cidadãos críticos e capazes de discutir com propriedade sobre sua responsabilidade social em qualquer nível de educação.

Ações Científicas e Culturais Complementares

Há um conjunto de ações complementares, desempenhadas por vários setores que compõem a Universidade Federal de Alagoas, que são de suma importância para uma formação completa para o aluno e que ampliam os espaços de interação sociedade e universidade, em especial a relação UFAL e educação básica.

Quadro XXXVII – Ações Científicas e Culturais da Extensão em 2011

Setor	Ações 2011
Espaço Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Concerto Didático; • Projeto Quinta Sinfônica;

	<ul style="list-style-type: none"> • PROINART; • Séries Postais do Conhecimento; • Livro dos 50 anos da UFAL; • Participação na Semana Delmiro Gouveia; • Circuito UFAL de Arte e Cultura; • Festival Universitário de Cinema; • Semana da Música; • Concerto de Natal.
Pinacoteca	<ul style="list-style-type: none"> • Exposições • Um certo olhar Cavalcante • Relevo [O que é relevante?] • Nudez • Pássaros • Eternecer • Arte ou Lixo (que nem roupa) • Cursos • Itaú Cultural – portfólio do artista • Cultura contemporânea: uma introdução - Módulo Música • Cultura contemporânea: uma introdução - Módulo Cinema • Cultura contemporânea: uma introdução - Módulo Dança • Programa “A Escola vai à Pinacoteca”; • Lançamento do catálogo “A Pinacoteca Universitária na arte do século XXI”.
Museu Théo Brandão	<ul style="list-style-type: none"> • Circuito museográfico; • Projeto carnaval que nos convém; • Batizado do boi das Alagoas; • Exposição – Brincando de Boi; • Oficinas • Maracatu – Proporcionada pelo grupo de Maracatu Baque Alagoano • Confecção de Bois de Carnaval • Máscaras • Frevo; • Papel no Varal Erótico; • Concurso de frevo; • Projeto Munguzá Cultural; • Bloco Carnavalesco – Filhinhos da mamãe; • Abril Indígena no Museu Théo Brandão; • Exposição – Visadas do Pagé Miguel Celestino • Apresentação do Toré • I Festival Théo Brandão de Fotografias e Filmes Etnográficos; • Semana de Museus – Museu e Memória; • Curso Restauração de Fotografias – FUNARTE; • Exposição – Telas de Vicente Ferreira; • Oficina de forró; • São João no Museu Théo Brandão; • Visitas Técnicas • Arquivo Nacional; • Casa Graciliano Ramos; • Tribo Xucuru-Kariri; • Curso de restauração de fotografias; • Semana das Culturas Populares do Museu Théo Brandão; • Engenho de Folgedos; • Exposição Itinerante; • Oficina de restauro de chapéus de Guerreiro; • VIII Prêmio Gustavo Leite.
Museu de História Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Visita a escolas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção de turmas de graduação para palestras; • Participação da Caravana Itinerante de Ciência e Tecnologia; • Ações junto ao Centro de Referência em Áreas Degradadas.
Usina Ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto “Usina Ciência: Consolidação e Expansão de Programas Educativos e de Divulgação Científica” financiado pelo CNPq; • Projeto de Extensão <i>Novos Talentos em Alagoas</i> • <i>Atividades na Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias para o Aprimoramento da Cultura Científica no Ensino Básico de Alagoas</i> • Programa de Popularização e Disseminação das Ciências Naturais; • Show de física e show de química • Participação na semana nacional de ciência e tecnologia; • Visitas das escolas e comunidade às salas de exposição da Usina Ciência; • Exposição a química no cotidiano; • Programa de Incentivo à Aprendizagem das Ciências Naturais: apoio às atividades escolares; • Atendimento a alunos na biblioteca; • Atendimento a alunos da rede de ensino básico com orientação na realização de trabalhos para feiras e mostras de ciências; • Empréstimos de materiais didáticos (kits experimentais e recursos audiovisuais). • Programa de Aperfeiçoamento de Professores de Ciências Naturais de Nível Fundamental e Médio • Novos talentos; • Ciclo de palestras ciência e vida;

- Assistência Estudantil

Em sintonia com os “Princípios e Diretrizes” norteadores das Ações de Política Estudantil das IFES, a equipe da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) trabalhou durante todo o ano de 2011 não somente com o objetivo de consolidar e aprofundar as ações e programas já desenvolvidos no ano de 2010, mas também com o objetivo de ampliar seu campo de atuação com o desenvolvimento de Projetos, Programas e Ações visando um maior envolvimento da comunidade estudantil em atividades políticas e culturais, compreendendo que este é um caminho decisivo para a melhoria da formação acadêmica da juventude universitária.

A equipe da Pró-Reitoria, constituída de duas Coordenações (Coordenação de Política Estudantil e Coordenação de Ações Acadêmicas) e de uma Gerência de Assistência Estudantil, trabalhou durante todo o ano de 2011 buscando colocar em prática esses “Princípios e Diretrizes” que na verdade expressam a necessidade do desenvolvimento de uma política estudantil que supere a tradicional visão reducionista do assistencialismo, e passe a implementar uma concepção ampliada de Política Estudantil no sentido de oferecer uma assistência integral aos estudantes universitários como um todo.

Encerramos o ano de 2011 com um saldo de atividades que efetivamente expressam o novo desenho institucional e administrativo adotado pela Pró-Reitoria.

A Coordenação de Política Estudantil e a Coordenação de Ações Acadêmicas trabalham com o objetivo de promover ações políticas, culturais, artísticas e acadêmicas envolvendo toda a comunidade universitária, mais especificamente os estudantes, visando estimular e potencializar a participação e os talentos estudantis nesse campo de formação, que está para além do espaço de sala de aula. Tais atividades passam a ser descritas a seguir.

No que se refere ao **FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis)** a Pró-Reitoria participou de todos os encontros regionais e nacionais ocorridos durante 2011, inclusive sediando o encontro Regional Norte/Nordeste que ocorreu em setembro e contou com 15 universidades federais inscritas e 60 participantes.

Ações Sócio-Culturais

A PROEST realizou em fevereiro de 2011 uma oficina de percussão com a duração de dois (02) dias que foi ministrada pelo grupo percussivo da UFRN “PAU e LATA”. Como resultado desta oficina, foi criado um bloco na prévia de carnaval em Maceió com os estudantes que participaram da oficina, intitulado “Pau e Lata”. Trabalhamos com instrumentos reciclados. A atividade aconteceu no dia 25 de fevereiro no bairro do Jaraguá, com um público de 10 mil pessoas.

O projeto “Atenda o SOM” aconteceu na Tenda da Cultura Estudantil, com 08 apresentações no primeiro semestre e duas no segundo. Envolvendo um público estimado de 900 pessoas. As atividades se realizavam à noite, a partir das 19h.

O Programa Aqui(n)Ta Cultural aconteceu no espaço cultural e no campus, e tinha programação voltada para os estudantes de graduação da UFAL, que envolviam Música, Dança e Teatro, e que contou com um público de cerca de 700 pessoas em 2011.

O 3º Festival de Música da UFAL (FEMUFAL) aconteceu em três cidades diferentes: Delmiro Gouveia (08/10), Penedo (28/10) e Maceió (16 e 17/11), e contou com 20 músicas selecionadas e três vencedoras. O encerramento do Festival ficou por conta do cantor e compositor Oswaldo Montenegro, no Teatro Deodoro. Estimamos a participação de público nas três etapas de mais de 5.000 pessoas.

É importante registrar que contabilizando todas as atividades de cultura da PROEST obtivemos um total de público estimado em torno de 9.114 pessoas, sem contar com a participação na prévia de carnaval, que aconteceu em espaço público também fora da UFAL, o que elevaria o número para 19.114 pessoas.

O Programa “UFAL EM DEFESA DA VIDA” promoveu 02 atos, sendo o primeiro evento (correspondendo ao 9º ato geral) sobre o tema “Problemas e desafios para o enfrentamento da violência na contemporaneidade no dia 28 de abril. O segundo evento (correspondente ao 10º ato), versou sobre o tema “Vida e morte nas ruas de Maceió: onde estão os direitos da população em situação de rua” e aconteceu no dia 31 de agosto.

O Programa de Vivência de Arte da UFAL em 2011 iniciou suas atividades com a aprovação de 12 projetos estudantis ligados as mais diversas artes, sendo dividido entre Maceió e Interior. Maceió desenvolveu os projetos Cine OLHO VIVO (Cinema); Projeto Vivendo Maracatu (Oficinas de Maracatu); Projeto Vem Prá Roda Você Também (Oficinas de Capoeira); Projeto Recicante (Shows de música e poesia); Projeto Dança Afro (Oficinas de Dança Afro); Projeto Vidarte (Oficinas de Teatro do Oprimido). No interior, os projetos desenvolvidos foram Vamos Jogar Capoeira - Arapiraca (Oficinas de Capoeira); Projeto Cinema e Música para todos – Viçosa (Sessões e apresentações de musicais); É tempo de Ciranda – Palmeira (Cadastro de artistas populares e apresentação dos mesmos); Projeto Poesias do Sertão – Delmiro Gouveia (Construção e apresentação de Saraus de Poesia e Arte); Sinfonia das Águas – Penedo (Oficinas de Música para Violão e Flauta Doce) e Samba na Ribeira – Santana do Ipanema (Oficinas de Samba e apresentações no formato de roda de samba).

Os projetos relacionados ao Programa de Vivência da Arte da UFAL receberam ao todo 90 (noventa) bolsistas. Cada projeto teve direito a cinco (05) bolsistas e um coordenador. Pode-se avaliar que um dos resultados a ser destacado foi o crescimento imensurável dos projetos ligados à cultura, se comparado ao ano de 2010. Neste sentido foi registrado mais de 300% de crescimento e atendimento cultural ao estudante da UFAL.

Durante o ano de 2011, 158 estudantes dos mais diversos cursos de graduação e diversos campi da UFAL foram contemplados com a Bolsa de Desenvolvimento Institucional (BDI), para desenvolver projetos de pesquisa, extensão e específicos das Unidades requerendo conhecimento próprio das atividades a serem desenvolvidas.

Os Centros de Inclusão Digital (CIDs) continuaram a ser implantados no ano de 2011 e se mantiveram ativos quanto às suas atividades. O quadro a seguir mostra as informações sobre os cursos, número de turmas e total de estudantes selecionados para participarem de cursos de formação na área de informática nos campi Maceió e Arapiraca e demais polos Penedo, Palmeira e Viçosa.

Quadro XXXVIII - Atividades dos Centros de Inclusão Digital em 2011

LOCAL	TURMAS	CURSOS	N ° DE ESTUDANTES
Maceió	4	Curso informática básica, linux e manutenção de computadores.	120
Penedo	2	Curso de Manutenção Básica e Cuidados Básicos com o Computador, Mini-Curso em Informativa Básica e Aplicativos Avançados	55
Palmeira	3	Linux e , broffice (<i>writer, calc e impress</i>) Latex	41
Arapiraca	7	Introdução ao sistema operacional Linux-Ubuntu, Elaboração de Pôsteres com Inkscape e BrOffice Draw, BrOffice Impress + Boas práticas para apresentação de slides, Introdução ao Broffice Calc, Introdução à PHP e Introdução a LaTeX.	170
		TOTAL 2011	386

Fonte: PROEST

É importante salientar que o CID/Viçosa passou o ano inativo, aguardando reforma na parte de infraestrutura do espaço onde as suas atividades seriam desenvolvidas, para adequação das suas atividades.

Assistência e Permanência

A concessão da Bolsa de Permanência, em 2011 na UFAL, cresceu substancialmente, atingindo cerca de 1.000 (um mil) estudantes em todos os campi da UFAL, no mês de novembro de 2011. O quadro abaixo sintetiza os números da assistência e permanência estudantil para o ano de 2011.

Quadro XXXIX - Indicadores Mensais da Assistência Estudantil

Tipo Assistência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Bolsa Permanência	832	832	844	886	963	965	922	966	966	996	1002	968	928,5
Alunos assistidos Restaurante Universitário (por dia)	1082	1101	1103	1099	1307	1308	1307	1511	1511	1511	1511	1511	1321,8
Restaurante para Residentes (por dia)	82	82	82	92	92	102	85	92	92	92	92	92	89,8
													Total
RUA	82	82	95	92	92	102	85	92	92	92	92	92	102
Gabinete Odont.	---	---	---	---	---	---	8	7	---	---	---	---	15
Encaminhamento Hospital Universtário	34	75	107	55	61	42	24	98	111	61	47	13	728
Ajuda de Custo	125	93	76	154	213	182	159	180	293	195	198	218	2086

Fonte: PROEST

Até o momento, o Programa Restaurante Universitário é destinado aos estudantes em vulnerabilidade social e que participam de Programas de Bolsas e desenvolvem atividades acadêmicas em Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão Monitoria e Núcleos. A capacidade atual de atendimento é em torno de 1.100 (um mil e cem) estudantes por horário de refeição, fazendo uma média diária de até 1.511 estudantes ao longo de 2011. De 2003 a maio de 2011 o estudante pagava R\$ 1,00 (um) por almoço. A gratuidade foi implantada para todos os estudantes com Bolsa Permanência a partir de junho de 2011.

O Programa de Apoio e Incentivo a Participação em Eventos, que visa ampliar o apoio aos discentes que apresentaram trabalhos em eventos científicos, contemplou absolutamente todos os estudantes que solicitaram o auxílio, com devida apresentação do comprovante de aceitação e participação nos eventos, através da concessão de **Ajudas de Custo**. Tal quantitativo foi significativo e totalizou 2.086 (dois mil e oitenta e seis) estudantes.

O baixo número de atendimentos realizados pelo Gabinete Odontológico ocorreu, principalmente, devido a problemas técnicos dos equipamentos existentes, os quais necessitam de atualização. Outras questões relatadas são decorrentes de problemas com o setor de compras e a reforma das salas.

Desde 2010, para o atendimento imediato das necessidades de moradia e alimentação, a gestão criou as modalidades de **Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação**, destinadas aos estudantes dos Campi e Unidades Acadêmicas do interior em situação de vulnerabilidade econômica e social, inscritos a partir da abertura de Editais. Em 2011 foram atendidos mensalmente, 92 estudantes com Auxílio Alimentação e 111 estudantes com Auxílio Moradia.

Os Programas da PROEST têm sido fundamentais na democratização do acesso e como condição de minimização dos efeitos das desigualdades sociais. O acesso dos estudantes oriundos de rede pública cria novas demandas e a necessidade de um planejamento de ações que possibilitem mais inclusão e permanência com qualidade. Nesta perspectiva, deve ser destacada a inserção do estudante no Programa da Bolsa de Permanência, que por sua vez tem proporcionado a garantia de acesso a outras políticas (alimentação, transporte, etc).

- Gestão Orçamentária

Detalhamento do Orçamento Inicial e Executado no Exercício de 2011

O crescimento da UFAL nos últimos anos tem se refletido em um acréscimo orçamentário. Entretanto, esse acréscimo não se dá na mesma proporção do crescimento da IFES e nem da sua necessidade apresentada, diante o tamanho das suas demandas. Esse fato é reflexo de um conjunto de características como: um passivo histórico de depreciação da sua infraestrutura, em especial a física, a rede lógica, energia e saneamento; ausência de concurso público por um longo período de tempo, não repondo vagas de aposentadorias; repactuação de contratos em função do aumento de tarifas de serviços e da política de aumento do salário mínimo.

O orçamento de 2011 foi administrado de forma a atender as necessidades administrativas e finalísticas da Universidade. Desse fato, vale destacar alguns pontos, como por exemplo, o crescimento considerável da Universidade nos últimos anos, priorizando a expansão da Instituição no interior e a reestruturação do Campus A. C. Simões. Outro ponto a ser levantado é que o orçamento do REUNI, correspondente ao exercício de 2011, foi executado diretamente pela UFAL em sua quase totalidade. É preciso ponderar, no entanto, que a UFAL necessita estar de posse do orçamento a tempo para instruir os diversos processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços, o que seria a contrapartida do Governo Federal.

É importante salientar que os recursos orçamentário-financeiros destinados às IFES estão sempre obedecendo calendário e condições do MEC. Quanto aos recursos próprios há algumas dificuldades no gerenciamento orçamentário. Quase sempre a arrecadação é maior que o orçamento liberado nessa fonte. Isso impacta a administração tendo em vista que se tem o financeiro mas, falta o orçamentário. O gestor tem projetos a executar, entretanto, fica engessado sem alternativa para

desenvolver atividades meio e alcançar seus objetivos conforme planejado. A execução orçamentária ocorrerá após liberação pelo Ministério do Planejamento e SPO/MEC. O financeiro, por uma Coordenação do MEC, que depende da secretaria do Tesouro Nacional. Nem sempre o Tesouro libera o montante solicitado pela coordenação financeira, tendo em vista que ele soma todos os saldos das instituições vinculadas ao MEC e deduz do total apresentado. O orçamento da UFAL vem crescendo ano a ano. Isso se deve em parte ao crescimento dos indicadores de desempenho da Instituição. Fazendo uma análise do orçamento da UFAL nos últimos 11 anos tem-se a seguinte série mostrada no **Quadro XL**.

Quadro XL - Evolução Orçamentária da UFAL no período de 2000–2011

Ano	Orçamento do Tesouro		Orçamento Próprio	Total (R\$)
	Pessoal	OCC		
2000	103.469.032	3.904.823	799.000	108.172.855
2001	110.157.122	4.838.518	1.330.040	116.325.680
2002	130.659.597	6.951.093	1.265.812	138.876.502
2003	147.035.041	7.245.970	1.573.718	155.854.729
2004	169.091.886	8.832.170	2.964.977	180.889.033
2005	174.917.908	13.965.857	1.732.342	190.616.107
2006	199.330.433	19.100.412	2.671.143	221.101.988
2007	265.062.716	33.614.903	2.830.932	301.508.551
2008	281.409.085	41.983.641	3.140.956	326.533.682
2009	269.523.095	54.970.814	5.014.938	334.523.785
2010	314.422.938	64.698.552	5.698.978	384.820.468
2011	345.046.687	78.415.398	5.308.674	428.770.759

Fonte: PROGINST. Obs: sem precatórios, residência médica, benefícios e sem emenda parlamentar.

O orçamento inicial na UFAL do exercício de 2011 está detalhado no **Quadro XLI**.

Quadro XLI - Detalhamento do Orçamento Inicial do Ano de 2011

Tipo de Despesa	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)
Pessoal	291.366.698,00	---	291.366.698,00
Ativo	149.292.734,00	---	149.292.734,00
Inativo/Pensionista	110.551.319,00	---	110.551.319,00
Contr. da União suas Autarquias p/ Custeio Previdência	31.522.645,00	---	31.522.645,00
Outras Despesas Custeios e Capital	98.327.384,00	5.158.674,00	103.486.058,00
Benefícios	12.917.701,00	---	12.917.701,00
Assistência pré-escolar	191.664,00	---	191.664,00
Auxílio transporte	1.802.202,00	---	1.802.202,00
Auxílio alimentação	7.814.016,00	---	7.814.016,00
Assist. Médica aos Servidores - EXAMES PERIÓDICOS	253.435,00	---	253.435,00
Assistência médica e odontológica aos servidores	2.856.384,00	---	2.856.384,00
Outras Despesas	85.409.683,00	5.158.674,00	90.568.357,00
Acervo bibliográfico destinados as IFES e HUS	1.450.000,00	---	1.450.000,00
Serviços a Comunidade por meio da extensão	571.845,00	---	571.845,00
Assist. ao educando ensino de graduação – PNAES	9.174.675,00	---	9.174.675,00
Func. De cursos de graduação	37.957.994,00	5.008.674,00	42.966.668,00
Func. dos cursos de pós-graduação	250.000,00	150.000,00	400.000,00
Expansão do ensino superior –Campus de Arapiraca	5.057.700,00	---	5.057.700,00
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	9.471.582,00	---	9.471.582,00
REUNI – Readequação da infraestrutura da UFAL	18.324.469,00	---	18.324.469,00
Funcionamento da Educação Profissional (Matriz Condetuf)	450.418,00	---	450.418,00

Relatório de Gestão 2011 - 58

Capacitação dos servidores públicos federais das IFES	1.401.000,00	---	1.401.000,00
Formação Inicial e Continuada a Distância – EAD	1.300.000,00	---	1.300.000,00
Total Geral (R\$)	389.694.082,00	5.158.674,00	394.852.756,00

Fonte: CPO/PROGINST. CÉLULAS / SIAFI 2011. Despesa não inclui precatórios.

O orçamento total executado na UFAL, no final do exercício de 2011, está detalhado no **Quadro XLII**.

Quadro XLII - Detalhamento do Orçamento Executado do Ano de 2011

Tipo de Despesa	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)
Pessoal	345.574.071,45	---	345.574.071,45
Ativo	183.999.941,13	---	183.999.941,13
Inativo/Pensionista	123.171.371,51	---	123.171.371,51
Contr. da União suas Autarquias p/ Custeio Previdência	38.402.758,81	---	38.402.758,81
Outras Despesas Custeios e Capital	92.599.602,74	5.132.297,00	97.731.889,74
Benefícios	13.431.852,21	---	13.431.852,21
Assistência pré-escolar	224.852,20	---	224.852,20
Auxílio transporte	1.469.010,73	---	1.469.010,73
Auxílio alimentação	8.163.551,40	---	8.163.551,40
Assist. Médica aos Servidores - EXAMES PERIÓDICOS	---	---	---
Assistência médica e odontológica aos servidores	3.574.437,88	---	3.574.437,88
Outras Despesas	79.167.750,53	5.132.297,00	84.300.047,53
Acervo bibliográfico destinados as IFES e HUs	1.034.050,13	---	1.034.050,13
Serviços a Comunidade por meio da extensão	232.915,51	---	232.915,51
Assist. ao educando ensino de graduação – PNAES	9.111.383,43	---	9.111.383,43
Func. De cursos de graduação	35.245.123,95	4.982.297,00	40.227.420,95
Func. dos cursos de pós-graduação	250.000,00	150.000,00	400.000,00
Expansão do ensino superior –Campus de Arapiraca	4.471.178,55	---	4.471.178,55
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	8.532.799,36	---	8.532.799,36
REUNI – Readequação da infraestrutura da UFAL	18.120.008,26	---	18.120.008,26
Funcionamento da Educação Profissional (Matriz Condetuf)	437.539,88	---	437.539,88
Capacitação dos servidores públicos federais das IFES	842.229,59	---	842.229,59
Formação Inicial e Continuada a Distância – EAD	890.521,87	---	890.521,87
Total Geral (R\$)	438.173.674,19	5.132.297,00	443.305.971,19

Fonte: CPO/PROGINST. CÉLULAS / SIAFI 2011. Despesa não inclui precatórios.

Quadro XLIII - Evolução de Gastos Gerais da UFAL

DESCRIÇÃO	ANO		
	2009	2010	2011
1. PASSAGENS	1.023.543,89	1.146.518,88	1.278.473,04
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	695.894,37	1.230.596,67	1.185.856,67
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	15.329.058,43	19.095.616,16	21.334.054,14
3.1. Publicidade	173.635,08	181.002,94	202.101,70
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	9.042.333,50	10.585.956,57	11.389.246,33
3.3. Tecnologia da Informação	1.614.537,33	1.515.729,40	1.436.896,26
3.4. Outras Terceirizações	4.498.552,52	6.812.927,25	8.305.809,85
3.5. Suprimento de fundos	---	---	---
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	2.463,49	19.528,73	19.649,89
Total (R\$)	17.050.960,18	21.492.260,44	23.818.033,74

Fonte: CPO/PROGINST

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Para assegurar que os problemas e demandas da sociedade sejam adequadamente enfrentados, foi estabelecido o modelo de gestão do tipo orçamento-programa. O orçamento-programa é um instrumento de atuação governamental voltado para aspectos administrativos e de planejamento. Ele fornece o instrumento necessário para o administrador público, a partir do estudo dos problemas da sociedade, a fim de que possa estabelecer políticas públicas que irão solucionar tais problemas.

A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo atual de ciclo orçamentário, instituindo três leis cuja iniciativa é prerrogativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Conforme dispõe o artigo 165 da Constituição Federal, o PPA “... estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes e metas para administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.” Com duração de 4 anos, o PPA é elaborado no primeiro ano do mandato do governante eleito, com vigência a partir do segundo ano de mandato.

O PPA por estabelecer, de maneira regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, constitui-se no principal instrumento de planejamento do Governo Federal, que, ao organizar a atuação do governo em Programas e Ações, viabiliza a orientação estratégica dos gastos para a obtenção de resultados destinados à sociedade. Com o PPA, a LDO e a LOA é possível ter mais transparência quanto à aplicação dos recursos públicos, além de um maior controle do orçamento, tanto por parte do Poder Público quanto da sociedade e uma melhor integração e compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento.

Em 2011, os programas e ações desenvolvidas pela UFAL obedeceram às prioridades, desafios e metas estabelecidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2008/2012. Verificou-se que em 2011, a UFAL executou 37 (trinta e sete) ações que fazem parte de 16 (dezesseis) programas do PPA (**Quadro XLIV**). Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão revelam os frutos de um trabalho coordenado de nossa atuação nas esferas do ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, cumprindo com a missão e o compromisso social da Instituição.

Quadro XLIV - Relação dos Programas e Ações da UFAL no Ano de 2011

Programa/Ação:
Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Ação 8954 - Apoio Educacional a Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social
Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Programa 0750 - Apoio Administrativo
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Programa 1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
Ação 8526 – Apoio as Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação
Programa 1061 - Brasil Escolarizado
Ação 8429 - Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública
Ação 8744 – Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica

Programa 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Ação 20RW – Apoio à Formação Profissional e Tecnológica
Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional
Ação 6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação
Programa 1067 – Gestão da Política de Educação
Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Programa 1073 - Brasil Universitário
Ação 009E - Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil
Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Ação 119R - REUNI - Readequação da Infra-Estrutura
Ação 1H55 - Expansão do Ensino Superior - Campus Agreste
Ação 4002 - Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação
Ação 4004 – Serviços a Comunidade por meio da Extensão Universitária
Ação 4008 - Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino
Ação 4009 - Funcionamento de Cursos de Graduação
Ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI
Programa 1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
Ação 0487 - Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País
Ação 4006 - Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação
Ação 4019 - Fomento a Pós-Graduação
Programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania
Ação 8751 - Apoio à Inserção das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente no Processo Educacional
Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
Ação 4156 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)
Programa 1448 – Qualidade na Escola
Ação 6333 – Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
Ação 8680 - Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino
Programa 6003 – Apoio ao desenvolvimento do Setor Agropecuário
Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio produtor Agrícola
Programa 8028 – Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo
Ação 4377 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional

Fonte: PROGINST/SIMEC/MPOG

2.3.1 Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Quadro XLV – Dados Gerais do Programa 0073

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	---
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados.
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias

2.3.1.1 Principais Ações do Programa 0073

- Ação 8954 – Apoio Educacional a Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social

Quadro XLVI – Dados Gerais da Ação 8954

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Combater as diferentes formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens e promover os direitos humanos e a diversidade por meio da educação no âmbito dos municípios.
Descrição	Atividades de formação e/ou capacitação locais/contextualizadas para gestores e profissionais da educação, assistentes e educadores sociais, agentes de justiça e segurança, profissionais de comunicação e estudantes e suas famílias por meio da realização de seminários, oficinas, audiências públicas, fóruns, encontros, palestras, trocas de experiências etc. Apoio à produção e difusão de materiais referentes à finalidade desta ação, especialmente voltados à educação básica. Fortalecimento de atividades educacionais para o enfrentamento das diversas formas de violência, risco e vulnerabilidade social em que se encontram crianças, adolescentes e jovens, decorrentes especialmente de exploração sexual, bullying, sexismo, homofobia, aliciamento ao tráfico, ao crime organizado ou a gangues, DSTs/Aids e gravidez na adolescência.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	FABIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO
Unidades executoras	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Resultados:

A referida ação consiste no projeto intitulado “Naturalização dos Direitos das Crianças e Adolescentes”. O referido projeto trata de uma proposta de formação continuada de profissionais da rede pública de ensino básico e demais segmentos sociais no enfrentamento às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes no contexto escolar. Desta forma, objetivou estimular o debate acerca da violação dos direitos das crianças e adolescentes e propor formas de enfrentamento a tais violações, além de fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e formação específica de lidar com as diferentes formas de violência.

O objetivo era de capacitar 430 educadores e 70 representantes da sociedade civil organizada em três municípios alagoanos que apresentavam situações de exploração sexual com crianças e adolescentes a partir de registros oficiais, como o Guia para localização dos pontos vulneráveis a exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras – 2007/2009, o Mapeamento dos pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – 2009/2010 e a Lista de municípios que registraram situações de exploração sexual ao serviço de disque denúncia nacional, fornecido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. A duração do projeto correspondeu a um período de dez meses.

O primeiro passo para dar encaminhamento às atividades do projeto foram as parcerias firmadas com o Centro de Educação – CEDU/UFAL e a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas – SEE/AL, posterior as parcerias foi iniciado o processo de mapeamento dos municípios alagoanos que estão registrados no Guia para localização dos pontos vulneráveis a exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras – 2007/2009, no Mapeamento dos pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – 2009/2010 e na lista de municípios que registraram situações de exploração sexual ao serviço de disque denúncia nacional.

Deste mapeamento, levaram-se em consideração os municípios que estavam registrados no Guia da PRF e os que estavam na lista do disque denúncia nacional com maior índice de situações registradas. Assim foram pré-selecionados os municípios de: Arapiraca, Atalaia, Boca da Mata, Canapí, Colônia Leopoldina, Igaci, Joaquim Gomes, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Rio Largo, São Miguel dos Campos e Viçosa. Posterior a pré-seleção em reunião com representantes do CEDU/UFAL e da SEE/AL, definiram-se os municípios em que seria realizada a capacitação, sendo estes: Arapiraca com duas escolas contempladas, Palmeiras dos Índios também com duas escolas, São Miguel dos Campos com duas escolas selecionadas e Maceió com quatro escolas.

Depois deste momento, buscaram-se a articulação e a mobilização junto às prefeituras, secretarias de educação e conselho de direitos da criança e do adolescente dos municípios participantes, para atingir os objetivos do projeto. Vale ressaltar que, a metodologia utilizada consiste na participação de toda comunidade escolar (a exemplo de professores, diretoria, conselho escolar, serviços gerais, etc.) na capacitação, para a qual foram selecionadas as escolas que apresentaram o maior grau de vulnerabilidade social e de violência, segundo dados oficiais das secretarias de educação, inclusive, nas escolas que trabalham na temática Direitos Humanos. Por fim, resta assinalar que as capacitações foram realizadas através de quatro módulos, cada um com carga horária de 30 horas, em que foram contemplados temas como: os fundamentos sócio-políticos, jurídicos, culturais e educacionais de Educação em Direitos Humanos, totalizando uma carga horária de 120h.

Desta forma, em Maceió, as capacitações iniciaram dia 03 e 04 de junho de 2011 com o Módulo I do qual foi abordado “Os fundamentos sócio-políticos de Direitos Humanos”, nos dias 10 e 11 do mesmo mês deu-se continuidade com o Módulo II em que foi tratado “Os Fundamentos Jurídicos de Direitos Humanos”, dando seguimento ao Módulo III nos dias 17 e 18 de junho com “Os Fundamentos Culturais de Direitos Humanos” e a finalização se deu nos dias 01 e 02 de julho de 2011 com o Módulo IV do qual foram debatidos “Os Fundamentos Educacionais de Direitos Humanos”.

Após concluir a turma de Maceió iniciou-se a capacitação nos municípios do interior de Alagoas, começando com Palmeira dos Índios, seguindo a mesma metodologia, ou seja, módulos I, II, III e IV nos dias 08, 09, 15, 16, 22, 23, 29 e 30 de julho de 2011. Em Arapiraca a capacitação teve início nos dias 15 e 16 de julho com o Módulo I, e seguiu nos dias 22 e 23 com o Módulo II, nos dias 05 e 06 de agosto o Módulo III e finalizou nos dias 29 e 30 do mesmo mês. Em 2011 foi iniciada a última turma no município de São Miguel dos Campos no dia 22 e 23 de junho com o Módulo I, nos dias 29 e 30 com o Módulo II, nos dias 12 e 13 de agosto com o Módulo III, finalizando nos dias 19 e 20 de agosto com o Módulo IV.

O resultado final foi a capacitação de 250 pessoas divididas em profissionais da rede pública de ensino e membros da sociedade civil organizada, tais como: membros do conselho tutelar, conselho escolar e associações de moradores.

2.3.2 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro XLVII– Dados Gerais do Programa 0089

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Ministério da Previdência Social
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wellington da Silva Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	--

Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas
-------------------------------------	--

2.3.2.1 Principais Ações do Programa 0089

- Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Quadro XLVIII – Dados Gerais da Ação 0181

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	Ministério da Educação
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

A presente ação está inserida no grupo de operações especiais, ou seja, considerada como aquelas “que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”, porém um grupo importante de ações com a natureza de operações especiais quando associadas aos programas finalísticos podem apresentar uma medição correspondente ao volume ou carga de trabalho.

A Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões de Servidores Civis obteve despesa em 2011 de R\$ 105.020.643,00, considerando servidores apenas da UFAL. Desse montante, R\$ 85.156.710,32 foram destinados ao pagamento das aposentadorias e R\$ 19.863.932,68 ao pagamento das pensões.

A quantidade de inativos e pensionistas contabilizados pelo SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) até 2011 somou-se 1.844 (1.332 aposentados e 512 pensionistas), enquanto que até 2010 os números foram de 1.774 (1.322 aposentados e 452 pensionistas). No ano de 2011, o número de novos pensionistas foi de 60 e houve 10 novos aposentados, totalizando 70 novos beneficiários desta ação. Em termos percentuais, estes novos beneficiários representaram variação de 3,95% quando comparado com os números de 2010.

2.3.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro XLIX – Dados Gerais do Programa 0750

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	WESLLYNTON LUIZ DA SILVA DE OLIVEIRA
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wellington da Silva Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.3.1 Principais Ações do Programa 0750

- Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**Quadro L – Dados Gerais da Ação 2004**

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

O auxílio à saúde aos Servidores Federais conforme a Portaria Ministerial no 1.983, de 05 de dezembro de 2006 pode se dar de cinco formas, ou seja: (i) rede do Sistema Único de Saúde - SUS; (ii) convênio com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão; (iii) contrato com operadoras de plano de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; (iv) serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade e (v) auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, exclusivamente quando não adotado pela administração pública o contido nos incisos anteriores.

No caso da UFAL, depois de ouvidas as duas entidades representativas dos servidores SINTUFAL – Sindicato dos Servidores da UFAL; e ADUFAL – Associação dos Docentes da UFAL adotou-se a autogestão, optando-se pela GEAP como plano de saúde, embasado, principalmente, em função de boa parte dos servidores já pertencerem a esse plano.

Em 2011, foram beneficiados 1440 servidores e seus dependentes (pensionistas e aposentados da UFAL), de acordo com dados extraídos do SIAPE. Esse número representou um acréscimo de 7,87% quando comparado com o ano de 2010, onde foram beneficiados 1.335 servidores e dependentes. A contratação de novos servidores técnicos e docentes oriundos de concursos justifica o acréscimo no período observado.

- Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**Quadro LI – Dados Gerais da Ação 2010**

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

O pagamento do auxílio pré-escolar foi efetivado por meio da solicitação do servidor com os documentos legais necessários, sendo orientado, a partir do nascimento de seu filho a requerer tal benefício pelo Departamento de Administração de Pessoal – DAP que é pago de 0 a 5 anos de idade. Esse valor também é calculado pelo SIAPE.

Em 2011, o número de auxílios pré-escolar foi de 273, quando analisados os dados e comparado com o ano anterior, o qual obteve 355 auxílios registrados na referida ação, houve redução de 23,10%. Os dados mencionados foram captados pelo SIAPE. Essa redução deve-se ao fato do alcance da idade limite de 6 anos das crianças ter sido atingido, incidindo na perda do auxílio para o beneficiário.

- Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Quadro LII – Dados Gerais da Ação 2011

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

Os servidores da UFAL receberam o pagamento do auxílio-transporte em pecúnia, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165/36, de 23 de agosto de 2001.

O auxílio-transporte foi pago ao servidor desta Universidade a partir de 2009, com a apresentação do formulário próprio que responsabiliza o mesmo pelas informações constantes do referido formulário, bem como o comprovante de sua residência. O valor do referido auxílio é calculado pelo SIAPE, levando-se em consideração o rendimento total de cada servidor e a despesa de transporte que o mesmo tem de sua residência para o trabalho e vice-versa.

Em 2011, 1.173 servidores da UFAL foram beneficiados por esta ação. Em relação a 2010, houve acréscimo de 14,33%, onde 1.026 servidores foram beneficiados. Tal aumento do número de servidores se deu em face das novas nomeações que ocorreram não apenas no Campus Sede, localizado em Maceió, como também nos Campus Arapiraca e Sertão.

- Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Quadro LIII – Dados Gerais da Ação 2012

Tipo	Atividade
-------------	-----------

Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

Os servidores da UFAL receberam o pagamento do auxílio-alimentação na forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados, de acordo com a Lei no 9.527/97.

Todos os servidores perceberam auxílio-alimentação em 2011, nos valores fixados por meio do SIAPE, dependendo de sua carga horária, com exceção daqueles que, ao serem nomeados já percebem em outro órgão. Esses valores correspondem a R\$ 63,00 (sessenta e três reais) para os servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais de trabalho e R\$ 304,00 (cento e vinte e seis reais), para os servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva, no caso de docente.

Em 2011, 2.343 servidores foram beneficiados por esta ação, acréscimo de 6,02% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Já em 2010, 2.210 servidores foram beneficiados por esta ação. Assim como as demais ações pertencentes ao programa 0750, o aumento registrado se refere ao aumento do número de contratações de servidores concursados ocorridas em 2011, cujo registro e controle são realizados por meio do sistema SIAPE.

- Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Quadro LIV – Dados Gerais da Ação 20CW

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP

Resultados:

Com o decreto nº 6.833 de 29 de abril de 2010, que normatiza as ações de assistência a saúde do servidor no âmbito do serviço público federal, foi instituído, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). O SIASS tem como característica o trabalho transdisciplinar desenvolvido por equipe multiprofissional e suas atividades são estruturadas em três eixos: vigilância e promoção à saúde, perícia oficial e assistência; observando que esses eixos traçarão as ações e abordagens biopsicossocial, conduzidas por informações epidemiológicas e avaliações em locais de trabalho.

A UFAL, por meio da PROGEP e sua Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho, possibilita a concretização dessa política selando o Acordo de Cooperação Técnica junto MPOG na consolidação da Unidade SIASS/UFAL. Entre as atividades desenvolvidas pela PROGEP/CQVT dentro dessa ação estão:

- Participação em eventos em prevenção a LER/DORT e de algumas oficinas ocorridas durante o ano;
- 166 (cento e sessenta e seis) atendimentos psicológicos;
- 18 (dezoito) aconselhamentos psicológicos;
- Ações relativas ao desenvolvimento de atividades do Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) – oficinas e reuniões;
- Participação dos servidores da CQVT em seminários e congressos relativos à qualidade de vida no trabalho.

Dentre as atividades realizadas em 2011, a Perícia Oficial em Saúde teve o objetivo de atender os servidores públicos federais e avaliar tecnicamente questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, por meio de médico ou cirurgião-dentista formalmente designado. O quadro abaixo resume tais atividades.

Quadro LV – Dados de Atendimentos da Perícia Oficial em Saúde

Perícia Médica	Quantidade
Licença para tratamento de saúde dos servidores	525
Licença por motivo de doença em pessoa da família	37
Licença à gestante	22
Licença médica dos estudantes	310
Aposentadoria por invalidez	1
Constatações de invalidez de dependente ou pessoa designada e de deficiência do dependente	2
Constatação de deficiência dos candidatos aprovados em concurso público nas vagas de portador de deficiência	3
Exame para investidura em cargo público	175
Avaliação de isenção de imposto de renda	18
Total	1093

Fonte: PROGEP

As ações de vigilância em saúde do servidor tiveram como objetivo reduzir os riscos ou agravos à saúde, através de implementação de ações que possibilitem detectar, analisar e monitorar fatores determinantes e condicionantes do processo saúde/doença/trabalho. Os indicadores de 2011 são apresentados abaixo.

Quadro LVI – Dados do Setor de Vigilância e Promoção à Saúde.

Tipo de Atendimento	Quantidade
Acidente em serviço – atendimento e acompanhamento	47
Avaliação ocupacional	86
Exames ocupacionais	20
Avaliação de tempo insalubre para aposentadoria	99
Visita aos setores/unidades para avaliação	74
Elaboração de parecer técnico – condições de ambiente de trabalho	92
Acolhimento dos servidores	78
Total	496

Fonte: PROGEP

A atuação do Serviço Social na CQVT respaldou-se na construção de respostas concretas para assegurar o direito à saúde integral do servidor. Entre outras atribuições foi viabilizada a articulação com outras instituições, a viabilização do acesso aos direitos sociais, benefícios e serviços assegurados na constituição, a realização de visitas domiciliares, hospitalares e ao local de trabalho para subsidiar o estudo dos casos em análise; e, por fim, a equipe multidisciplinar atuou em campanhas de promoção e prevenção à saúde do servidor.

Quadro LVII – Dados do Setor de Serviço Social /CQVT

Tipo de atendimento	Quantidade
Participação em projetos – LER/DORT; CIST, PPA	34
Atividade de intervenção técnica - Visita domiciliar - Atendimento psicossocial (escuta qualificada) - Entrevista social - Visita institucional	234
Total	268

Fonte: PROGEP

Na ação específica em orçamento destinada à realização dos exames periódicos, a Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho enfrentou alguns obstáculos de ordem administrativa e técnica para a implementação dessa atividade. Diferentemente da execução em 2010, que foi autorizada a realização dos exames periódicos utilizando a GEAP, como operadora oficial, foi orientado pela Procuradoria Geral da União que fosse aberta licitação para contratar outra operadora de saúde que realizasse os exames clínicos, laboratoriais e de imagem para a concretização dos exames dos servidores da UFAL, mas o mesmo não foi executado devido a grande especificação e detalhamento no processo licitatório.

Salienta-se que no primeiro e meados do segundo semestre, realizou-se ações que tinham o objetivo de esclarecer e promover a realização dos exames periódicos entre os servidores da instituição, como oficinas, informações através do site da UFAL, reuniões setoriais, entre outras atividades.

2.3.4 Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Quadro LVIII – Dados Gerais do Programa 0901

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Objetivos específicos	Cumprimento de Sentenças Judiciais
Gerente do programa	---
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wellington da Silva Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	---
Público-alvo (beneficiários)	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

2.3.4.1 Principais Ações do Programa

- Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Quadro LIX – Dados Gerais da Ação 0005

Tipo da ação	Operações Especiais
--------------	---------------------

Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	--
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

Em 2011, o Departamento de Administração de Pessoal – DAP apenas cadastrou, por meio do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, as ações judiciais enviadas pela Procuradoria Geral Federal da UFAL, que foram analisadas e homologadas pelo MEC e Ministério Público, para cumprimento das mesmas.

Ressalta-se ainda que não se tem controle sobre a execução dos precatórios, por ser de competência da Justiça Federal, ou seja, não são pagos por meio da folha de pagamento por meio do sistema SIAPE. Apenas informamos dados contidos nas fichas financeiras dos servidores que fazem parte de alguma ação judicial que são solicitados pela referida justiça ou Procuradoria Geral Federal da UFAL.

De acordo com o controle do DAP, em 2011 foram 98 pensionistas, 912 aposentados e 584 servidores ativos beneficiados pela referida ação, totalizando 1594 servidores da UFAL.

- Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Quadro LX – Dados Gerais da Ação 0005

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Descrição	Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias são de responsabilidade do Governo Federal. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL. Apresenta normalidade na execução.

A ação refere-se ao pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

2.3.5 Programa 1060 – Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Quadro LXI – Dados Gerais do Programa 1060

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	CLAUDIA PEREIRA DUTRA
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série; Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos; Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais; Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural; Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade.

2.3.5.1 Principais Ações do Programa 1060

- Ação 8526 – Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos

Quadro LXII – Dados Gerais da Ação 8526

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Apoiar iniciativas que contribuam para ampliar, diversificar e melhorar a qualidade da oferta de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos
Descrição	Apoio a iniciativas que visam possibilitar o atendimento educacional, com qualidade e aproveitamento, aos jovens e adultos que estejam fora da escola ou em processo de alfabetização, escolarização e escolarização integrada à qualificação profissional, mediante: i) assistência técnica e financeira para a implementação de projetos especiais que visem a melhoria da qualidade nos processos educativos envolvendo jovens e adultos, podendo contemplar capacitação de educadores e gestores da educação de jovens e adultos, inovações na gestão de projetos e/ou na metodologia de alfabetização, utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC) na aprendizagem, aquisição e/ou produção e distribuição de recursos didáticos e demais publicações pedagógicas e conceituais no campo da alfabetização e educação de jovens e adultos, além de propostas originais de alfabetização e educação de jovens e adultos; ii) desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas para diagnóstico, monitoramento e avaliação das ações implementadas nos processos educativos de jovens e adultos; e iii) formação de formadores e implementação de turmas de educação continuada de jovens e adultos que atuam em empreendimentos econômicos solidários.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Coordenador nacional da ação	MAURO JOSÉ DA SILVA
Unidades executoras	

Resultados:

O orçamento disponibilizado para execução da ação foi de R\$ 30.640,00. A ação não foi executada em função de que o recurso ter sido disponibilizado no dia 02 de dezembro de 2011, o que impossibilitou o empenho das atividades.

2.3.6 Programa 1061 – Brasil Escolarizado

Quadro LXIII – Dados Gerais do Programa 1061

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	LUCINEIDE ALVES BARROS
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos; Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio; Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos; Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos; Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos .
Público-alvo (beneficiários)	Crianças, adolescentes e jovens.

2.3.6.1 Principais Ações do Programa

- Ação 8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância

Quadro LXIV – Dados Gerais da Ação 8429

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.
Descrição	Financiamento da Infra-estrutura das Instituições Públicas Ensino Superior - IPES e dos pólos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta- UAB, visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos pólos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Universidade Federal de Alagoas
Coordenador nacional da ação	--
Unidades executoras	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED

Resultados:

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB – foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Em 2011, a UFAL teve 2.976 alunos matriculados nos seus seis cursos (Administração, Administração Pública, Física, Matemática, Pedagogia e Sistema de Informação), além de 750 alunos matriculados nos cursos de especialização do PNAP – Programa Nacional de Formação em

Administração Pública – Gestão Pública, Gestão Municipal e Gestão de Saúde Pública – e 586 alunos matriculados nas especializações da SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, totalizando 4312 alunos matriculados em cursos da modalidade a distância.

O número de alunos acima reforça a necessidade de um contínuo investimento na infraestrutura do Núcleo de EAD, bem como à produção de materiais didáticos pelo corpo docente das unidades acadêmicas envolvidas dos cursos ora aprovados na Instituição. Entre as ações e projetos desenvolvidos pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED da UFAL em 2011 estão:

(1) Conclusão do curso piloto de administração, na modalidade a distância, no âmbito da UFAL nos polos de Porto Calvo, Santana de Ipanema e Maceió, formando bacharéis que, indiretamente, contribuirão para o desenvolvimento regional;

(2) Dando continuidade ao processo de capacitação dos atores da UAB UFAL, foi ofertado um curso de formação inicial e continuada dos profissionais da Universidade Aberta do Brasil em Alagoas, os quais irão atuar nos cursos oferecidos pela UFAL. Tais ações anuais têm se pautadas pelo aprimoramento sistemático das atividades anteriormente realizadas. A melhoria da experiência dos formadores, associada à avaliação dos resultados alcançados, tem estabelecido a redefinição de percursos e metodologias empregadas. A melhor forma de proporcionar esse tipo de experiência é pela própria formação dos professores utilizando essa modalidade, bem como pela formação entre pares.

(3) Oferta dos 7º e 8º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Física e Bacharelado em Sistemas de Informação, modalidade a distância.

(4) Oferta dos 5º e 6º semestre do Curso de Licenciatura em Matemática, modalidade a distância.

(5) Oferta do 3º e 4º Semestres dos cursos de Bacharelado em Administração Pública e 2º Semestre das Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública da Saúde. A execução do curso de bacharelado em administração pública e especialização nas áreas de gestão municipal pública, gestão pública e gestão da saúde pública permitira a expansão da oferta de vagas para o atendimento de demandas regionais reprimidas. O curso de bacharelado possui polos em Arapiraca, Penedo e Piranhas e um polo em Maceió. As especializações possuem um polo na cidade de Arapiraca e outro em Maceió, auxiliando o processo de interiorização do ensino superior e contribuindo para a qualificação profissional, e com isso, melhorando também os indicadores sociais do nosso estado.

(6) Continuidade de oferta de cursos de formação continuada de professores da rede pública da Educação Básica, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, nas temáticas da diversidade, selecionados pelo Edital no 6/SECAD/2009 no intuito de formar os educadores para a superação dos desafios ao reconhecimento e valorização da diversidade brasileira, no enfrentamento do preconceito e para inserção dessas temáticas no cotidiano escolar.

Desta forma, a atividade buscou ofertar formação inicial e continuada para técnicos e docentes do ensino básico no Estado de Alagoas no ano de 2011.

Quadro LXV - Indicadores da Oferta dos Cursos EAD Graduação - 1º Semestre de 2011

Curso	Nº de Disciplinas	Nº de Turmas	Carga Horária
Administração	10	53	600
Administração Pública	06	48	390
Pedagogia	21	242	1.180
Física Licenciatura	22	82	1.460
Matemática Licenciatura	15	35	1.080
Sistemas de Informação	16	64	1.540
TOTAL	90	524	6.250

Fonte: PROGRAD/NTI

Quadro LXVI - Indicadores da Oferta dos Cursos EAD Graduação - 2º Semestre de 2011

Curso	Nº de Disciplinas	Nº de Turmas	Carga Horária
Administração	---	---	---
Administração Pública	06	48	330
Pedagogia	18	31	1.160
Física Licenciatura	23	85	1.580
Matemática Licenciatura	18	49	1.280
Sistemas de Informação	20	80	1.770
TOTAL	85	293	6.120

Fonte: PROGRAD/NTI

- Ação 8744 – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica

Quadro LXVII – Dados Gerais da Ação 8744

Tipo da ação	Descentralizada
Finalidade	Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.
Descrição	Transferência direta de recursos financeiros às secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal, às prefeituras municipais e às escolas federais para atender alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e nas filantrópicas, que tenham registro e certificado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e que oferecem alimentação escolar e, ainda, as escolas indígenas e escolas localizadas em comunidades quilombolas declaradas no censo escolar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	HELIS SACAÉ HUMENO
Unidades executoras	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Resultados:

Os recursos foram recebidos por descentralização de crédito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Deveriam ser empregados em aquisição de gêneros alimentícios de qualidade, para atendimento a alunos da pré-escola. Valor liberado para execução foi de R\$ 6.180, 00, destinado ao núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI. A ação não foi executada devido à inexistência de tempo hábil, considerando que o recurso foi liberado tardiamente.

2.3.7 Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Quadro LXVIII – Dados Gerais do Programa 1062

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos, com melhoria da qualidade.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Eliezer Moreira Pacheco
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Rita Luiza Percia Name
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	1513 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico; 1804 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

2.3.7.1 Principais Ações do Programa

- Ação 20RW – Apoio à Formação Profissional e Tecnológica

Quadro LXIX – Dados Gerais da Ação 20RW

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Ampliação da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica.
Descrição	Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica; Contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional; Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) – Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	UFAL

Resultados:

Recursos referentes ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), da ordem de R\$ 483.450,00. A liberação foi efetivada em dezembro de 2011, sendo executado apenas R\$ 10.970,00 para pagamento de capacitadores. No mês de dezembro foram ofertados 4 cursos, para os alunos do ensino médio de escolas públicas, e uma demanda de 74 alunos. Os cursos foram os de Fotografia, Recepcionista de Eventos, Locutor e Apresentador e Vitrinista.

- Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

Quadro LXX – Dados Gerais da Ação 2992

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Escola Técnica de Artes – ETA da UFAL

Resultados:

As diretrizes filosóficas que norteiam o Projeto Pedagógico da Escola Técnica de Artes da UFAL – ETA, estão em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no 9394/96, o Decreto Federal no 5154 de 23/07/04 e o Regimento Comum das Escolas Técnicas e

desenvolverá ações no sentido de garantir à sua Comunidade Escolar uma educação pública e gratuita de qualidade no campo das artes.

A integração Escola-Comunidade é uma das metas principais da ETA/UFAL e uma exigência da sociedade globalizada, uma vez que a formação do profissional deve estar em estreita relação com as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, a Escola tem como um dos seus objetivos principais a aproximação Escola-Comunidade como forma de estreitar as relações entre a formação técnica escolar e o mercado de trabalho. Essa integração possibilita uma atualização constante dos conteúdos ministrados, cujos resultados se concretizarão em melhores condições de ensino para os discentes.

Em 2010, a ETA teve 215 alunos matriculados, sendo 96 alunos do curso de formação de ator e atriz e 100 alunos nos cursos de extensão de iniciação ao teatro e dança ofertados para a comunidade externa, já em 2011, os números foram um total de 306 alunos oriundos dos cursos técnicos e FIC-Pronatec conforme tabela abaixo. Além disso, em 2011 a Escola Técnica de Artes promoveu oficinas e cursos de extensão abertos a comunidade como cursos de iniciação a violoncelo, dança, teatro e canto, assim como, oficinas com a participação de convidados com renome nacional na área de dança e música, atendo a mais de 300 pessoas. Em 2011 a ETA também implementou ações de no interior do Estado no município de São Miguel dos Campos com cursos de iniciação a música, dança e teatro naquele município.

Outros projetos que merecem menção são os eventos comemorativos “Concerto de Páscoa” e “Concerto de Natal” realizados pela Escola Técnica de Artes e que já fazem parte do calendário estadual e tradicional da região que promove ainda mais a integração entre gerações de pessoas da comunidade e a UFAL.

Em 2011, sua gestão administrativa, a direção da Escola Técnica de Artes implementou canais de comunicação, interação com a comunidade com a reformulação do formato de seu site, intensificou a presença nas redes sócias como facebook, orkut e twitter, demonstrando assim o seu caráter inovador, ágil e aberto a comunidade. A gestão buscou também a retomada das obras de reforma do espaço físico, porém por motivos alheios a direção da escola o projeto ainda não foi finalizado passando a ser a principal meta da gestão em 2012.

-Ação 6380 – Fomento ao desenvolvimento da Educação

Quadro LXXI – Dados Gerais da Ação 2992

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.
Descrição	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas e equipamentos. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Escola Técnica de Artes – ETA da UFAL

Resultados:

Os recursos foram destinados à reforma de parte do prédio onde funciona a Escola Técnica de Artes e para a compra de material permanente num valor total de R\$ 200.000,00.

A Universidade Federal de Alagoas enfrentou aproximadamente 3,5 meses de greve dos Servidores Técnicos Administrativos, prejudicando uma parte da execução das suas ações. Assim, diante da impossibilidade da execução de empenho referente à reforma do prédio, o valor de R\$ 150.911,85 foi devolvido. A reprogramação dessa ação está agendada para o ano de 2012, evitando prejuízos nas atividades da ETA.

Quanto aos recursos provenientes para material permanente, os empenhos foram realizados para aquisição de computadores, aparelhos de ar-condicionado e mobiliários, num montante de R\$ 45.069,00 de um total de R\$ 49.088,15.

2.3.8 Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Quadro LXXII – Dados Gerais do Programa 1067

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Silvia Regina Cardeal
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.8.1 Principais Ações do Programa 1067

- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Quadro LXXIII – Dados Gerais da Ação 2272

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
Coordenador nacional da ação	SERGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP

Resultados:

O gerenciamento das IFES atende a um conjunto de legislação que disciplina a execução orçamentário-financeira e utiliza sistemas como o SIAFI, SIASG e SIMEC conhecidos por todos pela sua vinculação no desempenho das tarefas cotidianas. O cumprimento da legislação acontece com a criação de programas adaptados às normas vigentes e executados pelas empresas públicas. Essa é complementação da Ação 4572.

- Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro LXXIV – Dados Gerais da Ação 4572

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP

Resultados:

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CDRH inovou no modo de organização dos cursos de capacitação através da criação da estrutura modular com ênfase em atualização em administração pública, aumentando assim a quantidade de vagas e cursos, além do aumento da qualidade devido ao foco nas competências necessárias à gestão pública. A CDRH obteve um aumento de 31% nas avaliações de desempenho e estágio probatório realizados; atualizou o quantitativo geral de técnicos, docentes, alunos, laboratórios, bibliotecas e turnos de funcionamento dos setores da UFAL; reformulou 26 e criou 6 formulários racionalizando os processos de trabalho. Além disso, a coordenadoria prestou assessoria às diversas unidades, orientou servidores, criou normatizações diversas, entre outras atividades.

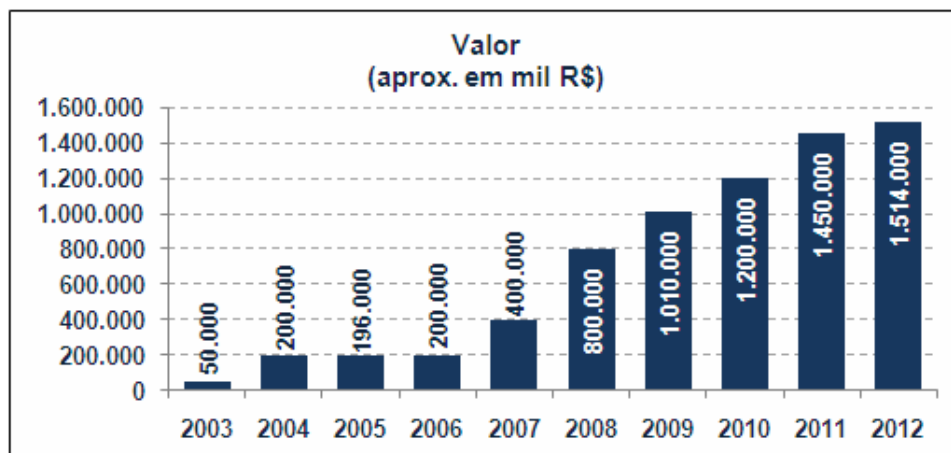


Figura I: Evolução do Orçamento de Capacitação
Fonte: PROGEP

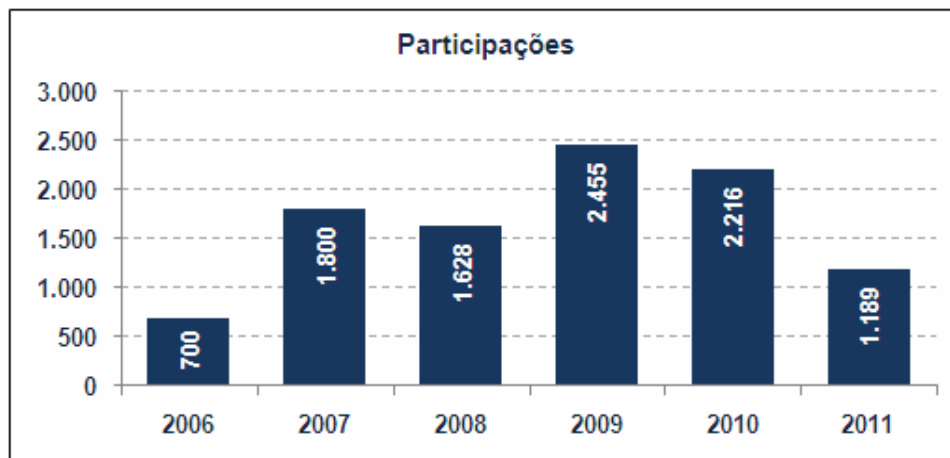


Figura II: Evolução da Participação no Programa de Capacitação
Fonte: PROGEP

A Capacitação, que nos últimos anos sempre ultrapassou todas as metas estabelecidas, este ano, atipicamente, não foi possível atingir a meta. Apesar das vagas serem ofertadas, muitos cursos foram cancelados ocasionados pela ausência de alunos. Um dos fatores que podem ter ocasionado a ausência diz respeito à greve dos técnico-administrativos e docentes.

No cômputo geral, em 2011 foram oferecidos 36 cursos internos e 43 turmas, gerando uma carga horária total de capacitação de 2.055 horas para 1.030 participantes. O quadro abaixo apresenta um detalhamento dos cursos oferecidos.

Quadro LXXV - Relação de Eventos Internos 2011

Cursos	Turmas	Carga horária	Participantes
V Encontro dos Servidores da UFAL	1	12	250
Programa Inserção Novos Servidores	3	16	191
Treinamento Agente Sinfra	3	30	57
Treinamento de prescritores do SUS	1	24	40
Metodologia Científica/Vias Públicas	1	180	37
Atualização em Português	2	40	30
Projeto Curso Desenvolvimento Organizacional	1	97	30
Atualização em Português e Redação/HU	1	72	28
Desenvolvimento de Equipes	2	40	26
Comunicação e Expressão Língua Portuguesa	1	150	22
Atualização em Informática	2	30	21
Treinamento SIE	1	24	20
Administração de Conflitos	1	30	19
Curso de Português/sábados	1	120	17
Corel Draw	1	40	17
Curso Liderança HU/	1	76	17
Inglês Instrumental	1	50	16
Inglês Intermediário	1	150	14
Espanhol Intermediário	1	150	14
Informática Básica/CECA	1	120	14

Relatório de Gestão 2011 - 79

Orçamento	1	20	13
Redação Oficial	1	30	12
Formação de Equipes e Liderança	1	40	11
Compras Governamentais	1	14	11
Access	1	40	10
Comunicação Interpessoal	1	30	10
Treinamento SCDP	1	20	10
Planejamento Estratégico	1	20	10
Espanhol Básico	1	120	9
Inglês Básico	1	120	9
Motivação Humana	1	30	9
Treinamento SISAC	1	8	9
PAD	1	32	9
Br Office	1	30	8
Direito Administrativo	1	30	5
Legislação Financeira	1	20	5
TOTAL	43	2055	1030

Fonte: PROGEP

Deve-se ainda computar os cursos de capacitação externos (eventos de outras instituições). Esses totalizaram 48 eventos com a participação de 159 servidores no ano de 2011. O Quadro a seguir descreve os eventos.

Quadro LXXVI - Relação de Eventos Internos 2011

Evento	Participantes
OFICINA, PALESTRA E PLANEJAMENTO CAMPUS SERTÃO/DELMIRO	25
XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA/MACEIÓ	22
CONGRESSO ALAGOANO DE GESTÃO DE PESSOAS	20
REUNIÃO RCI/MACEIÓ	17
FORMAÇÃO DE PREGOEIROS/MACEIÓ	5
CURSO DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PERIODICOS CIENTIFICOS	5
CURSO DISC/SÃO PAULO	3
FORUM GESTÃO DE PESSOAS/SÃO PAULO	3
PROPRIEDADE INTELECTUAL/RECIFE	3
II ENCONTRO NACIONAL DAS ARQUIVISTAS DAS IFES/SALVADOR	3
REUNIÃO ANDIFES BRASILIA	3
II ENCONTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS BRASILIA	3
XI ENCONTRO NACIONAL DA REDE PERGAMUN/CURITIBA	2
REUNIÃO RCI/FORTALEZA	2
SEMINÁRIO DE CONTRATOS ADMNISTRATIVOS/SÃO PAULO	2
V ENCONTRO NACIONAL DE CERIMONIAL UNIVERSITÁRIO/CURITIBA	2
3 FORUM NACIONAL DE GESTÃO DE PROCESSOS/DF	2
RESCISÃO DE CONTRATOS ,APLICAÇÕES E PENALIDADES	2
VISITA TÉCNICA BIOTÉRIO CECA/FIOCRUZ RIO DE JANEIRO	2
CURSO MOODLE SALVADOR	2
REUNIÃO RCI VITORIA	2
SEMINARIO DE CONCURSO PUBLICO SÃO PAULO	2

5 CBEU	2
CURSO DE CENSO EDUCAÇÃO SUPERIOR/MACEIÓ	1
TREINAMENTO GRAVAÇÃO DE AUDIO/ARAPIRACA	1
VII SEMANA ADMN FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA/BRASILIA	1
VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS/FOZ DO IGUAÇU	1
CURSO REGISTRO DE PREÇOS/SÃO PAULO	1
CLINICA PSIQUIÁTRICA/SÃO PAULO	1
ENCONTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NE/FORTALEZA	1
SIAFI EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FORTALEZA	1
V CONGRESSO NUTRIÇÃO INTEGRADA/SÃO PAULO	1
II SIMPOSIO DA SAÚDE DO TRABALHADOR/PORTO ALEGRE	1
DIVULGAÇÃO DE COMPRAS/RECIFE	1
MASTER COACH/SÃO PAULO	1
ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE PESSOAL/SÃO PAULO	1
WORKSORP INTERNATIONAL ROMIRI PROJECT/GRÉCIA	1
SEMANA ORÇAMENTÁRIA DO RECIFE	1
VII CONGRESSO DE ENSINO SUP À DISTÂNCIA BELO HORIZONTE	1
STARTEC TELECOM RECIFE	1
CONFERENCIA REGIONAL DE ARQUIVOS SALVADOR	1
CURSO CRITÉRIOS PARA FORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO PROCESSUAL NA ADM PÚBLICA BRASILIA	1
III CONGRESSO BRASILEIRO DE FISIOTERAPIA DO TRABALHO SALVADOR	1
XVI SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUE TECNOLÓGICO PORTO ALEGRE	1
SIMPOSIO LATINO AMERICANO DE CIENCIA E ALIMENTO CAMPINAS	1
REUNIÃO DE RH DAS IFES BRASILIA	1
GESTÃO DE FROTAS E VEICULOS RIO DE JANEIRO	1
I CONGRESSO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO BRASILIA	1
TOTAL	159

No ano de 2011 a UFAL reeditou a oferta do Curso de Especialização em Gestão Universitária. Esse curso de qualificação teve um total de 370 horas, com 27 servidores inscritos.

No âmbito da avaliação e acompanhamento dos Servidores, em 2011 foram realizadas 829 avaliações de desempenho para progressão por mérito do técnico-administrativo, sendo que apenas 1 servidor não progrediu. Ocorreram também 592 avaliações de estágio probatório de docentes e 228 avaliações de estágio probatório de servidores técnico-administrativos.

Uma ação importante, realizada pela PROGEP neste ano, foi o estudo de Dimensionamento de Pessoal. Inicialmente foi realizada a pesquisa de distribuição de carga horária dos técnicos administrativos de 25 UORG's da UFAL, totalizando dados de 570 servidores. Com isso foi possível criar uma base de dados, o que gerou a solicitação de remoção de servidores antigos e a alocação correta de novos servidores, otimizando o processo de distribuição de pessoal.

Nos processos de trabalho, houve o redesenho de 26 formulários, onde 24 já foram aprovados pelos departamentos envolvidos, sendo inclusive publicados de forma impressa e online, e a criação de 6 novos formulários.

Entre outras atividades desempenhadas ao longo do ano, podem ser citadas a assessoria às diversas Unidades da Universidade na área de Gestão de Pessoas, o atendimento e orientação aos servidores no que se refere a direitos e deveres, o encaminhamento de processos referentes a redistribuições, a movimentação interna de servidores, respostas a processos de auditoria, encaminhamento de servidores para acompanhamento da CQVT e normatizações diversas.

2.3.9 Programa 1073 – Brasil Universitário

Quadro LXXVII – Dados Gerais do Programa 1073

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Maria Paula Dallari Bucci
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	João Carlos Cordeiro Barbirato
Indicadores ou parâmetros utilizados	1830 - Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior; 1826 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1828 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1827 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação; 3009 - Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno; 1831 - Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno.
Público-alvo (beneficiários)	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, bem como bolsistas das IES privadas

2.3.9.1 Principais Ações do Programa 1073

- Ação 009E – Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil

Quadro LXXVIII – Dados Gerais da Ação 009E

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países que mantêm acordos educacionais e culturais com o Brasil, em especial os países em desenvolvimento como os da África e do Caribe.
Descrição	Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes estrangeiros carentes, matriculados em cursos de graduação, nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, com prioridade para os provenientes dos países da África e do Caribe.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD
Coordenador nacional da ação	HILTON SALES BATISTA
Unidades executoras	PROGRAD e Unidades Acadêmicas da UFAL

Resultados:

A UFAL conta com o Convênio Programa Estudantes-Convênio da Graduação (acordo de cooperação internacional que o governo oferece aos outros países em via de desenvolvimento, exclusivamente África e América Latina). Através do PEC-G, a universidade cria novas vagas para os estudantes visitantes aos quais é concedido o diploma brasileiro mediante a integralização dos respectivos cursos. Anualmente a UFAL oferece uma vaga de cada curso para o PEC-G.

O MEC através do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, o qual disponibiliza bolsas de auxílio financeiro para estudantes que apresentem dificuldades financeiras no âmbito do PEC-G. O processo de seleção é realizado em duas etapas: 1º A pré-seleção, efetuada pela IFES; e 2º, a seleção efetuada pelo MEC. Os critérios de pré-seleção são: (1) Condição socioeconômica; (2) Rendimento acadêmico; (3) Frequência escolar; (4) Previsão de envolvimento do aluno em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e (ou) extensão, em que pesem, preferencialmente, as contribuições do contexto cultural e social do país de origem (oficinas, eventos, seminários, monitorias, projetos de extensão, etc.). Os critérios de seleção (MEC) são: (1) rendimento acadêmico; (2) situação financeira; (3) participação dos estudantes em atividades acadêmicas

extracurriculares; (4) Custo de vida local e (5) Índice de desenvolvimento humano do país de origem do estudante.

O referido projeto, iniciado em 2005, possibilita a candidatura de estudantes PEC-G para recebimento do auxílio, sendo ofertado anualmente, garantindo ao estudante contemplado receber o auxílio durante o período de um ano e com a possibilidade de renovação em futuras seleções. A Pró-Reitoria de Graduação da UFAL vem desenvolvendo ações de acompanhamento e controle do desempenho dos estudantes PEC-G. Através da constatação da dificuldade de comunicação de alguns estudantes PEC-G, foi criado o Curso de Língua Portuguesa para estrangeiros que é desempenhado pelo Grupo PET – Letras, que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em conjunto com os estudantes do PEC-G. Fazem parte do convênio 45 países. Dentre eles estão: Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Angola, Chile, Cuba, Barbados, Nicarágua, México, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos da América, Coréia do Sul, China, Israel, Guiné-Bissau, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe. Em 2010, a UFAL teve 51 alunos dentro do Programa PEC-G, conforme Tabela 73. Do total de estrangeiros participantes do PEC-G na UFAL, 37 alunos foram contemplados com a bolsa PROMISAES em 2010.

Em 2010, a UFAL teve 51 alunos dentro do Programa PEC-G. Do total de estrangeiros participantes do PEC-G na UFAL, 37 alunos foram contemplados com a bolsa PROMISAES. Em 2011, mais 57 alunos foram selecionados para o programa, sendo que 34 receberam bolsas do PROMISAES.

- Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Quadro LXXIX – Dados Gerais da Ação 09HB

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Resultados:

O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias são de responsabilidade do Governo Federal. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL. Em 2010, 2.864 servidores da UFAL foram beneficiados com esta ação. Já em 2011, o número de servidores beneficiados foi de 3.178, 11% maior quando comparado ao ano anterior.

- Ação 119R - REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Quadro LXXX – Dados Gerais da Ação 119R

Tipo	Projeto
-------------	---------

Finalidade	Promover a revisão da estrutura acadêmica e viabilizar a expansão da Universidade Federal de Alagoas, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação, a partir do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, visando à otimização da relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.
Descrição	Reforma e ampliação de edifícios já existentes das unidades acadêmicas em dois Campi da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e implantação de um novo Campus, mediante realização de licitações, de acordo com a legislação específica. No Campus A.C. Simões (Campus Central, em Maceió-AL) serão realizadas reformas, adequações e expansões em 16 prédios de unidades acadêmicas, em salas de aula e na correspondente infra-estrutura, serão adquiridos material permanente e equipamentos para laboratórios, também serão feitas ampliações em 12 prédios novos objetivando ampliar a oferta de vagas iniciais em 4 cursos novos e 631 vagas de expansão dos existentes. Dentre estes prédios encontram-se aqueles destinados à moradia estudantil, restaurante universitário, centro de eventos da UFAL, objetivando a melhora nas condições de permanência da comunidade universitária. No Campus Arapiraca (sede) e seus Pólos (Penedo, Palmeira dos Índios e Viçosa) serão construídos prédios destinados às salas de aula, laboratórios e restaurante universitário. Serão criados mais 3 cursos num total de 100 vagas. O novo Campus Delmiro Gouveia, e seu Pólo Santana do Ipanema, será totalmente implantado, construindo blocos de sala de aula, bloco administrativo, bloco de laboratórios, restaurante universitário, além de toda infra-estrutura (rede elétrica, de água e esgoto, de lógica, estacionamento, pavimentação, parques e jardins), objetivando a criação de 8 novos cursos com 480 vagas no total.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	PROGINST – Pró-Reitoria de Gestão Institucional
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	SINFRA – Superintendência de Infraestrutura

Resultados:

Em 2007, o Governo Federal emitiu o Decreto no 6.096/97 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para a UFAL, trata-se, de fato, de um Plano de Desenvolvimento Institucional que reconhece as possibilidades e potencialidades no atual estágio de desenvolvimento da Instituição bem como as oportunidades que se abrem, propondo as linhas de desenvolvimento necessárias para a sua reestruturação e expansão.

Para receber os recursos previstos no REUNI as Universidades Federais Brasileiras precisaram apresentar projetos de reformulação que incluíam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, a redução do custo por aluno, a flexibilização curricular, a criação de novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão.

Para o Governo Federal, trata-se de um plano de investimentos para reestruturação e expansão das Universidades Federais, o qual investirá na UFAL cerca de R\$ 129 milhões nos próximos cinco anos (R\$ 90.189.562,92 em recursos de custeio e R\$ 38.851.359,74 em recursos de capital).

O indicador para essa ação é a criação de novas vagas ao final dos cinco anos. Com isso, garantiremos o aumento de mais de 20% de matrículas na graduação. Além deste, há os indicadores: número de vagas na capital e no interior, número de vagas em cursos noturnos e número de vagas na pós-graduação.

O REUNI representou também a segunda etapa do projeto de interiorização da UFAL. Isso consistia na implantação do Campus do Sertão, com sede no município de Delmiro Gouveia e com uma Unidade de Ensino em Santana do Ipanema. Em 2010, o Campus do Sertão começou a funcionar ofertando, inicialmente, 8 (oito) cursos de graduação, conforme **Quadro LXXXI**.

Relatório de Gestão 2011 - 84

Sede	Eixo	Curso	Vagas
Delmiro Gouveia	Educação (licenciaturas)	Geografia	80
		História	80
		Letras	80
		Pedagogia	80
	Tecnologia	Engenharia Civil	80
		Engenharia de Produção	80
Santana do Ipanema	Gestão	Ciências Contábeis	40
		Economia (ênfase em econ. sustentável)	40
Total	3	8	560

Fonte: PROGINST

Deve-se observar que o Campus do Sertão enfatizou, junto com a sua Unidade de Ensino, as questões referentes à formação de professores (em complementaridade com o Campus de Arapiraca), às grandes estruturas construídas e seus impactos, à produção de hidroeletricidade, à contabilidade e gestão de (pequenas e médias) empresas sustentáveis e à comunicação social, considerando, especialmente, o contexto do Semi-árido (caatinga). O **Quadro LXXXII** mostra os dados gerais do Campus do Sertão da UFAL.

Quadro LXXXII - Dados Gerais do Campus do Sertão

Indicador	Total
Número de cursos	08
Número de cursos diurnos	05
Número de cursos noturnos	03
Número de vagas	560
Número de inscritos no PSS	1.250
Número de alunos ingressantes	494
Número de alunos matriculados	493

Fonte: PROGINST

Conforme **Quadro LXXXIII**, com relação ao número de cursos de graduação presencial, verificou-se no período de 2003-2011 um aumento de 46 novas ofertas de cursos na UFAL, ou seja, um aumento de aproximadamente 85%.

Quadro LXXXIII - Evolução do Número de Ofertas de Cursos de Graduação Presencial

Número de Ofertas de Cursos*	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
No Ofertas de Cursos Diurnos	35	35	35	54	55	58	59	64	68
No Ofertas de Cursos Noturnos	19	19	19	22	22	25	24	27	32
TOTAL DA OFERTA	54	54	54	76	77	83	83	91	100

Fonte: COPEVE

* Cada habilitação é considerada como uma oferta de curso.

Quadro LXXXIV - Evolução das Vagas da Graduação Presencial

Número de Vagas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total de Vagas de Ingresso	2.225	2.225	2.225	3.252	3.347	3.347	4.103	4.833	5.193
Vagas Diurnas	1.545	1.545	1.545	2.387	2.482	2.482	2.981	3.431	3.651
Vagas Noturnas	680	680	680	865	865	865	1.122	1.402	1.542

Fonte: COPEVE

Quando observado o número de vagas oferecidas, nota-se que de 2010 para 2011 o acréscimo total foi de 7,5%, enquanto o acréscimo noturno ficou em torno de 10%. Já do período de 2007 a 2011, período de implantação do REUNI, o esforço total representou um acréscimo de 55,15%, enquanto o noturno representou um acréscimo de 78,3%. Assim, pode-se afirmar que a meta do REUNI foi prontamente alcançada na UFAL.

- 1H55 – Expansão do Ensino Superior - Campus Agreste**Quadro LXXXV – Dados Gerais da Ação 1H55**

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Viabilizar a implantação do Campus Agreste, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior de Graduação e de Pós-Graduação, realizar atividades de extensão e desenvolver pesquisas.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Superintendência de Infraestrutura – SINFRA

Resultados:

Em setembro de 2006, dezesseis cursos foram ofertados no Campus de Arapiraca e suas três unidades de ensino e pesquisa (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa) com um total de 640 alunos/ano e 2.560 alunos (quando em pleno funcionamento), 58 professores (21 doutores, 33 mestres e 4 especialistas) todos com dedicação exclusiva e 20 funcionários técnico-administrativos. Durante estes cinco anos de existência o Campus de Arapiraca vem crescendo conforme pode ser observado pela **Quadro LXXXVI**.

Quadro LXXXVI - Evolução dos indicadores acadêmicos do Campus Arapiraca

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Número de Cursos de Graduação	16	16	16	16	16	19
Número de Cursos Noturnos	---	---	---	---	---	3
Número de Vagas de Ingresso via Vestibular	640	640	640	770	770	890
Número de Vagas Noturnas	---	---	---	---	---	120
Número de Vagas de Evasão	01	30	28	38	84	108
Número de Vagas Ofertadas p/ Matrícula por Transferência	---	---	60	34	07	236
Número de Ingressos via Vestibular	635	684	651	771	738	887
Número de Ingressos via Transferência	---	---	---	08	04	08
Número de Ingressos por Outras Vias*	04	17	10	26	37	67
Número de Matriculados Efetivos	635	1.262	1.736	2.311	2.837	3.442
Número de Alunos Formados	---	---	---	01	33	174
Número de Alunos Diplomados	---	---	---	01	33	174

Fonte: NTI/CRCA-Arapiraca/DRCA

* Principalmente oriundos de reopção de curso.

A grande e imensurável contribuição que a UFAL tem dado para alavancar o desenvolvimento dessa região está focada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- A expansão e a democratização do acesso a educação superior pública de qualidade. Os candidatos aprovados no Concurso Vestibular no Campus de Arapiraca e suas Unidades são originários de 50, entre os 102 municípios de Alagoas e de 3 municípios dos Estados vizinhos de Sergipe e de Pernambuco, o que demonstra não só a expansão da educação superior mas também sua democratização;
- Formação de quadros críticos e competentes nas diversas áreas do conhecimento humano – agrárias, educação, gestão, humanidades, saúde e tecnológica. Levando-se em conta que até aqui Arapiraca e região desenvolveu-se à base das atividades agropastoris, onde nem sempre se exigia qualificação profissional, agora ela desponta como líder no setor de serviços, comércio e construção civil;
- Produções científicas que visem disponibilizar soluções inovadoras no sentido de resolver os graves problemas estruturais da região do agreste alagoano, principalmente na área da educação, saúde e ciências agrárias. Isto já pode se constatado pelos inúmeros projetos de

extensão e de pesquisa, aprovados por órgãos de financiamento externo, que tem como objeto resolver questões locais e regionais nas diversas áreas do conhecimento humano;

- Ampliação do compromisso social da Instituição ao relacionar a sua missão de formação profissional e de produção de conhecimentos, à prospecção e à crítica, mas, sobretudo, à capacidade de induzir transformações positivas no seu contexto. A missão maior da Universidade é formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento social. É importante ressaltar que o projeto acadêmico-pedagógico do Campus de Arapiraca é inovador, flexível e facilita a promoção da inclusão social através da formação competente e cidadã de profissionais comprometidos com a disseminação da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sustentável do interior de Alagoas.

Abaixo, segue histórico do orçamento destinado ao cumprimento da ação:

Quadro LXXXVII - Evolução Orçamentária do Campus de Arapiraca – 2005-2011

Ano	Orçamento Destinado
2005	R\$ 6.200.360,89
2006	---
2007	R\$ 4.520.750,00
2008	R\$ 3.981.682,00
2009	R\$ 6.885.703,00
2010	R\$ 3.472.788,0
2011	R\$ 4.557.700,00
Total	R\$ 29.618.983,89

Fonte: PROGINST

Com o orçamento recebido ao longo dos cinco anos de funcionamento mais o orçamento inicial de implantação, o Campus Arapiraca recebeu aporte financeiro da ordem de R\$ 29.618.983,89. Em 2011, esse valor representou R\$ 4.577.700,00 investidos na melhoria das atividades do Campus como: ampliação dos laboratórios e salas de aula; aditivos a obras em andamento como ginásio de esportes e piscina olímpica, entre outros; pavimentação de parte do seu acesso e iluminação.

- Ação 4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação

Quadro LXXXVIII – Dados Gerais da Ação 4002

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes, e a assistência médico-odontológica.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria Estudantil – PROEST
Coordenador nacional da ação	--
Unidades executoras	Pró-Reitoria Estudantil – PROEST

Resultados:

Ação plenamente atendida considerando que a UFAL ampliou para 1.244 os alunos que no ano de 2011 chegaram a receber algum tipo de bolsa permanência; concedeu 2.086 ajuda de custo, somadas os referentes a trabalhos apresentados em congressos, estágios rurais, aprendizagem de uma segunda língua, entre outros; ampliou o número de refeições diárias servidas no restaurante universitário de 2.000 para 2.492. Para observar outras ações de 2011, pode-se observar o quadro abaixo.

Quadro LXXXIX - Números da Assistência e Permanência Estudantil

Indicadores	2010	2011
Aluno Bolsista (Bolsa Permanência)	836	1.244
Auxílio Alimentação	32	92
Auxílio Moradia	39	111
Residentes da Residência Universitária	113	92
Nº de Refeições – RUA	56.208	47.924
Alunos Assistidos para uma 2ª língua	238	184
Aluno Assistido (Restaurante Universitário)	1.814	2.011
Refeições Servidas a Estudantes/dia no Restaurante Universitário	2.000	2.492
Número de estudantes que receberam apoio para apresentação de trabalhos científicos	1.493	1.427
Alunos atendidos no Centro de Inclusão Digital	669	260

Outras iniciativas relevantes para o cumprimento da ação foram:

- Eliminação de taxa cobrada no restaurante universitário para os alunos em vulnerabilidade social;
- Ampliação da residência universitária que terá capacidade de atendimento de 460 alunos. A obra está em andamento e a previsão de funcionamento é para 2012;
- Ampliação do restaurante universitário, dobrando a sua capacidade diária de fornecimento de alimentação. A obra está em andamento e a previsão de funcionamento é para 2012;
- Realização de vários eventos culturais junto aos alunos de graduação;
- Ampliação da frota de transporte para atendimento aos estudantes nas suas atividades de campo e de representação local, regional e nacional;
- 743 atendimentos médicos-odontológicos a alunos no ano de 2011.

- Ação 4004 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária

Quadro XC – Dados Gerais da Ação 4004

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade.
Descrição	Realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários, e simpósios científicos e culturais; desenvolvimento de programas de assistência social a comunidades carentes; e, implementação de ações educativas e culturais, além da manutenção da infra-estrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	PROEX
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	PROEX

Resultados:

No ano de 2011 foram quase 800 ações, organizadas em 40 programas e subdividades em 461 projetos, 123 cursos e 161 eventos. O público total atingido de forma direta e indireta está estimado em 1.487.968, segundo a PROEX.

Neste sentido, destacam-se como principais ações: a) programas Proinart, Ações Afirmativas ‘Odè Ayè’ e o Pró-Extensão; b) ampliação na captação de recursos por intermédio de editais nacionais; c) melhoria no processo de registro e fluxos administrativos; d) implantação do Portal da Extensão e o Banco de Ações de Extensão; e) criação da revista eletrônica ‘Extensão em

Debate' com o objetivo divulgar a produção científica vinculada à extensão, com periodicidade semestral; f) implantação do projeto “Cursos de Verão e Inverno”; g) reestruturação do Programa Casas de Cultura e criação de cursos de línguas estrangeiras no Campus A.C Simões; h) revitalização dos espaços e equipamentos culturais; i) criação da Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública; j) aumento significativo do número de bolsas para estudantes, da ordem de 45%; l) Interiorização do Programa Conexões de Saberes; e m) Implantação da Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI.

- Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Quadro XCI – Dados Gerais da Ação 4008

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.
Descrição	Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Biblioteca Central da UFAL
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Biblioteca Central da UFAL e Unidades Acadêmicas

Resultados:

O Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFAL) conta com 01 Biblioteca Central e 13 Bibliotecas Setoriais, conforme a seguinte distribuição: Maceió: Biblioteca Central; Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias; Biblioteca Setorial no Instituto de Ciências Biológicas; Posto de atendimento no Instituto de Matemática; Posto de Atendimento no Instituto de Física; Posto de atendimento no Instituto de Química; Posto de atendimento no Mestrado em Letras e Posto de atendimento no Espaço Cultural. Interiorização: Biblioteca Setorial no Campus de Arapiraca; Biblioteca Setorial na Unidade de Palmeira dos Índios; Biblioteca Setorial na Unidade de Viçosa, Posto de atendimento na Unidade de Penedo; Posto de Atendimento no Campus do Sertão e Posto de atendimento na Unidade de Santana do Ipanema.

O SIBI/UFAL conta atualmente com um acervo de 190.541 exemplares e 41.522 títulos. Em 2011, foram realizadas a 05 (cinco) licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, objetivando adquirir 4.637 títulos e 36.047 exemplares que serão incorporados ao acervo em 2012.

Quadro XCII - Análise Comparativa dos Indicadores do SIBI/UFAL

Indicadores Gerais do Acervo	2009	2010	2011
Títulos de livros	34.637	36.885	41.522
Exemplares de livros	143.568	154.494	190.541
Títulos de periódicos nacionais	1.107	1.107	1.107
Jornais	05	05	05
Monografias (graduação)	5.055	5.629	5.910
Monografias (especialização)	3.023	3.034	3.089
Dissertações	1.594	1.713	1.768
Teses	530	541	545
Indicadores referentes aos serviços ofertados			
Empréstimo de livros	271.045	284.003	301.682
Reserva de livros (*)	8.444	11.030	9.301
Leitores inscritos	19.332	19.928	22.501
Catalogação na Fonte	384	422	517
Pesquisas on-line realizadas pelos usuários (**)	27.200	40.000	---

Comutação bibliográfica (***)	1.068	811	83
Levantamentos bibliográficos (****)	265	240	150
Treinamentos Portal CAPES (****)	10	18	1
Treinamentos em Bases de E-Books	03	03	---

Fonte: Biblioteca Central

* O acréscimo de exemplares, tem possibilitado diminuição do número de reservas, o que é extremamente positivo; ** Devido a inconsistência nos servidores da BC, não foi possível totalizar as Pesquisas on-line realizadas pelos usuários ao sistema de gestão do acervo do SIBI/UFAL; ***A diminuição da comutação bibliográfica, deve-se ao aumento no número de artigos disponibilizados on-line, tanto nas bases adquiridas pela Biblioteca Central, como no Portal CAPES; ****Aumento no número de pesquisas feitas pelos próprios usuários, ocasiona a redução do número de levantamentos solicitados; *****Os treinamentos realizados pelo Via Pesquisa para os usuários, têm dado bons resultados, observado-se que o próprio usuário está atuando como multiplicador, ensinando eles mesmos, aos colegas, como fazerem as pesquisas.

Os resultados dessa ação contribuíram para o cumprimento da política de desenvolvimento do acervo da UFAL e, conseqüentemente, atender as demandas da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Ressalta-se ainda que a UFAL, por meio da Biblioteca Central, unidade coordenadora do Sistema de Bibliotecas, vem investindo de forma permanente e sustentada, desde o ano de 2004, na aquisição de acervo em todas as áreas do conhecimento.

- Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação

Quadro XCIII – Dados Gerais da Ação 4009

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infra estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional/PROGINST
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria Estudantil, Núcleo de Tecnologia da Informação, Departamento de registro e Controle Acadêmico.

Resultados:

A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD vem intensificando suas atividades relacionadas ao meio acadêmico, sobretudo dando enfoque às questões da graduação. Em 2011, A UFAL possuía 20.953 alunos efetivamente matriculados nos seus 80 cursos de graduação, distribuídos da seguinte forma: 53 no Campus A. C. Simões, 19 no Campus Arapiraca e 8 no Campus Sertão. Em 2011 foram várias as ações realizadas dentro de um planejamento que visa o bem estar dos envolvidos com o ensino de graduação na UFAL, quer sejam técnicos, alunos ou professores, num processo de melhoria contínua dos serviços oferecidos pela PROGRAD. Dentre as ações com maior relevância podemos citar:

- Ampliação do acesso aos cursos de graduação da UFAL. Ampliação do acesso aos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial como na modalidade a distância, dando

prioridade para o turno noturno. Resultados alcançados: de 2010 para 2011 ocorreu um aumento de 4.833 para 5.193 vagas presenciais;

- Revisão junto aos colegiados de Projetos Pedagógicos e construção dos projetos pedagógicos de Ciências Sociais Licenciatura e Letras Português, na modalidade a distância;
- Acompanhamento das comissões de avaliação para reconhecimento ou renovação do reconhecimento dos cursos de graduação. Em especial com o reconhecimento de 14 cursos no Campus Arapiraca.

Na parte de infraestrutura, no ano de 2011, foram ampliados espaços de salas de aula, laboratórios e espaços administrativos (coordenações, sala de professores e outros). Também ocorreram reformas e trabalhos de manutenção em espaços existentes como banheiros, salas de aula, salas administrativas, auditórios, espaços esportivos, entre outros.

Foram entregues novos espaços de salas de aula e espaços de apoio acadêmico e administrativos nos seguintes locais: Faculdade de Medicina, do Instituto de Ciências Biológicas da Saúde, do Instituto de Matemática, do Instituto de Física, do Centro de Ciência Tecnológica, da Faculdade de Letras, da Coordenadoria de Educação a Distância, da Comissão Permanente de Vestibular, Instituto de Química, Campus Arapiraca e Campus do Sertão.

Na parte de material permanente, a criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos existentes demandaram uma série de compras como: equipamentos de vidraria, balanças, equipamentos eletro-eletônicos, cilindros de oxigênio, microscópios e materiais esportivos para laboratórios; cadeiras, mesas, data show e quadros para salas de aula; bebedouros, aparelhos de ar-condicionados, telefones, material de rede de internet, computadores e mobiliários para os espaços de apoio acadêmico e administrativos.

Ainda podem ser citados, em função da ampliação da graduação: aquisição de novos veículos para mobilidade estudantil em atividades de campo; ampliação dos serviços de limpeza e segurança; demanda crescente de energia, internet, telefonia e água.

- Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

Quadro XCIV – Dados Gerais do Programa 8282

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover a revisão da estrutura acadêmica das universidades federais, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.
Descrição	Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão, elaborados pelas Universidades Federais, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços. A expansão referida nesta ação não pode caracterizar início de projetos de grande vulto que, conforme legislação em vigor, só poderão ser executados à conta de crédito orçamentário específico, vedado o empenho de valores a eles destinados em outra dotação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-reitoria de Gestão Institucional
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-reitoria de Gestão Institucional, Superintendência de Infra-Estrutura

Resultados:

O REUNI apresenta-se como a oportunidade que a UFAL necessitava para consolidar o seu crescimento e reafirmar o seu compromisso social – enquanto instituição pública e gratuita com a

sociedade que lhe dá suporte e contexto, ressaltando o seu papel de vetor de desenvolvimento regional e estadual. Para tanto, a UFAL elegeu como prioridades:

- Expansão do Campus Maceió: formação graduada e pós-graduada, produção do conhecimento e extensão;
 - Expansão da Instituição para o interior: consolidação do Campus de Arapiraca e implantação do Campus do Sertão (segunda etapa de seu Projeto de Interiorização);
 - Consolidação da reestruturação administrativa e pedagógica (iniciada em 2005).
- Tais prioridades apresentam objetivos específicos:
- Criar novos cursos de graduação e pós-graduação vinculando-os, quando possível, ao desenvolvimento estadual;
 - Implantar novas turmas nos cursos já existentes, particularmente no período noturno, visando ampliar a política de inclusão;
 - Oportunizar com maior intensidade a inclusão social por meio da ampliação do Campus de Arapiraca e da implantação do Campus do Sertão;
 - Ampliar e fortalecer os grupos de pesquisa de modo a incrementar a produção científica da UFAL;
 - Consolidar e expandir os programas de extensão, articulando-os às demandas sociais;
 - Consolidar iniciativas de desenvolvimento cultural;
 - Implementar política de Desporto Universitário;
 - Ampliar o quadro de docentes e técnico-administrativos;
 - Investir na qualificação dos técnico-administrativos e na preparação pedagógica docente;
 - Ampliar a assistência estudantil: número de bolsas, número de comensais e de residentes, assistência médica-odontológica;
 - Criar núcleos de: assistência pedagógica, assistência psicológica;
 - Melhorar as condições de permanência dos discentes, principalmente daqueles que apresentam vulnerabilidade social e econômica;
 - Criar espaços coletivos de convivência da comunidade universitária;
 - Ampliar a infraestrutura física da Universidade;
 - Criar grupos de gestão e de execução do projeto de expansão.

Em 2011, foi dada continuidade na expansão universitária, com a continuidade da construção de novos prédios no dia 25/11/2011 foram inauguradas 10 obras a cerimônia contou com a presença do secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, que veio a Maceió como representante do MEC. As obras inauguradas neste dia foram:

1. Almoarifado Central da UFAL
2. Ampliação do bloco de salas de aula do curso de educação física do centro de educação – CEDU/UFAL
3. Bloco de Laboratório de Graduação do Instituto de Física – IF/UFAL
4. Bloco administrativo do instituto de ciências biológicas e da Saúde – ICBS/UFAL
5. Sede administrativa da faculdade de Medicina –FAMED/ UFAL
6. Sede da Faculdade de Letras – FALE/UFAL
7. Bloco de Salas de aula do instituto de Matemática – IM/UFAL
8. Bloco de Laboratório de graduação do Instituto de Química e Biotecnologia – IQB/UFAL
9. Bloco de Sala de Aula do Centro de Tecnologia– CTEC/UFAL
10. Sede da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED/UFAL

Algumas destas obras já tinham sido entregues à comunidade acadêmica, mas com a presença do secretário as mesmas foram inauguradas oficialmente.

No final do ano ainda contou com a licitação de 06 (seis) novas obras, das quais duas serão construídas no Campus A. C. Simões, duas nos Campus Arapiraca e duas Polo Viçosa. As obras licitadas foram as seguintes:

1. Construção do Hospital de Medicina Veterinária do Pólo Viçosa.

2. Construção do Bloco 09 de salas de aulas ICBS
3. Construção do prédio de Biblioteconomia
4. Reforma e adaptação na ESENFAR/CSAU UFAL
5. Construção do bloco de Coordenações – Campus Arapiraca Construção do Hospital de Clínicas Veterinárias do Pólo de Viçosa
6. Construção do Laboratório Estruturante.

Quadro XCV - Evolução da oferta de cursos e vagas na graduação presencial da UFAL

Indicadores	2010	2011	% aumento
Número Total de Ofertas de Cursos	93	100	9,89%
Número de Ofertas de Cursos Noturnos	26	32	18,52%
Número de Ofertas de Cursos Diurnos	67	68	6,25%
Número de Vagas Oferecidas	4.833	5.193	7,45%
Número de Vagas Oferecidas Diurnas	3.431	3.651	4,88%
Número de Vagas Oferecidas Noturnas	1.402	1.542	9,99%

Fonte: PROGINST

2.3.10 Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Quadro XCVI – Dados Gerais do Programa 1375

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	EMÍDIO CANTÍDIO DE OLIVEIRA FILHO JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Josealdo Tonholo
Indicadores ou parâmetros utilizados	2137 - Índice de Doutores Titulados no País; 2135 - Índice de Mestres Titulados no País; 2139 - Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional;
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

2.3.10.1 Principais Ações do Programa 1375

- Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País

Quadro XCVII – Dados Gerais da Ação 0487

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de recursos humanos de alto nível e a cooperação nacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, proporcionando aos discentes, docentes e pesquisadores o necessário aporte de recursos financeiros para as atividades dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, recomendados pela Capes, nos quais eles atuam.

Descrição	Concessão de bolsas de estudo no país e demais auxílios a elas vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílios acadêmicos, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso e de estudos acadêmicos, necessários à formação de alunos e aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no País, assim como, o apoio financeiro às instituições de ensino superior e a bolsistas para capacitação em cursos de formação pós-graduada. Implementação de inovações visando à melhoria do ensino, incentivando a interação entre áreas do conhecimento e níveis de formação, promovendo a formação de pessoal necessário ao desenvolvimento de projetos destinados à redução das desigualdades regionais e na promoção de instituições e de áreas de conhecimento consideradas prioritárias para o País, por meio de parcerias institucionais, concessão de bolsas de estudo e demais auxílios a elas vinculadas; assim como, o apoio necessário ao desenvolvimento e registro de patentes. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e instrumentos legais próprios entre a CAPES e instituições brasileiras. Esta ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas "in loco".
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEP
Coordenador nacional da ação	EMÍDIO CANTÍDIO DE OLIVEIRA FILHO
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEP

Resultados:

O programa de demanda social promove a formação de recursos humanos de alto nível, necessários ao desenvolvimento do País, por meio da concessão de bolsas aos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) avaliados pela CAPES e oferecidos por instituições públicas.

As bolsas de estudo da demanda social são gerenciadas pelas instituições e cursos de pós-graduação os quais são responsáveis pela seleção, concessão e acompanhamento dos bolsistas, conforme orientações da CAPES.

O programa de demanda social apóia os 26 cursos de mestrado e 08 cursos de doutorado da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas, somando um total de 252 bolsas de mestrado e 101 bolsas de doutorado. Além das bolsas pagas pela CAPES, a UFAL fez um aporte para os seus Servidores na ordem de mais de R\$ 400.000,00 para auxílio. O **Quadro XCVIII** apresenta a distribuição de cotas e recursos por Programa de Pós-Graduação, durante o ano de 2011.

Quadro XCVIII - Distribuição de cotas e recursos por Programa *Stricto Sensu*

PROGRAMA	NÍVEL	COTA CURSO 2011	
		M	D
Agronomia (Produção Vegetal)	M	15	---
Ciências da Saúde	M	07	---
Dinâmica do Espaço Habitado	M	14	---
Direito	M	06	---
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	M	08	---
Economia	M	08	---
Educação	M/D	12	05
Enfermagem	M	02	---
Engenharia Civil	M	11	---
Engenharia Química	M	16	---
Física da Matéria Condensada	M/D	21	19
Letras e Linguística	M/D	08	20
Matemática	M	06	---
Matemática (associação com a UFBA)	D	---	03

Materiais	D	---	10
Meteorologia	M	13	---
Modelagem Computacional de Conhecimento	M	10	---
Nutrição	M	16	---
Proteção de Plantas	M/D	13	08
Psicologia	M	05	---
Química e Biotecnologia	M/D	26	25
Recursos Hídricos e Saneamento	M	08	---
Rede Nordeste de Biotecnologia (associação com a UECE)	D	---	11
Serviço Social	M	08	---
Sociologia	M	08	---
Zootecnia	M	11	---
Total		252	101

FONTE: PROPEP

- Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Quadro XCIX – Dados Gerais da Ação 4006

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas, Programas de Pós-Graduação da UFAL e PROPEP

Resultados:

Os recursos PROAP/CAPES destinados à UFAL totalizaram, nesse ano de 2011, R\$ 932.370,00 que foram destinados aos Programas e à Pró-Reitoria de Pesquisa, de acordo com o **Quadro C** a seguir apresentado.

Quadro C – Recursos PROAP

PROGRAMAS	RECURSOS (R\$)
Rede Nordeste de Biotecnologia	32.800,00
Letras e Linguística	72.000,00
Física da Matéria Condensada	82.000,00
Química e Biotecnologia	128.000,00
Meteorologia	30.000,00
Agronomia (Produção Vegetal)	38.000,00
Educação	32.800,00
Engenharia Civil	26.000,00
Sociologia	20.000,00
Dinâmica do Espaço Habitado	34.000,00
Matemática	22.000,00

Serviço Social	20.000,00
Modelagem Computacional de Conhecimento	26.500,00
Direito Público	20.000,00
Recursos Hídricos e Saneamento	24.000,00
Nutrição	40.000,00
Engenharia Química	36.000,00
Ciências da Saúde	28.000,00
Economia Aplicada	21.000,00
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	20.000,00
Zootecnia	25.600,00
Proteção de Plantas	28.000,00
Enfermagem	19.000,00
Psicologia	19.000,00
PROPEP	87.670,00
Total	932.370,00

FONTE: PROPEP

Por questões operacionais o repasse total não atingiu esse montante, ficando um pouco abaixo do esperado. Assim, esse valor atingiu a rubrica de R\$ 870.742,21. Esses valores foram utilizados conforme a demanda de cada programa no sentido de atender minimamente as suas necessidades. Demandas da mesma natureza, que não conseguiram ser executadas pelo PROAP, foram atendidas na sua maioria como: reforma ou complementos de laboratórios; compras de equipamentos de pequeno porte; compra de material de custeio para o funcionamento dos laboratórios.

É importante, contudo, destacar que uma parte desse custeio vem de editais específicos aos quais os pesquisadores são contemplados.

- Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação

Quadro CI – Dados Gerais da Ação 4019

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, custeio de atividades de ensino e pesquisa, execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais.
Descrição	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de bibliotecas, à promoção e participação em eventos científicos, mediante critérios que levem em conta: os méritos acadêmico, científico ou tecnológico, bem como as especificidades regionais e das áreas do conhecimento, a edição de obras científicas e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, assim como a manutenção da Casa do Brasil na cidade universitária, em Paris, que atende a estudantes e a pesquisadores brasileiros em missão de estudo. Implementação de editais específicos e indutores para apoiar ações de investimento na modernização da infra-estrutura de equipamento de laboratório compartilhado de programa de pós-graduação visando à formação de recursos humanos e a melhoria da pesquisa científica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEP
Coordenador nacional da ação	EMÍDIO CANTÍDIO DE OLIVEIRA FILHO
Unidades executoras	Programas de Pós-Graduação da UFAL e PROPEP

Resultados:

Parte dos recursos do PROAP, visto na ação anterior, são para custear a demanda de passagens e diárias nos cursos e Programas de Pós-Graduação. O PROAP também tem sido utilizado para a compra de alguns exemplares de livros, melhorando a condição das bibliotecas, sejam elas as setoriais, seja ela a central. Na ação 4008 – Acervo de Livros, muito foi feito dentro do sistema de compras do SIBi que atendia diretamente aos programas de pós-graduação.

As Unidades Acadêmicas receberam repasses da descentralização orçamentária, a qual diz respeito ao funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação. Dentro das ações executadas pelas mesmas foi identificado uso de parte desses recursos para apoiar a publicação de revistas científicas. Em diversas ocasiões a UFAL, através de orçamento não descentralizado, fez aportes financeiros para garantir uma demanda mínima para essas publicações.

Cabe destacar ainda os recursos, utilizados em 2011, relativos ao Pró-equipamentos (edital de 2009), no valor aproximado de R\$ 1.080.000,00, e CTinfra (edital 2010), no valor aproximado de R\$ 5.200.000,00.

2.3.11 Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania

Quadro CII – Dados Gerais do Programa 1377

Tipo de programa	Projeto
Objetivo geral	Apoiar projetos que visem à promoção dos direitos humanos, da cidadania e da sustentabilidade socioambiental
Objetivos específicos	--
Gerente do programa	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Universidade Federal de Alagoas
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.11.1 Principais Ações do Programa 1377

- Ação 8751 – Apoio à Inserção das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente no Processo Educacional

Quadro CIII – Dados Gerais da Ação 8751

Tipo da ação	Direta e Descentralizada
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Apoio técnico-financeiro a projetos voltados para a promoção da sustentabilidade socioambiental das escolas, das comunidades locais e do país, às temáticas da cidadania, dos direitos humanos e da diversidade em suas múltiplas dimensões. Os projetos devem visar: o desenvolvimento e a consolidação da educação ambiental em todos os níveis de escolaridade e modalidades de ensino; o enfrentamento de toda forma de discriminação (étnico-racial, de gênero, por orientação sexual e outras), inclusive mediante a promoção do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana nos estabelecimentos de Educação Básica; a elaboração de material didático-pedagógico, a formação/capacitação de profissionais em educação (gestores, professores, servidores e profissionais que lidam com a área de educação) com relação às questões de valorização da diversidade e promoção da cidadania e direitos humanos, dentro da Educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Coordenador nacional da ação	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Unidades executoras	UFAL

Resultados:

Ação relativa aos programas desenvolvidos pela UFAL do Edital da SECAD II, perfazendo um total de 3 projetos:

- a) Educação Ambiental – Curso de aperfeiçoamento adiado para o ano de 2012, em função de problemas técnicos ocorridos no Polo de Educação a Distância de São José da Lage. Apesar da não utilização dos recursos de R\$ 13.234,00, da Ação 6333, o planejamento e a produção do material estão executadas;
- b) Educação de Direitos Humanos – Curso de especialização com dotação orçamentária de R\$ 177.429,00 e execução orçamentária de R\$ 127.943,00, utilizada na oferta de 185 horas de carga horária, por meio dos seguintes módulos:
 - Modulo I: Conceitual EAD e Ferramenta Moodle;
 - Modulo II: A Escola como espaço de Direitos Humanos;
 - Modulo III: Fundamentos da EDHDI;
 - Modulo IV: Diversidade, Políticas Publicas e Sociedade I;

O curso foi oferecido na modalidade a distância, tendo como cidades pólos os municípios de Maceió, Santana do Ipanema e Maragogi. Contou, para isso, com 18 professores conteudistas. Em 2011 o curso contava com 400 alunos matriculados;

- c) Educação Étnica Racial – curso de aperfeiçoamento não executado. Orçamento de R\$ 32.173,50 devolvido para a fonte de origem.

2.3.12 Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Quadro CIV – Dados Gerais do Programa 1388

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural
Objetivos específicos	--
Gerente do programa	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Centro de Tecnologia – CTEC/UFAL
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.12.1 Principais Ações do Programa

- Ação 4156 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Quadro CV – Dados Gerais da Ação 4156

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural, a formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre Empresas e Universidades, Instituições de Ensino Superior ou Centros de Pesquisa do país, com vistas ao aumento da produção, à redução de custos e preços, à melhoria da qualidade dos produtos. Financiar pesquisas que tenham como objetivo solucionar ou minimizar impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas aos setores de petróleo e gás natural.

Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, voltados à prospecção, à produção e à refinação de petróleo e gás natural, financiamento de projetos de caráter social que visem reduzir ou solucionar impactos provocados pelas atividades relacionadas aos setores em questão, empreendidos por universidades e centros de pesquisas, sem fins lucrativos, no âmbito do CT-PETRO, mediante a utilização dos royalties pela exploração e pela produção de petróleo ou gás natural e promoção de cursos para treinamento e/ou aperfeiçoamento dos profissionais da área.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Centro de Tecnologia da UFAL

Resultados:

Esta ação corresponde ao projeto referente ao “Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor de Petróleo e Gás”, submetido pelo Centro de Tecnologia (CTEC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para o Edital 04/2009-PRH-ANP/MCT, de novembro de 2009, intitulado “Formação de Profissionais de Engenharia Civil e Química para Atuação no Setor de Petróleo, Gás e Energia”, com aprovação em 19 de maio de 2010, sendo referenciado, desde então, pelo programa PRH-40.

A ação visa formar mão-de-obra especializada no setor de petróleo e gás para atender aos novos empreendimentos a serem desenvolvidos no país. A ANP assumiu a indução na formação e especialização de graduandos, mestrands e doutorands interessados em atuar no setor, através de um programa que oferece recursos financeiros na forma de bolsas e taxa de bancada para cursos com ênfase em atividades dos diversos segmentos da cadeia produtiva na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, tendo como objetivo primordial a qualificação de profissionais que irão responder pela demanda das empresas e pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

O Programa de Formação de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo – PRH40 tem por objetivo subsidiar a formação de profissionais para atuação no setor de petróleo, gás e biocombustível, envolvendo alunos dos cursos de graduação em Engenharia Civil, graduação em Engenharia Química e discentes do Programa de Mestrado em Engenharia Civil. O Convênio PRH40 UFAL/ANP no ano de 2011 recebeu aporte necessário para pagamento de 10 bolsas de graduação (05 bolsas para o curso de Engenharia Civil e 05 bolsas para o curso de Engenharia de Química), bem como 06 bolsas para os discentes do Programa de Mestrado em Engenharia Civil. Por meio de atividades de pesquisas vinculadas ao Programa, os alunos do PRH40 divulgaram os resultados de suas pesquisas em diversos eventos científicos, totalizando 18 publicações em eventos nacionais e 10 publicações em eventos de âmbito internacional. O PRH40 estimulou no último ano a participação de seus bolsistas e colaboradores em distintos congressos nacionais e internacionais, tais como o Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, dentre outros diversos eventos técnicos da área de petróleo e gás e áreas correlatas.

As ações voltadas para treinamento dos bolsistas no ano de 2011 envolveram a oferta de disciplinas eletivas voltadas para a área de petróleo e gás (ex: perfuração de poços, engenharia de reservatório, introdução à engenharia de petróleo, dentre outras), bem como a realização de cursos de curta duração, a exemplo do curso sobre Fluidodinâmica computacional (CFX), dentre outros. Também foram realizados cursos em parcerias com outros PRHs, a exemplo de cursos voltados para a linha de processamento de gás executado pelo PRH28 (UFPE). O PRH40 promoveu uma série de palestras técnicas voltadas para o setor de petróleo e gás, trazendo palestrantes renomados da indústria e academia ligados ao setor, bem como promoveu o I Workshop da engenharia na indústria do petróleo e gás na UFAL. Em 2011 o PRH40 organizou em dezembro a terceira reunião do Comitê de Coordenadores do PRH, que contou com representantes da ANP e Universidade Petrobrás.

O PRH40 também desenvolve atividades de apoio ao curso de Engenharia de Petróleo, sendo responsável pelo programa de nivelamento e apresentação do curso na feira de profissões realizado pelo CTEC no último ano. Visitas técnicas foram organizadas pelo PRH, onde foi possível apresentar aos alunos as unidades da Petrobrás de Pilar e UNSEAL (Sergipe). O ano de 2011 finalizou com o primeiro grupo de alunos formandos egresso ao Programa, sendo 03 bolsistas e 04 colaboradores do curso de Engenharia Civil, 02 bolsistas e 02 colaboradores de graduação em Engenharia Química e 02 mestres egressos do Programa de Mestrado em Engenharia Civil. O PRH40 pretende ampliar sua atuação e solicitou junto à ANP o aumento de cota de bolsas a partir de 2012.

2.3.13 Programa 1448 – Qualidade na Escola

Quadro CVI – Dados Gerais do Programa 1448

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Expandir e melhorar a qualidade da educação básica
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Universidade Federal de Alagoas
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	--
Público-alvo (beneficiários)	Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)

2.3.13.1 Principais Ações do Programa 1448

- Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

Quadro CVII – Dados Gerais da Ação 6333

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas de educação públicos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.
Descrição	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, e desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas de Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenadora nacional da ação	RAFAEL D'AQUINO MAFRA
Unidades executoras	UFAL

Resultados:

Os recursos, na ordem de R\$ 252.208,14, foram destinados à execução de três projetos:

- a) Mais Leitura (Mediadores da Leitura) – trata-se de capacitação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino de Alagoas. O curso propõe atividades práticas com os livros e reflexões teóricas sobre leitura para que os professores formem seus acervos pessoais de livros preferidos, a partir de critérios como diversidade textual, elaboração da linguagem, pertinência temática, qualidade das ilustrações e do projeto gráfico. Dessa forma, seu objetivo principal é, através da experiência da leitura, formar mediadores de novos leitores, considerando como ler, o

que ler e para que ler. O repasse em 2011 foi de R\$ 43.540,00 e execução foi de R\$ 29.664,73, utilizado para o planejamento e a produção de material;

- b) Mais Educação – esse projeto tem por objetivo fomentar atividades educativas que ampliem tempos, espaços e oportunidades educativas com vistas à promoção da educação integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Recursos repassados no valor de R\$ 158.785,07, sendo executado e/ou empenhado o valor de R\$ 123.417,60. Recursos utilizados para planejamento e produção de material para 2 seminários de apresentação do programa e sensibilização dos formadores dos programas nas escolas alagoanas;
- c) Escola Aberta no Final de Semana - consiste na abertura do espaço público escolar aos finais de semana para apropriação pelas comunidades locais. O objetivo é contribuir para a transformação da escola em uma ambiente mais atuante e presente na vida dos estudantes, professores e comunidade, mediante a implementação de ações educativas nos finais de semana objetivando tornar a escola um espaço integralizador, trazendo para ela não somente as crianças, os adolescentes e os jovens – particularmente estudantes da educação básica e da modalidade jovens e adultos das escolas públicas -, mas também a família, valorizando o processo de escolarização, transformando a relação escola-vizinhança, incentivando sua integração e criando as bases de uma cultura da paz e promoção de convivência que valorize a diversidade local, em suas múltiplas dimensões dentro e fora da escola. Recursos repassados no valor de R\$ 49.882,67, sendo executado e/ou empenhado o valor de R\$ 17.203,20. Recursos utilizados com planejamento e reuniões com coordenações das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação em Alagoas.

- Ação 8680 - Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Quadro CVIII– Dados Gerais da Ação 8680

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais, ampliar a capacitação dos docentes da educação básica e desenvolver modelos gerenciais que propiciem melhorias de gestão às secretarias municipais de educação, fortalecendo o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Descrição	Incentivo a formação inicial e continuada de professores e criação de condições para a estruturação da carreira docente; promoção de cursos para sensibilização e capacitação de equipes gerenciais, estudantes e conselhos vinculados à educação nos Estados, Distrito Federal e Municípios; produção de material didático impresso e/ou em multimídia, produção de vídeos e áudios didáticos e/ou de disseminação da ação, videoconferências, realização de encontros estaduais e/ou regionais; orientação sobre a concepção, formulação e avaliação de políticas públicas na área de educação, organização do estudante com vistas a promover a discussão da escola e da qualidade da educação; e para apoio à implementação de modelos de desenvolvimento gerencial de secretarias municipais de educação ou no conjunto de secretarias de municípios de pequeno e médio porte da região do semi-árido brasileiro e/ou que possuam indicadores de qualidade que revelam uma realidade de comprometimento da qualidade da educação, permitindo o aperfeiçoamento do processo de planejamento, a estruturação das funções estratégicas, da modernização administrativa, inclusive com implantação de sistema de informações gerenciais para monitoramento de indicadores educacionais. Assim, a ação se propõe a: Implementar ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais; ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada dos docentes que atuam na educação básica; desenvolver modelos gerenciais visando à melhoria da capacidade das Secretarias Municipais de Educação de forma que priorizem a gestão democrática nos sistemas de ensino e a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, contribuindo com a regulamentação e implementação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Coordenadora nacional da ação	Secretaria de Educação Básica
Unidades executoras	UFAL

Resultados:

Ação referente à execução do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, que visa formar, em nível de especialização, gestores educacionais das escolas públicas da educação básica e contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar básica com qualidade social.

Os recursos recebidos destinam-se a implementação das atividades previstas em todas as etapas de realização do curso de formação, com habilitação em nível de especialização em Gestão Escolar das escolas públicas da Educação Básica, no âmbito do Programa Nacional Escola de Gestores. O curso será desenvolvido na modalidade à distância.

Apesar de os recursos terem sido liberados em 2011, as atividades do curso só terão início em 2012. Em 2011 foi preparado o edital de seleção, a aprovação interna na Unidade Acadêmica executora e a aprovação no Conselho Universitário.

2.3.14 Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Quadro CIX – Dados Gerais do Programa 6003

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	Garantir o melhoramento genético das diversas raças, de modo a desenvolver o criatório dentro da melhor técnica e permitir maior rentabilidade ao criador e competitividade no mercado internacional
Objetivos específicos	Melhoria técnica e modernização dos serviços de Registros Genealógicos; melhoramento zootécnico; pesquisa em nutrição, agrostologia, veterinária e zootecnia; diagnóstico, erradicação e controle de doenças; execução de levantamentos e análises estatísticas; melhoria das condições de vida e de trabalho dos profissionais do turfe; melhoria da infra-estrutura dos hipódromos; modernização dos sistemas de apostas nas entidades turfísticas.
Gerente do programa	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	UFAL
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.14.1 Principais Ações do Programa 6003

- Ação 8611 – Apoio ao pequeno e médio produtor Agrícola

Quadro CX – Dados Gerais da Ação 8611

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena e a média produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.

Descrição	Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção, bem como apoiar a realização de eventos técnicos, seminários, palestras, oficinas, fóruns, convenções e cursos técnicos, visando a promoção, o intercâmbio, a divulgação de inovações e o desenvolvimento do agronegócio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	UFAL

Resultados:

Recursos liberados na ordem de R\$ 50.000,00 para auxílio na organização do XXI Congresso Brasileiro de Zootecnia. O evento ocorreu em Maceió, nos dias 23 a 27 de maio de 2011, e teve a parceria e o envolvimento da Universidade Federal de Alagoas. Apesar da realização do evento ter ocorrido com sucesso, os recursos foram devolvidos em função da impossibilidade temporal para sua execução.

2.3.15 Programa 8028 – Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo

Quadro CXI – Dados Gerais do Programa 8028

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	Implantação e manutenção de núcleos de esporte educacional em espaços físico-esportivos por meio da viabilização das ações de financiamento e capacitação
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Ministério do Esporte
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.15.1 Principais Ações do Programa

- Ação 4377 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional

Quadro CXII – Dados Gerais da Ação 4377

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Democratizar o acesso a atividades esportivas educacionais visando a inclusão social e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente em áreas de risco e vulnerabilidade social.
Descrição	Implantação e manutenção de núcleos de esporte educacional em espaços físico-esportivos por meio da viabilização das ações de financiamento e capacitação de recursos humanos, aquisição e distribuição de material didático e didático-esportivo, reforço alimentar, transporte e outras ações, oferecendo atividades esportivas, bem como atividades complementares que visem a articulação com outras áreas do conhecimento (saúde, educação, cultura, assistência social, justiça, trabalho, etc.)
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	UFAL

Resultados:

A UFAL desenvolve desde 2009, através do curso de Educação Física, o programa de estímulo a prática de esportes e jogos, para crianças e jovens até 18 anos de idade. A UFAL atuou junto a duzentos jovens por meio da prática de diversas atividades esportivas. Pelo Ministério do Esporte, recebe o nome de “Segundo Tempo” e é monitorado por especialistas habilitados.

O Programa Segundo Tempo prevê a realização de atividades com crianças e jovens que vivem em áreas de vulnerabilidade social, na intenção de promover o seu desenvolvimento integral como formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Algumas escolas públicas de Alagoas empregam o projeto. Na UFAL, ele é executado com a ajuda de monitores. As crianças conhecem e aprendem determinados esportes e jogos por meio de material pedagógico.

O recurso referente à ação foi disponibilizado apenas em dezembro, fato esse que impossibilitou a execução física das ações previstas, sendo reprogramado para ser desenvolvido em 2012.

2.3.16 Execução dos Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro CXIII - Identificação dos Programas da UFAL

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	0073					
Denominação:	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes					
Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Secretaria Especial dos Direitos Humanos					
Público Alvo:	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
193.520,00	193.520,00	124.287,20	124.287,20	1.836,00	124.287,20	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	01 - Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados	31/12/2011	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 8954 - Foram capacitamos 250 pessoas divididas em profissionais da rede pública de ensino e membros da sociedade civil organizada, tais como: membros do conselho tutelar, conselho escolar e associações de moradores. No ano de 2012 continuamos com este projeto junto aos profissionais da rede pública de ensino totalizando um montante de 500 pessoas capacitadas, e finalização prevista para abril, em seção pública na Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas onde será apresentada a minuta de uma proposta de intervenção em Educação em Direitos Humanos elaborada pelos cursistas dos municípios de Arapiraca, Maceió, Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos.</p>						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	0089					
Denominação:	Previdência de Inativos e Pensionistas da União					

Relatório de Gestão 2011 - 104

Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Ministério da Previdência Social					
Público Alvo:	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
110.551.319,00	124.143.498,00	123.171.371,49	123.171.371,49	---	123.171.371,49	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pagamento de aposentadorias/pensões a servidores civil	31/12/2011	---	---	1800	1.844
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 0181. A quantidade de inativos e pensionistas contabilizados pelo SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) até 2011 somou-se 1.844 (1.332 aposentados e 512 pensionistas), enquanto que até 2010 os números foram de 1.774 (1.322 aposentados e 452 pensionistas). No ano de 2011, o número de novos pensionistas foi de 60 e houve 10 novos aposentados, totalizando 70 novos beneficiários desta ação. Em termos percentuais, estes novos beneficiários representaram variação de 3,95% quando comparado com os números de 2010.</p>						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	0750					
Denominação:	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa:	Apoio Administrativo					
Objetivo Geral:	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Weslynton Luiz da S.Oliveira					
Público Alvo:	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
12.917.701,00	13.904.251,00	13.431.852,21	13.431.852,21	---	13.431.852,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoas beneficiadas	31/12/2011	---	---	3.306	1.472
2	Crianças atendidas	31/12/2011	---	---	242	273
3	Servidores beneficiados	31/12/2011	---	---	853	1.930
4	Servidores beneficiados	31/12/2011	---	---	2.142	2.343
5	Servidores beneficiados	31/12/2011	---	---	1.408	97
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>1 Ação 2004. Refere-se ao auxílio à saúde aos Servidores Federais conforme a Portaria Ministerial nº 1.983, de 05 de dezembro de 2006. A UFAL adotou-se a auto-gestão, optando-se pela GEAP como plano de saúde, embasado, principalmente, em função de boa parte dos servidores já pertencerem a esse plano. Em 2011, foram beneficiados 1440 servidores e seus dependentes (pensionistas e aposentados da UFAL), de acordo com dados extraídos do SIAPE. Esse número representou um acréscimo de 7,87% quando comparado com o ano de 2010, onde foram beneficiados 1.335</p>						

servidores e dependentes. A contratação de novos servidores técnicos e docentes oriundos de concursos justifica o acréscimo no período observado.

2 Ação 2010. Refere-se ao pagamento do auxílio pré-escolar. Tal benefício é requerido pelo servidor diretamente no DAP. Em 2011, o número de auxílios pré-escolar foi de 273, quando analisado a UFAL. Comparado com o ano anterior, houve redução de xx%, que obteve 355 auxílios registrados na referida ação. Os dados mencionados foram captados pelo SIAPE. Essa redução deu-se em face na diminuição no número de filhos observado dos novos servidores da UFAL, além das crianças que atingiram a idade limite e não mais recebe o auxílio.

3 Ação 2011. Refere-se ao auxílio-transporte pagos aos servidores da UFAL. Em 2011, 1.173 servidores da UFAL foram beneficiados por esta ação. Em relação a 2010, houve acréscimo de 14,33%, onde 1.026 servidores foram beneficiados. Tal aumento do número de servidores se deu em face das novas nomeações que ocorreram não apenas no Campus Sede, localizado em Maceió, como também nos Campus Agreste e Sertão.

4 Ação 2012. Refere-se ao auxílio-alimentação pagos aos servidores da UFAL. Em 2011, 2.343 servidores foram beneficiados por esta ação, acréscimo de 6,02% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Já em 2010, 2.210 servidores foram beneficiados por esta ação. Assim como as demais ações pertencentes ao programa 0750, o aumento registrado se refere ao aumento do número de contratações de servidores concursados ocorridas em 2011, cujo registro e controle são realizados por meio do sistema SIAPE.

5 Ação 20CW. Refere-se à assistência médica aos servidores no tocante a realização de exames periódicos. Detalhamento comentado no campo anterior referente às ações.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	0901					
Denominação:	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Tipo do Programa:	Operações Especiais					
Objetivo Geral:	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	SPO/MEC					
Público Alvo:	---					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.715.771,00	4.485.167,00	4.462.054,34	4.462.054,34	---	4.453.013,62	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidores beneficiados	31/12/2011	---	---	---	---
2	Servidores beneficiados	31/12/2011	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 0005. Em 2010, o Departamento de Administração de Pessoal - DAP apenas cadastrou, por meio do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, as ações judiciais enviadas pela Procuradoria Geral Federal da UFAL, que foram analisadas e homologadas pelo MEC e Ministério Público, para cumprimento das mesmas.</p> <p>Ação 00G5. O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias são de responsabilidade do Governo. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL.</p>						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	1060					
Denominação:	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos					
Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Claudia Pereira Dutra					
Público Alvo:	Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	

Relatório de Gestão 2011 - 106

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
30.640,00	30.640,00	---	---	---	---	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	- Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série; - Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos; - Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais; - Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural; - Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste.	31/12/2011	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
Ação 8526. A presente ação tem por foco a criação e implementação do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória. Ação não foi implementada em função da disponibilização dos recursos em 02/12/2011.						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	1061					
Denominação:	Brasil Escolarizado					
Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Lucineide Alves Barros					
Público Alvo:	Crianças, adolescentes e jovens					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.306.180,00	1.306.180,00	890.521,87	649.085,44	---	631.172,12	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	- Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos; - Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio; - Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos; - Taxa de frequência líquida	31/12/2011	---	---	2.400	4.312

	ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos; - Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos .					
2	- Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos; - Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio; - Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos; - Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos; - Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos .	31/12/2011	---	---	---	---

Fórmula de Cálculo do Índice

Não prevista

Análise do Resultado Alcançado

Ação 8429. Essa ação se refere à oferta de cursos de EAD pela UFAL dentro do Projeto UAB. Em 2011, a UFAL teve 2976 alunos matriculados nos seus seis cursos (Administração, Administração Pública, Física, Matemática, Pedagogia e Sistema de Informação), além de 750 alunos matriculados nos cursos de especialização do PNAP-Programa Nacional de Formação em Administração Pública – Gestão Pública, Gestão Municipal e Gestão de Saúde Pública – e 586 alunos matriculados nas especializações da SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, totalizando 4312 alunos matriculados em cursos da modalidade a distância.

Ação 8744. Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA:	1062
Denominação:	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Tipo do Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos, com melhoria da qualidade.
Objetivos Específicos:	---
Gerente:	Eliezer Moreira Pacheco
Público Alvo:	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa

Em R\$
1,00

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.133.868,99	1.133.868,99	493.578,88	328.444,97	165.133,91	315.085,28

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Alunos matriculados	31/12/2011	---	---	240	400
2	---	31/12/2011	---	---	---	---
3	---	31/12/2011	---	---	---	74

Fórmula de Cálculo do Índice

Não prevista

Análise do Resultado Alcançado

Relatório de Gestão 2011 - 108

Ação 2992. Refere-se a melhoria da infraestrutura da Escola Técnica de Artes da UFAL (ETA/UFAL). Em 2011, sua gestão administrativa, a direção da Escola Técnica de Artes implementou canais de comunicação, interação com a comunidade com a reformulação do formato de seu site, intensificou a presença nas redes sócias como facebook, orkut e twitter, demonstrando assim o seu caráter inovador, ágil e aberto a comunidade. A gestão buscou também a retomada das obras de reforma do espaço físico, porém por motivos alheios a direção da escola o projeto ainda não foi finalizado passando a ser a principal meta da gestão em 2012.

Ação 6380. Os recursos foram destinados a reforma de parte do prédio onde funciona a Escola Técnica de Artes e para a compra de material permanente num valor total de R\$ 200.000,00. A Universidade Federal de Alagoas enfrentou aproximadamente 3,5 meses de greve dos Servidores Técnicos Administrativos, prejudicando uma parte da execução das suas ações. Assim, diante da impossibilidade da execução de empenho da reforma do prédio R\$ 150.911,85 foi devolvido. A reprogramação da reforma está sendo programada para o ano de 2012, para que não haja prejuízo nas atividades da ETA.

Ação 20RW. Recursos referentes ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), da ordem de R\$ 483.450,00. A liberação foi efetivada em dezembro de 2011, sendo executado apenas R\$ 10.970,00 para pagamento de capacitadores. No mês de dezembro foram ofertados 4 cursos, para os alunos do ensino médio de escolas públicas, e uma demanda de 74 alunos. Os cursos foram os de Fotografia, Recepcionista de Eventos, Locutor e Apresentador e Vitrinista.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA:	1067
Denominação:	Gestão da Política de Educação
Tipo do Programa:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Objetivos Específicos:	---
Gerente:	Wagner Vilas Boas de Souza
Público Alvo:	Governo

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
--	--	--	--	--	------------------------

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.601.434,00	1.601.434,00	891.377,30	762.353,52	129.023,78	668.839,36

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor capacitado	31/12/2011	---	---	1.600	1.189
2	Servidor	31/12/2011	---	---	01	01

Fórmula de Cálculo do Índice

Não prevista

Análise do Resultado Alcançado

Ação 4572. A Capacitação, que nos últimos anos sempre ultrapassou todas as metas estabelecidas, este ano, atipicamente, não foi possível atingir a meta. Apesar das vagas serem ofertadas, muitos cursos foram cancelados ocasionados pela ausência de alunos. Um dos fatores que podem ter ocasionado a ausência diz respeito à greve dos técnico-administrativos e docentes. No cômputo geral, em 2011 foram oferecidos 36 cursos internos e 43 turmas, gerando uma carga horária total de capacitação de 2.055 horas para 1.030 participantes. Deve-se ainda computar os cursos de capacitação externos (eventos de outras instituições). Esses totalizaram 48 eventos com a participação de 159 servidores no ano de 2011.

Ação 2272. Essa ação se refere à capacitação técnica de dois servidores da área orçamentário-financeira da Instituição promovida pelo MEC.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA:	1073
Denominação:	Brasil Universitário
Tipo do Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.
Objetivos Específicos:	---
Gerente:	Maria Paula Dallari Bucci
Público Alvo:	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, bem como bolsistas das IES privadas.

Relatório de Gestão 2011 - 109

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
267.282.422,00	316.356.768,00	303.605.071,83	275.922.697,07	27.682.374,76	274.361.779,47	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno Matriculado	31/12/2011	---	---	---	--
2	Servidor	31/12/2011	---	---	---	--
3	---	31/12/2011	---	---	01	01
4	---	31/12/2011	---	---	890	890
5	Estudante	31/12/2011	---	---	4000	2.946
6	Público em geral	31/12/2011	---	---	5.516	4.000
7	Material adquirido	31/12/2011	---	---	29.000	21.509
8	Aluno matriculado	31/12/2011	---	---	17.800	20.650
9	---	31/12/2011	---	---	1.150	1.210
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 009E - A UFAL conta com o Convênio Programa Estudantes – Convênio da Graduação (acordo de cooperação internacional que o governo oferece aos outros países em via de desenvolvimento, exclusivamente África e América Latina). Através do PEC-G, a universidade cria novas vagas para os estudantes visitantes aos quais é concedido o diploma brasileiro mediante a integralização dos respectivos cursos. Anualmente a UFAL oferece uma vaga de cada curso para o PEC-G. Em 2011, mais 57 alunos foram selecionados para o programa, sendo que 34 receberam bolsas do PROMISAES.</p> <p>Ação 09HB - O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias são de responsabilidade do Governo Federal. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL. Em 2010, 2.864 servidores da UFAL foram beneficiados com esta ação. Já em 2011, o número de servidores beneficiados foi de 3.178, 11% maior quando comparado ao ano anterior.</p> <p>Ação 119R - Para receber os recursos previstos no REUNI as Universidades Federais Brasileiras precisaram apresentar projetos de reformulação que incluíam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, a redução do custo por aluno, a flexibilização curricular, a criação de novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão. Quando observado o número de vagas oferecidas, nota-se que de 2010 para 2011 o acréscimo total foi de 7,5%, enquanto o acréscimo noturno ficou em torno de 10%. Já do período de 2007 a 2011, período de implantação do REUNI, o esforço total representou um acréscimo de 55,15%, enquanto o noturno representou um acréscimo de 78,3%. Assim, pode-se afirmar que a meta do REUNI foi prontamente alcançada na UFAL.</p> <p>Ação 1H55 – Com o orçamento recebido ao longo dos cinco anos de funcionamento mais o orçamento inicial de implantação, o Campus Arapiraca recebeu aporte financeiro da ordem de R\$ 29.618.983,89. Em 2011, esse valor representou R\$ 4.577.700,00 investidos na melhoria das atividades do Campus como: ampliação dos laboratórios e salas de aula; aditivos a obras em andamento como ginásio de esportes e piscina olímpica, entre outros; pavimentação de parte do seu acesso e iluminação.</p> <p>Ação 4002 - Ação plenamente atendida considerando que a UFAL ampliou para 1.244 os alunos que no ano de 2011 chegaram a receber algum tipo de bolsa permanência; concedeu 2.086 ajuda de custo, somadas os referentes a trabalhos apresentados em congressos, estágios rurais, aprendizagem de uma segunda língua, entre outros; ampliou o número de refeições diárias servidas no restaurante universitário de 2.000 para 2.492.</p> <p>Ação 4004 - No ano de 2011 foram quase 800 ações, organizadas em 40 programas e subdividades em 461 projetos, 123 cursos e 161 eventos. O público total atingido de forma direta e indireta está estimado em 1.487.968, segundo a PROEX.</p> <p>Ação 4008 - O Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFAL) conta com 01 Biblioteca Central e 13 Bibliotecas Setoriais. O SIBI/UFAL conta atualmente com um acervo de 190.541 exemplares e 41.522 títulos. Em 2011, foram realizados a 05 (cinco) licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, objetivando adquirir 4.637 títulos e 36.047 exemplares que serão incorporados ao acervo em 2012.</p> <p>Ação 4009 - Em 2011, A UFAL possuía 20.953 alunos efetivamente matriculados nos seus 80 cursos de graduação, distribuídos da seguinte forma: 53 no Campus A. C. Simões, 19 no Campus Arapiraca e 8 no Campus Sertão. Em 2011 foram várias as ações realizadas dentro de um planejamento que visa o bem estar dos envolvidos com o ensino de graduação na UFAL, quer sejam técnicos, alunos ou professores, num processo de melhoria contínua dos serviços oferecidos pela PROGRAD.</p> <p>Ação 8282 - O REUNI apresenta-se como a oportunidade que a UFAL necessitava para consolidar o seu crescimento e reafirmar o seu compromisso social – enquanto instituição pública e gratuita com a sociedade que lhe dá suporte e contexto,</p>						

Relatório de Gestão 2011 - 110

ressaltando o seu papel de vetor de desenvolvimento regional e estadual.						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	1375					
Denominação:	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica					
Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	JORGE ALMEIDA GUIMARÃES					
Público Alvo:	Alunos de pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
400.000,00	400.000,00	400.000,00				
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	31/12/2011	---	---	---	---
1	Aluno matriculado	31/12/2011	---	---	01	01
1	Aluno matriculado	31/12/2011	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 0487. O Programa Demanda Social apoia os Cursos de Pós-Graduação da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas de Mestrado e Doutorado.</p> <p>Ação 4006. Os resultados da avaliação pela CAPES mostram boas perspectivas de evolução qualitativa e quantitativa do Sistema de Pós-Graduação da UFAL.</p> <p>Ação 4019. Refere aos recursos do PROAP/CAPES.</p>						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	1377					
Denominação:	Educação para a Diversidade e Cidadania					
Tipo do Programa:	Projeto					
Objetivo Geral:	Apoiar projetos que visem a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da sustentabilidade socioambiental					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade					
Público Alvo:	Sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
222.837,00	222.837,00	62.445,60	62.445,60	---	62.445,60	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2011	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 8751. Refere-se a apoio técnico-financeiro a projetos voltados para a promoção da sustentabilidade socioambiental das escolas, das comunidades locais e do país, às temáticas da cidadania, dos direitos humanos e da diversidade em suas múltiplas dimensões.</p>						

Relatório de Gestão 2011 - 111

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	1388					
Denominação:	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).					
Tipo do Programa:	Atividade					
Objetivo Geral:	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural.					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico					
Público Alvo:	Sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
333.706,61	333.706,61	333.706,61	333.706,61	333.706,61	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2011	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 4156. Esta ação corresponde ao projeto referente ao “Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor de Petróleo e Gás”, submetido pelo Centro de Tecnologia (CTEC) da Universidade Federal de Alagoas para o Edital 04/2009-PRH-ANP/MCT, intitulado “Formação de Profissionais de Engenharia Civil e Química para Atuação no Setor de Petróleo, Gás e Energia”, sendo referenciado pelo programa PRH-40. A ação visa formar mão-de-obra especializada no setor de petróleo e gás para atender aos novos empreendimentos a serem desenvolvidos no País.</p>						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	1448					
Denominação:	Qualidade na Escola					
Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Expandir e melhorar a qualidade da educação básica					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva					
Público Alvo:	Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
383.138,54	383.138,54	199.776,73	199.776,73	126.048,73	199.776,73	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2011	---	---	---	---
1	---	31/12/2011	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Ação 6333. Para execução dos projetos: mais leitura (mediadores da leitura); mais educação; e, escola aberta no final de semana. As ações nesses projetos ficaram restritas ao planejamento e produção de material.</p> <p>Ação 8680. Planejamento, preparação de edital e seleção de alunos, capacitação de tutores e professores para atuarem no curso de Especialização em Gestão Escolar. O início das aulas está previsto para março de 2012.</p>						

Relatório de Gestão 2011 - 112

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	6003					
Denominação:	Apoio ao desenvolvimento do Setor Agropecuário					
Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Garantir o melhoramento genético das diversas raças, de modo a desenvolver o criatório dentro da melhor técnica e permitir maior rentabilidade ao criador e competitividade no mercado internacional.					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária					
Público Alvo:	Sociedade.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
50.000,00	50.000,00	---	---	---	---	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Evento	31/12/2011	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
Ação 8611. Apoio ao Congresso Nacional de Zootecnia realizado em Maceió. Apesar da não utilização dos recursos o Congresso ocorreu com sucesso.						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	8028					
Denominação:	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo					
Tipo do Programa:	Finalístico					
Objetivo Geral:	Implantação e manutenção de núcleos de esporte educacional em espaços físico-esportivos por meio da viabilização das ações de financiamento e capacitação					
Objetivos Específicos:	---					
Gerente:	Ministério do Esporte					
Público Alvo:	Sociedade.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
82.250,00	82.250,00	---	---	---	---	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2011	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
Ação 4377. Implantação e manutenção de núcleos de esporte educacional em espaços físico-esportivos por meio da viabilização das ações de financiamento e capacitação de recursos humanos, aquisição e distribuição de material didático e didático-esportivo, reforço alimentar, transporte e outras ações, oferecendo atividades esportivas, bem como atividades complementares que visem a articulação com outras áreas do conhecimento (saúde, educação, cultura, assistência social, justiça, trabalho, etc.).						

Fonte: PROGINST (Comentários específicos de cada ação destacados anteriormente)

2.3.17 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Quadro CXIV - Execução física das Ações realizadas pela UFAL

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	243	0073	8954	Atividade	3	Unidade	---	---	---
12	272	0089	0181	Operações especiais	3	Aposentados e Pensionistas	1.771	1.844	---
12	301	0750	2004	Atividade	3	Pessoas beneficiadas	3.306	1.472	---
12	365	0750	2010	Atividade	3	Crianças Atendidas	242	276	---
12	331	0750	2011	Atividade	3	Servidores Beneficiados	853	1.930	---
12	306	0750	2012	Atividade	3	Servidores Beneficiados	2.142	2.343	---
12	301	0750	20CW	Atividade	3	Servidores Beneficiados	1.408	97	---
28	846	0901	0005	Operações Especiais	3	Servidores Beneficiados	---	---	---
28	846	0901	00G5	Operações Especiais	3	Servidores Beneficiados	---	---	---
12	366	1060	8526	Atividade	3	Jovens e Adultos	01	01	---
12	128	1061	8429	Atividade	3	Aluno Matriculado	2.400	4.312	2.420
12	128	1061	8744	Atividade	3	Aluno atendido	01	01	---
12	363	1062	20RW	Atividade	3	Convênio	---	---	---
12	363	1062	2992	Atividade	3	Alunos matriculados	400	233	389
12	363	1062	6380	Atividade	3	Instituição Apoiada	01	01	---
12	573	1067	2272	Atividade	3	---	---	---	---
12	573	1067	4572	Atividade	3	Servidores capacitados	1.600	1.189	1.600
12	364	1073	009E	Operações Especiais	3	Bolsa Concedida	---	---	---
12	122	1073	09HB	Operações Especiais	3	Servidores atendidos	---	---	---
12	364	1073	119R	Projeto	3	Vagas disponibilizadas	1.150	1.210	---
12	364	1073	1H55	Projeto	3	Vagas disponibilizadas	890	890	890
12	364	1073	4002	Atividade	3	Alunos assistidos	4.000	2.946	7.000
12	364	1073	4004	Atividade	3	Pessoa Beneficiada	2.036	5.516	2.500
12	364	1073	4008	Atividade	3	Volumes disponibilizados	29.000	21.509	48.500
12	364	1073	4009	Atividade	3	Alunos matriculados	17.800	20.650	20.500
12	364	1073	8282	Atividade	3	Vagas disponibilizadas	1.150	1.210	---
12	364	1375	0487	Operações Especiais	3	Bolsa Concedida	01	01	01
12	571	1375	4006			Alunos			

Relatório de Gestão 2011 - 114

				Atividade	3	matriculados	1.300	1.300	1.400
12	571	1375	4019	Atividade	4	Profissional matriculado	01	01	01
12	422	1377	8751	Atividade	3	Projeto Apoiado	01	01	---
19	753	1388	4156	Atividade	4	Projeto	01	01	---
12	128	1448	6333	Atividade	4	Profissional Beneficiado	01	01	---
12	128	1448	8680	Atividade	4	Agente Educacional Beneficiado	01	01	---
20	605	6003	8611	Atividade	4	Congresso	01	---	---
27	812	8028	4377	Atividade	4	Aluno Matriculado	01	---	---

Fonte: PROGINST/SIMEC 2011

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas

Quadro CXV - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade Federal de Alagoas	26231	153037
Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	26231	150229

Fonte: CPOF/PROGINST

Quadro CXVI - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	313.245.233,00	290.816.802,00	---	---	56.760.778,00	68.817.881,00	
	PLOA	313.245.233,00	290.816.802,00	---	---	56.760.778,00	68.817.881,00	
	LOA	313.245.233,00	290.816.802,00	---	---	56.760.778,00	68.968.584,00	
CRÉDITOS	Suplementares	74.993.600,00	57.558.376,00	---	---	6.323.291,00	6.294.699,00	
	Especiais	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
Créditos Cancelados	298.161,00	230.604,00	---	---	2.180.643,00	200.000,00		
Outras Operações		---	---	---	---	---	---	
Total		387.940.672,00	348.144.574,00	---	---	60.903.426,00	75.063.283,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro CXVII - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas de Capital		
	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital

Relatório de Gestão 2011 - 115

		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	17.665.741,00	33.698.484,00	---	---	---	---
	PLOA	17.665.741,00	33.698.484,00	---	---	---	---
	LOA	17.665.741,00	33.717.474,00	---	---	---	---
CRÉDITOS	Suplementares	---	---	---	---	---	---
	Especiais		---	---	---	---	---
			---	---	---	---	---
	Extraordinários		---	---	---	---	---
		---	---	---	---	---	---
Créditos Cancelados		550.000,00	---	---	---	---	---
Outras Operações		---	---	---	---	---	---
Total		17.115.741,00	33.717.474,00	---	---	---	---

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro CXVIII - Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	370.006.011,00	359.634.683,00	17.665.741,00	33.698.484,00	---	---	
	PLOA	370.006.011,00	359.634.683,00	17.665.741,00	33.698.484,00	---	---	
	LOA	370.006.011,00	359.785.386,00	17.665.741,00	33.717.474,00	---	---	
CRÉDITOS	Suplementares	81.316.891,00	63.853.075,00	---	---	---	---	
	Especiais	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Créditos Cancelados		2.478.804,00	430.604,00	550.000,00	---	---	---
Outras Operações		---	---	---	---	---	---	
Total		448.844.098,00	423.207.857,00	17.115.741,00	33.717.474,00	---	---	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro CXIX - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente e ou Recebida	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedido	080022	28846090100050027	59.901,00	---	---
	Concedido	090031	28846090100050027	3.875.370,00	---	---
	Concedido	090031	28846090100G50001	549.896,00	---	---
	Concedido	153037	12128106745720027	---	---	4.074,50

Relatório de Gestão 2011 - 116

	Concedido	153037	12364107340090027	---	---	147.698,57
	Concedido	153080	12364107340090027	---	---	62,38
	Recebido	153037	28846090100050027	3.935.271,00	---	---
	Recebido	153037	28846090100G50001	549.896,00	---	---
	Recebido	150229	12128106745720027	---	---	4.074,50
	Recebido	150229	12364107340090027	---	---	147.698,57
	Recebido	153096	12364107340090027	---	---	62,38
Movimentação Externa	Recebido	153038	12364107340090027	---	---	212,62
	Recebido	153052	12364107340090027	---	---	652,10
	Recebido	153056	12364107340090027	---	---	548,64
	Recebido	153065	12364107340090027	---	---	62,38
	Recebido	153080	12364107340090027	---	---	62,38
	Recebido	153103	12364107340090027	---	---	561,34
	Recebido	153115	12364107340090027	---	---	328,86
	Recebido	153165	12364107340090027	---	---	949,77
	Recebido	154040	12364107340090027	---	---	415,36
	Recebido	154048	12364107340090027	---	---	147,43
	Recebido	154050	12364107340090027	---	---	1.011,06
	Recebido	154069	12364107340090027	---	---	326,05
	Recebido	154359	12364107340090027	---	---	540,12
	Recebido	158145	12364107340090027	---	---	506,80
	Recebido	158147	12364107340090027	---	---	1.061,04
	Recebido	158195	12364107340090027	---	---	328,86
	Recebido	153037	12364107340090027	---	---	5.191.408,05
	Concedido	153037	12364107340090027	---	---	7.714,81
	Concedido	240901	19753138841560001	---	---	333.706,61
	Concedido	150014	12122106722720001	---	---	1.405,24
	Concedido	150014	12122106722720001	---	---	6.759,21
	Concedido	150014	12302107363790001	---	---	389.064,40
	Concedido	150014	123641073009E0001	---	---	225.825,00
	Concedido	150014	12364107340050001	---	---	2.803.371,97
	Concedido	150163	12364107340090042	---	---	1.712,28
	Concedido	154003	12364137504870001	---	---	870.742,21
	Concedido	153173	12128106184290001	---	---	8.515,20
	Concedido	153173	12128144863330001	---	---	169.877,53
	Concedido	153173	12128144886800001	---	---	29.491,20
	Concedido	153173	12243007389540001	---	---	193.520,00
	Concedido	153173	12363106220RW010	---	---	10.970,00
	Concedido	153173	12422137787510001	---	---	62.445,60
	Concedido	158515	12128106745720015	---	---	1.751,60
Concedido	180002	27812802843770001	---	---	82.250,00	
Natureza da Movimentação	UG	Classificação da Ação	Despesas de Capital			

Relatório de Gestão 2011 - 117

de Crédito		Concedente e ou Recebida		4 - Investimentos	5 - Inversão Financeira	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebido	150229	12364107340090027	510.390,00	---	---
	Concedido	153037	12364107340090027	510.390,00	---	---
Movimentação Externa	Recebido	153037	12364107340090027	1.773.333,35	---	---
	Recebido	150229	12364107340090027	5.412.083,31	---	---
	Concedido	150014	12302107363790001	4.021.833,31	---	---
	Concedido	150014	12363106263800001	219.503,40	---	---
	Concedido	154003	12128106184290001	473.421,95	---	---
	Concedido	154003	12571137540190001	1.080.000,00	---	---
	Concedido	154003	12128144863330001	408,00	---	---
	Concedido	257001	10302122020G80001	1.390.250,00	---	---

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas

Quadro CXX- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	17.918.415,19	27.192.176,09	16.564.184,17	26.548.542,82
Convite	207.050,72	1.342.454,85	183.293,52	1.342.454,85
Tomada de Preços	1.449.097,00	1.376.135,36	1.163.363,71	1.376.135,36
Concorrência	---	2.735.790,36	---	2.735.790,36
Pregão	14.421.344,13	19.385.792,31	13.169.552,88	17.793.774,44
Concurso	---	---	---	---
Consulta	---	---	---	---
Registro de Preço	2.047.974,06	2.352.003,21	2.047.974,06	3.300.387,81
Contratações Diretas	10.547.118,33	10.994.697,09	10.178.382,87	10.304.695,76
Dispensa	6.274.390,10	6.092.106,75	6.178.671,76	5.841.717,39
Inexigibilidade	4.272.728,23	4.902.590,34	3.999.711,11	4.462.978,37
Regime de Execução Especial	19.528,73	---	19.528,73	---
Suprimento de Fundos	19.528,73	27.896,88	19.528,73	27.896,88
Pagamento de Pessoal	1.005.743,62	1.142.752,98	327.044.751,22	359.978.586,89
Pagamento em Folha	---	---	326.039.007,60	358.835.833,91
Diárias	1.005.743,62	1.142.752,98	1.005.743,62	1.142.292,93
Outros	18.597.196,65	15.458.931,43	18.286.693,71	15.123.724,17

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Relatório de Gestão 2011 - 118

Quadro CXXI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	377.224.781,42	349.508.741,47	377.224.781,42	349.508.741,47	Σ		377.224.981,42	349.498.324,99
1º elemento de despesa (11)	---	---	---	---	---	---	197.014.373,00	171.404.746,70
2º elemento de despesa (01)	---	---	---	---	---	---	81.432.337,23	85.156.710,32
3º elemento de despesa (13)	---	---	---	---	---	---	44.348.654,38	38.370.217,71
Demais grupo	---	---	---	---	---	---	54.426.758,31	54.566.650,26
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
3- Outras Despesas Correntes	86.580.235,39	68.360.658,59	78.136.685,79	63.739.656,33	8.443.549,60	4.621.002,26	76.094.361,58	62.096.853,73
1º elemento de despesa (39)	34.374.014,51	23.256.879,78	31.021.905,72	21.177.386,24	3.352.108,79	2.079.493,54	29.731.926,57	20.301.669,90
2º elemento de despesa (18)	---	9.948.853,73	---	9.948.853,73	---	---	---	9.772.861,69
3º elemento de despesa (46) (37)	10.034.969,00 10.161.416,46	8.163.551,40 ---	10.034.969,00 9.238.509,17	8.163.551,40 ---	---	---	10.034.969,00 9.131.490,87	8.163.551,40 ---
Demais elementos do grupo	32.009.835,42	26.991.373,68	27.841.301,90	24.449.864,96	4.168.533,52	2.541.508,72	27.195.975,14	23.858.770,74

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Relatório de Gestão 2011 - 119

Quadro CXXII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	21.459.315,33	29.371.241,15	3.489.317,62	5.823.422,24	17.969.997,71	23.547.818,91	2.869.674,40	5.781.895,83
1º elemento de despesa (51)	2.603.787,67	18.914.476,74	2.404.405,91	4.010.800,02	7.728.000,46	14.903.676,72	2.064.249,97	4.010.800,02
2º elemento de despesa (52)	11.326.908,96	10.197.049,70	1.084.911,71	1.562.934,36	10.241.997,25	8.634.115,34	805.424,43	1.521.407,95
3º elemento de despesa (92)	429.652,28	249.324,72	---	245.297,86	---	4.026,86	---	245.297,86
Demais elementos	2.174.135,39	10.389,99	---	4.390,00	---	5.999,99	---	4.390,00
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos	---	---	---	---	---	---	---	---
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro CXXIII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	10.562.549,06	---	10.562.549,06	---
Convite	---	---	---	---
Tomada de Preços	109.028,27	---	109.028,27	---
Concorrência	239.272,50	---	239.272,50	---

Relatório de Gestão 2011 - 121

do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	28.220.471,25	36.199.496,33	23.352.906,81	29.751.996,85	4.867.564,44	6.447.499,48	22.955.069,15	28.580.753,89
1º elemento de despesa (39)	12.634.841,73	18.377.968,30	10.980.002,66	14.281.930,73	1.654.839,07	4.096.037,57	10.837.195,25	14.194.601,91
2º elemento de despesa (30)	6.844.304,21	8.182.990,24	4.722.488,82	6.062.184,12	2.121.815,39	2.120.806,12	4.722.488,82	5.255.770,24
3º elemento de despesa (37)	3.871.161,48	4.339.624,07	3.348.584,24	4.301.581,62	522.577,24	38.042,45	3.333.286,81	4.301.581,62
Demais elementos do grupo	4.870.163,83	5.298.913,72	4.301.831,09	5.106.300,38	568.332,74	192.613,34	4.062.098,27	4.828.800,12

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro CXXV - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	5.259.684,09	7.185.206,66	289.765,00	1.559.363,25	4.969.919,09	5.625.843,41	289.765,00	145.369,25
1º elemento de despesa (52)	3.307.801,86	7.185.206,66	289.765,00	1.559.363,25	3.018.036,86	5.625.843,41	289.765,00	145.369,25
2º elemento de despesa (51)	1.951.882,23	---	---	---	1.951.882,23	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4. INFORMAÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Quadro CXXVI - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12
2011	1.930.382,58	134.460,29	3.398.233,41	124.366,16
2010	3.529.015,01	249.997,99	3.981.551,63	---
2009	2.599.681,99	1.356.058,22	1.712.111,37	---
2008	7.671.237,32	752.742,71	6.860.770,20	---
2007	7.631.971,15	809.948,25	2.093.715,61	---
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito*	Cancelamentos acumulados**	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12
2011	31.504.351,66	---	22.529.739,34	10.439.943,90
2010	22.106.649,39	47.047.193,45	21.732.788,95	15.419.747,40
2009	37.415.028,08	---	796.695,69	3.374.355,72
2008	22.420.363,66	56.165,04	3.998.346,57	---
2007	24.011.486,09	365.388,42	16.958.755,16	---

Observações: * Valores de cada ano; ** Para cada ano somou-se os valores dos anos anteriores.

Fonte: SIAFI/CPO/PROGINST

Análise Crítica sobre Inscrições de Restos a Pagar:

Restos a pagar processados são processos cujas despesas foram empenhadas e liquidadas no exercício, ficando para pagamento no exercício seguinte por falta de tempo hábil para quitação da despesa ou falta dos recursos financeiros.

Os restos a pagar não-processados de exercícios anteriores, que foram identificados no sistema SIAFI, podem ser em decorrência de diversos fatores, entre eles estão: (i) saldos possivelmente não cancelados; (ii) sobras de empenho estimativo não encerrado após a execução dos serviços; (iii) obras/serviços ainda em andamento e (iv) contratos rescindidos e ainda com saldos. Diante disso, em 2009, foi constituída uma Comissão no Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, colhendo informações na SINFRA, HUPAA e BC sobre a execução de serviços/fornecimentos de materiais nos diversos processos de compra, para atualizar e revisar os saldos constantes no sistema SIAFI, visando sua baixa/cancelamento. A referida comissão já fez o levantamento e muitas destas observações já foram regularizadas no sistema SIAFI, outras contas estão sendo analisadas as origens e situações para regularização.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quadro CXXVII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2.954	2.831	171	43
1.1. Membros de poder e agentes políticos	---	---	---	---
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.954	2.831	171	43
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.940	2.817	170	43
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	04	04	---	---
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	08	08	---	---
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	02	1	---
2. Servidores com Contratos Temporários	86	86	66	28
3. Total de Servidores (1+2)	3.040	2.917	237	71

Fonte: DAP/SIAPE

Quadro CXXVIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	13
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	---
1.2. Exercício de Função de Confiança	---
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	---
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	40
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	---
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior (Estudo Pós-Graduação Exterior)	17
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	---
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	33
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	14
3.1. De ofício, no interesse da Administração	---
3.2. A pedido, a critério da Administração	---
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	---
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	---
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	---
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	---
4.1. Doença em pessoa da família	---
4.2. Capacitação	---
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	06
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	01
5.2. Serviço militar	---
5.3. Atividade política	---
5.4. Interesses particulares	05
5.5. Mandato classista	---
6. Outras situações	---
6.1. Colaboração Técnica (Decreto 94.664/87)	05
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	88

Fonte: DAP/PROGEP

Quadro CXXIX – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	128	128	20	14
1.1. Cargos Natureza Especial	---	---	---	---
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	64	64	20	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	60	60	---	---
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	04	04	---	---
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	---	---	---	---
1.2.4. Sem vínculo	---	---	---	---
1.2.5. Aposentados	---	---	---	---
2. Funções gratificadas	231	231	80	63
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	227	227	79	63
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	02	02	---	---
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	02	02	1	---
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	359	359	100	77

Fonte: DAP/SIAPE

Quadro CXXX – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	298	676	611	767	179
1.1. Membros de poder e agentes políticos	---	---	---	---	---
1.2. Servidores de Carreira	241	655	593	767	179
1.3. Servidores com Contratos Temporários	57	21	08	Não há	Não há
2. Provimento de cargo em comissão	29	79	64	100	23
2.1. Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	03	14	16	21	10
2.3. Funções gratificadas	26	65	48	79	13
3. Totais (1+2)	321	755	675	867	202

Fonte: DAP/PROGEP

Quadro CXXXI – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	---	18	74	53	538	265	736	631	697
1.1. Membros de poder e agentes políticos	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1.2. Servidores de Carreira	---	18	74	53	538	225	716	605	697
1.3. Servidores com Contratos Temporários	---	---	---	---	---	40	20	26	---
2. Provimento de cargo em comissão	---	---	---	---	35	68	56	44	99
2.1. Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---	---	---	---	---
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	---	---	---	---	---	25	---	5	34
2.3. Funções gratificadas	---	---	---	---	34	41	56	37	63
3. Totais (1+2)	---	18	74	53	573	333	792	675	796

Fonte: DAP/SIAPE

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Quadro CXXXII – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	1.058	55
1.1 Voluntária	762	54
1.2 Compulsória	6	---
1.3 Invalidez Permanente	82	01
1.4 Outras	56	---
2. Proporcional	333	04
2.1 Voluntária	424	01
2.2 Compulsória	30	03
2.3 Invalidez Permanente	38	---
2.4 Outras	3	---
3. Totais (1+2)	1.391	59

Fonte: DAP/SIAPE

Quadro CXXXIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	456	32

Fonte: DAP/SIAPE

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro CXXXIV - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	---	---	---	---	---
1.1 Área Fim	---	---	---	---	---
1.2 Área Meio	02	02	04	04	26.355,58
2. Nível Médio	---	---	---	---	---
2.1 Área Fim	---	---	---	---	---
2.2 Área Meio	---	---	---	---	---
3. Total (1+2)	---	---	---	---	---

Fonte: DAP/PROGEP – SIAPE

Relatório de Gestão 2011 - 126

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UJ

Quadro CXXXV - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011	---								---
	2010	---								---
	2009	---								---
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	219.969.090,48								219.969.090,48
	2010	169.428.895,18								169.428.895,18
	2009	154.427.432,24								154.427.432,24
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	84.736,01								84.736,01
	2010	2.073.288,49								2.073.288,49
	2009	2.462.124,61								2.462.124,61
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	1.075.603,20								1.075.603,20
	2010	1.579.962,56								1.579.962,56
	2009	1.416.847,95								1.416.847,95
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011	---								---
	2010	---								---
	2009	---								---
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	---								---
	2010	---								---
	2009	---								---
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	40.291.788,98								40.291.788,98
	2010	34.241.656,52								34.241.656,52
	2009	33.104.696,42								33.104.696,42

Fonte:NTI/DAP

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UJ

Quadro CXXXVI – Cargos e Atividades Inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da UJ

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Auxiliar Biblioteca	12	14	18	---	2
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>O amparo legal para as contratações decorre da ação civil pública, nº 38/1999 UFAL e FUNDEPES MPT/PRT 19ª Região/AL, e conseqüentes Termos de Ajustes de Conduta (TACs).</p> <p>TAC de 14.02.2002 Ofício 115/2002/HU/UFAL, de 12.04.2002, para o MPT/19ª Região – informação sobre comunicações da UFAL solicitando ao MEC e MPOG soluções para a falta de pessoal;</p> <p>Ofício 005/2003/HU/UFAL, de 08.01.2003, para o MPT/19ª Região – atualizando informações sobre vagas e concursos;</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 02.03.2004 Ofício 143/GR/UFAL de 15.03.2004, para a SESu/MEC – solicitação de vagas para concurso.</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 18.05.2006</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 22.06.2006 Ofício 627/GR/UFAL de 26.07.2006, para SESu/MEC – sobre urgência administrativa e legal para solucionar a problemática de pessoal;</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 03.08.2006 Ofício 6838/2006-DEDES/SESu/MEC, de 23.08.2006, para a Reitora da UFAL – informando que o MEC e o Ministério da Saúde encontram-se em negociação com o TCU na busca de soluções para as questões das IFES.</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 02.05.2007 Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000453/2007-81 – Recomendação nº 001/2007-PRAL/9º Ofício, de 18.06.2007 – sobre carência de pessoal;</p> <p>Ofício 351/GR/UFAL e Ofício 352/GR/UFAL, de 12.07.2007, para o MEC e MPOG, respectivamente, solicitando autorização de 648 vagas para o Hospital Universitário;</p> <p>Ofício 353/GR/UFAL, de 12.07.2007, para o Procurador da República em Alagoas, Rodrigo Telles de Souza, dando ciência das ações da UFAL na busca de soluções;</p> <p>Ofício 405/GR/UFAL, de 21.08.2007, para o MPOG – insistindo sobre a gravidade das condições de funcionamento do Hospital Universitário;</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 30.08.2007</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 09.10.2007</p> <p>TAC à Ação Civil Pública nº 38/B/1999, de 11.11.2007</p> <p>Ofício 200/SEGES/MP do MPOG, de 30.01.2008, para a Reitora da UFAL – respondendo ao ofício 405/GR/UFAL e 352/GR/UFAL – no entanto não definia solução;</p> <p>Ofício 06/2009/PR-AL/GAB-RATCS, de 30.06.2009, para a Reitora da UFAL – solicitando informações sobre soluções para a Recomendação nº 001/2007-PRAL/9º Ofício;</p> <p>Ofício 310/2009-DG/HU/UFAL, de 31.08.2009, para a Procuradoria da República de Alagoas – fazendo o relato das condições funcionais;</p> <p>Ofício 1003/2009-SESu/MEC, de 22.09.2009, para a Reitora da UFAL – restituição de processos, devolvendo processo de 2007 que solicita autorização de vagas para concurso.</p>					

Fonte:PROGEP/SIBi

Quadro CXXXVII – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Aline freire Belo	Auxiliar de Biblioteca	Não Publicado no D.O.U
Cicera Maria de Araujo	Auxiliar de Biblioteca	Não Publicado no D.O.U
Fabiana Silva dos Santos	Auxiliar de Biblioteca	Não Publicado no D.O.U
Genilson Lima de Paula	Auxiliar de Biblioteca	Não Publicado no D.O.U
Jeanne Souza Barros	Auxiliar de Biblioteca	Não Publicado no D.O.U
Maria Jose da Silva	Auxiliar de Biblioteca	Não Publicado no D.O.U

Fonte: PROGEP/SIBi

Relatório de Gestão 2011 - 128

Quadro CXXXVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal de Alagoas													
UG/Gestão: 15222/153037							CNPJ: 24.464.109/0001-48						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal.	SERVIPA SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 24.315.640/0001-59	01/01/11	31/12/11	-	-	130	130	-	-	P
2008	L	O	Limpeza e Conservação de Bens Móveis com fornecimento de material e mão-de-obra.	A.H.I SERVIÇOS GERAIS - ME. CNPJ: 09.074.623/0001-83	01/01/11	08/11/11	-	-	164	164	-	-	E
2008	V	O	Prestação de serviços de vigilância armada da UFAL, para as unidades dispersas de Maceió/AL	OPÇÃO VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA. CNPJ: 01.873.815/0001-48	01/01/11	31/12/11	-	-	24	24	-	-	P
2010	L	O	Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão-de-obra.	PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.198.704/0001-95	01/01/11	31/12/11	-	-	24	24	-	-	P
2010	L	O	Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão-de-obra.	PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.198.704/0001-95	15/01/11	15/01/12	-	-	18	18	-	-	P

Relatório de Gestão 2011 - 129

2007	V	O	Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal.	SERVIPA SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 24.315.640/0001-59	01/01/11	31/12/11	-	-	44	44	-	-	P
2010	V-L	E	03 Postos de Agente de Portaria 24 horas e 02 postos de limpeza, para o Campus do Sertão.	SERVIPA SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 24.315.640/0001-59	18/10/10	18/04/11	-	-	14	14	-	-	E
2006	V	O	Serviços de Telefonia	STI – SÉRVIOS DE TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 05.901.136/0001-96	01/01/11	31/12/11	-	-	03	03	-	-	P
2006	V	O	Serviços de Refrigeração	INTERCOMFRIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA. CNPJ: 08.619.637/0001-72	01/01/11	31/12/11	-	-	03	03	-	-	P

Observação:

Informamos que nem todos os prestadores de serviços contratados pelas empresas terceirizadas possuem nível médio de escolaridade pelas dificuldades de conseguir pessoal com esse nível para assumir as funções proposta nos Editais.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SINFRA

Quadro CXXXIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal de Alagoas													
UG/Gestão: 15222/153037							CNPJ: 24.464.109/0001-48						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1, 4, 6 e 10	E	Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção;	ADSERV – EMPREENDEMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 08.362.490/0001-88	13/09/10	13/03/11	-	-	99	99	-	-	A

Relatório de Gestão 2011 - 130

			Pessoal de restaurante; Pessoal de recreação.												
2011	1,4,6 e 10	O	Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção; Pessoal de restaurante; Pessoal de recreação.	ADSERV – EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 08.362.490/0001-88	14/03/11	14/03/12	-	-	99	99	-	-	A		
2010	4 e 10	O	Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção	ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 40.911.117/0001-41	01/01/11	31/01/12	-	-	13	13	-	-	P		
2011	4 e 10	O	Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção	ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 40.911.117/0001-41	15/01/11	31/12/2011	-	-	09	09	-	-	P		

Observação:

1. A área 7 do contrato com a empresa ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, representa os motoristas terceirizados.
2. Informarmos, ainda, que nem todos os prestadores de serviços contratados pelas empresas terceirizadas possuem nível médio de escolaridade pelas dificuldades de conseguir pessoal com esse nível para assumir as funções proposta nos Editais.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

• **Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional**

Em 2011, ocorreram diversos concursos públicos para docentes onde foram disponibilizadas 133 vagas, tendo 101 vagas providas, de acordo com a Coordenadoria de Desenvolvimento de

Recursos Humanos/PROGEP, conforme **Quadro CXL**. Neste mesmo ano, também houve nomeações para o corpo técnico-administrativo.

Quadro CXL - Indicadores de Concursos de Docente

Edital	Categoria	Vagas ofertadas	Vagas preenchidas	Vagas em aberto
04/2011	Visitante	5	2	3
63/2011	Temporário	6	5	1
57/2011	Temporário	1	1	---
46/2011	Temporário	3	1	2
64/2011	Substituto	2	1	1
56/2011	Substituto	5	5	---
34/2011	Substituto	11	9	2
24/2011	Substituto	4	2	2
13/2011	Substituto	1	1	---
12/2011	Substituto	1	1	---
06/2011	Substituto	19	15	4
40/2011	Efetivo	5	5	---
39/2011	Efetivo	17	12	5
103/2011	Temporário	2	2	---
85/2011	Temporário	3	2	1
76/2011	Temporário	2	2	---
67/2011	Temporário	2	1	1
87/2011	Substituto	3	3	---
75/2011	Substituto	5	4	1
69/2011	Substituto	5	5	---
66/2011	Substituto	4	4	---
90/2011	Efetivo	21	13	8
74/2011	Efetivo	1	1	---
73/2011	Efetivo	4	3	1
72/2011	Efetivo	1	1	---
25 editais		133	101	32

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos/PROGEP. BPE – Banco de Professores Equivalentes.

Quadro CXLI - Nomeações de técnico-administrativos

PORTARIA / PROGRAMA	NOMEAÇÕES EFETUADAS	UNIDADES CONTEMPLADAS	EDITAL	QUANT.	CARGOS
1226/2008 / REUNI 2008 e 2009	2	MACEIÓ	41/2009	2	CONTADOR
11/2010 / ETA	1	MACEIÓ-ETA	41/2009	1	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
Nº 324/2010 / REUNI 2010	18	MACEIÓ	136/2010	8	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
			41/2009 / 136/2010	3	TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA
			41/2009	2	AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Relatório de Gestão 2011 - 132

		ARAPIRACA	41/2009	1	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
		SERTÃO	136/2010	4	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Nº 326/2010 / UAB 2010	7	MACEIÓ	41/2009	1	CONTADOR
			41/2009	2	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
			136/2010	4	TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA
Nº 468/2010 / REUNI 2011	22	MACEIÓ	136/2010	2	ASSISTENTE SOCIAL
			136/2010	2	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA
			136/2010	1	BIÓLOGO
			136/2010	1	ECONOMISTA
			136/2010	2	PEDAGOGO
			41/2009	1	PRODUTOR CULTURAL
			136/2010	3	SECRETÁRIO EXECUTIVO
		41/2009	1	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	
		ARAPIRACA	136/2010	1	BIÓLOGO
			136/2010	1	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
			41/2009	1	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
		SERTÃO	136/2010	1	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
			136/2010	2	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA
			136/2010	2	ENGENHEIRO/ÁREA
41/2009	1		TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS		

Fonte: PROGEP

Quadro CXLII – Distribuição do Quadro Total de Docentes por Grau de Formação

Grau de Formação	Total	%
Graduação	41	2,96
Especialista/Aperfeiçoamento	131	9,47
Mestre	521	37,69
Doutor	689	49,85
Total	1382	100

Fonte: Planilha de Indicadores TCU 2011

A UFAL finalizou o ano de 2011 com 1.556 servidores técnico-administrativos, sendo todos eles do regime de trabalho de 40 horas, tempo integral. É importante salientar que cerca de 873, 56,10% dos servidores técnico-administrativos da UFAL possuem nível superior, conforme mostrado na Quadro CXLIII.

Quadro CXLIII - Servidores Técnico-administrativos, por Escolaridade

Escolaridade	Tempo Integral	Tempo Parcial	Total	%
Alfabetização sem Cursos Regulares	18	---	18	1,16
Ensino Fundamental Incompleto	74	---	74	4,76

Ensino Fundamental Completo	53	---	53	3,41
Ensino Médio	538	---	538	34,58
Graduação	184	---	184	11,83
Especialista/Aperfeiçoamento	585	---	585	37,60
Mestrado	84	---	84	5,40
Doutorado	08	---	08	0,51
Professor Tecnólogo Ensino Médio	12	---	12	0,77
Total	1.556	---	1.556	100

Fonte: DAP (DEZ/2011). Dado contabilizado com servidores lotados no HU.

São 1.556 servidores técnico-administrativos compondo o quadro, dos quais 643 (41,32%) são lotados no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA), órgão de apoio acadêmico que mantém relação funcional com as Unidades Acadêmicas, principalmente da área de saúde, fazendo ensino, pesquisa, extensão e assistência. O HUPAA é voltado, prioritariamente, para a formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde, além de contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado de Alagoas.

Alguns fatores têm contribuído para o crescimento qualitativo do quadro de pessoal da Instituição. A renovação decorrente de novas vagas é um fator preponderante, visto que os participantes de concursos estão cada dia mais preparados e capacitados para disputar uma vaga no mercado de trabalho, isso inclusive tem exigido mudanças no nosso processo seletivo. Outro fator é o investimento em capacitação. Os programas de assistência à saúde e de qualidade de vida têm trazido dignidade aos servidores, gerando mais motivação e comprometimento.

Vale ressaltar ainda que as vagas ofertadas pelo Governo Federal são oriundas do Programa REUNI, ou seja, elas são para dar conta da demanda que surge pelo fato da Universidade ter expandido, seja pela criação de Campi, de cursos ou oferta de novas turmas. Enquanto que a necessidade surgida pela vacância do cargo, através de aposentadorias, exonerações, essas não são automaticamente repostas. O que tem contribuído para uma defasagem progressiva do quadro técnico da Instituição.

- **Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim**

A política de nomeação da área-meio é diferente da área-fim. Para a área finalística, o governo desenvolve políticas de nomeação que contemplam a necessidade em diversas situações, e o número ofertado foi muito superior a área-meio. Pode haver contratação de docentes para área fim, quando há licença para qualificação, licença médica e vacância. Foi criado o Banco de Professores Equivalentes, o qual é usado para trocar os professores substitutos por efetivos, e quando ocorre vacância. O próprio Programa REUNI também favoreceu a contratação em maior número de servidores que atuam na área finalística.

- **Desempenho funcional dos servidores**

O Programa de Avaliação de Desempenho possibilitou tanto redimensionar as ações desenvolvidas pelos técnico-administrativos no exercício do cargo, quanto auferir objetivamente o seu desempenho, fornecendo ao próprio avaliado e à Instituição subsídios para seu aprimoramento pessoal/profissional assim como dos serviços prestados e das condições de trabalho.

Em 2010, foi criada uma comissão para elaboração e execução de um programa de dimensionamento qualitativo e quantitativo de pessoal, sendo melhorado em 2011. O dimensionamento de recursos humanos é uma ferramenta indispensável nas instituições públicas, uma vez que revela a correta utilização da força de trabalho, bem como, orienta na distribuição das competências e atividades individuais dentro da organização, e ainda, detectando as necessidades de movimentação, recomposição e qualificação do quadro funcional, apontando o contingente de pessoal ideal para atender as demandas institucionais.

Com relação ao Desempenho Funcional dos Servidores da Instituição, tivemos os seguintes resultados no processo de avaliação de 2011: 592 docentes e 228 técnicos foram avaliados dentro

do estágio probatório bem como 829 servidores foram avaliados, tendo apenas 1 servidor que não progrediu na carreira. É importante frisar que a avaliação dos demais servidores docentes da UFAL é realizada pelas congregações das unidades acadêmicas e pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), não havendo nenhuma participação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP). Quanto à avaliação dos técnico-administrativos os índices apontados nos relatórios de avaliação demonstram um resultado excelente. No entanto, é necessário que se estabeleça uma relação mais sistêmica entre a avaliação e as ações de capacitação, para que possamos de fato contribuir para o desempenho dos servidores e o desenvolvimento institucional.

Com relação ao dimensionamento dos servidores lotado na UFAL, foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de pesquisa de distribuição de carga horária dos técnicos-administrativos de 25 UORG's da UFAL, totalizando dados de 570 servidores;
- Criação de base de dados com solicitação de remoção e de novos servidores otimizando o processo de alocação de pessoal;
- Quadro com quantitativo geral de técnicos, docentes, alunos, laboratórios, bibliotecas e turnos de funcionamento das UORG's excluindo HU.

- **Planos de capacitação do quadro de recursos humanos**

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CDRH inovou no modo de organização dos cursos de capacitação através da criação da estrutura modular com ênfase em atualização em administração pública, aumentando assim a quantidade de vagas e cursos, além do aumento da qualidade devido ao foco nas competências necessárias à gestão pública. A CDRH obteve um aumento de 31% nas avaliações de desempenho e estágio probatório realizados; atualizou o quantitativo geral de técnicos, docentes, alunos, laboratórios, bibliotecas e turnos de funcionamento dos setores da UFAL; reformulou 26 e criou 6 formulários racionalizando os processos de trabalho. Além disso, a coordenadoria prestou assessoria às diversas unidades, orientou servidores, criou normatizações diversas, entre outras atividades.

O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores da UFAL tem como objetivo: (i) contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; (ii) capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e (iii) capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da Instituição. É importante ressaltar que os recursos orçamentário-financeiros destinados ao programa de capacitação da UFAL aumentam ano a ano. Assim, por meio de um programa de capacitação eficaz e atualizado, a Administração da UFAL procura estimular ações voltadas à obtenção de resultados efetivos no desempenho dos servidores e de suas unidades de trabalho, uma vez que acredita que os recursos humanos têm um papel fundamental na atual proposta de Administração Pública no Brasil.

O programa de capacitação da UFAL contemplou ações de capacitação que contribuíram para o desenvolvimento profissional e pessoal do servidor e, conseqüentemente, para o crescimento da própria Universidade através do alcance das metas institucionais.

A capacitação, que nos últimos anos sempre ultrapassou todas as metas estabelecidas, este ano, especificamente, não conseguiu atingir o número de participação nos cursos conforme o planejado, apesar das vagas serem ofertadas muitos cursos foram cancelados devido à ausência de alunos devido à greve dos técnico-administrativos e docentes.

Em 2011, foram realizados 84 eventos, sendo 36 na sede e 48 fora da sede, tendo um total de 1.189 participantes, que segue detalhado nas tabelas a seguir.

De igual importância foi desenvolvido curso de qualificação com carga horária total de 370 horas, uma turma com 27 vagas.

Verifica-se, pelos dados apresentados uma redução da ordem de 46,34% do número de participantes no ano de 2011 em relação ao ano de 2010 (**Quadro CXLIV**).

Ano	Participações
2006	700
2007	1.800
2008	1.628
2009	2.455
2010	2.216
2011	1.189

Fonte: PROGEP

- **Mão de obra terceirizada**

É importante salientar que, em consequência do aumento da demanda dos serviços ofertados pela Instituição, houve a necessidade de um aumento no quadro de pessoal terceirizado para atender com maior efetividade as questões relativas, sobretudo, a segurança e limpeza. Mesmo obtendo autorização do MEC para contratação, via concurso público de servidores técnico-administrativos, a UFAL não teve outra saída a não ser a terceirização mesmo tendo consciência de que tal medida compromete cada vez mais o orçamento de custeio, que historicamente tem se mostrado insuficiente para atender as despesas da Universidade.

Atualmente, a distribuição da mão de obra terceirizada é a seguinte: 644 (somatório de todos os funcionários que prestam serviços na UFAL), que equivalem a 66,19%, são destinadas a UFAL e 329 (33,81%) são destinadas ao HUPAA. A UFAL vem cumprindo um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, em acompanhamento com o Ministério Público do Trabalho até que se solucionem as questões dos Hospitais Universitários das IFES. Além disso, a política remuneratória da UFAL segue as Leis 11.091/2005 e 11.784/2008. O **Quadro CXLV** resume as despesas efetuadas com cada uma das empresas terceirizadas da UFAL.

Quadro CXLV - Descrição detalhada das empresas terceirizadas da UFAL

Contratada	Nº do Contrato / Tipo	Total de Funcionários	Despesa Efetuada (RS)
STI – SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 05.901.136/0001-96	Contrato: 15/2006 Objeto: Serviços em telecomunicações. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, tráfego e controle de tarifação nos sistemas telefônicos e rede interna e externa da UFAL	03 pessoas	74.250,00
ADSERV – EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 08.362.490/0001-88	Contrato: 09/2011 Objeto: Terceirização de mão de obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricistas, encanadores, pedreiros, pintores, serralheiros etc); Pessoal de restaurante (cozinheiro, auxiliares de copa e de serviços gerais etc.); Pessoal de recreação para o NDI	116 pessoas	3.773.289,27
INTERCONFRIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA CNPJ: 08.619.637/0001-72	Contrato: 72/2006 Objeto: Prestação de serviços de manutenção em condicionadores de ar	03 pessoas	145.500,00
SERVIPA SERVIÇOS GERAIS CNPJ: 24.315.640/0001-59	Contrato: 14/2008 – Maceió Objeto: Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal	130 pessoas	5.100.194,67
ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 40.911.117/0001-41	Contrato: 15/2010 – Maceió Objeto: Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão de obra	201 pessoas	2.510.711,04

Relatório de Gestão 2011 - 136

OPÇÃO VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA. CNPJ: 01.873.815/0001-48	Contrato: 01/2008 Objeto: Prestação de serviços de vigilância armada da UFAL	24 pessoas	505.379,04
SERVIPA SERVIÇOS GERAIS CNPJ: 24.315.640/0001-59	Contrato: 40/2007 – Campus de Arapiraca Objeto: Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal	44 pessoas	1.699.868,76
PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.198.704/0001-95	Contrato: 27/2010 – Campus de Arapiraca Objeto: Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão de obra	24 pessoas	665.088,72
ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 40.911.117/0001-41	Contrato: 39/2010 – Campus de Arapiraca Objeto: Terceirização de mão de obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricista, encanador, pedreiro e encarregado)	13 pessoas	629.080,17
ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 40.911.117/0001-41	Contrato: 03/2011 – Campus Sertão Objetivo: Pessoal terceirizado em diversas categorias	09 pessoas	425.472,51
PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.198.704/0001-95	Contrato: 04/2011 – Campus Sertão Objeto: Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão de obra	18 pessoas	424.236,60

Fonte: SINFRA

Relatório de Gestão 2011 - 137

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO (ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010)

Quadro CXLVI- Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 150011				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	N° do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4		UFAL	225.825,00	---	225.825,00	225.825,00	jan/11	dez/11	1
Total			225.825,00						
Unidade Concedente									
Nome: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO SPO									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 150014				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	N° do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	Processo 23000.001379/2011-31	UFAL	2.310,26	---	2.310,26	2.310,26	fev/11	fev/11	1
4		UFAL	3.057,27	---	3.057,27	1.391,68	nov/11	nov/11	1
4		UFAL	1.391,68	---	1.391,68	1.391,68	nov/11	nov/11	1
Total			6.759,21						
Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA DE EDUC. PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 150016				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	N° do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	23000.010886/2010-85	UFAL	200.434,00	---	200.434,00	200.434,00	jul/11	dez/11	1
4	23000.009012/2011-66	UFAL	190.000,00	---	190.000,00	190.000,00	jul/11	dez/11	1
Total			390.434,00						

Relatório de Gestão 2011 - 138

Unidade Concedente									
Nome: SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALF E DIVERSIDADE									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 150028				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	23400.0015318/2011-51	UFAL	30.640,00	---	30.640,00	30.640,00	dez/11	dez/11	1
Total			30.640,00						
Unidade Concedente									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 153163				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	EDITAL 08/DDP/2011	UFAL	1.712,28	---	1.712,28	1.712,28	ago/11	ago/11	1
Total			1.712,28						
Unidade Concedente									
Nome: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 153173				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	23400.001470/2011-44	UFAL	37.015,00	---	37.015,00	37.015,00	jun/11	dez/11	1
4	23034.000151/2011-37	UFAL	6.180,00	---	6.180,00	6.180,00	ago/11	dez/11	1
4	23400.001799/2011-13	UFAL	43.540,40	---	43.540,40	43.540,40	ago/11	nov/11	1
4	23034.002484/2011-85	UFAL	49.356,20	---	49.356,20	49.356,20	out/11	set/12	1
4	23034.002452/2011-80	UFAL	158.785,07	---	158.785,07	158.785,07	out/11	set/12	1
4	23400.003909/2011-73	UFAL	222.837,00	---	222.837,00	222.837,00	out/11	dez/11	1
4	23400.003910/2011-06	UFAL	33.413,00	---	33.413,00	33.413,00	nov/11	dez/12	1
4	23400.002949/2011-06	UFAL	130.930,00	---	130.930,00	130.930,00	nov/11	dez/11	1
4	23400.002980/2011-39	UFAL	49.882,67	---	49.882,67	49.882,67	dez/11	mai/12	1
4	23400.003139/2011-69	UFAL	193.520,00	---	193.520,00	193.520,00	dez/11	dez/11	1

Relatório de Gestão 2011 - 139

4	23400.004761/2011-94	UFAL	300.900,00	---	300.900,00	300.900,00	dez/11	dez/11	1
Total			1226359,34						
Unidade Concedente									
Nome: FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 154003				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	23038.009926/2010-19	UFAL	473.425,63	---	473.425,63	473.425,63	fev/11	set/11	1
4	23038.004027/2011-19	UFAL	964.370,00	---	964.370,00	964.370,00	jun/11	dez/11	1
4	23038.006760/2011-60	UFAL	1.080.000,00	---	1.080.000,00	1.080.000,00	out/11	out/12	1
Total			2.517.795,63						
Unidade Concedente									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 158515				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	23204.004845/2011-24	UFAL	1.751,60	---	1.751,60	1.751,60	nov/11	nov/11	1
Total			1.751,60						
Unidade Concedente									
Nome: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 180002				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	23400.00461/2011-88	UFAL	82.250,00	---	82.250,00	82.250,00	nov/11	dez/11	1
Total			82.250,00						
Unidade Concedente									
Nome: ESCRITÓRIO CENTRAL DA ANP									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 323031				
Informações sobre as transferências									

Relatório de Gestão 2011 - 140

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	48612.003285/2010-69	UFAL	333.706,61	---	333.706,61	333.706,61	nov/11	dez/11	1
Total			333.706,61						
Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA DE DESENV. AGROPECUARIO E COOPERATIVO									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 420013				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	21000.004748/2011-12	UFAL	50.000,00	---	50.000,00	50.000,00	mai/11	dez/11	1
Total			50.000,00						
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso					1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				

Fonte: DCF/SIAFI

Relatório de Gestão 2011 - 141

Quadro CXLVII - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Universidade Federal de Alagoas						
CNPJ: 24.464.109/0001-48				UG/GESTÃO: 15222/153037		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio (1)	---	---	---	---	---	---
Contrato de Repasse	---	---	---	---	---	---
Termo de Parceria	---	---	---	---	---	---
Termo de Cooperação (4)	47	28	23	24.405.695,64	8.269.585,26	3.770.899,89
Termo de Compromisso	---	---	---	---	---	---
Totais	47	28	23	24.405.695,64	8.269.585,26	3.770.899,89

Fonte: DCF/SIAFI

Quadro CXLVIII - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Universidade Federal de Alagoas					
CNPJ: : 24.464.109/0001-48			UG/GESTÃO: 15222/153037		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio (1)	---	---	---	---	---
Contrato de Repasse	---	---	---	---	---
Termo de Parceria	---	---	---	---	---
Termo de Cooperação (4)	5	---	---	---	---
Termo de Compromisso	---	---	---	---	---
Totais	5	---	---	---	100%

Fonte: DCF/SIAFI Obs.: Dados incompletos devido indisponibilidade de consultar PTA's

7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV (ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE E ATUALIZAÇÃO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO

Eu, Valmir de Albuquerque Pedrosa, CPF nº 490.925.024-72, Pró-Reitor de Gestão Institucional, exercido na Universidade Federal de Alagoas declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e os convênios celebrados com a UFAL são convênios de receita, não sendo registrados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Maceió, 06 de março de 2012.

Valmir de A. Pedrosa
Valmir de Albuquerque Pedrosa

CPF: 490.925.024-72

Pró-Reitor de Gestão Institucional
Universidade Federal de Alagoas

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS (ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 07/2010)

Análise Crítica:

Em atenção ao item 8.1 da Portaria 123/2011 - TCU referente à obrigação de entregar a Declaração de Bens e Renda, instituto previsto na Lei nº 8.730/93, o Departamento de Administração de Pessoal tem seguido a orientação da Portaria MP/CGU nº 298 de 06 de setembro de 2007. Nos termos do seu Art. 1º, incisos I e II, parágrafos 2º e 3º, ao ocupante de cargo ou função faculta-se a entrega de cópias ou autorização de acesso às suas DBR`s. Nesse contexto, os servidores desta UFAL são orientados e convocados para procederem com a entrega da autorização de acesso.

Assim, sempre que há investidura em cargo efetivo ou posse em cargo de direção os novos servidores assinam a referida autorização de acesso. Dessa forma, não foi possível preencher o Quadro A 8.1 requerido.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ (ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Quadro CXLIX - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a, conseqüente, adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		

Relatório de Gestão 2011 - 145

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Auditoria Geral

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS (ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010)

Quadro CL - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

Considerações Gerais:

A UFAL utilizou a seguinte metodologia para analisar os quesitos do questionário:

As questões foram divididas por área e analisada por um grupo de pessoas pertencentes aquela área específica;

As áreas ou setores em questão foram os seguintes: setor de obras, setor de compras e licitações e setor de manutenção.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS (ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010)

Quadro CLI – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade das União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Alagoas	11	11
	Maceió	9	9
	União dos Palmares	1	1
	Viçosa	1	1
	Subtotal Brasil	11	11
EXTERIOR	PAÍS 1	---	---
	cidade 1	---	---
Subtotal Exterior		---	---
Total (Brasil + Exterior)		11	11

Fonte: SINFRA

Quadro CLII – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Alagoas	1	---
	Santana do Ipanema	1	---
	Subtotal Brasil	1	---
EXTERIO R	PAÍS 1	---	---
	cidade 1	---	---
	Subtotal Exterior	---	---
Total (Brasil + Exterior)		1	---

Fonte: SINFRA

Quadro CLIII – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
153037	278500247.500-0	Cessão de uso gratuito	3	---	04/08/2004	R\$ 301.018,01	---	---
153037	278500041.500-0	Escritura publica ou incorporação	3	---	04/08/2004	R\$ 978.898,62	---	---
153037	278500249.500-1	Escritura publica ou incorporação	3	---	01/06/2000	R\$ 1.856.666,3	---	---
153037	278500250.500-7	Incorporação – Lei 3.867/1961	3	---	01/06/2000	R\$ 903.661,30	---	---
153037	278500251.500-2	Escritura publica de desapropriação	3	---	01/06/2000	R\$ 747.063,17	---	---
153037	278500252.500-8	Usucapião – Decreto Lei 9.760	3	---	01/06/2000	R\$ 34.198,88	---	---

Relatório de Gestão 2011 - 149

153037	278500253.5 00-3	Escritura publica de desapropriação de unidade pública	3	---	25/07/2003	R\$ 20.001.104,22	---	---
153037	278500278.5 00-0	Escritura Pública de doação	3	---	09/10/2000	R\$ 20.000,00	---	---
153037	288500028.5 00-6	Escritura Pública de doação	3	---	09/10/2000	R\$ 100.000,00	---	---
153037	288700010.5 00-4	Escritura Pública de doação	3	---	09/10/2000	R\$ 1.500.000,00	---	---
		Cessão de uso gratuito	3	---	---	---	---	---
Total								

Fonte: SINFRA

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ (PLANEJAMENTO DA ÁREA, PERFIL DO RH ENVOLVIDO, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS; CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010))

Quadro CLIV - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X		X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X		X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X			X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Servidores efetivos do quadro = 26 / Terceirizado = 1 (Consultor)	Efetivo: 26 Terceirizado: 01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	Sim				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: ---					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Análise Crítica sobre Gestão da Tecnologia da Informação na UFAL:

O Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI é um órgão de apoio administrativo da UFAL que tem por finalidade disseminar e apoiar o uso da tecnologia da informação pela comunidade universitária, como forma de favorecer a qualidade, produtividade e efetividade nas atividades de gestão institucional em suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, cabe ao NTI o desenvolvimento de sistemas corporativos de interesse da gestão universitária, a avaliação de softwares existentes no mercado para definir sua utilização pela Instituição e a implantação e manutenção de softwares adquiridos pela Universidade e alocados para gerenciamento do núcleo.

Cabe também ao NTI a definição de normas e metodologias para o desenvolvimento e a documentação dos sistemas, a proposição de normas de política de uso para os serviços disponibilizados aos usuários, a administração da rede de computadores, com especial prioridade à manutenção do *backbone* institucional, cuidando da disponibilidade até o ponto de entrada/saída em cada domínio descentralizado, e a gerência do link de Internet da UFAL e suas unidades externas situadas em Maceió.

(1) Planejamento da área de tecnologia da informação

O NTI elabora seu planejamento anualmente com base no planejamento geral da UFAL. A seguir são apresentadas as principais ações presentes em seu planejamento de 2010 com percentual de realização:

- Desenvolvimento e estabilização dos sistemas de gestão acadêmica (percentual realizado: 80%);
- Aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho em TI (percentual realizado: 60%);
- Padronização e gerenciamento dos sites e portais institucionais da UFAL (percentual realizado: 60%);
- Padronização dos processos de compra em informática (percentual realizado: 60%);
- Melhoria da infraestrutura para estabilização dos processos de TI na UFAL (percentual realizado: 75%);
- Melhoria do atendimento ao usuário nos processos de TI na UFAL (percentual realizado: 80%) e melhoria, ampliação e estabilização dos serviços de rede (percentual realizado: 70%).

(2) Perfil do RH envolvido

A equipe do NTI possui 26 (vinte e seis) servidores do quadro efetivo e 33 (trinta e três) bolsistas, conforme detalhamento apresentado nas **Tabelas 163, 164 e 165**.

Quadro CLV - Quantitativo de servidores por cargos

Cargo	Quantidade
Assistente em administração	09
Técnico em Tecnologia da Informação	03
Analista de Tecnologia da Informação	15
Total	27

Fonte: NTI

Quadro CLVI - Quantitativo de servidores por titulação

Titulação	Quantidade
Ensino Médio	02
Graduação em conclusão	01
Graduação	05
Especialização	09

Mestrado em conclusão	06
Mestrado	03
Doutorado em conclusão	01
Total	27

Fonte: NTI

Quadro CLVII - Quantitativo de servidores e bolsistas por setores

Sector	Servidores	Bolsistas
Secretaria	01	02
Suporte e diagnóstico	04	06
Central de Relacionamento	01	08
Desenvolvimento	13	06
Redes	05	04
Gestão da informação	03	05
Total	27	31

Fonte: NTI

(3) Segurança da informação

O NTI possui algumas políticas de segurança da informação, tais como:

- a) Política de utilização da rede de computadores. Existe uma política, oficialmente em vigor na Instituição, que regulamenta o uso do serviço da Intranet da UFAL, abrangendo serviços de controlador de domínio, servidor de arquivos e servidor de antivírus, onde são mencionados os direitos, deveres e penalidades previstas para eventuais transgressões;
- b) Política de hospedagem de sítios. Existe uma política, oficialmente em vigor na Instituição, que regulamenta o uso do serviço de hospedagem de sítios nos servidores da UFAL, onde são mencionados os direitos, deveres e penalidades previstas para eventuais transgressões;

(4) Desenvolvimento e produção de sistemas

A área de desenvolvimento do NTI apresentou avanços em seus procedimentos como podem ser vistos abaixo: implantação da gestão de projeto, implantação de processo de desenvolvimento de software, desenvolvimento e implantação de novos sistemas: sistema acadêmico e sistema do congresso acadêmico, padronização e gerenciamento dos sites e portais institucionais da UFAL.

(5) Contratação e gestão de bens e serviços

Em 2011, o NTI continuou a aproximação da SINFRA, no sentido de prestar suporte relacionado às ações de compra de equipamentos de Tecnologia da Informação para a UFAL, assim, diversas atividades foram realizadas como o ajuste no cadastro de produtos, especificações de equipamentos, emissão de parecer técnico, auxílio nos pregões eletrônicos e presenciais. Além dessas atividades, vários pregões de TI foram realizados em 2011.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Quadro CLVIII - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	153037	Limite de Utilização da UG			60.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
José Geraldo da C. Gomes Ribeiro	133.566.584-68	3.000,00	---	---	509,00
Elias Barbosa da Silva	786.209.614-20	15.000,00	---	---	11.008,29
Enildo Marinho Guedes	164.365.634-15	1.000,00	---	---	1.000,00
Luiz Antônio P. Cabral	144.763.984-72	3.000,00	---	---	1.784,60
Luciene Ferreira de Lima	240.573.474-53	3.000,00	---	---	2.132,40
Sergio O. Seixas de Araújo	360.268.754-68	4.000,00	---	---	1.638,62
Marcos Antônio L. de Moura	382.289.474-53	3.000,00	---	---	2.601,71
Valmir de A. Pedrosa	490.925.024-72	3.000,00	---	---	1.675,90
Marcio Aurélio L. dos Santos	889.541.964-20	4.000,00	---	---	1.807,59
José Ivo Limeira dos Reis	133.844.574-04	2.000,00	---	---	1.995,70
Terezinha da Rocha Ataíde	382.461.554-15	1.000,00	---	---	987,00
João Xavier de Araújo Junior	738.776.524-04	1.000,00	---	---	755,19
Total utilizado pela UG			---	---	19.649,89
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
---	---	---	---	---	---
---	---	---	---	---	---
Total utilizado pela UG			---	---	---
Total utilizado pela UJ			---	---	---

Fonte: DCF

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU (ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Quadro CLIX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	016.167/2006-5	9548/2011 – 1ª CÂMARA Plenário	9.1 e 9.3	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
<p>Conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistentes os itens 9.1, 9.2, 9.6.3 e 9.7 do Acórdão nº 5.837/2010 - TCU - Primeira Câmara, e conferindo ao seu item 9.3 a seguinte redação:</p> <p>Julgar regulares com ressalva as contas de Ana Dayse Rezende Dórea, José Nivaldo de Farias e Fernando José de Lira, dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria					
Síntese da providência adotada:					
Ciência ao Gabinete da Reitoria.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro CLX - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	014.293/2010-2	312/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.1	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
<p>Fazer cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

Relatório de Gestão 2011 - 155

DAP/ AG	00420
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Ação desenvolvida pelo Departamento de Administração de Pessoal para seu cumprimento. A Auditoria Geral da UFAL fará a constatação do cumprimento no primeiro semestre de 2012.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	014.293/2010-2	312/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.2	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP / AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Ação desenvolvida pelo Departamento de Administração de Pessoal para seu cumprimento. A Auditoria Geral da UFAL fará a constatação do cumprimento no primeiro semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 156

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	014.293/2010-2	312/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.3	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Ajustar os valores das parcelas decorrentes de decisão judicial, na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005 – TCU - Plenário.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP / AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Ação desenvolvida pelo Departamento de Administração de Pessoal para seu cumprimento. A Auditoria Geral da UFAL fará a constatação do cumprimento no primeiro semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 157

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	014.293/2010-2	312/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.4	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno do TCU.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP / AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Ação desenvolvida pelo Departamento de Administração de Pessoal para seu cumprimento. A Auditoria Geral da UFAL fará a constatação do cumprimento no primeiro semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 158

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	014.293/2010-2	312/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.5	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Enviar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessadas tomaram ciência do julgamento desta Corte.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP / AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Ação desenvolvida pelo Departamento de Administração de Pessoal para seu cumprimento. A Auditoria Geral da UFAL fará a constatação do cumprimento no primeiro semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 159

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	014.293/2010-2	312/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.4	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 160

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	012.953/2007-3	4447/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	5.1.11	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Efetuar o pagamento das parcelas de quintos de FC a que fazem jus os servidores ativos e inativos sob a forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), ajustando-se o valor da parcela ao que era devido em 04/9/2001, data da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, e atualizando-a, desde então, exclusivamente pelos reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público federal, conforme preceitua o art. 3º da referida MP, que acresceu o art. 62-A à Lei nº 8.112/1990, abstendo-se, ainda, de considerar, na base de cálculo, o vencimento fixado pela Lei nº 11.344/2006.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Todas as providências foram adotadas, porém sua concretização dependia do Ministério do Planejamento que não procedeu as alterações. O referido Acórdão foi motivo de apelação da Advocacia Geral da União para sua nulidade. A matéria se encontra com a Ministra Ana Arraes do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	012.953/2007-3	4447/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	5.1.11. 1	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Para os servidores que se aposentaram com a vantagem do art. 193 da Lei nº 8.112/1990, faculte-lhes a opção pelo recebimento da remuneração integral do CD, sendo que, caso exista diferença entre o valor da remuneração do CD e o valor calculado na forma do subitem anterior, transforme-a em vantagem pessoal, a ser absorvida pelas futuras reestruturações da carreira e sujeita exclusivamente aos reajustes gerais concedidos a todos os servidores públicos federais, de forma que não haja decesso remuneratório nos proventos.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					

Relatório de Gestão 2011 - 161

<p>Todas as providências foram adotadas, porém sua concretização dependia do Ministério do Planejamento que não procedeu as alterações. O referido Acórdão foi motivo de apelação da Advocacia Geral da União para sua nulidade. A matéria se encontra com a Ministra Ana Arraes do TCU.</p>
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	012.953/2007-3	4447/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	5.1.11. 2	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Informar ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, o resultado das providências adotadas para cumprir os subitens anteriores (5.1.11 e 5.1.11.1)					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi comunicado ao TCU o motivo do não cumprimento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 162

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	023.265/2009-0	4995/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.2.1	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Acompanhar o andamento das decisões judiciais que atualmente asseguram o pagamento da URP aos seus servidores (Mandado de Segurança nº 2001.80.00.002301-0, TRF da 5ª Região) e, no caso de decisões desfavoráveis aos interessados, adote as providências pertinentes, em consonância com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a fim de promover a restituição dos valores indevidamente percebidos pelos beneficiários.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	023.265/2009-0	4995/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.2.2	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 164

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	014.522/2011-0	11457/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.1	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Fazer cessar, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da parcela relativa ao Plano Bresser (26.05%), ora considerada irregular, contado a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 165

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	014.522/2011-0	11457/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.2	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 166

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	014.522/2011-0	11457/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.4	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Orientar a Universidade Federal de Alagoas - UFAL que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, do referido normativo.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 167

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	014.520/2011-7	11886/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.1	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Fazer cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 168

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	014.520/2011-7	11886/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.3	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
No prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 169

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	014.520/2011-7	11886/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.4	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Emitir novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 170

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	014.519/2011-9	11885/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.4	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Fazer cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 171

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	014.519/2011-9	11885/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.1	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Fazer cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 172

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	014.519/2011-9	11885/2011 – 2ª CÂMARA	9.3.2	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Comunicar ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 173

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	014.519/2011-9	11885/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.3	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
No prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 174

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	014.519/2011-9	11885/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	9.3.4	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
Emitir novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A realização da determinação constituirá em procedimento de acompanhamento que integra as atividades de controle da Auditoria Geral da UFAL para o 1º semestre de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	021.013/2010-1	11303/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	1.6.1	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. Determinar à Universidade Federal de Alagoas que, no prazo de 90 dias:</p> <p>1.6.1.1.elabore plano de ação contendo cronograma das medidas que irá adotar para a correção das seguintes irregularidades/falhas, incluindo, quando for o caso, as providências para reembolso dos valores pagos indevidamente, a apuração da responsabilidade dos servidores que lhes deram causa e a implantação de controles com vistas a evitar novas ocorrências:</p> <p>1.6.1.1.1.irregularidades/impropriedades na concessão do adicional de insalubridade /periculosidade (itens 14 e 25 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitens 1.1.4.1, 1.1.4.2, 1.1.4.7 e 3.1.1.5 do Relatório - CGU 243900 - fls. 234-252, 258-265 e 302-311);</p> <p>1.6.1.1.2.ausência de comprovação do reembolso de servidores cedidos com ônus para o cessionário (item 18 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitem 1.1.4.6 do Relatório - CGU 243900 - fls. 257-258); e</p> <p>1.6.1.1.3.irregularidades/impropriedades no pagamento do auxílio-transporte (itens 19 e 26 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitens 1.1.5.1, 1.1.5.2, 1.1.5.3, 3.1.2.1 e 3.1.2.2 do Relatório - CGU 243900 - fls. 265-271 e 312-315);</p> <p>1.6.1.2.adote medidas para apurar qual a utilização dada às salas do 7º e 13º andares do Edifício Walmap, cedidas à Universidade pelo Serviço do Patrimônio da União, e, na hipótese das salas terem sido utilizadas, informalmente ou não, pela Fundepes, adote providências, mediante prévio contraditório, para o reembolso dos valores do condomínio pagos pela Ufal, que seriam de responsabilidade daquela Fundação (item 20 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358 e subitem 1.1.6.1 do Relatório - CGU 243900 - fls. 271-273).</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Geral esteve fazendo visita ao órgão no mês de Janeiro e constatou que o Departamento de Administração de Pessoal constituiu um grupo de trabalho interno para dar cumprimento de todas as recomendações constantes deste Acórdão.</p> <p>Os procedimentos internos iniciais foram adotados pela Auditoria Geral com o encaminhamento aos órgãos responsáveis e será acompanhado durante o exercício de 2012 para conhecer o posicionamento final da matéria.</p> <p>O resultado final das providências será encaminhado à Controladoria Geral da União e Secretaria de Controle Externo de Alagoas do Tribunal de Contas da União.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Relatório de Gestão 2011 - 176

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00420
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	021.013/2010-1	11303/2011 – 2ª CÂMARA Plenário	1.6.2	Ordinário	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00420
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.2. dar ciência à Universidade Federal de Alagoas das seguintes irregularidades verificadas no curso deste processo, conforme anotado, respectivamente, nos subitens 12 e 22 da instrução da unidade técnica - fls. 328/358:</p> <p>1.6.2.1. prosseguimento de licitações na modalidade convite sem a obtenção de três propostas válidas e sem proceder à repetição do certame, contrariando sólida jurisprudência deste Tribunal retratada na Súmula TCU nº 248;</p> <p>1.6.2.2. exigência de apresentação, por parte de licitantes, de atestado de idoneidade financeira, prática ilegal, ante a ausência de previsão do referido documento no art. 31 da Lei nº 8.666/93 e respectivos incisos;</p> <p>1.6.2.3. exigência, sem justificativa nos autos, de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, desproporcionais à dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, para comprovação da capacidade técnico-operacional dos licitantes, contrariando jurisprudência deste Tribunal reproduzida na Súmula TCU 263/2011;</p> <p>1.6.2.4. falta de detalhamento dos serviços em documento fiscal, quando do pagamento por serviços prestados pela Fundepes ao Hospital Universitário, em desatenção ao que determina o art. 63, § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AG					00420
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Os setores estão sendo notificados para adotar as devidas determinações. Cada setor devera adequar-se visando dar cumprimento a determinação estabelecida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro CLXI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108934	1.1.3.4 CONSTATAÇÃO: (012)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			010173
Descrição da Recomendação:			
<p>Fragilidade nos controles relativos à área de contratos, comprometendo sua integridade.</p> <p>Recomendação 1: Aprimorar os controles internos da Unidade de forma a evitar a liquidação e o pagamento de despesas sem a devida comprovação documental, bem como as transferências de recursos sem amparo documental apropriado, que resguarde as atividades a serem executadas.</p>			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
HUPAA	010173
Síntese da providência adotada:	
<p>Todas as liquidações e pagamentos de despesas são com comprovação documental. No HU não é paga qualquer despesa sem que a documentação do processo esteja correta. Em relação à FUNDEPES, existe um contrato entre a UFAL e a referida fundação, cuja vigência é até 2012, conforme mencionado em relatório anterior. Informou-se ainda que foi elaborado outro contrato para substituir o existente entre UFAL e FUNDEPES, conforme sugestão da CGU, que está em análise na Procuradoria Federal.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>	

Relatório de Gestão 2011 - 178

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108934	1.1.5.2 CONSTATAÇÃO: (006)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			010173
Descrição da Recomendação:			
<p>Ausência de comprovação de 37,96% (R\$ 2.346.374,98) dos repasses efetuados para a FUNDEPES para contratação de pessoal para a Unidade.</p> <p>Recomendação 1: Providenciar a comprovação do montante de R\$ 2.346.374,98.</p> <p>Recomendação 2: Aprimorar o controle interno da Unidade de forma a cessar a liquidação de despesas sem a devida comprovação documental.</p> <p>Recomendação 3: Providenciar o recolhimento ao erário do montante que não for comprovado.</p> <p>Recomendação 4: Apurar a responsabilidade dos agentes que deram causa ao pagamento de valores sem respaldo documental e não comprovados.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
HUPAA			010173
Síntese da providência adotada:			
<p>O valor de R\$ 2.346.374,98 está em contas específicas da FUNDEPES e tem como objetivo fazer reserva trabalhista de todos os funcionários contratados através da fundação, do 13º salário dos funcionários que trabalham no HU e do salário de janeiro do ano subsequente que por questões orçamentárias necessitam ser transferidos à fundação no ano anterior, ou seja, 2010, e assim também será referente ao ano de 2011. Além das reservas mencionadas, fazem parte desse montante pagamento de bolsa estágio, vale transporte e FGTS, documentos estes que, percebemos não constaram, à época, da planilha elaborada pelos auditores da CGU.</p> <p>Já foi solicitado à FUNDEPES prestação de contas mensal referente a todos os valores pagos à referida fundação, bem como, o próprio hospital está criando mecanismos mais claros de controles para que nas próximas auditorias as observações e análises dos auditores sejam facilitadas.</p> <p>Não existe liquidação de despesas sem a devida comprovação documental no HU. Todos os valores pagos a FUNDEPES têm seus destinos em contas específicas e com objetivos claros.</p> <p>Entendemos que ainda não está comprovada a existência de pagamentos sem respaldo legal e não comprovados.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108918	4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (017)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Contratação da fundação de apoio, sem licitação, para realizar a gestão administrativa e financeira do Processo Seletivo Seriado de 2011 da UFAL, contrariando determinação do TCU, constante do subitem 9.15.10, alínea “e”, do Acórdão 741/2010 – Plenário.</p> <p>Recomendação 1: Cumprir o disposto na Lei 8.958/94, com redação dada pela Lei 12.349/2010, e somente contratar a FUNDEPES, mediante dispensa de licitação com base no art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, quando tal contratação estiver vinculada a um projeto que tenha relação com ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional. No caso de projeto para o desenvolvimento institucional, este deve contribuir para a melhoria mensurável das condições UFAL, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, ou seja, os resultados da atuação da FUNDEPES devem representar uma evolução, seja na capacitação dos servidores da UFAL, seja na adição de novas tecnologias ou ferramentas gerenciais, ou outras melhorias mensuráveis, o que significa que tem que ser possível comparar a situação antes da execução do projeto com a situação depois da execução do projeto e constatar, sem qualquer dúvida, as melhorias proporcionadas pela execução do projeto.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROGINST			00420
Síntese da providência adotada:			
<p>Não mais haverá contratação da FUNDEPES para realização de PSS para 2011 e anos posteriores. Não haverá contratação da FUNDEPES para os fins em comento neste item, constituindo-se em providência já tomada pela UFAL.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p></p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p></p>			

Relatório de Gestão 2011 - 180

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108918	4.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (018)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
Pagamento antecipado à FUNDEPES pela prestação dos serviços de gestão administrativa e financeira do PSS 2011.			
Recomendação 1: Observar o disposto na Lei 4.320/94, artigos 60 a 64, que trata das fases da despesa pública e abster-se de realizar pagamentos antecipados em contratos que envolvam prestação de serviços ou fornecimentos de bens.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DCF			00420
Síntese da providência adotada:			
Seguir a política institucional (PROEST – Pró-Reitoria Estudantil) sobre assistência estudantil na UFAL, sempre em aderência ao decreto correspondente ao PNAES ou qualquer outra legislação em vigor.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108918	4.1.6.7 - CONSTATAÇÃO: (022)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			420
Descrição da Recomendação:			
Pagamento a maior de despesas de exercícios anteriores, ocasionado por erro no cômputo de tempo insalubre.			
Recomendação 1: No caso do servidor matrícula nº 0139967, revisar a concessão de sua aposentadoria, em razão de erro no cômputo do tempo insalubre que dilatou o tempo de serviço e antecipou indevidamente a aposentadoria para 03/12/2009 pelo fundamento legal do art. 3º da EC 47/2005.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Síntese da providência adotada:			

Relatório de Gestão 2011 - 181

Conforme ofício nº 328/DAP, a situação foi regularizada.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro CLXII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108934	1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (029)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			10173
Descrição da Recomendação:			
Insuficiências de informações quanto aos indicadores de gestão do HUPAA, relativas a sua fórmula de cálculo e aplicabilidade.			
Recomendação 1: Aperfeiçoar os indicadores de gestão do HUPAA, de forma poder traçar sua utilidade e mensurabilidade.			
Recomendação 2: Efetuar a aplicação e análise dos indicadores para fins de acompanhamento das ações institucionais, como forma a subsidiar o gestor em suas decisões gerenciais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
HUPAA			010173
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O HU possui a coordenação de informação gerencial e a coordenação de desenvolvimento institucional, que juntos com a diretoria e assessores, têm realizado as análises dos indicadores institucionais e que no relatório de 2011 fará constar estes indicadores.			
A partir de 2012, provavelmente em março, o HU estará desenvolvendo outros indicadores em função do software de gestão hospitalar contratado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 182

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108934	1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (009)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			10173
Descrição da Recomendação:			
<p>Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – TI do HUPAA, bem como do estabelecimento de comitê de TI.</p> <p>Recomendação 1: Providenciar a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. TI do HUPAA, bem como o estabelecimento de um comitê de TI.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
HUPAA			010173
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O Núcleo de Tecnologia da Informação, desde o mês de setembro/2011, já está elaborando o plano estratégico de TI e o plano de segurança da informação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108934	1.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (010)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			010173
Descrição da Recomendação:			
Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI).			
Recomendação 1: Providenciar a elaboração da Política de Segurança da Informação (PSI) da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
HUPAA			010173
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Conforme já explicitado na constatação 009, a elaboração da política de segurança da informação, desde setembro/2011, está sendo trabalhada pela área de TI. Este trabalho, entretanto, será precário face não existir na área de TI do HU servidores do quadro efetivo da UFAL, o que fragiliza uma política de segurança em TI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 184

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108934	1.1.3.3 - CONSTATAÇÃO: (011)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			010173
Descrição da Recomendação:			
<p>Terceirizados desempenhando atividades de gestão de TI no HU e desempenho de atividades de gestão de TI por servidor e terceirizados que não possuem formação específica na área.</p> <p>Recomendação 1: Observar, quando da contratação de pessoal, a devida qualificação e formação específica para o desempenho das atividades de gestão de Tecnologia da Informação na unidade.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
HUPAA			010173
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Encontra-se em fase de elaboração termo de referencia e edital para contratação de uma empresa de TI para prestar serviços ao HU, como forma de resolver as deficiências da área de TI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108934	1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (005)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			010173
Descrição da Recomendação:			
<p>Contratação de pessoal por intermédio de Fundação de Apoio para exercício de atividades típicas da Unidade (Valor R\$ 6.181.000,00), repasses sem respaldo contratual e enquadramento inapropriado da modalidade de licitação.</p> <p>Recomendação 1: Envidar esforços junto ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão de forma a viabilizar a contratação de funcionários por concurso público.</p> <p>Recomendação 2: Observar os critérios de repasse de valores de forma a que os repasses tenham respaldo contratual.</p> <p>Recomendação 3: Efetuar o enquadramento apropriado da modalidade de licitação no SIAFI.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
HUPAA			010173
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Todos os anos a Universidade envia ofícios e realiza gestões junto do MEC para a contratação através de concurso publico. Entretanto, o MEC alega que o MPOG não autoriza os concursos. Independente deste fato, existe um acordo entre Governo Federal e TCU para até dezembro de 2012 ser dado uma solução para os funcionários das fundações de apoio.</p> <p>Existe contrato entre UFAL e FUNDEPES em vigor, cuja validade é até dezembro/2012, que respalda os pagamentos das faturas à FUNDEPES. Neste momento, existe uma minuta de contrato diretamente entre HU e FUNDEPES sendo analisado pela Procuradoria Federal.</p> <p>Quanto ao enquadramento inapropriado, o mesmo já foi corrigido desde agosto/2011.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 186

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108934	2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (019)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA			010173
Descrição da Recomendação:			
Deficiência no quantitativo referente à força de trabalho.			
Recomendação 1: Desenvolver ações que permitam a reposição de pessoal, utilizando-se de instrumentos e metas para a redução da defasagem entre o quantitativo e o perfil atual e o desejado, com estimativa de custos e cronograma de implementação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
HUPAA			010173
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O HU espera que a criação da empresa pública pelo Governo Federal resolva estas questões de contratações necessárias para reposição de pessoal. Enquanto isso, a UFAL estará realizando concurso público para as vagas ocorridas a partir de agosto/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108934	2.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (004)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Concessão do adicional de Insalubridade/Periculosidade sem as devidas documentações.</p> <p>Recomendação 1: Estabelecer mecanismos de controle no setor de pagamentos visando implementar a determinação do TCU e do MP no sentido de que o pagamento de auxílio-transporte só seja efetuado com base na contra apresentação dos bilhetes de passagem intermunicipal apresentados pelos servidores no mês anterior, atentando que não deve ser aceita qualquer justificativa para entrega após o prazo previsto.</p> <p>Recomendação 2: Revisar os pagamentos de auxílio-transporte efetuados com base em deslocamentos intermunicipais, calculando-os de acordo com o quantitativo de bilhetes apresentados pelos servidores, e efetuar, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, a reposição dos valores pagos indevidamente.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DA			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201108918	3.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (009)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Prejuízo ao erário ocasionado pela não observância de que a realização do pagamento de auxílio-transporte deve ter por base o quantitativo dos bilhetes de passagem intermunicipal apresentado pelos servidores.</p> <p>Recomendação 1: Revisar os pagamentos de auxílio-transporte efetuados com base em deslocamentos intermunicipais, calculando-os de acordo com o quantitativo de bilhetes apresentados pelos servidores, e efetuar, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, a reposição dos valores pagos indevidamente.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201108918	3.1.1.3 - CONSTATAÇÃO: (015)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Inconsistências na documentação apresentada pelos servidores para o pagamento de auxílio-transporte.</p> <p>Recomendação 1: Nos termos da ON-MPOG n.º 04/2011, apreciar a documentação apresentada pelos servidores para pagamento de auxílio-transporte com vista a aferir a sua veracidade e confiabilidade, solicitando esclarecimentos para as inconsistências detectadas.</p> <p>Recomendação 2: Antes do pagamento de auxílio-transporte, cotejar os bilhetes de passagem apresentados com a folha de ponto do servidor e com o calendário de funcionamento da Entidade.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de efetuar pagamentos tendo por base bilhetes de passagem não assinados ou sem identificação do emitente.</p> <p>Recomendação 4:</p>			

Para os servidores que utilizam transporte urbano e intermunicipal, fazer constar nos requerimentos de auxílio-transporte mensais a indicação e o valor dos dois tipos de transporte utilizados.

Recomendação 5:

Que a Auditoria Geral da UFAL inclua no PAINT/2012 atividade de auditoria a ser realizada no DAP, visando acompanhar o controle referente ao pagamento das despesas com auxílio-transporte.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP	00420

Justificativa para o seu não cumprimento:

Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

--

Relatório de Gestão 2011 - 190

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201108918	3.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (015)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Inconsistências na documentação apresentada pelos servidores para o pagamento de auxílio-transporte.</p> <p>Recomendação 1: Nos termos da ON-MPOG n.º 04/2011, apreciar a documentação apresentada pelos servidores para pagamento de auxílio-transporte com vista a aferir a sua veracidade e confiabilidade, solicitando esclarecimentos para as inconsistências detectadas.</p> <p>Recomendação 2: Antes do pagamento de auxílio-transporte, cotejar os bilhetes de passagem apresentados com a folha de ponto do servidor e com o calendário de funcionamento da Entidade.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de efetuar pagamentos tendo por base bilhetes de passagem não assinados ou sem identificação do emitente.</p> <p>Recomendação 4: Para os servidores que utilizam transporte urbano e intermunicipal, fazer constar nos requerimentos de auxílio-transporte mensais a indicação e o valor dos dois tipos de transporte utilizados.</p> <p>Recomendação 5: Que a Auditoria Geral da UFAL inclua no PAINT/2012 atividade de auditoria a ser realizada no DAP, visando acompanhar o controle referente ao pagamento das despesas com auxílio-transporte.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 191

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201108918	4.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (020)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Pagamento de R\$ 165.098,70 a professores da UFAL, a título de gratificação por encargo de curso/concurso, pelos serviços de correção das provas discursivas e da redação do PSS 2011, sendo que este serviço já constava na planilha de custos da FUNDEPES, no valor de R\$ 221.429,20.</p> <p>Recomendação 1: Apresentar a comprovação de R\$ 221.429,20, referente aos valores pagos à FUNDEPES para o serviço de correção de provas discursivas do PSS 2011, tendo em vista que a UFAL realizou o pagamento direto, via SIAPE, aos professores que realizaram o referido serviço.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Será apurada a situação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201108918	4.1.1.6 CONSTATAÇÃO: (024)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>CNPJ da UFAL informado indevidamente no código do recolhedor, em recolhimento da contribuição social devida nos pagamentos dos serviços de limpeza e conservação no Campus de Maceió, objeto do contrato 13/2010.</p> <p>Recomendação 1: Para as GPS relacionadas no fato desta constatação, bem como para outras que porventura a UFAL verifique ter realizado indevidamente o recolhimento da contribuição previdenciária, ao informar seu CNPJ no campo "Código do Recolhedor", solicitar alteração do recolhedor junto à Receita Federal do Brasil, Delegacia de Maceió (DRFB-Maceió). Solicitar, ainda, à DRFB-Maceió, esclarecimentos sobre como proceder para realizar os recolhimentos relativos às contribuições sociais decorrentes do Contrato 013/2010, durante a execução do TAC firmado entre a UFAL, a A.H.I e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana no Estado de Alagoas - SINDLIMP/AL, junto ao Ministério Público do Trabalho.</p>			
Providências Adotadas			

Relatório de Gestão 2011 - 192

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DCF	00420
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Atividade será incluída no PAINT 2012 da auditoria geral da UFAL.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Relatório de Gestão 2011 - 193

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201108918	4.1.1.7 CONSTATAÇÃO: (041)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Contratos mantidos com a FUNDEPES, no valor total de R\$ 8.062.307,02, não registrado(s) no Sistema SIASG.</p> <p>Recomendação 1: Cumprir o disposto no § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011) e disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG todas as informações referentes aos contratos firmados, inclusive com a FUNDEPES.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DCF			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Determinar ao DCF as devidas observações.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 194

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201108918	4.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (010)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Utilização de recursos da ação de funcionamento dos cursos de graduação para a realização de despesas inelegíveis ou sem relação com a finalidade da ação.</p> <p>Recomendação 1: Adequar a programação orçamentária da UFAL, de forma a tornar mais adequada a previsão dos recursos para cada Programa/Ação. Para isso, verificar a participação percentual de cada uma das despesas relacionadas às finalidades de cada ação, nos últimos cinco anos, considerando, inclusive, aquelas que foram indevidamente executadas com recursos de outro programa/ação, de forma a melhorar a previsão orçamentária para o exercício seguinte.</p> <p>Recomendação 2: Providenciar a devolução de R\$ 32.016,25, referente à realização de despesas inelegíveis ou para as quais não havia previsão orçamentária, conforme listado: 2010NE900335, R\$ 948,00; 2010NE900336, R\$ 2.944,45; 2010NE900339, R\$ 4.994,00; 2010NE900913, R\$ 7.625,00; 2010NE901081, R\$ 1.266,50; 2010NE901082, R\$ 4.995,00; 2010NE901083, R\$ 1.264,00; 2010NE901397, R\$ 7.980,00. Providenciar a devolução de R\$ 840,00, referente ao pagamento da anuidade da ANPED, tendo em vista que não havia previsão para o pagamento da mesma dentro do orçamento da UFAL, exercício de 2010.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de realizar despesas com eventos ou materiais promocionais, visto que são vedadas pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
PROGINST			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A recomendação será observada. Será averiguada para apresentar dados conclusivos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 195

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201108918	4.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (012)	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Manutenção, no final de 2010, de saldo inscrito em restos a pagar superior a R\$ 16 milhões, referente a obrigações dos exercícios de 2007, 2008 e 2009.</p> <p>Recomendação 1: Adequar o planejamento orçamentário-financeiro da UFAL, de forma a prever recursos suficientes para o pagamento de obrigações assumidas em exercícios anteriores, evitando a prescrição quinquenal das mesmas e o possível descumprimento da lei de responsabilidade fiscal.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DCF / AG			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A atividade será inserida no PAINT 2012 da Auditoria Geral para melhor acompanhamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 196

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108918	4.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (013)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Divergência entre as informações sobre imóveis de uso especial da UFAL, constantes do Relatório de Gestão, exercício de 2010, e as extraídas da base de dados do SPIUNET e ausência de avaliação, desde o ano de 2000, de nove dos dez imóveis de uso especial da UFAL, constantes do Sistema.</p> <p>Recomendação 1: Adequar as informações sobre os bens imóveis da UFAL, conciliando essas informações com as do SPIUnet e do SIAFI.</p> <p>Recomendação 2: Solicitar auxílio da Gerência Regional do Patrimônio da União em Alagoas para atualizar, o mais brevemente possível, a avaliação dos bens imóveis da UFAL.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SINFRA			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Acompanhamento junto aos setores competentes.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108918	4.1.5.1 - CONSTATAÇÃO: (027)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Deficiência no quantitativo referente à força de trabalho no Departamento de Administração de Pessoal - DAP.</p> <p>Recomendação 1: Solicitar ao Ministério da Educação a realização de concurso público para provimento de vagas no cargo de técnico administrativo na UFAL, dessa vez priorizando a recomposição do quadro de técnicos do DAP.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			

Relatório de Gestão 2011 - 197

Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Relatório de Gestão 2011 - 198

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108918	4.1.6.1 - CONSTATAÇÃO: (003)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
<p>Ausência de reposição ao erário de valores pagos indevidamente e manutenção, no exercício de 2010, de pagamentos indevidos do adicional de Insalubridade / Periculosidade, importando num prejuízo de R\$ 82.729,13.</p> <p>Recomendação 1: Providenciar o ressarcimento ao erário do adicional de insalubridade pago indevidamente aos servidores de vínculos 26231-1143201, 26231-1120947, 26231-1120805, 26231-3121365, 26231-1120746, 26231-1121401, 26231-1120276, 26231-0140677 e 26231-1121372.</p> <p>Recomendação 2: Cancelar os adicionais de insalubridade dos servidores de vínculos 26231-0140677 e 26231-1121372.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Relatório de Gestão 2011 - 199

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201108918	4.1.6.2 - CONSTATAÇÃO: (004)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
Irregularidades na concessão do adicional de Insalubridade / Periculosidade.			
Recomendação 1: Cancelar os adicionais de insalubridade dos servidores de vínculos 26231-1142471, 26231-0140081, 26231-1121205, 26231-0140177 e 26231-1120960.			
Recomendação 2: Levantar os valores e providenciar o ressarcimento ao erário dos adicionais pagos sem o devido respaldo documental (servidores de vínculos 26231-1142471, 26231-0140081, 26231-1121205, 26231-0140177 e 26231-1120960).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201108918	4.1.6.4 - CONSTATAÇÃO: (007)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
Erro em cadastramento efetuado no SIAPE ocasiona pagamento de anuênio em percentual maior do que o devido.			
Recomendação 1: Implantar uma rotina de revisão dos dados cadastrados no SIAPE.			
Recomendação 2: Refazer os cálculos do valor devido à servidora matrícula SIAPE 1119265 à título de anuênio e efetuar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, conforme estabelece o art. 46 da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420

Relatório de Gestão 2011 - 200

Justificativa para o seu não cumprimento:
Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108918	4.1.6.6 - CONSTATAÇÃO: (019)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
Reembolso referente à cessão e requisição de servidor não efetuado pelos órgãos cedente e cessionário.			
Recomendação 1: Acompanhar mensalmente a situação dos servidores cedidos com ônus a outros órgãos, bem como efetuar os reembolsos devidos, a fim de cumprir o que determinam o artigo 93 da Lei 8.112/90 e artigo 4º do Decreto 4.050/2001, conforme explanado anteriormente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP			00420
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL			00420
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201108918	4.2.1.1 - CONSTATAÇÃO: (011)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			00420
Descrição da Recomendação:			
Utilização de recursos da ação 4002 - Assistência ao Estudante no Ensino de Graduação - para a realização de despesas inelegíveis ou sem relação com a finalidade da ação, gerando insuficiência de crédito orçamentário na referida ação.			
Recomendação 1: Adequar a programação orçamentária da UFAL e abster-se de realizar despesas que não tenham relação com a finalidade da ação orçamentária na qual são empenhadas.			
Recomendação 2: Providenciar a devolução de R\$ 73.572,00, referente às despesas inelegíveis com a realização de eventos e aquisição de materiais promocionais, conforme empenhos 900176, 900177, 900178, 900639, 901091, 901092,			

Relatório de Gestão 2011 - 201

901641, 901643, 901644 e 901654.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PROGINST	00420
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Seguir a política institucional (PROEST) sobre assistência estudantil na UFAL, sempre em aderência ao decreto correspondente ao PNAES ou qualquer outra legislação em vigor.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: Auditoria Geral

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO (ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

O Quadro segue anexo conforme orientação da Portaria TCU 123/2011.

Quadro CLXIII - Relatório de tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno

Nº do Relatório	Descrição/Recomendação	Setor Responsável	Providências Adotadas
201108934	<p>1.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (029) Insuficiências de informações quanto aos indicadores de gestão do HUPAA, relativas a sua fórmula de cálculo e aplicabilidade.</p> <p>Recomendação 1: Aperfeiçoar os indicadores de gestão do HUPAA, de forma poder traçar sua utilidade e mensurabilidade.</p> <p>Recomendação 2: Efetuar a aplicação e análise dos indicadores para fins de acompanhamento das ações institucionais, como forma a subsidiar o gestor em suas decisões gerenciais.</p>	<p>HU</p> <p>HU</p>	<p>O HU possui a coordenação de informação gerencial e a coordenação de desenvolvimento institucional, que juntos com a diretoria e assessores, têm realizado as análises dos indicadores institucionais e que no relatório de 2011 fará constar estes indicadores.</p> <p>A partir de 2012, provavelmente em março, o HU estará desenvolvendo outros indicadores em função do software de gestão hospitalar contratado.</p>
201108934	<p>1.1.3.1 - CONSTATAÇÃO: (009) Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – TI do HUPAA, bem como do estabelecimento de comitê de TI.</p> <p>Recomendação 1: Providenciar a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. TI do HUPAA, bem como o estabelecimento de um comitê de TI.</p>	<p>HU</p>	<p>O Núcleo de Tecnologia da Informação, desde o mês de setembro/2011, já está elaborando o plano estratégico de TI e o plano de segurança da informação.</p>
201108934	<p>1.1.3.2 - CONSTATAÇÃO: (010) Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI).</p> <p>Recomendação 1: Providenciar a elaboração da Política de Segurança da Informação (PSI) da Unidade.</p>	<p>HU</p>	<p>Conforme já explicitado na constatação 009, a elaboração da política de segurança da informação, desde setembro/2011, está sendo trabalhada pela área de TI. Este trabalho, entretanto, será precário face não existir na área de TI do HU servidores do quadro efetivo da UFAL, o que fragiliza uma política de segurança em TI.</p>
	<p>1.1.3.3 - CONSTATAÇÃO: (011) Terceirizados desempenhando atividades de gestão de TI no HU e</p>		

<p>201108934</p>	<p>desempenho de atividades de gestão de TI por servidor e terceirizados que não possuem formação específica na área.</p> <p>Recomendação 1: Observar, quando da contratação de pessoal, a devida qualificação e formação específica para o desempenho das atividades de gestão de Tecnologia da Informação na unidade.</p>	<p>HU</p>	<p>Encontra-se em fase de elaboração termo de referencia e edital para contratação de uma empresa de TI para prestar serviços ao HU, como forma de resolver as deficiências da área de TI.</p>
<p>201108934</p>	<p>1.1.3.4 - CONSTATAÇÃO: (012) Fragilidade nos controles relativos à área de contratos, comprometendo sua integridade.</p> <p>Recomendação 1: Aprimorar os controles internos da Unidade de forma a evitar a liquidação e o pagamento de despesas sem a devida comprovação documental, bem como as transferências de recursos sem amparo documental apropriado, que resguarde as atividades a serem executadas.</p>	<p>HU</p>	<p>Todas as liquidações e pagamentos de despesas são com comprovação documental. No HU não é paga qualquer despesa sem que a documentação do processo esteja correta. Em relação à FUNDEPES, existe um contrato entre a UFAL e a referida fundação, cuja vigência é até 2012, conforme mencionado em relatório anterior. Informou-se ainda que foi elaborado outro contrato para substituir o existente entre UFAL e FUNDEPES, conforme sugestão da CGU, que está em análise na Procuradoria Federal.</p>
<p>201108934</p> <p>201108934</p>	<p>1.1.5.1 - CONSTATAÇÃO: (005) Contratação de pessoal por intermédio de Fundação de Apoio para exercício de atividades típicas da Unidade (Valor R\$ 6.181.000,00), repasses sem respaldo contratual e enquadramento inapropriado da modalidade de licitação.</p> <p>Recomendação 1: Envidar esforços junto ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão de forma a viabilizar a contratação de funcionários por concurso público.</p> <p>Recomendação 2: Observar os critérios de repasse de valores de forma a que os repasses tenham respaldo contratual.</p>	<p>HU</p> <p>HU</p>	<p>Todos os anos a Universidade envia ofícios e realiza gestões junto do MEC para a contratação através de concurso publico. Entretanto, o MEC alega que o MPOG não autoriza os concursos. Independente deste fato, existe um acordo entre Governo Federal e TCU para até dezembro de 2012 ser dado uma solução para os funcionários das fundações de apoio.</p> <p>Existe contrato entre UFAL e FUNDEPES em vigor, cuja validade é até dezembro/2012, que respalda os pagamentos das faturas à FUNDEPES. Neste momento, existe uma minuta de contrato diretamente entre HU e FUNDEPES sendo analisado pela Procuradoria Federal.</p>

Relatório de Gestão 2011 - 204

	<p>Recomendação 3: Efetuar o enquadramento apropriado da modalidade de licitação no SIAFI.</p>	HU	<p>Quanto ao enquadramento inapropriado, o mesmo já foi corrigido desde agosto/2011.</p>
201108934	<p>1.1.5.2 - CONSTATAÇÃO: (006) Ausência de comprovação de 37,96% (R\$ 2.346.374,98) dos repasses efetuados para a FUNDEPES para contratação de pessoal para a Unidade.</p> <p>Recomendação 1: Providenciar a comprovação do montante de R\$ 2.346.374,98.</p>	HU	<p>O valor de R\$ 2.346.374,98 está em contas específicas da FUNDEPES e tem como objetivo fazer reserva trabalhista de todos os funcionários contratados através da fundação, do 13º salário dos funcionários que trabalham no HU e do salário de janeiro do ano subsequente que por questões orçamentárias necessitam ser transferidos à fundação no ano anterior, ou seja, 2010, e assim também será referente ao ano de 2011. Além das reservas mencionadas, fazem parte desse montante pagamento de bolsa estágio, vale transporte e FGTS, documentos estes que, percebemos não constaram, à época, da planilha elaborada pelos auditores da CGU.</p>
201108934	<p>Recomendação 2: Aprimorar o controle interno da Unidade de forma a cessar a liquidação de despesas sem a devida comprovação documental.</p> <p>Recomendação 3: Providenciar o recolhimento ao erário do montante que não for comprovado.</p>	HU	<p>Já foi solicitado à FUNDEPES prestação de contas mensal referente a todos os valores pagos à referida fundação, bem como, o próprio hospital está criando mecanismos mais claros de controles para que nas próximas auditorias as observações e análises dos auditores sejam facilitadas.</p>
201108934	<p>Recomendação 4: Apurar a responsabilidade dos agentes que deram causa ao pagamento de valores sem respaldo documental e não comprovados.</p>	HU	<p>Não existe liquidação de despesas sem a devida comprovação documental no HU. Todos os valores pagos à FUNDEPES têm seus destinos em contas específicas e com objetivos claros.</p> <p>Entendemos que ainda não está comprovada a existência de pagamentos sem respaldo legal e não comprovados.</p>
201108934	<p>2.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (019) Deficiência no quantitativo referente à força de trabalho.</p> <p>Recomendação 1: Desenvolver ações que permitam a reposição de pessoal, utilizando-se de instrumentos e metas para a redução da</p>	HU	<p>O HU espera que a criação da empresa pública pelo Governo Federal resolva estas questões de contratações necessárias para</p>

	defasagem entre o quantitativo e o perfil atual e o desejado, com estimativa de custos e cronograma de implementação.		reposição de pessoal. Enquanto isso, a UFAL estará realizando concurso público para as vagas ocorridas a partir de agosto/2011.
201108934	<p>2.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (004) Concessão do adicional de Insalubridade/Periculosidade sem as devidas documentações.</p> <p>Recomendação 1: Estabelecer mecanismos de controle no setor de pagamentos visando implementar a determinação do TCU e do MP no sentido de que o pagamento de auxílio-transporte só seja efetuado com base na contra apresentação dos bilhetes de passagem intermunicipal apresentados pelos servidores no mês anterior, atentando que não deve ser aceita qualquer justificativa para entrega após o prazo previsto.</p> <p>Recomendação 2: Revisar os pagamentos de auxílio-transporte efetuados com base em deslocamentos intermunicipais, calculando-os de acordo com o quantitativo de bilhetes apresentados pelos servidores, e efetuar, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, a reposição dos valores pagos indevidamente.</p>	<p>DAP</p> <p>DAP</p>	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p>
201108918	<p>3.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (009) Prejuízo ao erário ocasionado pela não observância de que a realização do pagamento de auxílio-transporte deve ter por base o quantitativo dos bilhetes de passagem intermunicipal apresentado pelos servidores.</p> <p>Recomendação 1: Revisar os pagamentos de auxílio-transporte efetuados com base em deslocamentos intermunicipais, calculando-os de acordo com o quantitativo de bilhetes apresentados pelos servidores, e efetuar, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, a reposição dos valores pagos indevidamente.</p>	DAP	Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.
201108918	<p>3.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (014) Pagamento de auxílio-transporte efetuado sem respaldo legal, visto que foi realizado com base em recibos fornecidos por empresa contratada pelos próprios servidores, para realizar seu transporte.</p> <p>Recomendação 1: Efetuar o pagamento de auxílio-transporte com base em deslocamentos intermunicipais realizados por transporte seletivo quando comprovado:</p>	DAP	Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.

	<p>- a impossibilidade de deslocamento por meios convencionais de transporte; - que o transporte utilizado é fruto de concessão ou permissão oriunda de licitação pública; - a efetiva utilização do meio de transporte, a ser realizada por meio da apresentação dos bilhetes de passagem.</p> <p>Recomendação 2: Considerando que os pagamentos foram efetuados sem respaldo legal, adotar providências no sentido de quantificar os pagamentos realizados de forma indevida quanto à indenização de auxílio-transporte paga com base no transporte realizado pela empresa CNPJ 06080815/0001-04 e proceder a reposição ao erário conforme dispõe o art. 46 da Lei 8.112/90.</p>	<p>DAP</p>	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p>
<p>201108918</p>	<p>3.1.1.3 - CONSTATAÇÃO: (015) Inconsistências na documentação apresentada pelos servidores para o pagamento de auxílio-transporte.</p> <p>Recomendação 1: Nos termos da ON-MPOG n.º 04/2011, apreciar a documentação apresentada pelos servidores para pagamento de auxílio-transporte com vista a aferir a sua veracidade e confiabilidade, solicitando esclarecimentos para as inconsistências detectadas.</p> <p>Recomendação 2: Antes do pagamento de auxílio-transporte, cotejar os bilhetes de passagem apresentados com a folha de ponto do servidor e com o calendário de funcionamento da Entidade.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de efetuar pagamentos tendo por base bilhetes de passagem não assinados ou sem identificação do emitente.</p> <p>Recomendação 4: Para os servidores que utilizam transporte urbano e intermunicipal, fazer constar nos requerimentos de auxílio-transporte mensais a indicação e o valor dos dois tipos de transporte utilizados.</p> <p>Recomendação 5: Que a Auditoria Geral da UFAL inclua no PAINT/2012 atividade de auditoria a ser realizada no DAP, visando acompanhar o controle referente ao pagamento das despesas com auxílio-transporte.</p>	<p>DAP</p> <p>DAP</p> <p>DAP</p> <p>DAP</p> <p>AG</p>	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Em processo de determinação. Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Em processo de determinação. Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. O não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Atividade de auditoria incluída no PAINT 2012 da Auditoria Geral.</p>

<p>201108918</p>	<p>4.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (017) Contratação da fundação de apoio, sem licitação, para realizar a gestão administrativa e financeira do Processo Seletivo Seriado de 2011 da UFAL, contrariando determinação do TCU, constante do subitem 9.15.10, alínea “e”, do Acórdão 741/2010 – Plenário.</p> <p>Recomendação 1: Cumprir o disposto na Lei 8.958/94, com redação dada pela Lei 12.349/2010, e somente contratar a FUNDEPES, mediante dispensa de licitação com base no art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, quando tal contratação estiver vinculada a um projeto que tenha relação com ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional. No caso de projeto para o desenvolvimento institucional, este deve contribuir para a melhoria mensurável das condições UFAL, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, ou seja, os resultados da atuação da FUNDEPES devem representar uma evolução, seja na capacitação dos servidores da UFAL, seja na adição de novas tecnologias ou ferramentas gerenciais, ou outras melhorias mensuráveis, o que significa que tem que ser possível comparar a situação antes da execução do projeto com a situação depois da execução do projeto e constatar, sem qualquer dúvida, as melhorias proporcionadas pela execução do projeto.</p>	<p>PROGINST</p>	<p>Não mais haverá contratação da FUNDEPES para realização de PSS. para 2011 e anos posteriores. Não haverá contratação da FUNDEPES para os fins em comento neste item, constituindo-se em providência já tomada pela UFAL.</p>
<p>201108918</p>	<p>4.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (018) Pagamento antecipado à FUNDEPES pela prestação dos serviços de gestão administrativa e financeira do PSS 2011.</p> <p>Recomendação 1: Observar o disposto na Lei 4.320/94, artigos 60 a 64, que trata das fases da despesa pública e abster-se de realizar pagamentos antecipados em contratos que envolvam prestação de serviços ou fornecimentos de bens.</p>	<p>DCF</p>	<p>Seguir a política institucional (PROEST) sobre assistência estudantil na UFAL, sempre em aderência ao decreto correspondente ao PNAES ou qualquer outra legislação em vigor.</p>
<p>201108918</p>	<p>4.1.1.3 - CONSTATAÇÃO: (020) Pagamento de R\$ 165.098,70 a professores da UFAL, a título de gratificação por encargo de curso/concurso, pelos serviços de correção das provas discursivas e da redação do PSS 2011, sendo que este serviço já constava na planilha de custos da FUNDEPES, no valor de R\$ 221.429,20.</p>		

	<p>Recomendação 1: Apresentar a comprovação de R\$ 221.429,20, referente aos valores pagos à FUNDEPES para o serviço de correção de provas discursivas do PSS 2011, tendo em vista que a UFAL realizou o pagamento direto, via SIAPE, aos professores que realizaram o referido serviço.</p>	DAP	Será apurada a situação.
201108918	<p>4.1.1.6 - CONSTATAÇÃO: (024) CNPJ da UFAL informado indevidamente no código do recolhedor, em recolhimento da contribuição social devida nos pagamentos dos serviços de limpeza e conservação no Campus de Maceió, objeto do contrato 13/2010.</p> <p>Recomendação 1: Para as GPS relacionadas no fato desta constatação, bem como para outras que porventura a UFAL verifique ter realizado indevidamente o recolhimento da contribuição previdenciária, ao informar seu CNPJ no campo "Código do Recolhedor", solicitar alteração do recolhedor junto à Receita Federal do Brasil, Delegacia de Maceió (DRFB-Maceió). Solicitar, ainda, à DRFB-Maceió, esclarecimentos sobre como proceder para realizar os recolhimentos relativos às contribuições sociais decorrentes do Contrato 013/2010, durante a execução do TAC firmado entre a UFAL, a A.H.I e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana no Estado de Alagoas - SINDLIMP/AL, junto ao Ministério Público do Trabalho.</p>	DCF	Atividade será incluída no PAINT 2012 da auditoria geral da UFAL.
201108918	<p>4.1.1.7 - CONSTATAÇÃO: (041) Contratos mantidos com a FUNDEPES, no valor total de R\$ 8.062.307,02, não registrado(s) no Sistema SIASG.</p> <p>Recomendação 1: Cumprir o disposto no § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011) e disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG todas as informações referentes aos contratos firmados, inclusive com a FUNDEPES.</p>	SINFRA	Determinar ao DCF as devidas observações.
	<p>4.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (010) Utilização de recursos da ação de funcionamento dos cursos de graduação para a realização de despesas inelegíveis ou sem relação com a finalidade da ação.</p>		

<p>201108918</p>	<p>Recomendação 1: Adequar a programação orçamentária da UFAL, de forma a tornar mais adequada a previsão dos recursos para cada Programa/Ação. Para isso, verificar a participação percentual de cada uma das despesas relacionadas às finalidades de cada ação, nos últimos cinco anos, considerando, inclusive, aquelas que foram indevidamente executadas com recursos de outro programa/ação, de forma a melhorar a previsão orçamentária para o exercício seguinte.</p> <p>Recomendação 2: Providenciar a devolução de R\$ 32.016,25, referente à realização de despesas inelégíveis ou para as quais não havia previsão orçamentária, conforme listado: 2010NE900335, R\$ 948,00; 2010NE900336, R\$ 2.944,45; 2010NE900339, R\$ 4.994,00; 2010NE900913, R\$ 7.625,00; 2010NE901081, R\$ 1.266,50; 2010NE901082, R\$ 4.995,00; 2010NE901083, R\$ 1.264,00; 2010NE901397, R\$ 7.980,00. Providenciar a devolução de R\$ 840,00 referente ao pagamento da anuidade da ANPED, tendo em vista que não havia previsão para o pagamento da mesma dentro do orçamento da UFAL, exercício de 2010.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de realizar despesas com eventos ou materiais promocionais, visto que são vedadas pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>PROGINST</p> <p>PROGINST</p> <p>PROGINST</p>	<p>A recomendação será observada.</p> <p>Será averiguada para apresentar dados conclusivos.</p> <p>Será melhor analisado este enquadramento.</p>
<p>201108918</p>	<p>4.1.3.1 - CONSTATAÇÃO: (012) Manutenção, no final de 2010, de saldo inscrito em restos a pagar superior a R\$ 16 milhões, referente a obrigações dos exercícios de 2007, 2008 e 2009.</p> <p>Recomendação 1: Adequar o planejamento orçamentário-financeiro da UFAL, de forma a prever recursos suficientes para o pagamento de obrigações assumidas em exercícios anteriores, evitando a prescrição quinquenal das mesmas e o possível descumprimento da lei de responsabilidade fiscal.</p>	<p>DCF AG</p>	<p>Atividade será inserida no PAINT 2012 da Auditoria Geral para melhor acompanhamento.</p>
	<p>4.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (013) Divergência entre as informações sobre imóveis de uso especial da UFAL, constantes do Relatório de Gestão, exercício de 2010, e as</p>		

<p>201108918</p>	<p>extraídas da base de dados do SPIUNET e ausência de avaliação, desde o ano de 2000, de nove dos dez imóveis de uso especial da UFAL, constantes do Sistema.</p> <p>Recomendação 1: Adequar as informações sobre os bens imóveis da UFAL, conciliando essas informações com as do SPIUnet e do SIAFI.</p> <p>Recomendação 2: Solicitar auxílio da Gerência Regional do Patrimônio da União em Alagoas para atualizar, o mais brevemente possível, a avaliação dos bens imóveis da UFAL.</p>	<p>SINFRA</p> <p>SINFRA</p>	<p>Acompanhamento junto aos setores competentes.</p> <p>Acompanhamento junto aos setores competentes.</p>
<p>201108918</p>	<p>4.1.5.1 - CONSTATAÇÃO: (027) Deficiência no quantitativo referente à força de trabalho no Departamento de Administração de Pessoal - DAP.</p> <p>Recomendação 1: Solicitar ao Ministério da Educação a realização de concurso público para provimento de vagas no cargo de técnico administrativo na UFAL, dessa vez priorizando a recomposição do quadro de técnicos do DAP.</p>	<p>DAP</p>	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p>
<p>201108918</p>	<p>4.1.6.1 - CONSTATAÇÃO: (003) Ausência de reposição ao erário de valores pagos indevidamente e manutenção, no exercício de 2010, de pagamentos indevidos do adicional de Insalubridade / Periculosidade, importando num prejuízo de R\$ 82.729,13.</p> <p>Recomendação 1: Providenciar o ressarcimento ao erário do adicional de insalubridade pago indevidamente aos servidores de vínculos 26231-1143201, 26231-1120947, 26231-1120805, 26231-3121365, 26231-1120746, 26231-1121401, 26231-1120276, 26231-0140677 e 26231-1121372.</p> <p>Recomendação 2: Cancelar os adicionais de insalubridade dos servidores de vínculos 26231-0140677 e 26231-1121372.</p>	<p>DAP</p> <p>DAP</p>	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p>
	<p>4.1.6.2 - CONSTATAÇÃO: (004) Irregularidades na concessão do adicional de Insalubridade / Periculosidade.</p> <p>Recomendação 1:</p>	<p>DAP</p>	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP,</p>

201108918	<p>Cancelar os adicionais de insalubridade dos servidores de vínculos 26231-1142471, 26231-0140081, 26231-1121205, 26231-0140177 e 26231-1120960.</p> <p>Recomendação 2: Levantar os valores e providenciar o ressarcimento ao erário dos adicionais pagos sem o devido respaldo documental (servidores de vínculos 26231-1142471, 26231-0140081, 26231-1121205, 26231-0140177 e 26231-1120960).</p>	DAP	<p>conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p>
201108918	<p>4.1.6.4 - CONSTATAÇÃO: (007) Erro em cadastramento efetuado no SIAPE ocasiona pagamento de anuênio em percentual maior do que o devido.</p> <p>Recomendação 1: Implantar uma rotina de revisão dos dados cadastrados no SIAPE.</p> <p>Recomendação 2: Refazer os cálculos do valor devido à servidora matrícula SIAPE 1119265 à título de anuênio e efetuar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, conforme estabelece o art. 46 da Lei 8.112/90.</p>	<p>DAP</p> <p>DAP</p>	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p> <p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p>
201108918	<p>4.1.6.6 - CONSTATAÇÃO: (019) Reembolso referente à cessão e requisição de servidor não efetuado pelos órgãos cedente e cessionário.</p> <p>Recomendação 1: Acompanhar mensalmente a situação dos servidores cedidos com ônus a outros órgãos, bem como efetuar os reembolsos devidos, a fim de cumprir o que determinam o artigo 93 da Lei 8.112/90 e artigo 4º do Decreto 4.050/2001, conforme explanado anteriormente.</p>	DAP	<p>Caberá seu cumprimento pelo DAP, conforme sua responsabilidade. o não atendimento ensejará sindicância para apurar responsabilidade administrativa.</p>
201108918	<p>4.1.6.7 - CONSTATAÇÃO: (022) Pagamento a maior de despesas de exercícios anteriores, ocasionado por erro no cômputo de tempo insalubre.</p> <p>Recomendação 1: No caso do servidor matrícula nº 0139967, revisar a concessão de sua aposentadoria, em razão de erro no cômputo do tempo insalubre que dilatou o tempo de serviço e antecipou indevidamente a aposentadoria para 03/12/2009 pelo fundamento legal do art. 3º da EC 47/2005.</p>	DAP	<p>Conforme ofício nº 328/DAP, a situação foi regularizada.</p>

201108918	<p>4.2.1.1 - CONSTATAÇÃO: (011) Utilização de recursos da ação 4002 - Assistência ao Estudante no Ensino de Graduação - para a realização de despesas inelegíveis ou sem relação com a finalidade da ação, gerando insuficiência de crédito orçamentário na referida ação.</p>		
	<p>Recomendação 1: Adequar a programação orçamentária da UFAL e abster-se de realizar despesas que não tenham relação com a finalidade da ação orçamentária na qual são empenhadas.</p> <p>Recomendação 2: Providenciar a devolução de R\$ 73.572,00 referente às despesas inelegíveis com a realização de eventos e aquisição de materiais promocionais, conforme empenhos 900176, 900177, 900178, 900639, 901091, 901092, 901641, 901643, 901644 e 901654.</p>	<p>PROGINST</p> <p>PROGINST</p>	<p>Acompanhamento junto aos setores.</p> <p>Seguir a política institucional (PROEST) sobre assistência estudantil na UFAL, sempre em aderência ao decreto correspondente ao PNAES ou qualquer outra legislação em vigor.</p>

Fonte: Auditoria Geral da UFAL

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO (ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

No período de 2003 a 2007, a UFAL foi dirigida pela Reitora Prof^ª. Ana Dayse Rezende Dorea que elegeu como prioridade a melhoria da qualidade do ensino, a expansão e a inserção social da Instituição por meio do aperfeiçoamento das suas atividades-fins. Neste sentido, tornou-se particularmente prioritário o seu processo de expansão para o interior, com a criação do Campus do Agreste (sede no município de Arapiraca) em 2006 e suas unidades descentralizadas (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa) e a do Campus do Sertão (sede no município de Delmiro Gouveia) em 2010 e sua unidade descentralizada de Santana de Ipanema, enquanto importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional.

Em dezembro de 2007, a Prof^ª. Ana Dayse Rezende Dorea foi novamente reconduzida na gestão da UFAL, encerrando a sua segunda gestão em 2011. Além de prezar por uma gestão democrática, participativa, planejada e transparente, esse segundo mandato teve como propósito a tríade: inclusão social, expansão e inovação.

Observando as cinco macro-prioridades estabelecidas é possível afirmar que os propósitos foram alcançados, sendo reconhecidamente atestado pelo Ministério da Educação, que ainda em 2011, parabenizaram formalmente a Universidade Federal de Alagoas pelo alcance das metas estabelecidas para o REUNI para o ano de 2012.

A primeira macro-prioridade elencava o **desenvolvimento e fortalecimento dos Campi A. C. Simões (Maceió) e Agreste (Arapiraca)**. Várias ações em 2011 foram efetivadas, ora para dar continuidade àquelas já implementadas em anos anteriores, ora para se somar a elas, para contemplar tal prioridade. Podem ser citadas entre elas:

- Acolhimento e capacitação dos novos servidores que tomavam posse;
- Capacitação e acompanhamento dos colegiados de curso, seja para reformulações no projeto político pedagógico do curso, seja para a participação efetiva no processo de avaliação com vistas à sua melhoria de qualidade e ao seu reconhecimento ou renovação do reconhecimento;
- Discussão para criação (novos ambientes) ou revisão dos vários regimentos internos das Unidades Acadêmicas, das Unidades de Ensino Fora de Sede, dos Campi Fora de Sede e dos Órgãos de Apoio Acadêmico. Muito embora essa discussão tenha avançado, a aprovação de muitos desses regimentos pelo Conselho Universitário ficou para o ano de 2012;
- Ampliação de infraestrutura para o melhor atendimento da oferta acadêmica, através do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Implementação de cinco novos mestrados e dois novos doutorados;
- Ampliação da assessoria para registros de marcas, cultivares e programas de computação e depósito de patentes;
- Ampliação dos grupos de pesquisa e do número de bolsas de pesquisa e de extensão;
- Capitação de recursos para compra de equipamentos e melhoria da infraestrutura ligadas a pesquisa e pós-graduação;
- Ampliação em 2011 de programas estruturantes para os cursos de graduação como PET-Saúde Mental (com participação de seis cursos de graduação) e PIBID, incluindo três novos cursos e a participação de todos os Campi;
- Ampliação de convênios nacionais e internacionais para mobilidade estudantil. Aqui é importante relatar o destaque que o Campus Arapiraca tem tido no envio de alunos para a mobilidade, em especial no Programa das Licenciaturas Internacionais.

A segunda macro-prioridade diz respeito à **implantação do REUNI nos Campi A. C. Simões, de Arapiraca e do Sertão**. Pode-se concluir que no ano de 2011 houve um avanço considerável dessa prioridade, conforme ações a seguir elencadas:

- No ano de 2011 foram implantados os últimos cursos acordados pelo programa REUNI. No Campus A. C. Simões quatro novos cursos – Design, Engenharia do Petróleo, Engenharia da Computação e Química Industrial e Tecnológica – com 200 novas vagas, sendo 40 delas noturnas. No Campus Arapiraca três novos cursos – Administração Pública, Pedagogia e Letras Português – com 120 novas vagas, sendo todas noturnas. No Campus do Sertão foi ampliada a oferta de vagas dos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis (na cidade de Santana do Ipanema) em 80 novas vagas, sendo 40 delas noturna;
- Na parte de infraestrutura a UFAL teve dificuldades com a execução de várias obras. As empresas licitadas alegavam falta de mão de obra qualificada e atraso de material, haja vista a demanda aquecida do mercado da construção civil, para cumprimento do calendário previsto. Dessa forma, a UFAL terminou 2011 com 41 obras em andamento, tendo que providenciar diversas adaptações nos seus antigos espaços ou licitação para aluguel de espaços no interior, garantindo as condições mínimas de funcionamento dos cursos;
- Seleção e capacitação de novos servidores para os três Campi, dentro do que foi liberado em termos de código de vaga pelo Ministério do Planejamento. É fato também que a quota liberada de código de vagas foi inferior a que a UFAL tinha direito. Para superar tal dificuldade a UFAL se utilizou da contratação de professores temporários, autorizados pelo Ministério da Educação, e da motivação interna dos servidores administrativos;

A terceira macro-prioridade se compromete com a **Operacionalização e Eficientização da Superintendência de Infraestrutura**. A Superintendência de Infraestrutura (SINFRA) foi criada com a implantação do novo Regimento Geral da Universidade Federal de Alagoas, homologado em 16 de janeiro de 2006 através da Resolução nº 01/2006-CONSUNI/CEPE, como órgão de apoio administrativo da Reitoria, conforme seção II, artigo 19. A implantação efetiva se deu em 2008, resultado da fusão do Departamento de Serviços Gerais e da Prefeitura Universitária. Estão entre as principais atividades as seguintes: vigilância patrimonial, conservação predial (limpeza), compras (nacionais e importadas), recepção e distribuição de mercadorias (almoxarifado), controle patrimonial, transporte, serviços de telefonia/água/esgoto/energia, serviços de fotocópias, distribuição de correspondências e documentação, serviços de manutenção predial, conservação de vias e jardins, elaboração de projetos e execução de obras.

Em 2011 ocorreram diversas capacitações para os setores da SINFRA, em especial, aquelas relacionadas com a atividade de pregoeiro. Ação essa voltada à melhoria do setor de compras. Em complementação a isso foi criada a figura do Agente SINFRA nas Unidades Acadêmicas e Unidades de Apoio Administrativo e Acadêmico. Esse agente também foi capacitado e tem o papel de implementar e acompanhar os pedidos no sistema informatizado da UFAL.

A quarta prioridade elenca a **Formulação e Implementação da Política de Assistência ao Estudante**. A UFAL destaca:

- A ampliação do número de bolsa dos alunos em permanência;
- A ampliação dos auxílios moradia e alimentação;
- A ampliação dos usuários do restaurante universitário;
- A implantação de um restaurante universitário no Campus Delza Gitai;
- A isenção de pagamento para os estudantes em vulnerabilidade social;
- Realização do FONAPRACE 2011;
- Início da construção da nova residência universitária e do novo restaurante universitário, no Campus A. C. Simões;

A quinta prioridade diz respeito à **Gestão Participativa e Democrática**. O resultado da avaliação da gestão, no exercício 2011, atesta todo o esforço que vem sendo realizado pela Instituição para produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de maneira comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e bem comum. Diante disso, é possível distinguir os aspectos em que a UFAL avançou em termos de qualidade social e educativa no último ano e que podem ser identificados como potencialidades:

- Reuniões mensais e extraordinárias do Conselho Universitário onde diversas temáticas foram discutidas e aprovadas;
- Reuniões mensais do Fórum dos Colegiados dos Cursos e implantação de reuniões com colegiados de cursos no interior;
- Reuniões mensais do Fórum dos Coordenadores de Extensão das Unidades Acadêmicas;
- Reuniões mensais do Fórum dos Coordenadores de Curso da Pós-Graduação *Strictu Sensu*;
- Reuniões sistemáticas com os Diretores das Unidades Acadêmicas;
- Agenda semanal disponível com os representantes estudantis.

18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010)

Quadro CLXIV – Declaração do Contador sobre a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): Universidade Federal de Alagoas			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Situação patrimonial (bens móveis e imóveis do permanente).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Maceió, Alagoas	Data	06/03/2012
Contador Responsável	Mário Albuquerque Silva	CRC n°	1842-AL

19. ITEM 7 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU 108/2010 (CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS)

19.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES

Neste item estão contidos os demonstrativos bem como o detalhamento das fórmulas dos cálculos dos indicadores de gestão. Seguem os valores utilizados para os cálculos destes indicadores segundo a Decisão TCU nº 408/2002, de 24 de abril de 2002.

Em atendimento à Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 47, de 27/10/2004, e decisões normativas complementares, os seguintes componentes e indicadores de gestão, ampliados em relação ao conjunto de indicadores definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU-Plenário e Acórdãos nº 1.043/2006 e nº 2.167/2006-TCU-Plenário, são observados:

Componentes:

- (a) Custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitalares Universitárias - HU's;
- (b) Custo corrente excluindo as despesas dos HU's;
- (c) Número de alunos tempo integral;
- (d) Número de alunos equivalente;
- (e) Número de professores equivalentes;
- (f) Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HU's; e
- (g) Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HU's.

Indicadores ou Parâmetros de Gestão:

1. Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas. Os seguintes indicadores foram utilizados para avaliação do desempenho da gestão:

- (a) Custo corrente / aluno equivalente (com e sem HU);
- (b) Aluno tempo integral / Professor equivalente;
- (c) Aluno tempo integral / funcionário equivalente (com e sem HU);
- (d) Funcionário equivalente / Professor equivalente (com e sem HU);
- (e) Grau de Participação Estudantil;
- (f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação;
- (g) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação;
- (h) Índice de Qualificação do Corpo Docente;
- (i) Taxa de Sucesso na Graduação.

2. Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade):

- (a) Custo corrente / aluno equivalente: objetiva mensurar as despesas correntes por aluno, como indicador de eficiência. Dessa forma, reflete uma relação entre os insumos, considerados em unidade monetária e o produto, mensurado em unidade física. O custo corrente pode ser com ou sem o Hospital Universitário.
- (b) Aluno Tempo Integral / Professor equivalente: é um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de docentes.
- (c) Aluno Tempo Integral / Funcionário equivalente: é um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de funcionários. O funcionário equivalente pode ser com ou sem HU.
- (d) Funcionário equivalente / Professor equivalente: é um indicador complementar dos dois acima referidos (b e c), que dimensiona a composição dos recursos humanos utilizados. É um indicador de eficiência que associa o número de funcionários a um determinado quantitativo de professores.

- (e) Grau de Participação Estudantil: é um indicador de eficácia que mede o grau de alcance das políticas institucionais pelo nível de participação estudantil.
- (f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação: é um indicador de eficiência que relaciona o número de alunos matriculados na pós-graduação com o total de alunos matriculados e tem por objetivo retratar o grau de envolvimento em atividades de pesquisa e pós-graduação.
- (g) Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação: é um indicador de eficácia que mede a qualidade dos cursos de pós-graduação com base nos conceitos da CAPES, ou seja, é um indicador de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação.
- (h) Índice de Qualificação do Corpo Docente: é um indicador de eficácia que mede a qualidade técnica do corpo docente, utilizando ponderações que variam de 1 a 5, conforme a qualificação do docente. em termos de sua titulação.
- (i) Taxa de Sucesso na Graduação: é um indicador de eficiência que evidencia o número de diplomados em relação ao número de ingressantes, ou seja, este indicador fornece o índice de alunos que concluem o curso no tempo de duração prevista para cada curso.

As variáveis utilizadas, com as respectivas definições, foram as seguintes:

- Custo corrente com HU: representa as despesas correntes da Universidade (conta SIAFI nº 3300000) deduzidas as seguintes despesas: (a) 65% das despesas correntes do HC; (b) aposentadorias e reformas (Conta SIAFI nº 3319001); (c) pensões (conta SIAFI nº 3319003); (d) sentenças judiciais (conta SIAFI no. 3319091); (e) despesas com pessoal cedido – docente; (f) despesa com pessoal cedido – técnico administrativo; (g) despesa com afastamento do País/Exterior – docente; (h) despesa com afastamento País/Exterior – técnico administrativo.
- Custo corrente sem HU: com a mesma definição acima, com alteração apenas no item (a), por excluir 100% das despesas correntes do HU.
- Número de alunos de graduação em tempo integral (AGTI): é calculado pela fórmula: $AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{fator de retenção}]) + ((NI - NDI) / 4 * DPC) \}$, onde NDI= número de diplomados em cada curso; DPC=duração padrão do curso; NI=número de alunos que ingressaram em cada curso, com o fator de retenção para os diferentes cursos estabelecido pela SESu/MEC.
- Número de alunos equivalentes da graduação (AGE): é obtido através do produto do número de alunos de graduação tempo integral pelos respectivos pesos de cada curso, sendo os pesos definidos pela SESu/MEC, ou seja: $AGE = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{Fator de Reten\c{c}o}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$.
- Número de alunos tempo integral de Pós-Graduação (APGTI) e de residência médica (ARTI), calculados da seguinte forma: $APGTI = 2 * APG$ e $ARTI = 2 * AR$, onde APG é o número de alunos matriculados no mestrado e doutorado; e AR é o número alunos na residência médica.
- Número de professores equivalentes: considera-se como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem dedicação exclusiva, com os de 20 horas com peso 0,5). São contabilizados os professores em exercício efetivo, substitutos e visitantes, deduzidos os afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos.
- Número de funcionários equivalentes com HU: considera-se como referência o servidor de tempo integral, inclusive os vinculados ao HU (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho (20 horas, com peso 0,5 e 30 horas, com peso 0,75). São contabilizados os afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos.
- Número de funcionários equivalentes sem HU: o mesmo conceito acima, com a exclusão dos técnico-administrativos vinculados ao HU.

4. Responsável pelo Cálculo/Medição:

Economista Joubert de Lima Lessa, Coordenador Substituto de Planejamento, Avaliação e Informação da Pró-Reitoria de Gestão Institucional, cujo endereço eletrônico é joubert@proginst.ufal.br.

O uso dos referidos indicadores tomou por referência a publicação intitulada "*Orientação para o Cálculo dos Indicadores de Gestão*", edição FORPLAD de novembro de 2003 e revisada em janeiro de 2006 pelo Grupo de Contato composto por representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC). A referida publicação considera e amplia o documento "Orientações para Cálculo dos indicadores de Gestão" emanado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Secretária de Educação Superior – SESu/MEC e Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, em dezembro de 2002. Todos os componentes e indicadores foram revisados conforme as orientações de janeiro de 2007 indicadas pelo TCU para a referida publicação. Os indicadores de gestão dão uma dimensão do crescimento institucional verificado no ano de 2011, como também, possibilita uma visão comparativa entre os últimos quatro anos, conforme mostrado no **Quadro CLXV**.

Quadro CLXV – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	313.059.030,51	184.439.952,22	160.254.326,52	221.190.001,23	---
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	289.876.050,00	153.031.709,74	136.986.582,74	215.148.591,5	---
Número de professores equivalentes	1.220	1.104	991,5	1.001	---
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.472,5	2.169,25	2.216,25	1.952	---
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.528,25	1.348,5	1.464	1.163	---
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	20.449	20.064	17.278	14.775	12.944
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	2760	2.2024	1.103	744	651
Alunos de residência médica (AR)	112	104	49	55	53
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	15.461,86	15.608,4	15.689	14.262	---
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	24.300,89	23.761,67	23.557	21.257	---
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	5.520	4.048	2.206	1.488	1.302
Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI)	224	208	98	110	106

Quadro CLXVI - Indicadores de Gestão no Período de 2007 a 2011

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	12.882,61	7.762,08	6.802,89	10.405,66	10.783,24
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	11.558,26	6.440,28	5.815,16	10.074,40	10.516,77
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,67	14,40	15,82	14,26	15,93
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,25	7,20	7,08	7,31	8,98
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,12	11,57	10,72	12,26	17,43
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,03	1,97	2,24	1,95	1,77
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,25	1,23	1,48	1,16	0,91
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,76	0,78	0,91	0,97	0,94

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,06	0,05**	0,06**	0,05**	0,06
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,67	3,41	3,68	3,42	3,29
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,58	3,55	3,54	3,48	3,71
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,34	0,28	0,38	0,55	0,48

Fonte: PROGINST. Obs.: 1. * Indicadores incluídos em janeiro de 2006 pela revisão da Decisão TCU nº 408/2002. 2.

** Indicadores incluídos pelos Acórdãos nº 1.043/2006 – TCU - Plenário de 28/06/2006 e nº 2.167/2006 – TCU – Plenário de 21/11/2006.

Análise do Desempenho dos Indicadores Institucionais

Desde 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão nº 408/2002, determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) incorporassem nos seus relatórios de gestão nove indicadores de desempenho, com o intuito de construir uma série histórica da evolução de aspectos relevantes gerenciais, orientando a auditoria de natureza operacional quanto às boas práticas administrativas. Essa seção tem o objetivo de analisar o desempenho dos indicadores de gestão da UFAL que, segundo o TCU, são ferramentas auxiliadoras no acompanhamento do desempenho da instituição, servindo de instrumento de aprimoramento da gestão das IFES.

O **indicador 1** corresponde à relação entre custo corrente e aluno equivalente, esta relação indica o custo por aluno na instituição, sendo que o tópico I.B inclui as despesas do HU. Em princípio, um menor custo por aluno deve traduzir-se em eficiência nos gastos públicos. Esse índice teve um aumento devido a variável custo corrente com HU, que vem aumentando, passando de R\$ 184.439.952,22 em 2010 para R\$ 313.059.030,51 em 2011, representando em termos percentuais aumento de 69,73%.

No tocante à relação número de alunos em tempo integral por professores equivalentes (**indicador 2**), entende-se que quanto maior o número de professores relativamente ao de alunos, melhor será a atenção a estes últimos. Isso significa que quanto maior for esse índice maior será a produtividade de recursos docentes da instituição. Esse indicador teve uma diminuição quando comparado com o ano anterior, assim como diminuiu quando comparado 2010 com 2009, devido a um aumento significativo na variável professor equivalente que passou de 1.104 em 2010 para 1.220 em 2011, enquanto que a variável aluno tempo integral teve uma pequena diminuição de 15.608 para 15.461. Isto se deve as contratações de docentes que continuaram a acontecer em 2011.

De modo análogo aos argumentos, relativamente ao **indicador 3**, entende-se que um maior número de funcionários à disposição dos alunos se traduzirá em melhor atenção e melhor formação para os mesmos. Esse índice foi menor quando comparado com o ano de 2010, devido a um aumento na variável funcionário equivalente, passando de 2.169,25 para 2.472,50 em 2011. Nesse mesmo período, o número de funcionários passou de 2.206 em 2010 para 2.508 em 2011, justificando a redução mencionada.

A relação entre número de funcionários e de professores (**indicador 4**) indica uma relação entre o tamanho do corpo de apoio indireto ao aluno e ao professor e o tamanho do corpo de apoio e atendimento direto ao aluno. Os dois grupos têm importância fundamental para a boa formação do aluno. Entretanto, o apoio direto dado pelo professor se reveste de maior relevo. Isso permite considerar que é melhor um maior número de professores com relação ao de funcionários para a formação do aluno.

O indicador funcionário equivalente com HU/professor equivalente apresentou um pequeno aumento devido à variável funcionário equivalente apresentar um acréscimo de 2.169 em 2010 para 2.472,50 em 2011. A variável professor equivalente também aumentou, passando de 1.104 em 2010 para 1.220 em 2011. O aumento na primeira variável foi maior do que na segunda variável, ocasionando um acréscimo deste indicador. O indicador funcionário equivalente sem HU/professor equivalente, também ocorreu aumento quando comparado com o ano anterior, devido ao aumento da variável funcionário equivalente sem HU, que passou de 1.349 (2010) para 1.528 (2011); a variável professor equivalente é a mesma utilizada no indicador anterior. O aumento da primeira variável foi maior do que o aumento da segunda variável, ocasionando um acréscimo deste indicador.

O índice do grau de participação estudantil (**indicador 5**) tem como principal objetivo exprimir em que grau os alunos se utilizam da capacidade instalada na Universidade e a velocidade da integralização curricular. Esse indicador sugere que quanto mais alunos em tempo integral, melhor será para sua formação e possivelmente melhor será o seu desempenho futuro. O indicador do grau de participação estudantil apresentou pequena diminuição quando comparado com o ano anterior, devido ao distanciamento dos indicadores aluno em tempo integral para o total de alunos na graduação em 2011. Contabiliza-se o grau de participação estudantil através da razão (Aluno Tempo Integral / Total de Alunos matriculados na Graduação), comparando os anos de 2010 e 2011, obtém-se, respectivamente, 0,78 e 0,76. Houve, portanto, aumento no total de alunos matriculados na graduação em 2011, fato esse também observado no ano de 2010, em comparação ao indicador de alunos tempo integral, justificando o decréscimo. O número de alunos matriculados foi maior em virtude dos novos cursos iniciados em 2011, no Campus A.C. Simões e Agreste.

O índice grau de envolvimento com pós-graduação tem por objetivo retratar o grau de envolvimento em atividades de pesquisa e pós-graduação. O maior envolvimento discente com a pós-graduação (**indicador 6**) pode gerar um efeito positivo no desempenho do aluno, uma vez que uma pós-graduação forte implica em mais laboratórios, bibliotecas, grupos e projetos de pesquisa ativos e bolsas, além do natural mais intenso intercâmbio de conhecimento que acaba também por envolver o ensino na graduação. Este indicador apresentou um pequeno aumento em 2011, passando de 0,05 para 0,06, pelo fato da quantidade de alunos matriculados na pós-graduação ter sido maior, variação de 1.012 em 2010 para 1.380 em 2011. Como o número de cursos ofertados na pós-graduação tem aumentando nos últimos anos, justifica o aumento registrado nas matrículas referente a esses cursos. O número total de alunos (graduação mais pós-graduação) também foi maior, de 21.076 em 2010 passou a ser 21.829 em 2011, resultado do aumento do número de vagas ofertadas no vestibular, sendo que o aumento registrado na primeira variável foi mais significativo para o aumento registrado no indicador. É importante salientar que em 2010, a UFAL começou a operar o sistema acadêmico informatizado da pós-graduação o que levou a alguns programas ajustarem no sistema o número de alunos efetivamente matriculados.

O índice conceito CAPES/MEC para pós-graduação é um indicador de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação. Um melhor conceito para a pós-graduação (**indicador 7**) pode ter relação positiva com o desempenho dos graduandos, considerando que uma melhor pós-graduação deve indicar que a graduação também vai bem. É de se esperar que unidades acadêmicas capazes de manter pós-graduação de bom nível, também sejam capazes de ter bons cursos de graduação. O indicador conceito CAPES/MEC, para pós-graduação, foi melhor em 2011, mesmo com o aumento da quantidade de cursos, pois houve melhora nos conceitos de alguns cursos da pós-graduação. No ano de 2010, havia 27 cursos que tinham um somatório de conceitos CAPES de 92; em 2011, este número aumentou para 33, tendo também aumentado o somatório de conceitos CAPES, que obteve um total de 121.

O índice de qualificação do corpo docente é um indicador da qualidade do corpo docente, em termos de sua titulação. Uma melhor qualificação docente (**indicador 8**) é um indicativo de professores mais preparados e envolvidos com as atividades de pesquisa, extensão e, principalmente, ensino. Professores mais qualificados envolvidos no ensino significa ter influência na qualidade da formação do aluno. O indicador índice de qualificação do corpo docente cresceu em 2011, devido ao aumento na quantidade de professores com doutorado e mestrado. Os professores com especialização registrou redução em 2011: no ano de 2010, havia 638 professores doutores, 502 professores mestres e 142 professores com especialização/aperfeiçoamento, em 2011 estes números foram, respectivamente, para 691, 521 e 131. Os concursos continuaram a oferta novas vagas para docente em 2011, resultado do aumento das vagas do vestibular, para cursos novos de graduação, assim como houve cursos que expandiram a oferta de vagas, justificando um maior número de professores registrados no corrente ano.

O índice de taxa de sucesso na graduação é um indicador que fornece o índice de alunos que concluem o curso no tempo de duração prevista para cada curso. A taxa de sucesso na graduação

(indicador 9) é um sinal de realização do curso em tempo regular, o que indica mais interesse e dedicação do aluno para sua formação. Esse indicador está baixo, obtido através da divisão do número de diplomados pelo número de ingressantes no mesmo ano. No ano de 2010, esse número foi de 0,28, já em 2011, houve melhora, passando a ser 0,34. A melhora registrada se deve ao fato da conclusão das primeiras turmas dos 16 (dezesseis) novos cursos de graduação do Campus de Arapiraca. Vale destacar que no ano de 2010, 8 (oito) novos cursos de graduação começaram suas atividades no Campus do Sertão, fato esse que não permitiu um melhor indicador para 2011. Destaca-se também que os cursos na modalidade a distância (EAD) não são computados nos cálculos dos indicadores. Assim sendo, a fórmula indicada pelo TCU não capta o esforço institucional para aumentar a disponibilidade de vagas para a sociedade, pelo contrário, penaliza.

19.2 RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES SOB A ÉGIDE DA LEI NO 8.958/94, DISCRIMINADO O NÚMERO DO CONTRATO OU DO CONVÊNIO, O OBJETO, O VALOR E A VIGÊNCIA E, AINDA, OS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS PERTENCENTES À IFES ENVOLVIDOS EM CADA PROJETO. (PARTE C, IEM 7 DA DN/TCU N. 108/2010)

Quadro CLXV - Relação dos projetos geridos pela FUNDEPES pertinentes e executados pela UFAL

Programa/ Projeto	Nome coordenador	Relação jurídica	Valor	Instrumento e Número	vigên. início	vigên. fim	Objeto do Instrumento Jurídico	Equipe Técnica - Quantitativo de Pessoal UFAL
Desenvolvimento de Catalisadores Heterogêneos para transestificação e esterilização de óleos de vegetais.	Simone M.Plentz Meneghetti	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	504.360,75	Convênio 01.07.0285.00	15/08/07	15/04/11	Execução do Projeto Intitulado " Desenvolvimento de catalisadores heterogêneos para transestificação e esterilização de óleos de vegetais".	04 Docentes
Despertar e Conhecer a Engenharia do Petróleo e gás no ensino médio	João Inácio Soletti	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	409.325,25	Convênio 01.08.0594.00	23/12/09	23/12/12	Promover e despertar o ensino da ciências exatas ao processo da industria de petróleo e gás junto as escolas de ensino médio do estado de alagoas, com a finalidade de recrutar os melhores alunos para os quadros discentes.	12 Docentes
Conhecer e Experimentar a Engenharia - CEENG	Luciano Barbosa dos Santos	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	382.536,71	Convênio 01.07.0126.00	07/05/07	07/04/11	Fazer com que os alunos do ensino médio se identifiquem na área de ciências exatas, despertando-os para as engenharias.	31 Docentes
Empreendendo a Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Solidários de Alagoas – ESIESA	Cesar Nonato Candeias Bezerra	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	258.993,38	Convênio 01.08.0521.00	11/12/08	11/04/13	Incubação de empreendimentos com caráter solidário gerando condições de sustentabilidade a partir de processos agregados, tais como: formação profissional, trocas de experiências, técnicas e tecnologias entre outras.	04 Docentes
Estudos dos Impactos das Mudanças na região da bacia Hidrográfica do Rio Paraíba - HIDROCHUV	Fabiana Carnaúba Medeiros	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	678.000,00	Convênio 01.08.0638.00	30/12/08	30/12/11	Elaboração dos Cenários de Mudanças climáticas em uma bacia hidrográfica de grande representatividade no estado de alagoas.	8 Docentes

Relatório de Gestão 2010 - 224

Expansão e Modernização da Infraestrutura Física da UFAL- Infrapesq 5	Marcelo Leite Lyra	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	2.867.827,00	Convênio 01.06.0640.05	05/10/06	05/08/11	Expansão e Modernização da Infraestrutura Física da UFAL.	59 Docentes
Expansão e Modernização da Infraestrutura Física de Pesquisa da UFAL - Infrapesq 6	Marcelo leite Lyra	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	1.877.690,00	Convênio 01.07.0442.00	21/10/07	21/10/11	Execução do Projeto Intitulado " Expansão e Modernização da Infraestrutura Física de Pesquisa da UFAL".	45 Docentes
Expansão e Modernização da Infraestrutura Física da UFAL- Infrapesq 7	Severino Pereira Cavlcante	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	1.993.394,00	Convênio 01.08.0537.00	18/12/08	18/12/12	Promover a adequação da infraestrutura de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, visando a sua consolidação e expansão através, de quatro ações integradas.	15 Docentes
Expansão e Modernização da Infraestrutra Física da UFAL - Infrapesq 8	Marcos Vinicios Dias Vermelho	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	365.591,00	Convênio 01.09.0382.00	09/09/09	09/09/12	Promover a adequação da infraestrutura de pesquisa da UFAL, com consolidação e expansão de quatro ações integradas.	7 Docentes
Integrador Multidisciplinar - Atividades de Pesquisa Voltadas para as cadeias produtivas regionais. Integrador Multidisciplinar 1	Cicero Carlos de Souza Almeida	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	683.000,00	Convênio 01.06.0755.00	13/11/06	13/10/11	Estruturação do comitê gestor de pesquisa do novo campi, Implantação do comitê tutor de projetos, estabelecimentos de forum de pesquisa setoriais, Implantação do programa de Bolsa IC no interior, realização de seminários integrados e férias de pesquisa.	10 Docentes
Integrador Multisciplinar 2 - Atividades e Pesquisa voltadas as cadeias produtivas regionais.	Josealdo Tonholo	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	619.606,00	Convênio 01.08.0162.00	07/05/08	07/05/11	Promover a infraestrutura mais adequada para o efetivo desenvolvimento de atividades de pesquisa pelo docente recentemente contratado no processo de interiorização da UFAL.	05 Docentes
Integrador Multidisciplinar III - Atividades de Pesq. Voltadas para as Cadeias Produtivas Regionais	Pedro Valentim dos Santos	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	1.241.468,00	Convênio 01.09.0503.00	03/10/09	30/12/12	Transferência de Recursos Financeiros pela Concedente ao Convenente para a Execução do Projeto Integrador Multidisciplinar III - Atividades de Pesquisa Voltadas para as cadeias Produtivas Regionais Doravante Denominado Projeto, Descrito no Plano de Trabalho o qual Integra o Convênio, Independente de transcrição.	27 Docentes

Relatório de Gestão 2010 - 225

Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológico de Alagoas	Silvia Beatriz Beger Uchôa	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	157.528,26	Convênio 01.06.0790.00	22/11/06	22/07/11	Transferência de Recursos Financeiros, pelo Concedente ao Convenente, para a Execução do Projeto Intitulado "Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica de Alagoas, Doravante Denominado Projeto, Descrito no Plano de Trabalho.	7 Docentes
Consolidação e Expansão do NIT/UFAL	Josealdo Tonholo	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	512.925,00	Convênio 01.08.0611.00	29/12/08	29/12/11	Transferência de recursos financeiros, pela Concedente ao Convenente, para a execução do projeto intitulado "Consolidação e Expansão do NIT/UAL", doravante denominado Projeto, descrito no Plano de Trabalho, o qual integra este convênio, independentemente de qualquer transcrição.	10 Docentes e 05 Discentes
PREDEM - Geração de Partículas para o Método dos Elementos Discretos a partir de Técnicas de Processamento	Adeildo Soares Ramos Júnior	Contrato entre FUNDEPES, UFAL e FADE	59.428,48	Contrato relativo ao convênio específico 01.07.0286.00	23/08/07	23/08/11	Transferências de Recursos Financeiros para a Execução do Projeto PREDEM - Geração de Partículas para o Método dos Elementos Discretos a partir de Técnicas de Processamento e Análise de Imagens Digitais.	06 Docentes
Avaliação e Emprego de Biomassa como Fonte Alternativa de Energia para Cadeia Cerâmica do Estado de Alagoas	Simoni M. Plentz Meneghetti - Aline da Silva Ramos Barboza	Convênio entre UFAL, FUNDEPES e SEBRAE	401.900,00	Convênio 20/2009	02/06/09	30/12/13	Realizar um Levantamento de Alternativas em Termos de Biomassa Residual, para serem Utilizadas como Energia Alternativa.	07 docentes e 02 discentes
Centro de Desenvolvimento, Produção de Protótipos e Suporte Empresarial na Conversão de Energia Elétrica	Josealdo Tonholo	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	1.028.139,00	Convênio 01.10.0447.00	19/11/10	19/11/13	Transferência de Recursos Financeiros pela Concedente ao Convenente para a Execução do Projeto Intitulado "Centro de Desenvolvimento, Produção de Protótipos e Suporte.	12 Docentes e 01 Discente
IN SOLIDUM: Incubação de Empreendimentos Solidários em Rede	César Nonato Bezerra Candeias	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	532.205,81	Convênio 01.10.0502.00	26/10/10	26/10/12	Criar uma rede de incubadoras com foco no desenvolvimento de atividades na cadeia produtiva da reciclagem, articulando assim instituições de ensino superior, desenvolvendo ações de incubação nos estados de Sergipe e Alagoas principalmente, potencializando não só o processo de incubação, mas principalmente ampliando as condições de sucesso desses empreendimentos.	04 Docentes

Relatório de Gestão 2010 - 226

DOPTPLANAR - Dispositivos Ópticos Planares Aplicados	Marcos Vinícius Dias Vermelho	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	3.027.800,00	Convênio 01.10.0421.00	11/06/10	11/06/13	Elaboração de Uma Linha de Protipagem e Produção de Dispositivos Ópticos Planares para Telecomunicação com desenvolvimento de Novas Tecnologias e Simulação de Aplicações já existentes, Baseadas em Filmes Finos de Vidros Silicatos Sobre Substratos de Cílcio.	19 Docentes
RAIE 2 - Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos Inovadores de Base Tecnológica em Alagoas	Josealdo Tonholo	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	719.460,00	Convênio 01.10.0407.00	02/06/10	01/06/12	Consolidar Mecanismo de Incubação de Negócios Tecnológicos no Estado de Alagoas, dando Escala as Ações das Incubadoras com Atendimento a mais Empresas, Garantindo que Estas tenham Melhor Desempenho e Competitividade.	13 Docentes e 08 discentes
Sensores de Petróleo e Gás: Uma Plataforma para o Ensino de Física, Química e Informática.	Jandir Miguel Hickmann	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	932.417,00	Convênio 01.10.0447.00	30/08/10	30/08/12	Desenvolvimento de uma cultura científica que desperte nos alunos o interesse pelas áreas tecnológicas, além da contribuição para a formação básica em ciências exatas e naturais nas áreas de PGPB.	07 docentes
Formação de Multiplicadores para Difusão de Conhecimento nos Setores de Petróleo e Gás	Luciano Barbosa dos Santos	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	810.700,00	Convênio 01.10.0539.00	05/11/10	05/11/12	Divulgação das áreas tecnológicas de abrangidas pelos setores de petróleo e gás, biocombustíveis e petroquímica para alunos do Ensino Médio do Estado de Alagoas, visando a formação de multiplicadores e disseminadores dos conhecimentos das áreas de modo a promover o despertar intelectual de jovens do Ensino Médio.	10 Docentes
Subsídio para o Desenvolvimento de Indicadores do Estado de Pesca Artesanal	Vandick da Silva Batista	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	523.400,00	Convênio 01.10.770.00	28/12/10	28/12/13	Estruturar a implementação da infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para a equipe multicampi com atuação direta na área de pesca, visando a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação de interesse de gestores e usuários de recursos pesqueiros explorados pela pesca extrativa artesanal costeira.	07 docentes
Programa de Melhoramento Genético da Cana de Açúcar PMGCA/RIDESA	Geraldo Veríssimo de Souza Barbosa	Contrato entre a UFAL e FUNDEPES	14.994.713,02	Contrato 19/2009	06/07/09	06/07/14	Apoio ao desenvolvimento do programa de melhoramento genético da cana de açúcar - PMGCA/RIDESA do centro de ciências agrárias da Universidade Federal de Alagoas	17 Docentes e 08 Discentes

Relatório de Gestão 2010 - 227

Pesquisa de Indicadores da Indústria Alagoana	Reynaldo Rubem Ferreira Junior	Contrato entre a UFAL, FUNDEPES e FIEA	236.403,71	Contrato (S/N)	03/09/09	03/09/13	Elaborar indicadores de Desempenho, Sondagem e Competitividade da Indústria alagoana para auxiliar a tomada de decisão e alocação de recursos por meio de políticas públicas e ações empresarias.	04 Docentes
Implantação do Laboratório de Síntese de Catalisadores - LSCat	Antonio Osimar Souza da Silva	Contrato entre a UFAL, FUNDEPES PETROBRÁS	380.835,00	Convênio 46.00.25.27.98	21/01/08	15/07/11	Implementação da infraestrutura básica para o funcionamento do Laboratório de Síntese de Catalisadores (LSCat) da Universidade Federal de AL.	05 Docentes
Desenvolvimento de Rotas de síntese mais econômicas para a cristalização da Zeólita Ferrierita - SINFER	Antonio Ozimar Souza da Silva	Contrato entre a UFAL, FUNDEPES PETROBRÁS	295.323,00	Convênio 46.00.28.99.55	12/01/09	12/07/11	Desenvolvimento de novas metodologias de síntese, mais econômicas para a cristalização de zeólita ferrierita, através da utilização de matérias precursoras mais baratos e/ou utilização de "sementes de cristalização"	07 Docentes
Levantamento de Aplicações e Estudos do Processo de Síntese de Silicoaluminofosfatos - SAPO'S	Maritza Montoya	Contrato entre a UFAL, FUNDEPES PETROBRÁS	434.544,61	Convênio 46.00.31.73.94	10/09/10	09/09/13	Levantamento de aplicações e estudos do processo de síntese de Silicoaluminofosfatos, visando sua obtenção através de rotas econômicas.	02 Docentes
Rede de monitoramento de eventos extremos na região leste do Nordeste do Brasil - REEMIX	Luiz Carlos Molion	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	1.106,379,00	Convênio 01.08.0639.00	30/12/08	30/12/12	Solicitar apoio financeiro para criar um centro de previsão e alerta de tempo severo que inclua infraestrutura física e tecnológica adequada para a previsão.	09 Docentes
Laboratório Aplicado a Engenharia Civil - LAPLENCI	Paulo Cesar Correia Gomes	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	261.460,00	Convênio 01.07.0399.00	08/10/07	08/09/11	Obter materiais a base de cimento, como argamassas e concretos, utilizando os agregados reciclados produzidos nos canteiros de obras para uso em seus sistemas construtivos, como exemplo a confecção de alvenaria, cujos blocos, argamassas de assentamento e de reboco são de agregados reciclados, diminuindo o desperdício e estimulando o uso de resíduos.	18 Docentes
Plano Diretor de Informática Baseado na Noção de Usabilidade	Fábio Paraguaçu	Contrato entre a Prefeitura de Maceió, UFAL e FUNDEPES	39.147,00	Contrato 115/2009	01/08/09	07/01/11	Desenvolvimento de um Plano Diretor de Tecnologia da informação, através dos estudos das necessidades reais dos usuários dos produtos de informática, de forma a subsidiar as aquisições de produtos e serviços de informática no âmbito do Município de Maceió.	01 Docente e 03 Discentes

Relatório de Gestão 2010 - 228

Fortalecimento das Atividades Científicas Voltadas ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia da Construção Civil em Alagoas - LEMA	Wayne Santos de Assis	Convênio entre UFAL e FUNDEPES	1.150.000,00	Contrato Nº 49/2010	10/11/10	09/11/15	Apoio ao desenvolvimento do projeto "Fortalecimento das Atividades Científicas Voltadas ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia da Construção Civil em Alagoas"	11 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Apoio ao desenvolvimento do DYNASIM-GIEN e validação do módulo de linhas e Risers (DOOLINES) Acoplado no DYNASIM	Adeildo Ramos Soares Junior	Convênio entre a FUNDEPES, UFAL e PETROBRAS	684.982,18	Contrato 0050.0064.10.2	07/02/11	07/02/13	Apoio ao DYNASIM-GIEN, o desenvolvimento e implementação de novos modelos e a validação numérica e experimental do módulo para análise dinâmica de linhas de ancoragem, DOOLINES, acoplado ao DYNASIM	02 Docentes e 03 Discentes
Inseminação Artificial e Melhoramento Genético de Rainhas nos Apiários do APL Apicultura do Estado de Alagoas - PROAPIS	Roger Nicolas Beelen	Convênio entre SEBRAE, FUNDEPES e UFAL	417.077,28	Convênio 012/2011	24/08/11	24/08/13	Inovar tecnologicamente o manejo profissional dos apiários do APL Apicultura do Estado de Alagoas por meio da Seleção, produção e substituição periódica de rainhas por indivíduos de superior valor genético.	01 Docente
Implantação do Processo de Produção do Cordeiro Verde no APL Ovinocaprinocultura do Sertão de Alagoas - OVINOVERDE	Angelica Bossi Frage	Convênio entre SEBRAE, FUNDEPES e UFAL	439.832,80	Convênio 013/2011	24/08/11	24/08/13	Implantar o processo de produção do cordeiro verde no APL de ovinocaprinocultura de Piranhas – AL, visando obter animais precoces para o abate com qualidade superior de carcaça e pele. Esses animais serão resultados de cruzamentos entre grupos genéticos nativos, criados em sistema semi-extensivo na Caatinga e recebendo suplementação a base dos fenos de forrageiras nativas e outros volumosos e concentrados, oriundos de subprodutos da agroindústria local.	06 Docentes e 08 Discentes
Desenvolvimento de TS para construção, recuperação, manutenção e uso sustentável de moradias, especialmente HIS, e para redução de riscos ambientais - HAB24TS	Augusto Aragão de Albuquerque	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	290.831,94	Convênio 01.11.0025.00	16/02/11	16/02/13	Desenvolvimento de tecnologias sociais para recuperação, construção, manutenção e uso sustentável da moradia, especialmente em interesse social, bem como para a solução de problemas em áreas de risco ambiental.	14 Docentes e 07 Discentes

Relatório de Gestão 2010 - 229

Programa por Tipagem Genética por DNA - PROTIPAGEM	Prof. Luiz Antonio F. da Silva	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	2.000.000,00	Contrato 006/2006	21/02/06	21/02/11	A interação técnico-científica da Universidade Federal de Alagoas com o setor produtivo privado e público no desenvolvimento de pesquisas científicas básicas e aplicadas, para testar, desenvolver e aplicar metodologias relacionadas a tipagem por DNA através de marcadores moleculares, visando contribuir com a implantação de novas tecnologias e com isto atender as demandas da sociedade no que se refere a tipagem genética humana, animal, vegetal e de microorganismos.	01 Docente e 06 Discentes
Programa de Caracterização Genética e Diagnóstico por DNA - PROGENE	Eurípedes Alves da Silva	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	4.350.000,00	Contrato	16/03/09	16/03/11	A interação técnico-científica da universidade federal de Alagoas com o setor produtivo privado e público no desenvolvimento de pesquisas científicas básicas e aplicadas para testar, desenvolver e aplicar metodologias convencionais e relacionadas ao DNA como ferramentas por meio de marcadores moleculares.	01 Docente e 03 Discentes
Programa de Estudo da Variabilidade Genética pela Análise Direta do DNA	Luiz Antonio F. da Silva	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	2.500.000,00	Contrato N° 05/2011	22/12/10	22/12/15	Apoio ao desenvolvimento do Programa de estudo da variabilidade genética pela análise direta do DNA	01 Docente
Implantação de Centro Regional de Referência para Formação Permanente dos Profissionais que Atuam nas Redes de Atenção integral à Saúde Assistência Social com Usuários de Crack e Outras Drogas e seus Familiares de Alagoas - CENFOR	Jorgina Sales Jorge	Convênio entre a SENAD, a UFAL e a FUNDEPES	271.227,00	Convênio n° 52/2010	11/05/11	04/05/12	Implantar o Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares.	11 Docentes

Relatório de Gestão 2010 - 230

Desenvolvimento e padronização de extratos, tinturas e preparação a partir da Própolis Vermelha de Alagoas	Ticiano Gomes do Nascimento.	Convênio entre o BNB, a UFAL e a FUNDEPES	49.035,00	Convênio 2011/385	19/12/11	19/12/16	Desenvolver e validar metodologias de controle de qualidade químico e físico-químico da própolis vermelha de Alagoas ajustando aos padrões da ANVISA ou Ministério da Agricultura de modo a regularizar a futura comercialização de bioprodutos como tinturas hidroalcóolicas, formas farmacêuticas sacarolíticas (xarope, elixir, melitos), e formas farmacêuticas semi-sólidas (pomadas, cremes, óvulos e gel).	03 Docentes
Avaliação do Potencial Cicatrizante de Extratos de Zeyheria tuberculosa (Vell.) Bur. (Bignoniaceae): Perspectiva na Obtenção de um Fitoterápico	Maria Lysete de Assis Bastos	Convênio entre o BNB, a UFAL e a FUNDEPES	61.807,00	Convênio S/N	19/11/12	19/12/13	Obter um fitoterápico de ação cicatrizante a partir de extratos de diferentes partes (folhas, caule e raízes) de Zeyheria tuberculosa. Além disso, visa à geração de conhecimento científico para a qualificação de recursos humanos (alunos de mestrado e de iniciação científica).	02 Docentes
Curso de Graduação em Administração na modalidade à distância	Cláudia Maria Milito	Convênio entre o Banco do Brasil, a FUNDEPES e a UFAL	1.725.300,00	Convênio S/N	29/06/06	29/06/11	Conceder título de bacharel em administração para 213 funcionários do Banco do Brasil dentro do projeto Universidade Aberta do Brasil	48 Docentes e 31 Discentes
Formação de Professores a Distância para uso de objetos virtuais de aprendizagem na área de Ciências	Luis Paulo Leopoldo Mercado	Convênio entre UFAL, FINEP e FUNDEPES	199.833,00	Convênio 01.06.1088.00	26/12/06	26/01/11	Ampliar as condições didático-pedagógicas para a melhoria do trabalho nos cursos na modalidade a distância em curso na UFAL, e acesso à utilização das TIC nas atividades presenciais e a distância por Professores de Ciências da Natureza da rede pública de Alagoas.	01 Docente
Programa de Desenvolvimento da Escola de Enfermagem e Farmácia	Ruth França Cizino Trindade	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	79.547,85	Contrato 60/2007	10/12/07	10/12/11	Garantir espaços de construção, reflexão e decisões coletivas, Incrementar as atividades de ensino, pesquisa e extensão com ênfase na realidade sócio-sanitária regional, Integrar todos os projetos de pesquisa, ensino e extensão da ESENFAR ao desenvolvimento da Escola, Melhorar a infra-estrutura da ESENFAR	01 Docente e 01 Discente

Relatório de Gestão 2010 - 231

Programa de Fortalecimento do Centro de Tecnologia da UFAL no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão - PROCTEC	Valmir de A. Pedrosa	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	417.408,21	Contrato 11/2008	03/03/08	03/03/13	Fortalecer a estrutura física e organizacional do Centro de Tecnologia, Estabelecer condições e estratégias para o melhor desempenho dos atuais e futuros cursos de graduação, Atuar junto aos programas de Pós-Graduação, solidificando e expandindo suas ações, Incentivar a qualificação técnico-científica de docentes e técnicos administrativos, Expandir e fortalecer núcleos de pesquisa, ensino e extensão.	01 Docente
Implantação do Centro de Referência em Recuperação de Áreas degradadas (Cr-Ad) na Região do Baixo São Francisco	Flávia de Barros Prado Moura	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	749.547,00	Contrato 076/2007	28/12/07	28/12/11	Gerar e difundir tecnologias para recuperação/recomposição das Áreas de preservação Permanentes (nascente e cursos d'água), em consonância com a Legislação Ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e repartição de benefícios, de modo a capacitar e integrar comunidades, iniciativas relativas à conservação, manejo e recuperação ambiental.	01 Docente
Monitoramento e Conservação de Aves Endêmicas e Ameaçadas do Centro Pernambuco	Márcio Amorim Efe	Contrato entre a Fundação O Boticário, a UFAL e a FUNDEPES	44.236,82	Contrato S/N	18/08/10	18/02/13	Realizar 6 expedições para coleta de dados para identificar a vocalização de 10 espécies endêmicas e ameaçadas no 1º semestre e até 30 espécies nos demais semestres , capturando e marcando 10 indivíduos e 5 ninchos de cada espécie, bem como descrever e quantificar ovos e filhotes, acompanhando o período reprodutivo de 3 espécies, no intuito de monitorar populações de aves do Centro de Pernambuco.	01 Docente
Desenvolvimento de Tecnologia de Sementes e Mudanças de Espécies Nativas para a Recuperação de áreas Devastadas Alagoanas	Antônio Lucrécio dos Santos Neto	Convênio entre o BNB, a UFAL e a FUNDEPES	47.250,00	Convênio	19/12/11	19/12/13	Desenvolvimento de Tecnologia de Sementes e Mudanças de Espécies Nativas para a Recuperação de áreas Devastadas Alagoanas.	03 Docentes e 03 Discentes

Relatório de Gestão 2010 - 232

Fisiologia e Genética da cana-de-açúcar para tolerância á seca.	José Vieira Silva	Convênio entre o BNB, a UFAL e a FUNDEPES	98.910,00	Convênio	19/12/12	19/12/13	Definir os descritores fisiológicos e genéticos que revelarão os genótipos contrastantes e os mecanismos que permitem os mesmos tolerar à seca. Analisar o comportamento dos descritores fisiológicos da cana-de-açúcar submetida a diferentes níveis de estresse hídrico, a fim de promover a expressão gênica diferencial dos genótipos, de maneira a permitir a identificação dos genes da tolerância à seca, a partir dos RNAs diferencialmente transcritos. Usar esses genes para introdução direta em genótipos de cana-de-açúcar	09 Docentes
Pontos verdes: articulação entre coletadores de resíduos sólidos e o programa municipal Arapiraca Cada vez Mais Limpa	Marconi Tabosa de Andrade	Termo de cooperação entre a AlfaSol, FUNDEPES e a UFAL	80.000,00	Termo de cooperação 01/2010	24/02/10	31/03/12	Articular o total de 20 coletadores de resíduos sólidos recicláveis para organização do trabalho em regime coletivo no município de Arapiraca, pretendendo capacitá-los à atuação dentro do programa municipal "Arapiraca cada vez mais limpa", que prevê a criação de sete pontos de coleta seletiva de resíduos sólidos e posterior encaminhamento às recicladoras locais.	01 Docente e 16 Discentes
Empresa Amiga do Ciclista	José Antônio Facchinetti dos Santos	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	165.598,10	Contrato nº51/2010	01/12/10	06/06/12	Apoio ao desenvolvimento do projeto de extensão Empresa Amiga do Ciclista da Universidade Federal de Alagoas.	01 Docente e 02 Docentes
MBA Executivo em Gestão Estratégica Avançada de Negócios	Angelo Antônio Martins	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	167.102,05	Contrato 29/2006	21/10/06	28/02/11	Viabilizar condições para realização em MBA em Gestão Estratégica Avançada de Negócios.	14 Docentes e 01 Discente
Curso de Especialização em Administração Pública	Luciana Santa Rita	Contrato entre a UFAL, FUNDEPES e a Prefeitura de Arapiraca	201.600,00	Contrato S/N	04/12/06	31/01/11	CCapacitar o gestor público para agir como formador de opinião e disseminador de ideias e de conceitos sobre tecnologia (técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos) para a gestão de organizações públicas. Possibilitar a reflexão do gestor público quanto às tecnologias de gestão que aplica, bem como sobre os possíveis métodos para um eficaz desempenho em um modelo gerencial voltado para resultados.	18 Docentes e 01 Discente

Relatório de Gestão 2010 - 233

Curso de Especialização em Administração Pública - Turma II	Luciana Peixoto Santa Rita	Contrato entre a UFAL, FUNDEPES e a Prefeitura de Arapiraca	122.000,00	Contrato	01/08/07	31/01/11	Capacitar o gestor público para agir como formador de opinião e disseminador de ideias e de conceitos sobre tecnologias (técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos) para a gestão de organizações públicas. Possibilitar a reflexão do gestor público quanto às tecnologias de gestão que aplica, bem como sobre os possíveis métodos para um eficaz desempenho em um modelo gerencial voltado para resultados.	17 Docentes e 01 Discente
Curso de Especialização em Gestão e Educação Ambiental - turma III	Antônio Carlos Silva Costa	Contrato entre o Instituto Lagoa Viva, BRASKEM, FUNDEPES e UFAL	70.000,00	Contrato	07/08/09	18/07/11	Realizar a oferta do curso de Especialização em Gestão e Educação Ambiental - Turma III, com a carga horária de 360hs/aula, a ser ministrado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC/UFAL, para formação de profissionais.	01 Docente e 02 Discentes
II Curso de especialização em Gestão do Trabalho em Saúde	Suely Nascimento	Contrato entre a SESAU, FUNDEPES e UFAL	85.000,00	Contrato 130/2011 SESAU	12/07/11	12/07/13	Credenciamento de Pessoas Jurídicas envolvidas com ensino, para prestação de serviços de treinamentos, com o objetivo de executar os projetos dos eixos prioritários de intervenção do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, nas seguintes linhas de investimentos: Modelo de Assistência e Cuidados à Saúde; Gestão e Gerência de Pessoas e Recursos; Formação e Preparo dos Profissionais de Saúde, em conformidade com as descrições contidas neste instrumento e edital de credenciamento.	08 Docentes
III Curso de especialização em Vigilância da Saúde	Edna Bezerra	Contrato entre a SESAU, FUNDEPES e UFAL	82.453,70	Contrato 130/2011 SESAU	12/07/2011	12/07/13	Credenciamento de Pessoas Jurídicas envolvidas com ensino, para prestação de serviços de treinamentos, com o objetivo de executar os projetos dos eixos prioritários de intervenção do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, nas seguintes linhas de investimentos: Modelo de Assistência e Cuidados à Saúde; Gestão e Gerência de Pessoas e Recursos; Formação e Preparo dos Profissionais de Saúde, em conformidade com as descrições contidas neste instrumento e edital de credenciamento.	07 Docentes

Relatório de Gestão 2010 - 234

7º Curso de especialização em Saúde Pública	Izabel Novaes	Contrato entre a SESAU, FUNDEPES e UFAL	84.938,30	Contrato 130/2011 SESAU	12/07/11	12/07/13	Credenciamento de Pessoas Jurídicas envolvidas com ensino, para prestação de serviços de treinamentos, com o objetivo de executar os projetos dos eixos prioritários de intervenção do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, nas seguintes linhas de investimentos: Modelo de Assistência e Cuidados à Saúde; Gestão e Gerência de Pessoas e Recursos; Formação e Preparo dos Profissionais de Saúde, em conformidade com as descrições contidas neste instrumento e edital de credenciamento.	19 Docentes
V Curso especialização em Enfermagem Obstétrica	Regina Santos	Contrato entre a SESAU, FUNDEPES e UFAL	95.420,00	Contrato 130/2011 SESAU	12/07/11	12/07/13	Credenciamento de Pessoas Jurídicas envolvidas com ensino, para prestação de serviços de treinamentos, com o objetivo de executar os projetos dos eixos prioritários de intervenção do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, nas seguintes linhas de investimentos: Modelo de Assistência e Cuidados à Saúde; Gestão e Gerência de Pessoas e Recursos; Formação e Preparo dos Profissionais de Saúde, em conformidade com as descrições contidas neste instrumento e edital de credenciamento.	05 Docentes
Melhoria das condições de convivência da comunidade universitária no campus A. C. Simões da UFAL	João Carlos Cordeiro Barbirato	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	4.400.000,00	Contrato 72/2007	31/12/07	31/12/11	Viabilização do Projeto Melhoria das condições de convivência da comunidade universitária no campus A. C. Simões da UFAL	01 Docente
Elaboração do Plano Diretor nos Municípios de Campestre, Flexeiras, Messias, Jacuípe e Jundiá em Alagoas	Luciane Maranhã de Oliveira Marisco	Contrato entre a UFAL, FUNDEPES e PETROBRÁS	500.637,25	Carta Contrato Nº 0802.0000146.09.3	04/05/09	31/03/11	Elaboração do Plano Diretor nos Municípios de Campestre, Flexeiras, Messias, Jacuípe e Jundiá em Alagoas	04 Docentes e 08 Discentes
Programa de Apoio às Atividades de Extensão da UFAL - PROEX	Eduardo Sílvio Sarmiento de Lyra	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	755.000,00	Contrato 03/2006	19/01/06	19/01/11	Apoio ao Desenvolvimento do Programa de Apoio às Atividades de Extensão da UFAL - PROEX	07 Docentes

Relatório de Gestão 2010 - 235

Ampliação das Atividades do Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator / Atriz da Escola Técnica de Artes Vinculada à UFAL - Ampliação Ator/Atriz	Rita Namé	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	80.000,00	Contrato 82/2006	29/12/06	29/12/11	Ampliação das Atividades do Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso Técnico de Artes Vinculada à UFAL.	02 Docentes
Programa de apoio à produção e divulgação editorial e cultural da Universidade federal de Alagoas - PRODEC	Sheila Diab Maluf	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	700.000,00	Contrato 16/2010	08/04/10	08/04/13	Apoio ao desenvolvimento do Programa de apoio à produção e divulgação editorial e cultural da Universidade federal de Alagoas - PRODEC, da Universidade Federal de Alagoas, o qual passa a fazer parte deste instrumento como se nele estivesse escrito.	03 Docentes e 01 Discente
Inventário De Referências Culturais De Penedo/Al - INRC/PENEDO	Maria Madalena Zambi	Contrato entre o IPHAN, UFAL e FUNDEPES	57.936,16	Contrato 004/2009	28/09/09	11/01/11	A realização de serviços especializados para desenvolver o Inventário de Referências Culturais de Penedo/AL, com o objetivo de identificar, mapear e coletar suas referências culturais relevantes, bem como produzir um estudo impresso e em mídia digital, reunindo e sistematizando as informações disponíveis sobre o universo das referidas comunidades, seguindo a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN/Minc.	08 Docentes
Livro-Catálogo Pinacoteca Universitária	Geisa Brayner Ramalho	Contrato entre a BRASKEM, UFAL e FUNDEPES	25.500,00	Termo de Doação	22/03/10	22/03/11	Divulgar por meio de material impresso, de alta qualidade técnica, o trabalho desenvolvido pela Pinacoteca Universitária, no tocante a sua pauta de exposições de 2001/2009.	01 Docente
Estímulo à Difusão da Língua Inglesa e de suas Expressões Culturais – CCB	Paulo Rogério Stela	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	5.290.765,69	Contrato 68/2010	31/12/10	31/12/12	Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão Da Língua Inglesa e de Suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão - PROEX e da Faculdade de Letras - FALE, através da Casa de Cultura Britânica - FALE/PROEX/UFAL	11 Docentes

Relatório de Gestão 2010 - 236

Projeto Estímulo à Difusão das Línguas Espanhola, Italiana e Latina e de Suas Expressões Culturais – CCLA	Laureny Aparecida Lourenço da Silva	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	1.717.800,00	Contrato 71/2010	31/12/10	31/12/12	Constitui objeto deste contrato o desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão das Línguas Espanhola, Italiana e Latina e de Suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Latino Americana - FALE/PROEX/UFAL	04 Docentes
Estímulo à Difusão da Língua Francesa e de Suas Expressões Culturais – CCEF	Maria Stela Torres B. Lameiras	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	643.200,00	Contrato 70/2010	31/12/10	31/12/12	Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão da Língua Francesa e de suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Francesa-FALE/PROEX/UFAL	01 Docente
Estímulo à Difusão da Língua Alemã e de Suas Expressões Culturais – CCA	Irene Maria Dietschi	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	88.680,00	Contrato 69/2010	31/12/10	31/12/12	Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão da Língua Alemã e de suas Expressões, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Alemã-FALE/PROEX/UFAL	01 Docente
Estímulo à Difusão da Língua Portuguesa e de Suas Expressões Culturais – CCLB	Paulo José Silva Valença	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	53.940,00	Contrato 72/2010	31/12/10	31/12/12	Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão da Língua Portuguesa e de suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Luso-brasileira-FALE/PROEX/UFAL.	01 Docente
Concurso Público da CASAL	José Carlos Lima	Contrato entre a CASAL e a FUNDEPES	606.051,00	Contrato 12/2010	04/03/10	04/07/11	Realização do Programa de Gestão por resultados - PGR da CASAL, projeto integrante do Planejamento Estratégico; Preparar a empresa para certificação pelo GESPÚBLICA e participação no PNQS - Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento; Analisar a proposta de plano de cargos e salários - PCS da CASAL e acompanhar sua implementação; realizar concurso publico para cadastro de reserva.	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos

Relatório de Gestão 2010 - 237

Fiscalização da Aplicação da Seleção IFAL 2012	José Carlos Lima	Contrato entre o IFAL, UFAL e FUNDEPES	108.980,99	Contrato nº 20/2011	02/12/11	02/12/12	Realizar a fiscalização da aplicação do exame de seleção de 2012 do IFAL para ingresso de alunos na educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada e subsequente, para os campi Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Satuba, Arapiraca, Penedo, Santana do Ipanema, Piranhas, São Miguel dos Campos, Murici e Maragogi	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Penedo	José Carlos Lima	Contrato entre o Prefeitura de Penedo, UFAL e FUNDEPES	472.944,00	Contrato S/N	06/01/10	30/04/11	Prestação de Serviços Técnicos Especializados Para a Realização do Concursos Público Para Servidores da Educação da Prefeitura Municipal de Penedo.	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Fiscalização da Aplicação da Seleção IFAL 2011	José Carlos Lima	Contrato entre o IFAL, UFAL e FUNDEPES	120.000,00	Contrato 40/2010	19/11/10	25/02/11	Realizar a fiscalização da aplicação do exame de seleção de 2011 do IFAL para ingresso de alunos na educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada e subsequente, para os campi Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Satuba, Arapiraca, Penedo, Santana do Ipanema, Piranhas, São Miguel dos Campos, Murici e Maragogi	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Processo Seletivo Unificado 2011 UFAL	José Carlos Lima	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	1.586.403,76	Contrato 52/2010	25/11/10	31/12/11	Executar Processo Seletivo 2011 da UFAL de Forma Eficiente e Eficaz, e Estudar a Viabilidade da Mudança do Processo de Ingresso na Universidade, Corresponde aos Preceitos Éticos e às Necessidades Institucional da Universidade e Contribuindo Para a Qualificação do Ensino e da Pesquisa.	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Largo	José Carlos Lima	Inscrições dos Candidatos	781.326,00	Contrato 02/2010	08/03/10	30/04/11	Constituiu objeto a prestação de serviços técnicos profissionais especializados, para planejamento, organização e execução de CONCURSO PÚBLICO para provimento dos cargos vagos.	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Concurso Público do Ministério Público do Estado de Alagoas	José Carlos Lima	Contrato entre o MP, FUNDEPES e UFAL	632.000,00	Contrato nº 29/2011	10/10/11	10/04/12	Contratação de serviços técnico especializados para a execução do 2º Concurso Público para provimento de cargos de servidores efetivos do Ministério Público do Estado de Alagoas.	05 Docentes e 03 Técnicos Administrativos

Relatório de Gestão 2010 - 238

Concurso Público do Instituto Federal de Alagoas	José Carlos Lima	Contrato entre o IFAL, UFAL e FUNDEPES	3.893.448,00	Contrato nº 08/2011	03/06/11	03/06/12	Execução de processo seletivo na modalidade CONCURSO PÚBLICO.	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Concurso Público Para Técnico - Administrativo em Educação da UFAL – 2011	José Carlos Lima	Contrato entre a UFAL e a FUNDEPES	60.000,00	Contrato nº 07/2011	01/02/11	01/08/11	Prestação de serviços administrativo-financeiros para a execução do Concurso Público Para Técnico - Administrativo em Educação da UFAL - 2011	04 Docentes e 03 Técnicos Administrativos
Curso de Atualização em Gestão do Trabalho	Maria Quitéria Pugliese de Moraes Barros	SESAU	62.934,10	Contrato 130/2011	12/07/11	12/07/13	Qualificar os trabalhadores de saúde que atuam na área de Recursos Humanos no SUS, buscando alinhar as práticas das áreas às políticas públicas de saúde induzindo as mudanças dessas práticas.	05 Docentes
Dialógi a e Humanização: Desenvolvimento de Pessoas para alteração e Cuidados básicos às populações	Jefferson de Souza Bernardes	SESAU	40.000,00	Contrato 130/2011	12/07/11	12/07/12	Desenvolver pessoas por meio de oficinas e atividades de grupo auxiliando no processo de políticas de Humanização em ações do SUS na rede de Saúde Pública de Maceió.	06 Docentes
Empoderamento dos Usuários e Trabalhadores do SUS em Alagoas para o Controle Social e o Direito à Saúde	Maria Valéria Costa Ferreira	SESAU	38.365,50	Contrato 130/2011	12/207/2011	12/06/12	Contribuir para o empoderamento dos usuários e trabalhadores da saúde com vistas à efetividade do controle social e do direito à saúde, no sistema único de saúde do estado de Alagoas	05 Docentes e 02 Discentes
Formação de Gestores de Grupos na área da Saúde	Cristina Camelo de Azevedo	SESAU	39.725,00	Contrato 130/2011	12/07/11	12/07/13	Formar Profissionais da área de Saúde que necessitam desenvolver as habilidades para trabalhar com grupos, através das práticas diálogos da reflexão do planejamento participativo do acompanhamento das atividades da avaliação de resultados e da resolução de conflitos.	7 Docentes
II Curso de Desenvolvimento Gerencial de Unidades Básicas da Saúde de Maceió - GERUS	Tereza Angelica Lopes de Assis	SESAU	67.800,00	Contrato 130/2011	12/07/11	12/06/12	Capacitar gestores públicos das Unidades Básicas de Saúde, qualificando-os para a conversão de experiências cotidianas específicas em conhecimentos técnicos para o melhor gerenciamento dos serviços de saúde ofertados à população.	1 Docente

Relatório de Gestão 2010 - 239

Capacitação Técnico-Pedagógica em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente para Profissionais das Unidades de Saúde do Município de Maceió	Suely do Nascimento Silva	SESAU	43.503,00	Contrato 130/2011	12/07/11	12/06/12	Capacitar Profissionais das Unidades de Saúde dos sete distritos sanitários do Município de Maceió em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente.	2 Docentes
--	---------------------------	-------	-----------	-------------------	----------	----------	---	------------

Fonte: FUNDEPES

ANEXOS - RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE, SEGUNDO PREVISÃO LEGAL, REGIMENTAL OU ESTATUTÁRIA, DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011)

ITEM 1: PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA OU DO AUDITOR (ITEM 1 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
AUDITORIA GERAL - AG



PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2011

A Auditoria Geral da Universidade Federal de Alagoas, responsável pelo controle interno da Instituição, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, aprecia a presente Prestação de Contas Anual, em conformidade com o disposto no Anexo I da Decisão Normativa - TCU nº 117, 19 de outubro de 2011.

Os exames, durante o exercício de 2011, foram efetuados por amostragem e conduzidos de acordo com PAINT 2011 - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, e baseado nas normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, e compreenderam:

- a) Planejamento das atividades e controles internos adotados pela UFAL, considerando a relevância, a materialidade e a criticidade das áreas a serem auditadas;
- b) Avaliação das práticas e das conformidades dos atos de gestão, bem como dos principais atos administrativos constantes nos processos internos da Entidade.

Procedemos ao acompanhamento e encaminhamento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União bem como dos relatórios de gestão da Controladoria Geral da União em Alagoas.



I - DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE

Vislumbrando controle interno como o conjunto de métodos e procedimentos adotados pela organização para assegurar a salvaguarda dos ativos, promover a eficiência e aderência aos normativos internos e externos, a Auditoria Interna atuou no sentido de assessorar a administração da Universidade Federal de Alagoas buscando identificar fragilidades propondo as melhorias necessárias para a efetividade dos controles internos da Entidade.

Neste contexto, verifica-se que a Instituição está desenvolvendo novos procedimentos e, de um modo geral, permanece se adequando às normas internas legais, demonstrando pertinência e cumprimento às boas práticas de Administração Pública.

II - DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

De extrema relevância e criticidade, os processos licitatórios foram analisados no tocante à sua formalização e adequação às normas legais.

Instaurado o Processo nº 23065.020007/2011-50, esta Auditoria Interna examinou, por amostragem, processos de licitação e dispensa de licitação e constatou a existência de algumas ressalvas, remetendo ao setor competente as constatações observadas e as recomendações pertinentes, cujo acompanhamento do cumprimento será materializado no ano de 2012.



III - DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O controle interno, durante o exercício de 2011, não realizou acompanhamento no tocante à convênios, acordos e ajustes, uma vez que tal atividade não fora contemplada no PAINT 2011.

IV - CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE

As recomendações exaradas por esta Auditoria Geral, em decorrência de suas ações e atividades, resultaram na emissão de relatórios encaminhados ao dirigente máximo, com as respectivas recomendações e providências a serem adotadas, formalizando o encaminhamento das cópias à Controladoria Geral da União em Alagoas.

Acerca do acompanhamento dos processos de nomeação e aposentadoria, tal atividade não fora realizada por esta Auditoria Interna pelo motivo da Controladoria Geral da União em Alagoas ter realizado, durante todo o ano de 2011, controle e acompanhamento da área de pessoal da Instituição.

V - CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

As solicitações emanadas da Controladoria Geral da União em Alagoas foram encaminhadas a esta Auditoria Interna para sua avaliação e cumprimento dos itens. Tais solicitações foram devidamente instruídas e enviadas àquela Controladoria, sendo



certo que para aqueles itens solicitados que não foram atendidos foram instaurados processos de acompanhamento das pendências.

Todos os relatórios produzidos pela equipe de controle interno foram encaminhados à Controladoria Geral da União para sua análise. As recomendações internas de controle constituem instrumento de assessoramento ao dirigente, visto que esta unidade de controle interno se manifesta de acordo com sua disposição na estrutura orgânica da instituição, que está colocada como órgão de assessoramento.

VI - CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Em atendimento às demandas externas oriundas do Tribunal de Contas da União, esta Auditoria Interna tem acompanhado a implantação das determinações e recomendações por meio da abertura de processos internos. No exercício de 2011, as determinações do Tribunal de Contas da União se concentraram nos atos relativos à área de pessoal e no julgamento das contas apresentadas. Esta Auditoria Geral verificou que a implementação e avaliação dos resultados alcançados estão sendo buscados e alcançados por esta Universidade.

Todas as ações relativas às decisões e demandas do órgão externo de controle do Legislativo Federal estão descritas no relatório de gestão, assim como aquelas oriundas da Controladoria Geral da União.



**VII - CUMPRIMENTO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DOS CONSELHOS FISCAIS,
CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E OUTROS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, QUANDO FOR O CASO**

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas (CONSUNI), em suas reuniões, tem deliberado, através de suas resoluções, sobre os assuntos de sua competência. No exercício de 2011 não houve nenhuma deliberação que demandasse sistemático acompanhamento por esta Auditoria Geral, no tocante ao cumprimento de solicitações e recomendações oriundos de conselhos fiscais, de classe ou de atividade fiscalizatória de atividades profissionais.


VIII - CONCLUSÃO


As peças formadoras do relatório de gestão do exercício de 2011 (Prestação de contas ordinária anual) foram encaminhadas para conhecimento e apreciação à esta Auditoria Geral, levando-se em consideração sua atribuição de controle interno na Instituição, conforme exigência legal vigente.


Após análise sobre a regularidade das peças que compõem o relatório de gestão do ano de 2011, sem adentrar na averiguação dos indicadores orçamentários face suas especificidades, o parecer desta Auditoria Geral é de que o processo de prestação de contas pode ser submetido à apreciação do órgão do Sistema Federal de Controle Interno do Poder Executivo, bem como ao Tribunal de Contas da União, cumprindo o gestor com sua obrigação de prestar contas.



Maceió/AL, 22 de março de 2012.


André Luiz Salgueiro Guedes
Auditor - SIAPE 1050817


Thyago Bezerra Sampaio
Auditor - SIAPE 1864751


Francisco Monteiro de Assis
Auditor Geral

ITEM 2: PARECER DO CONSELHO DE CURADORES SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 2 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CONSELHO DE CURADORES – CURA / UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL

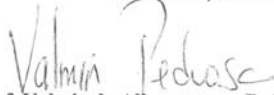
PARECER CONCLUSIVO


O CONSELHO DE CURADORES da Universidade Federal de Alagoas – CURA/UFAL, no exercício de suas atribuições previstas no Estatuto da Universidade examinou os autos do Processo nº 23065.006302/2012-84, referente à **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** desta Instituição Federal de Ensino Superior, relativo ao exercício financeiro de 2011, bem como do **RELATÓRIO DE GESTÃO - 2011**.

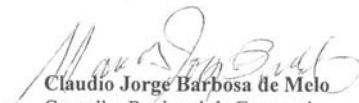
Analizados os documentos, constata-se que os mesmos foram elaborados de acordo com os princípios e normas contábeis vigentes no País.

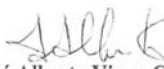
Assim sendo, **recomendamos a sua aprovação**, bem como o seu envio ao superior Conselho Universitário desta UFAL, para a homologação final da decisão.


É o nosso parecer, em 22 de março de 2012.


Prof. Valmir de Albuquerque Pedrosa
Representante Docente


Emanuel Lucas de Barros
Rep. Estudantil (DCE)


Claudio Jorge Barbosa de Melo
Conselho Regional de Economia
(CORECON/AL)


José Alberto Viana Gaia
Conselho Regional de Contabilidade
(CRC/AL)


Paulo Jorge Omena Albuquerque
Rep. Técnico-Administrativo

ITEM 3: PARECER DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 2 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores - SECS

RESOLUÇÃO Nº 13/2012-CONSUNI/UFAL, de 26 de março de 2012.

APROVA O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UFAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL, tendo em vista o que consta do Processo nº. 23065.006302/2012-84 e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão extraordinária ocorrida em 26 de março de 2012;

CONSIDERANDO as exigências dos prazos legais estabelecidos;

CONSIDERANDO o Parecer Conclusivo com a recomendação favorável do CONSELHO DE CURADORES da Universidade Federal de Alagoas – CURA/UFAL, aprovado por unanimidade, na sessão realizada no dia 22 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Processo de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL e o RELATÓRIO DE GESTÃO da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, referente ao exercício financeiro do ano de 2011.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 26 de março de 2012.


Prof. Eurico de Barros Lôbo Filho
Presidente do CONSUNI/UFAL

ITEM 4: RELATÓRIO EMITIDO PELO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO (CONFORME ITEM 6 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)

1.

Número do processo:	23065.001484/2008-11			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Número e data do Ato	Portaria 198 de 07/05/2010		Data: BP de 07/05/2010	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar atos supostamente cometidos por docente.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório		
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:	Suspensão por 30 dias			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Fonte: DAP/PROGEP

2.

Número do processo:	23065.009708/2010-57			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Número e data do Ato	Portaria 394 de 26/08/2010		Data: BP de 03/09/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de empréstimo de máquina fotográfica para aluna.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório		
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input checked="" type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Fonte: DAP/PROGEP

3.

Número do processo:	23065.018159/2009-78			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Número e data do Ato	Portaria 271 de 22/06/10		Data: BP de 25/06/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar atos supostamente cometidos por docente.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório		

				<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição		Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

4.

Número do processo:	23065.007565/2009-13					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 244 de 14/06/10			Data: BP de 18/06/10		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar conduta irregular nas atividades rotineiras do servidor.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	ADVERTÊNCIA – PORT.071 DE 28/02/2011					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

5.

Número do processo:	23065.015229/2007-74					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 245 de 14/06/10			Data: BP de 18/06/10		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Denúncia de irregularidade cometida por servidora.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

6.

Número do processo:	23065.010528/2010-18				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar

Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 259 de 14/06/10			Data: BP de 18/06/10.		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de suposto afastamento irregular de docente.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

7.

Número do processo:	23065.015605/2009-92					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 398 de 26/08/10			Data: BP de 03/09/10.		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar ocorrência de fato administrativo no Almojarifado Central.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input checked="" type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

8.

Número do processo:	23065.015978/2009-63					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 262 de 14/06/10			Data: BP de 25/06/10.		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar constatação 025 do Relatório Anual de Contas nº 224778.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

9.

Número do processo:	23065.015981/2009-87				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
					Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 285 de 07/07/10			Data: BP de 16/07/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de possíveis infrações no Relatório de Auditoria (SINFRA)				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>
					Relatório
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input checked="" type="checkbox"/>
					Arquivamento
Pena aplicada:	PROVIDENCIADA AS RECOMENDAÇÕES				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

10.

Número do processo:	23065.003487/2009-70				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
					Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 301 de 20/07/10			Data: BP de 23/07/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades nas inscrições do ENADE.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento com a Comissão			<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>
					Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

11.

Número do processo:	23065.015236/2009-38				
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
					Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 468 de 21/10/10			Data: BP de 29/10/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades ocorridas no Concurso Público de Bibliotecário.				

Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
				<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	ABERTURA DE NOVO CONCURSO PÚBLICO					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

12.

Número do processo:	23065.023862/2009-06					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 391 de 26/08/10			Data: BP de 03/09/10		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Participação de servidor como sócio-administrador em empresa privada.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	ABERTURA DE NOVA SINDICÂNCIA.			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

13.

Número do processo:	23065.024915/2009-06					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 404 de 03/09/10			Data: BP de 10/09/10		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de denúncias contra atos cometidos por docente.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em tramitação na PF/UFAL.			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

14.

Número do processo:	23065.016452/2010-34					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 426 de 27/09/10			Data: BP de 1º/10/10.		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguação de uso indevido do Laboratório de Análises Clínicas.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

15.

Número do processo:	23065.005212/2009-71					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 533 de 20/12/10			Data: BP de 30/12/10		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar atos supostamente cometidos por docente.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>				<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	DEMISSÃO (PORT. 722 DE 14.07.2011)					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

16.

Número do processo:	23065.021807/2010-15 / 23065.015979/2009-16					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 497 de 18/11/10			Data: BP de 19/11/10.		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar constatações 042 e 046 do relatório anual de contas nº 224778.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	DEVOLVIDO PELA COMISSÃO – AGUARDANDO NOVA ABERTURA DE SINDICÂNCIA.			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

17.

Número do processo:	23065.008411/2010-74 (000152/2010-33)					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 340 de 08/09/2011			Data: BP de 30/09/2011		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	ACUMULAÇÃO DE CARGOS – KELLY PATRICIA ALEXANDRE CHAGAS					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa		Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	EM ANDAMENTO COM A COMISSÃO.			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição		Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

18.

Número do processo:	23065.010801/2008-90					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria N° 139 DE 23/04/09			Data:		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar atos supostamente cometidos por servidor Augusto Suzart.					
Situação do processo:		Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	ENCAMINHADO PARA PROCESSAR A 3ª AVALIAÇÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

19.

Número do processo:	23065.011625/2011-17					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória

	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 189 de 07/06/11			Data: BP de 17/06/2011		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2010.					
Situação do processo:	X	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	X	EM ANDAMENTO COM A COMISSÃO			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

20.

Número do processo:	23065.017771/2011-48					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	X	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 338 de 05/09/2011			Data: BP de 09/09/2011		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO PROC.19615.000467/2008-15 – DIÓGENES TENÓRIO DE ALBUQUERQUE FILHO.					
Situação do processo:	X	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	X	EM ANDAMENTO COM A COMISSÃO.			X	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

21.

Número do processo:	23065.010930/2011-83					
Tipo de processo:	X	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 380 de 06/10/2011			Data: BP de 14/10/2011		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAÇÃO DE ATITUDES INTOLERANTES POR PARTE DE SERVIDOR.					
Situação do processo:	X	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	X	CONCLUÍDO PARA JULGAMENTO.			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

22.

Número do processo:	23065.009466/2011-82					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 375 de 06/10/2011				Data: BP de 14/10/2011	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAÇÃO DE FALTAS DE DOCENTE.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	EM ANDAMENTO COM A COMISSÃO			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

23.

Número do processo:	23065.023739/2010-11 (003786/2011-29)					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 374 DE 05/10/2011				Data: BP de 07/10/2011	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar POSSÍVEL ACUMULAÇÃO DE CARGOS – AGOSTINHO GONÇALVES					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	DEVOLVIDO PARA RECONDUÇÃO DA COMISSÃO.			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

24.

Número do processo:	23065.009645/2011-10					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória

	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 379 DE 06/10/2011			Data: BP de 14/10/2011		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES – NETRAN					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	EM DILIGÊNCIA			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

25.

Número do processo:	23065.021865/2010-31(003877/2011-64 - 025199/2010-18)					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 293 DE 04/08/2011			Data: BP de 01 A 05/08/2011		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES COM A TURMA MED C001 A e B.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	EM DILIGÊNCIA			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

26.

Número do processo:	23065.012415/2009-13 VOLUMES I e II					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 294 DE 17/09/2009			Data: BP de 14 A 18/09/09		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	INFRAÇÕES DO ART.138 E 139 DA LEI Nº 8.112/90 COMETIDAS POR SERVIDORA.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	SUSPENSÃO DE 15 DIAS – PORT.472 DE 03/11/2010.					

Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Fonte: DAP/PROGEP

27.

Número do processo:	23065.015978/2009-63					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
	Número e data do Ato: Portaria 561 DE 23/12/2010				Data: BP de 30/12/2010	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	AVERIGUAR CONSTATAÇÃO 025 DO RELATÓRIO ANUAL DE CONTAS Nº 224778.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	EM ANDAMENTO COM A COMISSÃO.			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

A UFAL não utiliza o sistema CGU-PAD, portanto, o formato das Quadros segue como exposto.

ITEM 5: AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS PELAS UNIDADES DE CONTROLE INTERNO DA PRÓPRIA ENTIDADE JURISDICIONADA, COM AS JUSTIFICATIVAS, SE FOR O CASO, QUANTO AO NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS, E A INDICAÇÃO DOS RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS A PARTIR DESSES TRABALHOS (ITEM 7 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117/2011)

Ao longo de todo o exercício de 2011 a unidade de auditoria interna da UFAL promoveu suas ações pautadas no PAINT do referido exercício, realizando atividades de controles de gestão administrativa, orçamentária, financeira, fiscal, contábil, patrimonial e de recursos humanos e gestão de suprimento, bens e serviços.

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN – ano 2012 foi elaborado conforme determina a Instrução Normativa nº 01, Título II, de 03 de janeiro de 2007, da Controladoria Geral da União, e tem como objetivo apresentar as atividades de Auditoria Interna, realizadas em função do Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAINT, aprovado pelo Conselho Universitário em 2011, para o exercício de 2011.

As ações apresentadas abaixo referem-se àquelas previstas no PAINT 2011 e que foram efetivamente executadas pela Auditoria Geral.

ATIVIDADES REALIZADAS – AUDITORIA GERAL
Exercício 2011

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 01/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Elaborar o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAIN), em cumprimento à legislação federal aplicada, e encaminhar à CGU, regional Alagoas, dentro do prazo determinado.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral.

Processo nº: 23065.001568/2011-50.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 02/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Analisar o processo de Prestação de Contas da Universidade Federal de Alagoas referente ao exercício de 2010 para encaminhamento aos órgãos competentes.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral.

Processo nº: 23065.002437/2011-90.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 03/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Analisar os processos de diárias e passagens.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral.

Processo nº: 23065.021866/2011-66.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 04/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Participação no Fórum Nacional das Instituições de Ensino vinculadas ao MEC – FONAI/MEC.
Local de realização dos trabalhos: Rio de Janeiro/RJ e Teresina/PI.
Processo nº: Comprovação mediante certificado expedido aos servidores que participaram do evento.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 05/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE E ACESSORAMENTO

Descrição: Atender, acompanhar e viabilizar as demandas da Controladoria Geral da União, regional Alagoas, pertinentes à Instituição, visando agilizar o atendimento das solicitações exaradas pelo referido órgão. Participar de eventuais deliberações de trabalhos específicos da CGU/AL para serem realizados na UFAL.
Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral.
Processo nº 23065.004712/2011-18 – Referente à SA nº 201108918/01 CGU/AL, em 10/03/2011 - informar a implementação das determinações do TCU em 2010. Anexo documentos que contemplam os itens solicitados pelo referido órgão.
Processo nº 23065.006134/2011-46 – Solicitação de Auditoria nº 201108918/03 04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14 e 15 CGU/AL, para UFAL e HU, em 25/03/2011. Anexo documentos que contemplam os itens solicitados pelo referido órgão.
Processo nº 23065.021767/2011-84 – acompanhamento de determinação da CGU referente à cessão de uso de salas da UFAL para FUNDEPES no edifício Walmap.
Processo nº 23065.004712/2011-18 – Referente à SA 201108918/01 CGU/AL.
Processo nº 23065.010678/2011-11 – cursos e concursos, nomeação e aposentadoria. Processo nº 23065.012949/2011-64 Cursos e concursos.
Processo nº 23065.004712/2011-18 – Referente à SA 201108918/01 CGU/AL.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 06/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE E ACESSORAMENTO

Descrição: Atender, acompanhar e viabilizar as demandas do Tribunal de Contas da União, especialmente o que consta no Acórdão nº 741/2010, itens 9.1 ao 9.16. Participar de eventuais demandas do TCU junto a UFAL na realização de auditorias especiais.
Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral.
Processo nº: 23065.005956/2011-18.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 07/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Realizar o acompanhamento dos trabalhos de oferta acadêmica, verificando a identificação do cumprimento das atividades letivas programadas na Instituição.
Local de realização dos trabalhos: Campus A.C simões, Campus Arapiraca, Campus Penedo e Campus Delmiro Gouveia.
Nº do processo: 23065.021661/2011-81.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 08/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Acompanhamento dos processos de licitação e dispensa de licitação.
Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL e SINFRA.

Processo nº: 23065.020007/2011-50.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 09/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Acompanhamento do controle da área patrimonial, identificando o funcionamento dos setores responsáveis pelo almoxarifado e conservação dos bens.

Local de realização dos trabalhos: Campus Maceió, Almoxarifado e Campus Arapiraca.

Processo nº: 23065.009164/2011-12.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 10/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: Acompanhamento do controle na área de obras realizadas na Instituição, verificando a compatibilidade dos projetos programados com o andamento das obras realizadas.

Local de realização dos trabalhos: Campus Maceió e Campus Arapiraca.

Processo nº: 23065.017672-2011-66.

Durante a execução das atividades desta Auditoria Geral no exercício de 2011, ficaram prejudicadas as ações abaixo relacionadas, conforme justificativa de cada item.

Insta necessário esclarecer que a atividade da Auditoria Geral está pautada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, cujo PAINT 2011 representa o universo global das ações realizadas por esta auditoria interna durante o exercício. Sucede que no decorrer do ano são submetidas à Auditoria Geral da UFAL demandas não contempladas e nem previstas no PAINT corrente, uma vez que se trata de solicitações oriundas dos mais diversos setores internos e órgãos externos, fazendo com que a equipe de auditoria dirija seus esforços a fim de resolver tais demandas, implicando assim num custo de tempo que conseqüentemente prejudica o andamento das atividades previstas no PAINT.

CÓDIGO DA AÇÃO GLOBAL: 11/2011 – PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO – GESTÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Descrição: avaliar o cumprimento dos indicadores de execução das metas físicas e financeiras dos programas e ações da Universidade Federal de Alagoas e Hospital Universitário.

Local de realização dos trabalhos: Campus A.C. Simões e Hospital Universitário.

Justificativa: Impossibilidade de realização da atividade pela demanda gerada pela CGU e TCU no tocante às solicitações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2011
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
PROFESSOR ALBERTO ANTUNES**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 123/2011, da DN TCU nº108/2011 e da DN TCU nº117/2011 e das orientações do órgão do controle interno.

CORPO DIRIGENTE DO HUPAA EM 31/12/2011

Maceió/AL, março de 2012.

Paulo Luiz Teixeira Cavalcante
Diretor-Geral

Fernando Antônio Melro Silva da Ressurreição
Diretor Técnico

Duílio Cleto Marsiglia
Diretor Administrativo/Financeiro

Fernando Antônio Mendonça Guimarães
Diretor de Ensino

Lindinalva Freitas da Silva
Diretora de Enfermagem

CORPO DIRIGENTE DO HUPAA ATÉ 08/09/2011

Paulo Luiz Teixeira Cavalcante
Diretor-Geral

Alberto Jorge Albuquerque Fontan
Diretor Técnico

Duílio Cleto Marsiglia
Diretor Administrativo/Financeiro

Fernando Antônio Melro Silva da Ressurreição
Diretor Técnico

Fernando Antônio Mendonça Guimarães
Diretor de Ensino

Lindinalva Freitas da Silva
Diretora de Enfermagem

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEAM – Assessoria de Enfermagem na Área de Materiais
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASCOM – Assessoria de comunicação
CDI – Coordenação de Desenvolvimento Institucional
CEAL – Companhia Energética de Alagoas
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONSUNI – Conselho Universitário
COREME – Comissão de Residência Médica
CRIE – Centro de Referência para Imunológicos Especiais
CGU – Controladoria Geral da União
DN – Decisão Normativa
DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FAEC – Fundo de Ações Estratégias e Compensação
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNS – Fundação Nacional de Saúde
FUNDEPES – Fundação Universitária e Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa
GR – Gerência de Risco
HU – Hospital Universitário
HUPAA – Hospital Universitário Professor Alberto Antunes
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA – Lei Orçamentária Anual
MPe – Média de Permanência
NEP – Núcleo de Educação Permanente
NHE – Núcleo Hospitalar de Epidemiologia
NR – Norma Regulamentadora
NTI – Núcleo de tecnologia da Informação
ONA – Organização Nacional de Acreditação
OS – Ordem de Serviço
PEE – Programa de Eficiência Energética
POA – Plano Operativo Anual
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PPRA – Plano de Prevenção de Riscos Ambientais
PPA – Plano Plurianual
PSI – Plano de Segurança da Informação
RJU – Regime Jurídico Único
SAME – Serviço de Arquivo Médico e Estatística
SCIH – Serviço de Controle de Infecção Hospitalar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento de Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoas
SMSM – Secretaria Municipal de Saúde de Maceió
SUS – Sistema Único da Saúde

TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
TOH – Taxa de Ocupação Hospitalar
UG– Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro 2	Etapas do Planejamento Estratégico (2009/2011)	16
Quadro 3	Indicadores e metas do Planejamento Estratégico	18
Quadro 4	Leitos operacionais	25
Quadro 5	Estrutura física	25
Quadro 6	Relação dos Programas e Ações do HUPAA no ano de 2011	27
Quadro 7	Identificação do Programa 0089	28
Quadro 8	Identificação do Programa 0750	28
Quadro 9	Identificação do Programa 1073	31
Quadro 10	Identificação do Programa 1067	33
Quadro 11	Identificação do Programa 1030	34
Quadro 12	Identificação do Programa 1444	35
Quadro 13	Execução física da ação 4005	36
Quadro 14	Alunado da residência médica	36
Quadro 15	Alunado da residência multiprofissional	37
Quadro 16	Execução física da ação 20AL	37
Quadro 17	Número de notificações recebidas e enviadas no ano de 2011	38
Quadro 18	Itens testados, aprovados e reprovados no ano de 2011	38
Quadro 19	Quantitativo de infecções registradas no ano de 2011	39
Quadro 20	Execução física da ação 8585	41
Quadro 21	Produção assistencial do HUPAA no ano de 2011	41
Quadro 22	Execução física das demais ações	42
Quadro 23	Identificação das unidades orçamentárias	43
Quadro 24	Programação de despesas correntes	43
Quadro 25	Programação de despesas de capital	44
Quadro 26	Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência	44
Quadro 27	Movimentação orçamentária por grupo de despesa	44
Quadro 28	Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ	45
Quadro 29	Despesas de capital por grupo e elemento de despesas dos créditos originários da UJ..	46
Quadro 30	Despesas correntes por grupo e elemento de despesas dos créditos originários da UJ...	46
Quadro 31	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	47
Quadro 32	Força de trabalho da UJ	48
Quadro 33	Situações de reduzem o força de trabalho da UJ	48
Quadro 34	Detalhamento estrutural de cargos em comissão e funções gratificadas	49
Quadro 35	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	49
Quadro 36	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	49
Quadro 37	Composição do Quadro de servidores inativos	50
Quadro 38	Composição do quadro de instituidores de pensão	50
Quadro 39	Composição do Quadro de estagiários	50
Quadro 40	Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	51
Quadro 41	Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ	52
Quadro 42 Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público	52
Quadro 43	Autorização para realização de concurso público ou de provimento adicional para substituição de terceirizados	52
Quadro 44	Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	52

Quadro 45	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	54
Quadro 46	Indicadores de recursos humanos por quadrimestre	55
Quadro 47	Indicadores de recursos humanos Absenteísmo/Rotatividade (<i>turnover</i>).....	55
Quadro 48	Transferências vigentes	57
Quadro 49	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	58
Quadro 50	Resumo dos instrumentos de transferências que vigerão 2011 e em exercícios seguintes	58
Quadro 51	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contrato de repasses	59
Quadro 52	Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	60
Quadro 53	Declaração de bens e rendas	63
Quadro 54	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	64
Quadro 55	Gestão da tecnologia da informação da UJ	67
Quadro 56	Quantitativo de servidores de TI por cargos	69
Quadro 57	Quantitativo de servidores de TI por titulação	69
Quadro 58	Despesa com cartão de crédito corporativo por UJ e por portador	71
Quadro 59	Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	71
Quadro 60	Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	72
Quadro 61	Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	73
	Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa estratégico do HUPAA	15
Figura 2	Série histórica de notificações realizadas no HU, segundo o ano de notificação.....	40
Figura 3	Principais agravos notificados no HUPAA	41

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Relatório de Gestão Consolidado	12
2. Objetivos e metas institucionais (Item 2 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	13
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	13
2.1.1 Competência Institucional	13
2.1.2. Objetivos Estratégicos	14
2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	23
2.2.1 Responsabilidade Social	25
2.3 Programas de governo sob a responsabilidade da UJ	26
2.3.1 Execução os Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade	28
2.3.1.1 Demonstrativo da execução por programa de governo	28
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	36
2.4 Desempenho orçamentário e financeiro	43
2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas	43
2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas	45
3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores (Item 4 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010)	47
4. Informações sobre recursos humanos da unidade (Item 5 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010)	48
4.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ	48
4.2 Indicadores gerenciais de recursos humanos	55
5. Transferências vigentes no exercício Item 6 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010)	57
6. Informações e registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV (Item 7 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010).....	62
7. Cumprimento das obrigações estabelecidas na lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 (Item 8 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010).....	63
8. Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de Ti e na contratação de serviços ou obras (Item 10 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010)	64
9. Gestão da tecnologia de informação UJ (Item 12 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010)	67
10. Utilização de cartões do governo federal (Item 13 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010).....	71
11. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno (Item 16 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	72
12. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão (Item 17 da parte A do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010)	76
13. Declaração do contador atestando a conformidade das informações contábeis (Item 1 da parte B do anexo II da DN TCU N° 108 de 24/11/2010)	79
ANEXO A – Termo de Compromisso	80
ANEXO B – Indicadores do HUPAA	85

INTRODUÇÃO

O Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), é um órgão de apoio acadêmico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e nesse sentido tem se consolidado como referência na prestação de serviços à sociedade alagoana, seja na disseminação e expansão do saber nas mais diversas áreas de conhecimento, ou na assistência médico-hospitalar.

Trata-se de uma instituição com 39 anos de fundação, classificada pelos Ministérios da Saúde e Educação como hospital de grande porte, com 200 leitos, dos quais 60 são de maternidade – referência em gestação de alto risco. Contratualizado com a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, com a qual pactua a oferta de seus serviços assistenciais desde 2006, seu perfil é Hospital Geral de Ensino, especializado em procedimentos de média e alta complexidade.

No sistema de referência e contra referência do Estado de Alagoas é referenciado em urgência obstétrica, atenção ambulatorial especializada e internação em média e alta complexidade. Destaca-se ainda como um importante campo de pesquisa e de estágios curriculares e extracurriculares, abrigando a realização de cursos em diversas áreas do conhecimento na graduação e pós-graduação, programas de residência médica e de residência multiprofissional. Nesse contexto, consolida-se como uma instituição de destaque no desenvolvimento da pesquisa científica, na promoção e capacitação profissional e na qualidade da assistência humanizada em saúde prestada à população do Estado de Alagoas.

Apesar da magnitude de suas ações, à semelhança da maioria dos hospitais universitários públicos no Brasil, o HUPAA vem vivenciando uma crise caracterizada por limitação orçamentária, dificuldade de financiamento, diminuição drástica do seu quadro de pessoal. Essas dificuldades vêm comprometendo seu papel no fomento ao ensino, pesquisa e assistência na área da saúde.

Desde outubro de 2004, o HUPAA participa do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como objetivo definir uma nova política para os hospitais de ensino a qual se baseia na pactuação de metas, vinculadas ao mecanismo de acompanhamento e avaliação nas atividades de assistência médico-hospitalar, gestão organizacional, prática de ensino e fomento a pesquisa.

Sob a ótica do REHUF observa-se: 1) uma mudança no perfil assistencial, que passa a realizar procedimentos de média e alta complexidade, os quais demandam além de um maior cuidado e atenção ao paciente, devido ao elevado nível de gravidade e complexidade de patologias, um número maior de profissionais especializados, maiores investimentos financeiros em equipamentos, instalações, materiais e medicamentos; e 2) a pactuação de metas de produção, de qualidade e de gestão, dando ênfase na busca da eficiência pública através da gestão por resultados.

Outro ponto a ser considerado são os custos operacionais superiores em 30% a 35% em relação às instituições hospitalares que trabalham exclusivamente com assistência. Por utilizar equipamentos de alta tecnologia e desenvolver atividades em ensino e pesquisa, o peso das despesas com os procedimentos realizados torna-se mais elevado que nas demais instituições de saúde, uma vez que a tabela de remuneração do SUS não prevê valores adicionais para os HUs, e os recursos de incentivos de apoio aos hospitais contratualizados do REHUF não cobrem os déficits financeiros existentes.

Durante toda assistência prestada aos seus pacientes, no HUPAA estão inseridas as atividades de pesquisa e ensino da prática clínica: enquanto a primeira prioriza contemplação cuidadosa e ininterrupta, a segunda é intensivamente orientada e requer decisões precisas, rápidas e por vezes urgentes. Nesse ambiente, onde assistência e ensino interagem constantemente, o tempo de permanência desses usuários nas unidades de internação é mais elevado, se comparado com os hospitais puramente assistenciais. O fator social contribui ainda para que muitos pacientes continuem internados por não terem condições de alimentação, higiene e acesso a medicamentos adequados, ampliando a média de permanência na unidade.

No Estado de Alagoas, onde 94% da população dependem exclusivamente da assistência ofertada pelo SUS, o Hospital Universitário frequentemente vê-se desenvolvendo ações que fogem

ao seu perfil de atendimento de média e alta complexidade, seja pela assistência a pacientes de baixo risco, na maternidade, ou ainda pela assistência prestada mediante especialidades de atenção básica, onde o município de Maceió através da Secretaria Municipal de Saúde é responsável em oferecer o serviço de atenção básica à população local.

Em abril de 2008 através da Portaria nº 04 de 29 de abril de 2008 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, o Hospital foi transformado em unidade gestora passando a gerir seus processos administrativos e financeiros a partir de 2009, mantendo, entretanto, sua estrutura funcional vinculada à Universidade.

Nesse contexto, o que vem ocorrendo desde então, é a insuficiência de orçamento para fazer frente às despesas de custeio para pagamento de fornecedores e prestadores de serviços, ocasionado assim um déficit de aproximadamente R\$ 1,8 milhão ao final dos exercícios. Fato este que vem comprometendo a credibilidade do hospital perante seus parceiros comerciais.

Ademais, o HU não possui recursos próprios destinados a capacitação de seus funcionários, inviabilizando o aprimoramento e novos conhecimentos nas atividades cotidianas. Em 2011, houve um gasto de cerca de R\$ 35.000,00 em capacitações, dinheiro este oriundo da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFAL, pois, como dito anteriormente, o Hospital não possui nenhum montante destinado a esse fim.

Por outro lado, a carência de pessoal é um fator que vem ocasionando prejuízos à qualidade e quantidade dos serviços prestados aos pacientes, ao ensino, à pesquisa e à extensão. A partir de agosto de 2006 o Termo de Ajuste de Conduta – TAC, celebrado com o Ministério Público em que os representantes da UFAL, Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES) e HUPAA, assumiram o compromisso de não mais contratar pessoal pela Fundação.

Mesmo com o progressivo número de aposentadorias ocorrido nos últimos anos, observa-se, a ausência de concurso público, apesar da ampliação dos serviços oferecidos pelo hospital e da mudança de perfil assistencial de baixa para média e alta complexidade. Como consequência disso, a sobrecarga de trabalho em todas as áreas, em especial de assistência e a própria faixa etária elevada de muitos servidores, têm ocasionado um crescente número de afastamentos por problemas de saúde, determinados e acompanhados inclusive pela Medicina do Trabalho e Junta Médica da Universidade.

A coexistência de diferentes vínculos empregatícios, como: a) servidores públicos federais; b) funcionários contratados via contrato com a FUNDEPES; c) servidores cedidos de outros órgãos, além dos profissionais das empresas terceirizadas. Esse quadro tem gerado alguns conflitos, tendo em vista que há profissionais de uma mesma categoria, os quais desempenham as mesmas atividades, porém, há grandes diferenças salariais entre si, em virtude do vínculo empregatício de cada um.

Nesse contexto, o HUPAA não conta com o contingente de docentes necessário para garantir a assistência prestada à comunidade, ou seja, há servidores médicos que desempenham atividades de docência a fim de manter as atividades de ensino. Sendo assim, deixam de prestar atendimento na assistência para ministrarem aulas teóricas, resultando num iminente prejuízo à quantidade dos serviços prestados aos pacientes na assistência.

Como solução para a carência de pessoal, espera-se que a implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH corrija o déficit de pessoal existente e proporcione a implementação de ações de melhoria necessárias ao hospital.

O Relatório de Gestão 2011 é apresentado à comunidade acadêmica, à comunidade em geral, e, especialmente aos órgãos de responsabilidade fiscal e órgãos de saúde. No presente documento, são analisados os aspectos mais relevantes da gestão de assistência e administrativa do HUPAA, durante o exercício de 2011, visando, sempre que possível, analisar o comportamento evolutivo das variáveis consideradas estratégicas no desempenho de suas atividades. Nesse sentido, foram mantidos os indicadores institucionais e suas fórmulas, em suas correspondentes áreas de abrangência, com objetivo de manter suas sistemáticas de acompanhamento e avaliação.

A elaboração deste relatório está em conformidade com as orientações da Controladoria-Geral da União (CGU), através da Decisão Normativa TCU nº 108/2010; Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Portaria TCU nº 123/2011; Resolução TCU nº 234/2010. Este Relatório de Gestão segue a Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que orienta sobre a elaboração dos conteúdos, estruturando o mesmo em duas partes: **Parte A – Conteúdo Geral**; **Parte B – Informações Contábeis da Gestão da UJ**.

No **item 1** desse relatório foi feita a identificação do HUPAA como unidade consolidada. No **item 2** serão abordadas as responsabilidades institucionais, ressaltando o papel do HUPAA; as estratégias de atuação do Hospital na condução do processo de planejamento; a gestão de programas e ações e o desempenho orçamentário e financeiro. O **item 3** traz informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. No **item 4** serão apresentadas informações sobre recursos humanos da UJ. No **item 5** são apresentadas informações sobre as transferências vigentes no exercício. No **item 6** é apresentada uma declaração da área responsável, atestando que as informações requeridas estão disponíveis e atualizadas nos sistemas informatizados SIASG e SICONV. No **item 7** é apresentada informação sobre o cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas. Já no **item 8** são abordadas informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais e na contratação de serviços ou obras. No **item 9** são apresentadas informações sobre a gestão de tecnologia da informação da UJ. Já no **item 10** são apresentadas informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal. O **item 11** apresenta informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo Controle Interno. O **item 12** apresenta outras informações consideradas relevantes pela UJ para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício. No **item 13** é apresentada uma Declaração do Contador responsável pela UJ atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade.

Na parte A do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 há alguns itens que não tiveram ocorrências no período e/ou que não se aplicam à natureza da UJ, tais como: o item 3 que trata de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; item 9 que trata da estrutura de controles internos da UJ, conforme foi apresentado na página 65 do relatório 201108934 da CGU/AL; item 11 que trata da gestão de bens imóveis de uso especial, uma vez que esta UJ não possui nenhum bem imóvel sob sua responsabilidade; item 14 que trata de renúncias tributárias; e o item 15 que trata das providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU. Ainda na parte A, no item 2.3, no quadro A.2.1(demonstrativo da execução por programa de governo) há alguns campos que não foram preenchidos, em virtude do HUPAA não ter acesso ao SIGPLAN, ou seja, os programas não foram registrados nesse Sistema, entretanto, esta UJ fez o registro das informações mínimas requeridas, conforme está descrito na página 26 da DN 108/2010.

Na parte B do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constam os itens 2, 3 e 4 da parte B do anexo II da DN TCU nº 108/2010 que não são aplicáveis à natureza jurídica da UJ, bem como a parte C do mesmo anexo.

Por meio deste instrumento de avaliação é possível apresentar o desempenho organizacional do HUPAA. Além disso, este relatório permitirá ao hospital (re)definir suas diretrizes de tomadas de decisão, com o foco permanente em alcançar a eficiência administrativa e excelência acadêmica.

Espera-se que este relatório permita traduzir ao TCU e à sociedade em geral, os esforços que o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes vem fazendo no sentido de se transformar em uma referência regional e nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como hospital de excelência em formação prática profissional, em assistência de média e alta complexidade e na produção de conhecimento.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N,108, DE 24/11/2010.

Quadro 1 - Identificação da UJ (Relatório de Gestão Consolidado)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação da República Federativa do Brasil			Código SIORG: 00244
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Universidade Federal de Alagoas			
Denominação abreviada: UFAL			
Código SIORG: 00420	Código LOA: 26231	Código SIAFI: 153037	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia sob Regime Especial do Poder Executivo			
Principal Atividade: Educação Superior			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(082) 3214-1002	(082) 3214-1004	(082) 3214-1700
E-mail: gr@reitoria.ufal.br			
Página na Internet: http://www.ufal.edu.br			
Endereço Postal: Av. Lourival de Melo Mota, S/N - Campus A. C. Simões - Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970, Maceió/Alagoas			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes		Ativa	10173
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Normas de criação e alteração da UJ: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)			
- Lei Federal nº 3.867 que criou a Universidade Federal de Alagoas, em 25 de Janeiro de 1961.			
- Estatuto aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29 de Dezembro de 2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Portaria nº4 de 29 de abril de 2008 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento transformando-a em Unidade Gestora.			
- Decreto nº 7082 de 27 de janeiro de 2010 que institui o Programa Nacional de Reestruturação Dos Hospitais Universitários Federais – REHUF.			
- Portaria Interministerial de nº 2278 MEC e MS, de 26/09/2011 que certifica o HUPAA como hospital de ensino.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Diário Oficial nº 3.361. Súmula do Convênio Nº40/2009 – GP; Convênio Nº. 003/2009 – SMS (Plano Operativo Anual).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
150229	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA)		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
153037	Universidade Federal de Alagoas		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
150229		153037	

Fonte: UFAL

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS (PARTE A, ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010)

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência Institucional

O Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA) é um órgão de apoio acadêmico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e desenvolve ações abrangendo as áreas de ensino, pesquisa e assistência.

Por ser um hospital-escola, tem como atividade primordial a formação e capacitação de recursos humanos aliada a uma assistência integral em saúde, fatores que vem contribuindo para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Alagoas.

Trata-se do único hospital de ensino público federal em Alagoas, reconhecido pelos diversos segmentos da sociedade como uma instituição de referência não somente por sua área física e corpo clínico, mas também pelo alto nível de formação profissional e pela vasta gama de ações realizada em pesquisa e extensão.

Conforme art. 6º do Regimento Interno do Hospital Universitário, datado de 1978, o hospital tem como finalidades:

- I – servir de campo de ensino, pesquisa e extensão na área da saúde e afins;
- II – prestar assistência médica, odontológica e de enfermagem nas suas diversas modalidades.

Na tentativa de atualizar tal instrumento normativo, desde o ano de 2008 foi submetido ao Conselho Universitário (CONSUNI), órgão de deliberação superior da UFAL, um projeto de Regimento Interno, contendo mudanças ao projeto original, contudo, a minuta encontra-se em discussão nesta instância. Neste projeto, foi pontuado como finalidade do hospital *oferecer campo complementar para o ensino, a pesquisa e a extensão na área de saúde, além de operar como hospital de referência do Sistema Único de Saúde.*

Tendo como objetivos, segundo seu art.4º.:

I. Na qualidade de campo de ensino, pesquisa e extensão:

- a) oferecer campo para o ensino de graduação na área da saúde e outras do conhecimento;
- b) assegurar que as práticas de ensino, pesquisa e extensão sejam também campos da assistência prestada à população em co-responsabilidade entre as suas unidades funcionais e estruturas docentes;
- c) oferecer campo para programas de pós-graduação destinados a profissionais de saúde e outras do conhecimento;
- d) favorecer e incentivar o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica no campo das ciências da saúde, respeitadas as limitações éticas e financeiras;
- e) constituir equipes de saúde de acordo com as normas éticas e legais do exercício profissional;
- f) oferecer campo para o treinamento em administração hospitalar e de serviços de saúde;
- g) favorecer o intercâmbio com outras unidades acadêmicas nas áreas tecnológicas e das ciências humanas;
- h) buscar e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, nos âmbitos da educação e da saúde.

II. Na qualidade de hospital de referência na assistência secundária e terciária, sob responsabilidade de sua estrutura diretiva:

- a) cumprir e fazer cumprir as leis vigentes que regem e regulamentam as políticas de saúde para os hospitais de ensino;
- b) garantir a integralidade do cuidado através de práticas interdisciplinares e multiprofissionais, bem como pelo funcionamento harmônico e sinérgico das diversas unidades funcionais;
- c) manter-se integrado ao Sistema Único de Saúde, no âmbito loco-regional e de acordo com as políticas estratégicas definidas em nível nacional;
- d) garantir equilíbrio entre qualidade e custo através da implementação de ações gerenciais e assistenciais;
- e) participar no desenvolvimento, implantação e implementação de novas tecnologias aplicadas à área da saúde;
- f) oferecer-se como campo de validação de novas tecnologias a serem aplicadas ao Sistema Único de Saúde; e
- g) prestar serviços de saúde, qualificação profissional e de educação permanente à sociedade, respeitando a legislação vigente e a contratualização com os gestores do SUS, em conformidade com a UFAL.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Com a intenção em modernizar sua administração a partir da escolha da metodologia do planejamento estratégico como instrumento de apoio e melhoria à gestão organizacional, em 2009 o hospital contratou uma empresa de consultoria para auxiliar a traçar e a acompanhar o planejamento. Desde então, o hospital necessitou rever sua missão, visão, e definir objetivos estratégicos e indicadores de desempenho, válidos para o período de 2009-2011.

Para a elaboração do Planejamento Estratégico do HUPAA, foi utilizada metodologia baseada no *BSC - Balance Scorecard* e será aplicado o ciclo do *PDCA – Plan, Do, Check e Act*. No primeiro momento buscou-se a: definição da identidade organizacional (negócio, missão, visão, crenças e valores); análise de ambiente interno e externo, matriz FOFA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças); definição dos objetivos estratégicos; e a elaboração do Mapa Estratégico.

No ano 2011 foram elaborados planos de ação e projetos de melhorias, assim como mapeados principais fluxos de processos e diagnosticado situação do hospital ante a adoção da Certificação da Acreditação Hospitalar. Ainda em 2011, foi adotado o modelo integrado de informação “Gestão à Vista” para acompanhamento dos indicadores de desempenho e implantado a Sistemática de Acompanhamento de Resultados, que consiste na realização de reuniões mensais entre os coordenadores, equipe e direção para prestação de contas do cumprimento das metas estabelecidas.

O hospital tem como **missão**: *“Proporcionar formação profissional prática, produzir conhecimento e prestar assistência em saúde à comunidade com ênfase em excelência, humanização e compromisso social.”* É considerado um hospital de grande porte¹ e tem como **visão**: *“Ser até 2014 um hospital de excelência em formação prática profissional, em assistência de média e alta complexidade e na produção de conhecimento.”*

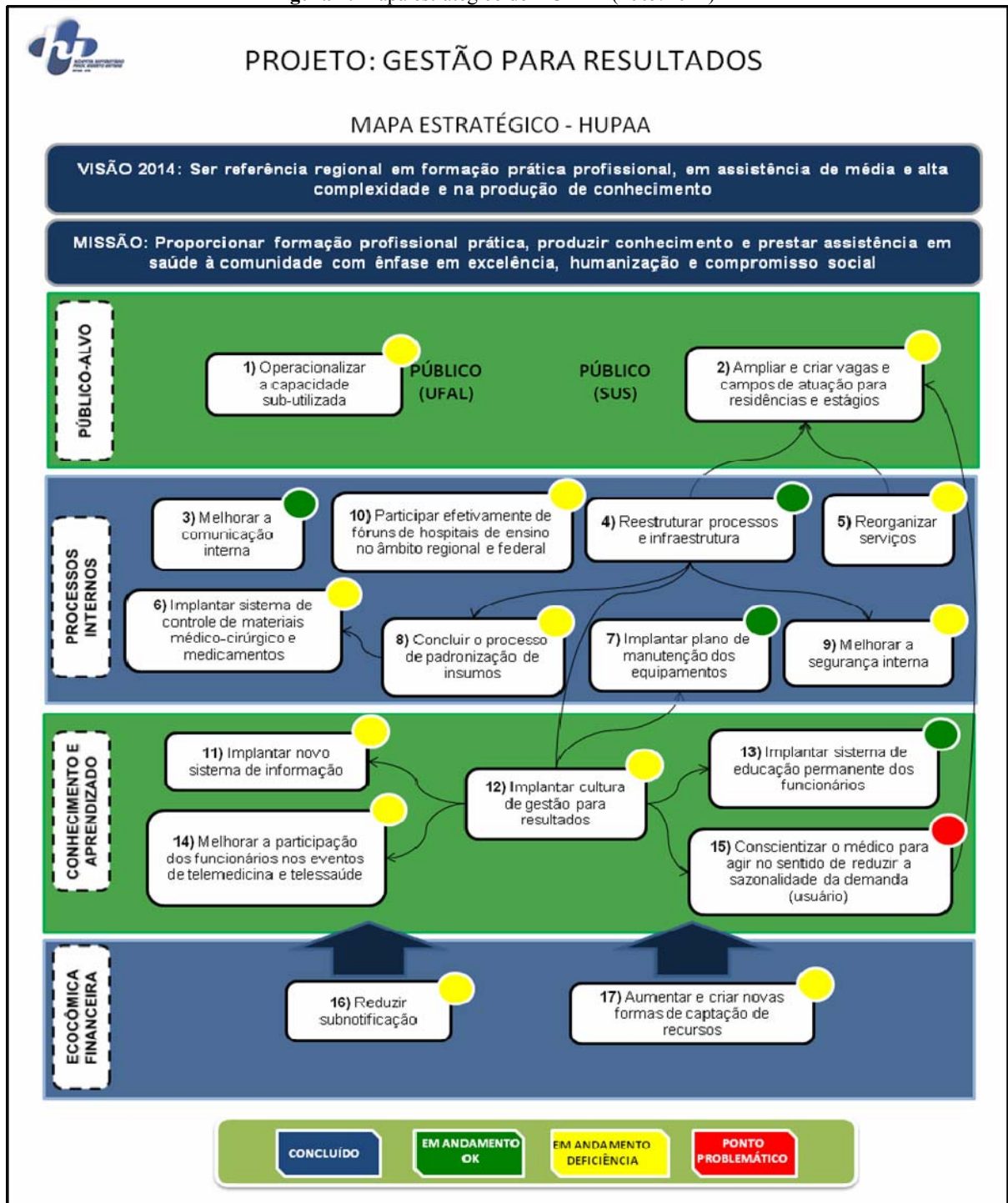
Os objetivos estratégicos e suas interrelações são apresentados no Mapa Estratégico a seguir, entretanto, apesar dos objetivos terem sido definidos com a participação do grupo tático e estratégico do hospital, o mesmo tem encontrado muita resistência das pessoas pela mudança de cultura exigida, dificultando sua implantação.

Dos 17 objetivos estratégicos traçados, apenas um apresenta-se como ponto problemático, os demais objetivos encontram-se em andamento ou andamento com deficiência, sendo monitorados através da sistemática de acompanhamento. Todas as ações identificadas como deficientes passam por um processo de revisão, para que sejam encontradas soluções para os gargalos que atrapalham o

¹ Os HUs classificam-se de acordo com o porte: pequeno porte: até 50 leitos; médio porte: 51 à 150 leitos; grande porte: 151 à 500 leitos e de porte extra: acima de 500 leitos.

andamento das atividades. Segue descrição dos objetivos estratégicos estruturados no mapa estratégico do hospital.

Figura 1: Mapa estratégico do HUPAA (2009/2011)



Fonte: Cymo Consultoria

Com a adoção desta metodologia estabeleceu-se um processo dinâmico de alta responsabilização, com descentralização e desconcentração das estruturas decisórias, que propiciem um desenvolvimento institucional capaz de responder ao processo de contratualização.

Para deixar o hospital preparado a seguir seus rumos, independente de quem esteja à frente da direção, implantou-se o Projeto Gestão para Resultados, novo modelo de gestão focado em gerar resultados efetivos nos níveis estratégico, tático e operacional, além de buscar o aproveitamento racional dos recursos financeiros, estruturais e humanos.

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade

A adoção do planejamento estratégico pelo hospital universitário como ferramenta de gestão permitiu a inicialização de uma nova metodologia de trabalho, com a definição de indicadores e sistemática de acompanhamento, além da aplicação de um novo modelo de gestão, o “Gestão à Vista”, com painéis de acompanhamento espalhados pelo hospital demonstrando o desempenho dos indicadores de cada área, dando publicidade às ações e indicadores do hospital buscando o alcance da transparência.

Os trabalhos do Planejamento Estratégico no hospital foram organizados em cinco etapas, quais sejam: a **Formulação Estratégica** com o diagnóstico das áreas, formulação do planejamento estratégico e o desdobramento das metas; o **Planejamento Estratégico** propriamente dito, com a escolha das metas mais impactantes, análises de fenômenos e causas, elaboração dos planos de ação e implementação de Gestão a Vista e da Sistemática de Avaliação; a terceira etapa seria a **Estruturação dos Processos das Áreas** com a elaboração do macro fluxo, definição dos insumos e produtos de cada setor, elaboração do mapeamento funcional, definição de itens de controle e mapeamento dos processos críticos; a **Avaliação Crítica do Projeto** para só então partir para a quinta e última etapa, a **Padronização dos Processos**, com a identificação das tarefas críticas, a definição dos modelos padrões tendo por base a sistemática de padronização da Organização Nacional de Acreditação (ONA), iniciando a implementação do tratamento de anomalias, conforme figura a seguir:

Quadro 2: Etapas do Planejamento Estratégico (2009/2011)

ETAPA	ATIVIDADE		STATUS
1- Formulação Estratégica	1.1	Diagnosticar as áreas do HUPAA	100%
	1.2	Formular o Planejamento Estratégico	100%
	1.3	Desdobrar Metas	100%
2- Planejamento Estratégico	2.1	Eleger metas impactantes	100%
	2.2	Realizar as análises de fenômenos e de causas	100%
	2.3	Elaborar os Planos de Ação	100%
	2.4	Implementar Gestão a Vista e Sistemática de Avaliação	100%
3- Estruturação dos Processos e das Áreas	3.1	Elaborar macro fluxo	100%
	3.2	Definir insumos e produtos de cada setor	91,7%
	3.3	Elaborar mapeamento funcional	83,3%
	3.4	Definir / revisar itens de controle	Não iniciado
	3.5	Realizar o mapeamento dos processos críticos	Em

			andamento
4 – Avaliação Crítica do Projeto		Realizar avaliação crítica do projeto	Concluído
5- Padronização dos Processos	5.1	Identificar tarefas críticas	Em andamento
	5.2	Definir modelos de padrões	Concluído
	5.3	Estruturar o sistema de padronização com base na ONA	Concluído
	5.4	Descrever / revisar os padrões técnicos, gerenciais e operacionais	Não iniciado
	5.5	Iniciar a implementação do tratamento de anomalias	Não iniciado

Fonte: Cymo Consultoria

Analisando cada etapa, pode-se afirmar que houve maiores dificuldades na operacionalização das últimas duas etapas, mais especificamente na definição de itens de controle, já que o desenvolvimento dos planos de ação encontrou barreiras e se estendeu mais que o planejado e na descrição dos padrões técnicos, gerenciais e operacionais, o que leva a uma nova estruturação para o término do projeto.

Segue relação e andamento dos Objetivos Estratégicos e seus indicadores ou projetos desenvolvidos.

Quadro 3: Indicadores e metas do Planejamento Estratégico (2009/2011)

Nº	OBJETIVO ESTRATÉGICO	ÁREA	INDICADOR PROJETO	FÓRMULA DE CÁLCULO	META	DESCRIÇÃO INDICADOR/ PROJETO	PLANOS DE AÇÃO/ PROJETO
1	Operacionalizar capacidade subutilizada	DIREÇÃO TÉCNICA	Taxa de ocupação de leitos	$(N^{\circ} \text{ paciente - dia num período} / N^{\circ} \text{ de leito - dia no mesmo período}) \times 100$	75%	Este índice é um índice de controle hospitalar, que mede a taxa de ocupação de um hospital, estabelecido pelo Ministério da Saúde. Taxa de Ocupação Hospitalar (TOH) – é a relação percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia, num determinado período.	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de ocupação de leitos na Clínica Obstétrica Taxa de ocupação de leitos na Clínica Médica Taxa de ocupação de leitos na Clínica Cirúrgica Taxa de ocupação de leitos na Clínica Pediátrica Taxa de ocupação de leitos na UTI GERAL Taxa de ocupação de leitos na UTI NEO Natal Taxa de ocupação de leitos na UCI NEO Natal Taxa de ocupação de leitos na Clínica Neurocirúrgica
			Média de permanência	$(N^{\circ} \text{ paciente - dia durante um período} / N^{\circ} \text{ de pacientes saídos no mesmo período}) \times 100$	4 DIAS	Este índice é um índice de controle hospitalar, que mede a "rotatividade", em termos de permanência de um hospital, estabelecido pelo Ministério da Saúde. Média de Permanência (Mpe) – é a relação numérica entre o total de pacientes-dia, num determinado período, e o total de doentes saídos no mesmo período.	<ul style="list-style-type: none"> Média de permanência de leitos na Clínica Obstétrica Média de permanência de leitos na Clínica Médica Média de permanência de leitos na Clínica Cirúrgica Média de permanência de leitos na Clínica Pediátrica Média de permanência de leitos na UTI GERAL Média de permanência de leitos na UTI NEO Natal Média de permanência de leitos na UCI NEO Natal Média de permanência de leitos na Clínica Neurocirúrgica

2	Ampliar e criar vagas e campos de atuação para residências e estágios	DIREÇÃO DE ENSINO	Projeto de residência médica	PROJETO	-	-	Projeto de residência médica
			Residência multiprofissional	PROJETO	-	-	Projeto de Residência multiprofissional
3	Melhorar a comunicação interna	ASCOM	Índice de satisfação dos colaboradores com a comunicação	(Nº de conceitos Ótimos/Nº Total de respostas) X 100	80%	O índice vai expressar a "satisfação" dos colaboradores, através de uma pesquisa (a ser criada) de avaliação da comunicação interna, vertical e horizontal.	Aumentar a satisfação dos colaboradores
			Índice de acesso dos colaboradores ao meio de comunicação	(Número sugestões/ Número de colaboradores) X 1	80%	O índice busca visualizar, a interação dos colaboradores com o setor de Comunicações, medido através das sugestões de melhoria.	Aumentar o acesso dos colaboradores aos meios de comunicação
			Projeto recado dado	PROJETO	-	O novo Projeto visa proporcionar a comunicação direta entre colaboradores e os gestores.	Projeto recado dado
4	Reestruturar processos e infraestrutura	CDI	Colocar o "plano diretor do HUPAA" em execução	PROJETO	-	A implantação deste projeto busca o atendimento das necessidades de reforma, adequação e ampliação da estrutura física, das redes hidráulica, elétrica e lógica. Além da atualização do parque tecnológico.	Acompanhamento do Projeto
		DIREÇÃO GERAL	Reestruturar processos prioritários	PROJETO	-	Segunda fase do projeto "Gestão para resultados"	
5	Implantar sistema de controle de material médico-cirúrgico e medicamentos	FARMÁCIA	Projeto de reestruturação da farmácia	PROJETO	-	Reestruturar o Setor de Farmácia, para ter o mínimo de funcionamento que atenda as Leis vigentes.	Projeto de reestruturação da farmácia
6	Implantar plano de manutenção de equipamentos	SERVIÇOS GERAIS	Paradas de equipamentos causadas por falhas não previstas	PNP = Horas paradas por falhas não previstas de equipamentos / Total de horas paradas		Este é um indicador da eficácia do acompanhamento preditivo e do acerto do plano de manutenção preventiva da empresa. Quanto maior o seu valor, menor o acerto, ou seja, maior o número de horas paradas por falhas não previstas.	

			Cumprimento dos planos de manutenção preventiva	MP= Tarefas realizadas no programa de manutenção preventiva / Tarefas programadas no programa de manutenção preventiva		O valor desejável é 100%. Valores menores permitirão analisar as causas do não cumprimento que passa entre outras coisas pela falta de comprometimento com o plano da própria manutenção; não liberação pela produção; excesso de manutenção corretiva absorvendo a mão de obra disponível, etc.	
			Índice de OS fechadas (backlog)	(Nº de OS abertas / Nº de OS fechadas) x 100	90%	Este índice existe para mostrar a quantidade OS fechadas em relação as OS abertas.	Aumentar o índice de OS fechadas
			Tempo médio de atendimento	(Hora inicial do atendimento - Hora final do atendimento)	1 HORA	Este índice existe para medir o tempo de atendimento para ordem de serviços sem contrato de manutenção	Diminuir o tempo médio de atendimento
7	Melhorar segurança interna	SERVIÇOS GERAIS	Índice de ocorrências gerais	Nº de ocorrências gerais	50%	O índice busca visualizar o número de ocorrências de rotina, como esquecimento de portas de salas dentro do hospital abertas e janelas de carro abertas, etc.	Diminuir o número de ocorrências gerais
8	Implantar novo sistema de informação	DIREÇÃO ADM	Projeto para adquirir um sistema	PROJETO	-	Este projeto visa implantar o sistema de informação no HUPAA a fim de integrar todos os setores do hospital.	Definir os requisitos técnicos do sistema Elaborar edital e termo de referência Realizar o processo licitatório Implantação do sistema de informação
9	Implantar cultura de gestão para resultado	DIREÇÃO ADM	Contratar empresa para implantação de um sistema de gestão para resultados	PROJETO	-	-	Projeto: Gestão para resultados - CYMO

10	Implantar sistema de educação permanente aos funcionários do hupaa	DIREÇÃO GERAL	Projeto de educação permanente	PROJETO	-	O projeto busca soluções a partir dos problemas enfrentados no cotidiano do trabalho, considerando as experiências e as vivências de cada um, e, com isso, promover transformações na prática profissional, na própria organização do trabalho e nas práticas de ensino.	Implantar projetos de educação permanente
11	Melhorar a participação dos funcionários nos eventos de telemedicina e telessaúde	DIREÇÃO DE ENSINO	Índice de participação dos funcionários nos eventos da telemedicina e telessaúde	(Nº de participantes / Nº de vagas disponibilizadas) x 100	75%	O índice visa medir o grau de participação (interesse) dos colaboradores na quantidade de eventos disponibilizados.	Aumentar a frequência dos participantes nos eventos de telemedicina e telessaúde
12	Reduzir subnotificação	MÉDICA	Índice de subnotificação de procedimentos realizados no ambulatório	(Nº de consultas / Nº de consultas não registradas) x 100	50%	O indicador visa medir os procedimentos realizados e não registrados e aos procedimentos que não faturados em tempo.	Reduzir subnotificações de procedimentos realizados nas clínicas dos ambulatórios
			Perdas por procedimentos na clínica cirúrgica - por falta de apresentação	Somatório de todos os procedimentos "perdidos"	80%		Diminuir as perdas na Clínica Cirúrgica
			Perdas por procedimentos na clínica obstétrica - por falta de apresentação	Somatório de todos os procedimentos "perdidos"	50%		Diminuir as perdas na Clínica Obstétrica
			Perdas por procedimentos na clínica médica - por falta de apresentação	Somatório de todos os procedimentos "perdidos"	50%		Diminuir as perdas na Clínica Médica

			Perdas por procedimentos na clinica pediátrica - por falta de apresentação	Somatório de todos os procedimentos "perdidos"	50%		Diminuir as perdas na Clinica Pediátrica
			Perdas por procedimentos na clinica neurocirúrgica - por falta de apresentação	Somatório de todos os procedimentos "perdidos"	50%		Diminuir as perdas na Clinica Neurocirúrgica
13	Aumentar e criar novas formas de captação de recursos	DIREÇÃO GERAL	Projeto	-	-	Projeto "Adote o HUPAA"	
14	Trabalhos fora de escopo	RH	-	-	-	-	Implantar avaliação de desempenho nas áreas de farmácia, patologia e CDI
		RH	-	-	-	-	Implantar oficinas de treinamento
		RH	-	-	-	-	Projeto Integração de servidores
		CIG	-	-	-	-	Rever plano operativo (metas contratualizadas)
		Farmácia	-	-	-	-	Montar comissão de farmácia e terapêutica
		DIREÇÃO ADM	-	-	-	-	Implantar sistema de coleta de dados para os indicadores de taxa de ocupação e média de permanência

Fonte: Cymo Consultoria

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Na área de ensino, o hospital apresentou grandes avanços como o grande aumento da produção técnico-científica, ampliação do número de pesquisas realizadas, aprovação de mais duas bolsas de residência multiprofissional em educação física; a reforma e modernização das salas de aulas com ampliação de 6 para 11 salas. Passaram em 2011, em suas dependências, mais de 800 alunos dos cursos de graduação, 216 docentes da universidade e com produção aproximada de 100 pesquisas científicas. Em pós-graduação, o hospital mantém um programa de residência médica, que no ano de 2011, totalizou 56 residentes, em 11 especialidades médicas e outro de residência multiprofissional, o qual abrigou 14 residentes, em 7 especialidades neste mesmo ano.

Ainda em 2011, foi realizada a inauguração do Memorial do HUPAA, onde a sociedade alagoana pode contar com um espaço educativo e moderno para resgatar a história da medicina e deste hospital; a reforma do Auditório do hospital, que agora conta com sistema de iluminação, som e imagem modernos, como banheiros reformados e adaptados para os indivíduos com deficiência física; o funcionamento efetivo da Telemedicina e Telessaúde; e finalmente, a conquista da Certificação como Hospital de Ensino Federal, certificação esta conquistada após alcance de requisitos exigidos pelos Ministérios da Educação e da Saúde, fruto do desenvolvimento de diversas ações entre a gestão, corpo técnico e academia, na busca pela excelência do ensino.

Em 2011 se concluiu a **urbanização da Manutenção**, e a reconstrução do **Sistema de Drenagem de Águas Pluviais**, com a substituição das caixas e tubulações de água pluvial do antigo sistema, construído há 32 anos e que foi danificado pelas raízes das árvores no lado esquerdo do hospital. A obra evitará alagamentos em corredores e jardins internos do hospital.

O hospital passou a funcionar de forma efetiva como unidade gestora, conforme portaria MEC 004 de abril de 2008, no ano de 2010. A partir de então, ganhou características de unidade gestora (UG) e unidade orçamentária (UO), o que lhe dá maior mobilidade administrativa, e permite dar maior transparência para a execução orçamentária, financeira e patrimonial. Por outro lado, o HUPAA permanece como órgão de apoio da Universidade Federal de Alagoas, respondendo ao MEC e ao Ministério da Saúde concomitantemente.

Tendo em vista que sua produção assistencial é financiada exclusivamente pelo SUS, via Ministério da Saúde, e o Ministério da Educação mantém o corpo funcional, em sua maior parte, além de propiciar investimentos e manutenção do hospital.

A Secretaria Municipal de Saúde – SMS do Município de Maceió é o órgão responsável pela formulação da Política Municipal de Saúde e consequente provisão dos recursos, ações e serviços de saúde do SUS, representado o Ministério da Saúde nas negociações referentes ao processo de Contratualização com o HUPAA.

O processo de Contratualização SMS e HUPAA se baseia na pactuação de ações, serviços e orçamento com base nos instrumentos: 1) Plano Operativo Anual – POA, que contempla as metas de produção assistencial, as atividades de ensino, assim estabelece parâmetros para avaliação de desempenho institucional; e 2) Convênio, documento que contém as prerrogativas contratuais legais.

Durante o ano de 2011 foi realizado estudo de redimensionamento da capacidade produtiva, com base nas metas de produção estabelecidas pelas chefias das áreas assistenciais, como base para repactuação do Convênio e POA com a SMS. Em paralelo, foram elaborados projetos para financiamento de reforma e adequação estrutural para modernização e abertura de serviços.

Na área da assistência, muito foi investido na modernização da estrutura física, ampliando as opções de serviços ofertados, como também reformando e adequando as unidades de atendimento. Foi ampliado o **Centro de Referência para Imunológicos Especiais – CRIE** que agora permanecerá em definitivo no hospital; o hospital voltou a oferecer a **Braquiterapia** no tratamento de pacientes oncológicos – com a chegada da fonte de radiação importada da Holanda; o **laboratório de Função Pulmonar** ampliou a oferta do exame de espirometria; a **Nefrologia** ampliou a oferta de tratamento de pacientes por hemodiálise; o **Serviço de Hematologia** mudou-se para o Ambulatório II o novo espaço tem dois consultórios e uma secretaria, os pacientes serão

acomodados numa sala de espera climatizada, enquanto aguardam a consulta; foi implantado o **1º Ambulatório de Parkinson** na rede pública de Alagoas; o hospital será referência no Estado para tratar pacientes com **DPOC** (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica) em todo o Estado. O hospital conseguiu destaque neste ano ainda instituindo projeto pioneiro para reduzir desnutrição em pacientes – o Sistema de Informação Nutricional, e participa de pesquisa inédita para tratar câncer de pele por Terapia Fotodinâmica.

O investimento na profissionalização da gestão e adoção de um modelo de gestão da qualidade. Neste sentido, no ano de 2011 iniciou-se a implantação do *software* de gestão cuja proposta, além de estruturar as informações, garantindo confiabilidade e segurança, permite o acesso *online* dos dados e informações dos diversos setores e serviços do hospital, assim como fornece parâmetros para tomada de decisões gerenciais e de negociações externas.

Como perspectiva futura, este sistema possibilitará a implantação do prontuário eletrônico, permitindo um salto de qualidade em tecnologia da informação.

Apesar da importância de suas ações, à semelhança da maioria dos hospitais universitários públicos no Brasil, o HUPAA vem vivenciando uma crise caracterizada por **limitação orçamentária, dificuldade de financiamento e histórico de diminuição progressiva do quadro de pessoal**.

Essas dificuldades vêm comprometendo o papel desse hospital no fomento ao ensino, pesquisa e assistência na área da saúde.

A **carência de pessoal** é um problema crucial no HUPAA e vem se agravando nos últimos anos em função da seguinte conjuntura:

- A não oferta de vagas via concurso público para repor as carências resultantes dos processos de aposentadorias, licenças médicas por longos períodos, licenças sem vencimento, limitação de função por problemas de saúde, pedidos de demissão em razão dos baixos salários, entre outros;
- Aumento do número de alunos dos cursos de graduação da área de saúde, como consequência do aumento de vagas oferecidas pela UFAL;
- Ampliação da oferta dos cursos de pós-graduação no Hospital;
- Ampliação das atividades de pesquisa e estágio;
- Mudança no perfil assistencial do Hospital, cujas ações passaram a ser voltadas a média e alta complexidade, demandando a oferta de novos serviços e especialidades, entre outros.

Ao final de 2011 houve a aposentadoria de 20 servidores, dos quais 30% são da categoria médica, categoria essa que já registra enorme carência, dificultando assim, atingir diversos objetivos estratégicos.

Ao longo dos anos, o HUPAA vem aumentando a sua oferta de serviços e o quadro de pessoal não está crescendo de forma igualitária. Atualmente existem setores com dificuldades de funcionamento, correndo o risco de reduzirem ou suspenderem suas atividades, pois não contam com o contingente necessário de pessoas para garantir a assistência prestada à comunidade, e às atividades de ensino.

Entretanto, o hospital, em detrimento das dificuldades apresentadas, tem buscado parcerias nos mais diversos níveis, junto aos Ministérios da Saúde e Educação e as Secretarias de Saúde, em nível estadual e municipal, apresentado projetos e angariado recursos para melhoria, ampliação e abertura de novos serviços.

Em 2011, houve a ampliação de leitos que passou de 181 para 200. Como forma de apresentar e esclarecer quanto à estrutura assistencial disponibilizada pelo hospital e o investimento na ampliação e melhoria dos serviços ofertados, conforme o quadro de distribuição de leitos operacionais do hospital a seguir:

Quadro 4 – Leitos Operacionais

Leitos Operacionais	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Clínica Cirúrgica	33	33	33	33	33	33	33	41
Clínica Médica	27	27	27	27	27	24	24	33
UTI Adulto	6	6	6	6	6	6	6	10
UTI Neonatal	10	10	10	10	10	10	10	10
Unidade Intermediária Neonatal	12	12	12	12	12	12	19	19
Obstétrico Cirúrgico	18	18	18	18	18	18	18	30
Obstétrico Clínico	42	42	42	42	42	42	42	30
Hospital-Dia	8	8	8	8	8	8	8	6
Pediátrico	22	22	22	22	22	21	21	21
TOTAL	178	178	178	178	178	174	181	200

Fonte: SIMEC, 2011

A seguir, apresenta-se o quadro da estrutura assistencial de 2004 a 2011, onde destaca-se forte investimento na ampliação do atendimento com a abertura de leitos e serviços.

Quadro 5 – Estrutura Física (SUS)

Estrutura Física (SUS)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Salas de Cirurgias Ambulatoriais Ativas	2	2	2	2	2	2	2	2
Consultórios	72	93	106	114	114	141	141	141
Salas de Cirurgias Ativas	5	5	5	6	6	6	6	6
Salas de Cirurgias Inativas	5	5	5	4	4	4	4	4
Salas de Partos	4	4	4	4	4	4	4	4
Salas de Recuperação (quantitativo de leitos)	5	5	5	6	6	6	6	6
TOTAL	81	102	115	124	124	136	136	163

Fonte: SIMEC, 2011.

2.2.1 Responsabilidade Social

O hospital vem investindo no desenvolvimento de ações e programas sociais, como forma de incluir, motivar e fortalecer o vínculo entre a sociedade, comunidade acadêmica e o hospital. Nesse contexto, foram realizadas ações que visam minimizar o sofrimento de quem está necessitando de cuidados hospitalares, ampliação dos conhecimentos e da sociedade do entorno do hospital, tais como:

- SORRISO DE PLANTÃO - é um projeto solidário que busca amenizar a dor daqueles que se encontram hospitalizados, levando alegria e uma nova visão do ambiente hospitalar.
- PARTO HUMANIZADO – defende a assistência ao trabalho de parto, parto e nascimento, de forma a favorecer o bom desenvolvimento em todo o processo do nascimento além de fornecer conforto e segurança à mulher e seu bebê.
- PROJETO FILHOS DA TERRA – promove o atendimento integral bio-psicossocial aos moradores do Conjunto Residencial Denisson Menezes que fica nas proximidades do hospital.
- PROJETO GERARTES – desenvolve atividades de geração de renda, arte, educação e saúde, visando a conquista de cidadania numa busca contínua de aprendizagem.
- PROJETO MATERNO INFANTO JUVENIL – busca integrar os jovens, adolescentes e familiares freqüentadores do hospital, aprimorando e desenvolvendo o relacionamento interpessoal entre os entes de uma família.

- PROJETO MUTANTES – visa integrar a comunidade carente, escolas e outras instituições envolvidas com adolescentes de áreas de entorno da UFAL, desenvolvendo atividades de assistência integral.
- PROJETO DE TERAPIA INTEGRATIVA CONECTAR – busca trabalho de integração de grupos.
- PROJETO BIBLIOTERAPIA – Arte e cultura no elevador.
- O CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL recebe espaço na estrutura do hospital para facilitar o registro dos nascidos no local e reduzir o alto índice de cidadãos sem documentos.

Em 2011, o hospital, ainda desenvolveu programas especiais contínuos para acompanhamento e tratamento de algumas enfermidades como:

- OBESIDADE MÓRBIDA – programa para auxílio à sociedade no combate a um dos maiores males à saúde contemporâneos, a obesidade mórbida. Por esse programa o paciente recebe auxílio psicológico, acompanhamento nutricional, até a realização da cirurgia bariátrica.
- TABAGISMO – programa de combate ao tabagismo, onde os pacientes recebem orientações e acompanhamento para enfrentar e eliminar o hábito do tabagismo.
- CRIANÇAS E ADOLESCENTES – programa de acompanhamento da saúde da criança e adolescente, incluindo orientações sexuais, para evitar a gravidez na adolescência.
- HANSENÍASE – programa de controle e tratamento da hanseníase.
- GINÁSTICA LABORAL – programa oferecido aos colaboradores no intuito da prevenção de doenças laborais e melhoria na qualidade de vida.
- EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE TERAPIA NUTRICIONAL – tem por objetivo identificar os problemas inerentes à administração da terapia nutricional em pacientes hospitalizados. A Equipe de Terapia Nutrição verifica o impacto e a qualidade dos procedimentos em nutrição, buscando otimizar recursos e adaptando-os às características do serviço, primando pelo benefício do paciente a qualquer custo.

Realizou também campanhas sociais de cunho educativos e solução de problemas sociais, veja-se:

- CAMPANHA DE PREVENÇÃO CONTRA A CEGUEIRA POR GLAUCOMA – campanha realizada pelo serviço de oftalmologia do HUPAA com 425 atendimentos.
- CAMPANHA EDUCATIVA PREVENTIVA SOBRE AS HEPATITES VIRAIS – Campanha realizada pelo serviço de Epidemiologia do hospital, na busca pela prevenção do alastramento da doença no estado.
- CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PELE – Campanha realizada pelo serviço de Dermatologia do hospital. Divulgadas ações educativas e preventivas ao câncer de pele.
- CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE – para abastecimento do Banco de Sangue do Hospital.

2.3 Programas de governo sob a responsabilidade da UJ

A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo atual de ciclo orçamentário, instituindo três leis cuja iniciativa é prerrogativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Conforme dispõe o artigo 165 da Constituição Federal, o PPA “... estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes e metas para administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.” Com duração de 4 anos, o PPA é elaborado no primeiro ano do mandato do governante eleito, com vigência a partir do segundo ano de mandato.

O PPA por estabelecer, de maneira regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, constitui-se no principal instrumento de planejamento do Governo

Federal, que, ao organizar a atuação do governo em Programas e Ações, viabiliza a orientação estratégica dos gastos para a obtenção de resultados destinados à sociedade. Com o PPA, a LDO e a LOA, é possível ter mais transparência quanto à aplicação dos recursos públicos, além de um maior controle do orçamento, tanto por parte do Poder Público quanto da sociedade e uma melhor integração e compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento.

No ano de 2011, verificou-se que o HUPAA executou 12 (doze) ações que fazem parte de 04 (quatro) programas do PPA, e 03 (três) ações que fazem parte do programa do Ministério da Saúde. Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão revelam os frutos de um trabalho coordenado de construção dos fundamentos de nossa atuação nas esferas do ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, cumprindo assim com sua missão e seu compromisso perante a sociedade alagoana. Aqui, aproveita-se a oportunidade para apresentar o conjunto de decisões operacionais em relação às atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde) bem como na área da gestão orçamentária do ano de 2011.

Quadro 6 – Relação dos Programas e Ações do HUPAA no ano de 2011

Programa/Ação:
Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Programa 0750 – Apoio Administrativo
Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Ação 20WC – Assistência Médica aos Servidores e Empregados (exames periódicos)
<i>Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</i>
<i>Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</i>
<i>Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</i>
Programa 1073 – Brasil Universitário
Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais
Ação 4005 – Apoio à Residência Multifuncional
Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino
Ação 6379 – Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais (administração direta)
Programa 1444 – Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis
Ação 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde
Programa 1030 – Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental
Ação 20G8 - Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural - Gestão e Administração do Programa.
Ação 8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Programa 1067 – Gestão da Política de Educação
Ação 2272 – Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: Financeiro do HUPAA/PPA 2008

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1.1 Demonstrativo da execução por programa de governo

Quadro 7 – Identificação do Programa 0089

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0181					
Denominação	Previdência de Inativos e Pensionistas da União					
Tipo do Programa	0089					
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes					
Objetivos Específicos	Pagamento de Aposentadorias e Pensões Cíveis					
Gerente						
Público Alvo	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.712.133	4.260.070	4.214.305	4.214.305	0.000	4.214.305	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de comprometimento da receita líquida da união	31/12/11	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
--	---	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: Financeiro do HUPAA/PPA 2008

Quadro 8 – Identificação do Programa 0750

Código no PPA	2004					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	0750					
Objetivo Geral	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivos Específicos	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
180.000	770.000	668.481	668.481		668.481	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						

Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Código no PPA	20WC					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	0750					
Objetivo Geral	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivos Específicos	Exames Periódicos de Servidores e Empregados					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
69.831	69.831	0.000	0.000		0.000	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	2010					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	0750					
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos					
Objetivos Específicos	Assistência pré-escolar dos Dependentes de Servidores e Empregados					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
88.057	108.057	81.561	81.561		81.561	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice	Índice

		Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Criança atendida	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Código no PPA	2011					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	0750					
Objetivo Geral	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivos Específicos	Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
280.939	280.939	232.292	232.292		232.292	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor beneficiado	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Código no PPA	2012					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	0750					
Objetivo Geral	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivos Específicos	Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.287.296	2.297.296	2.252.433	2.252.433		2.252.433	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência			Índice	Índice

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Servidor beneficiado	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: Financeiro do HUPAA/PPA 2008

Quadro 9 – Identificação do Programa 1073

Código no PPA	09HB					
Denominação	Brasil Universitário					
Tipo do Programa	1073					
Objetivo Geral	Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade					
Objetivos Específicos	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Gerente						
Público Alvo	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em RS 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
8.921.884	11.549.249	11.121.921	11.121.921		11.121.921	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Código no PPA	4005					
Denominação	Brasil Universitário					
Tipo do Programa	1073					
Objetivo Geral	Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade					
Objetivos Específicos	Apoio à Residência Multifuncional					

Gerente						
Público Alvo		Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.803.371	2.803.371	2.751.972	2.751.972	---	2.751.972	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Médico residente mantido	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Código no PPA	6379					
Denominação	Brasil Universitário					
Tipo do Programa	1073					
Objetivo Geral	Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade					
Objetivos Específicos	Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais					
Gerente						
Público Alvo	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.410.897	4.410.897	4.410.897	3.373.582		3.373.582	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Hospital apoiado	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Código no PPA	4086					
Denominação	Brasil Universitário					
Tipo do Programa	1073					
Objetivo Geral	Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade					
Objetivos Específicos	Funcionamento dos Hospitais de Ensino					
Gerente						
Público Alvo	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
44.487.559	58.231.846	58.231.846	56.471.057		56.471.057	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade mantida	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: Financeiro do HUPAA/PPA 2008

Quadro 10 – Identificação do Programa 1067

Código no PPA	2272					
Denominação	Gestão da Política de Educação					
Tipo do Programa	1067					
Objetivo Geral	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivos Específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.405	1.405	1.405	1.405		1.405	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Hospital apoiado	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---

Fórmula de Cálculo do Índice
Não prevista
Análise do Resultado Alcançado

Código no PPA	4572					
Denominação	Gestão da Política de Educação					
Tipo do Programa	1067					
Objetivo Geral	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivos Específicos	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.074	4.074	4.074	4.074		4.074	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor capacitado	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: Financeiro do HUPAA/PPA 2008

Quadro 11 – Identificação do Programa 1030

Código no PPA	8585					
Denominação	Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental					
Tipo do Programa	1030					
Objetivo Geral	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos					
Objetivos Específicos	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade					
Gerente						
Público Alvo	Governo e sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
22.178009	22.178.009	22.178.009	21.677.991		21.677.991	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Atendimento realizado	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice	Índice

		Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Código no PPA	20G8					
Denominação	Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental					
Tipo do Programa	1030					
Objetivo Geral	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos					
Objetivos Específicos	Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural - Gestão e Administração do Programa					
Gerente						
Público Alvo	Governo e sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.886.616	10.354.930	6.886.616	6.886.616	---	6.886.616	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Hospital apoiado	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: Financeiro do HUPAA/PPA 2008

Quadro 12 – Identificação do Programa 1444

Código no PPA	20AL					
Denominação	Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental					
Tipo do Programa	1444					
Objetivo Geral	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos					
Objetivos Específicos	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde					
Gerente						
Público Alvo	Governo e sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
60.000	60.000	59.589	59.589		59.589	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto	Índice

		Data	Índice inicial	Índice final	no exercício	atingido no exercício
1	População Coberta	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	---	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado						

2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ

A residência é uma modalidade de formação profissional baseada no treinamento em serviço, em tempo integral, sob supervisão e orientação de profissionais de elevada qualificação, em ambiente que agrega a assistência, o ensino e a pesquisa.

Quadro 13 - Execução física da ação 4005

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4005	A	3	Residente mantido	---	---	---
LEGENDA Tipo de ação P – Projeto; A – Atividade; e OP – Operação Especial.				Prioridade 1 - Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI; 2 - Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento); 3 - Demais ações prioritárias; e 4 - Ação não prioritária.					

Fonte: Financeiro do HUPAA/Simec

Análise:

O hospital dispõe de dois programas de residência: Residência Médica e Residência Multiprofissional. A Residência Médica do HUPAA, em 2011, contou com 56 residentes distribuídos em 10 (dez) programas, conforme descrito abaixo:

Quadro 14 – Alunado na residência médica

RESIDÊNCIA	R1	R2	R3	TOTAL
Anestesia	2	2	2	6
Cirurgia Geral	4	4	-	8
Clínica Médica	4	4	-	8
Dermatologia	2	2	2	6

Obstetrícia e Ginecologia	2	2	1	5
Oftalmologia	2	2	2	6
Patologia	1	1	-	2
Pediatria	4	2	-	6
Neurocirurgia	2	2	-	4
Cirurgia do aparelho digestivo	3	-	-	3
Psiquiatria	2	-	-	2
TOTAL	28	21	7	56

Fonte: Simec

O treinamento em serviço foi realizado nos setores relacionados a cada área de atuação, sob a responsabilidade de preceptores e coordenadores, através da assistência a pacientes em enfermarias, ambulatórios, centro cirúrgico e obstétrico, pequena cirurgia, salas de exames complementares do HUPAA, e dentre outros.

Cada Programa de Residência Médica tem um Coordenador, que está subordinado à Comissão de Residência Médica (COREME) a qual está ligada à Comissão Estadual e Comissão Nacional de Residência Médica.

Destaque-se que no ano de 2010, o HUPAA iniciou o funcionamento do Programa de Residência Multiprofissional, programa este, distribuído em 7 (sete) áreas profissionais da área de saúde, contando com 2 alunos em casa área, totalizando 14 vagas/bolsas, sendo 2 da enfermagem, 2 da farmácia, 2 da fisioterapia, 2 da nutrição, 2 da psicologia, 2 de serviço social e 2 de educação física, sendo este último ofertado em 2011.

Quadro 15 – Alunado na residência multiprofissional

RESIDÊNCIA	R1	R2	TOTAL
Farmácia	2	2	4
Nutrição	2	2	4
Serviço Social	2	2	4
Fisioterapia	2	2	4
Enfermagem	2	2	4
Psicologia	2	2	4
Educação física	2	-	2
TOTAL	14	12	26

Fonte: Direção de Ensino/Simec

Houve o cumprimento das metas físicas estabelecidas e pode-se dizer que superaram de forma significativa as metas estabelecidas, pois, nesse ano, houve ações para melhoria dos programas de residência com acompanhamento mais intensivo dos preceptores.

Quadro 16- Execução física da Ação 20AL

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
10	305	1444	20AL	A	3	População coberta	1	1	1
LEGENDA Tipo de ação P – Projeto; A – Atividade; e OP – Operação Especial.				Prioridade 1 - Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI; 2 - Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento); 3 - Demais ações prioritárias; e 4 - Ação não prioritária.					

Fonte: Financeiro do HUPAA/Simec

Gerência de Risco

A Gerência de Risco tem por objetivo auxiliar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a monitorar e regulamentar o mercado de medicamentos e produtos médico-hospitalares no país, na fase de pós-comercialização, de forma a garantir a qualidade dos produtos no mercado sendo composto por três vigilâncias: tecnovigilância, farmacovigilância e hemovigilância. É formada por uma equipe multiprofissional, composta por enfermeiros, engenheiro, farmacêutico e médicos.

Durante o ano de 2011, a GR recebeu 89 notificações e as enviou à ANVISA, conforme descrito na tabela 1 e no gráfico 1. Devido ao preenchimento incompleto dos dados nas fichas e por inconsistência da notificação, 02 notificações não puderam ser enviadas.

Nesse sentido, desenvolveu ações que subsidiaram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária nas ações de gerenciamento e prevenção de riscos em serviços de saúde e utilização de sangue e componentes relacionados ao registro, à comercialização e ao uso de produtos de saúde.

Quadro 17 - Número de notificações recebidas e enviadas no ano de 2011.

Vigilâncias (áreas)	Número de notificações recebidas 2011	Número de notificações enviadas à ANVISA 2011
Tecnovigilância	54	52
Farmacovigilância	22	22
Hemovigilância	13	13
Total	89	87

Fonte: Gerência de Risco, 2011

Foram encaminhados através da GR produtos para saúde, para realização de testes nos diversos setores do HUPAA, utilizando dois formulários específicos: protocolo de avaliação e ficha técnica para cada produto. Nos casos de produtos destinados ao uso da enfermagem os formulários com as amostras dos produtos eram encaminhados à Assessoria de Enfermagem na Área de Materiais (ADEAM), em se tratando de outras áreas os itens eram encaminhados ao responsável do setor competente.

Quadro 18 - Itens testados, aprovados e reprovados no ano de 2011.

Classificação	Número de produtos testados	Número de testes realizados
Aprovados	22	29
Reprovados	22	29
Total	44	58

Fonte: Gerência de Risco, 2011

Neste ano foi implantada a bomba de infusão contínua de peristaltismo linear que confere uma segurança maior com precisão de aproximadamente 98%, segundo o Manual de

Tecnovigilância ANVISA: abordagens de vigilância sanitária de produtos para a saúde comercializados no Brasil.

Em andamento está a aquisição de materiais perfurocortantes com dispositivos de segurança, em cumprimento à NR 32 do Ministério do Trabalho e Emprego, com implantação prevista para 2012. A GR ainda realizou várias atividades tais como:

- Divulgação do cancelamento de registro de produtos pela ANVISA;
- Divulgação de alertas sanitários, com suspensão de uso de produtos para saúde pela ANVISA;
- Divulgação de consultas públicas encaminhadas pela ANVISA;
- Atualização das fichas de notificação das 03 áreas, tecnovigilância, farmacovigilância e Hemovigilância, atendendo ao Sistema de notificação de Vigilância sanitária – NOTIVISA, facilitando ao notificador.
- Realizada a divulgação das novas fichas de notificação, folder e cartilha “**Quem AVISA amigo é**”, da ANVISA, com envio deste material a todas as Chefias médicas e de enfermagem e gerências de áreas de diagnóstico e Direção.
- Realizado parecer técnico de vários pregões eletrônicos de material médico-cirúrgico, visando à aquisição de produtos de qualidade, através dos pareceres de produtos testados e das notificações de queixa técnica.

Comissão de Controle de Infecção Hospitalar

As atividades do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH), órgão executivo, estão de acordo com as diretrizes traçadas em reuniões periódicas com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), órgão consultivo, onde são discutidas as atividades prioritárias.

Logo abaixo se encontra o número de casos de infecção hospitalar por clínica no exercício de 2011.

Quadro 19 – Quantitativo de infecções registradas no ano de 2011.

	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		TOTAL	
	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y
Clínica Cirúrgica	2	2	0	0	1	1	2	2	3	3	0	0	2	2	0	0	1	1	2	2	3	3	1	1	17	17
Clínica Médica	0	0	0	0	3	2	1	1	2	2	0	0	4	4	0	0	2	2	0	0	3	3	4	3	19	17
Clínica Obstétrica	1	1	0	0	1	1	0	0	2	2	2	2	3	3	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	16	16
Clínica Pediátrica	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	3	3
UTI Geral	3	3	9	9	6	4	0	0	1	1	1	1	4	3	2	1	3	3	3	3	4	3	2	2	38	33
UTI Neonatal	5	3	8	7	10	10	3	3	9	9	12	11	16	14	9	6	6	4	11	9	17	12	4	4	110	92
TOTAL	12	10	17	16	21	18	6	6	17	17	15	14	29	26	12	8	15	13	19	17	28	22	12	11	203	178

X: Número absoluto de casos de infecção; Y: Sítios infecciosos.

FONTE: SCIH, 2011

Em 2011, a SCIH realizou várias atividades, tais como:

- Pesquisa para investigação de ocorrência de infecção hospitalar;
- Aquisição de receituário de antimicrobianos para conhecimento, avaliação, sugestão médica do controle de infecção para troca de antibiótico, além de rastreamento de casos de notificação de acordo com as justificativas descritas nestes receituários;
- Busca diária de fichas de componentes cirúrgicos no Centro Obstétrico e Centro Cirúrgico;
- Busca diária no Laboratório de Análises Clínicas de resultados de culturas realizadas nos pacientes internos, os quais servirão de parâmetro para pesquisa de infecções e para tomada de decisões acerca de procedimentos como: mudança de antibiótico que o

paciente está usando; necessidade de manter o paciente em precauções e isolamento, orientação aos servidores que estão em atividade junto ao paciente;

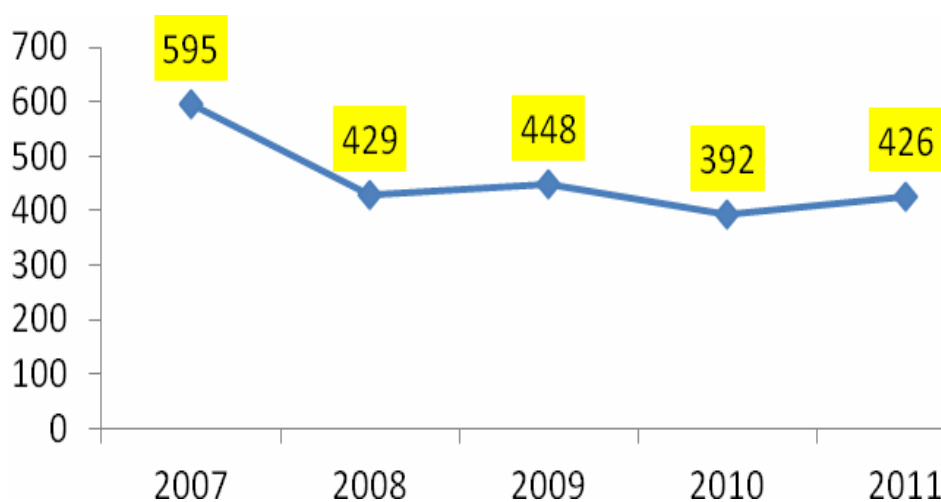
- Visita diária às unidades de internação para acompanhamento dos pacientes com suspeita de infecção relacionada à assistência à saúde;
- Elaboração de parecer com o enfoque em controle de infecção para os diversos pedidos dos diversos serviços do HUPAA;
- Recepção e orientação de estudantes de diversos cursos na área de saúde, tanto em nível técnico como em nível universitário, inclusive pós-graduação;
- Realização do primeiro atendimento aos profissionais acidentados com material perfurocortante/biológico;
- Sensibilização sobre biossegurança, prevenção de acidentes ocupacionais, com orientações em serviço sobre o tema;
- Palestras e treinamento em serviço sobre bactéria multirresistente em todos os setores do HUPAA;
- Orientação para aquisição, através do setor de hotelaria e direção de enfermagem, com recursos do HUPAA, de lixeiras com tampa e pedal conforme preconiza a RDC ANVISA 306/04;
- Instalação, em todos os pontos de assistência ao paciente, de dispensadores com álcool gel conforme RDC ANVISA 42/2010;
- Realização da campanha Mundial de higienização das mãos, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde;
- Conclusão da primeira fase da pesquisa onde foi verificado o estado vacinal de servidores e demais colaboradores do HUPAA; e
- Divulgação nos setores de internação, inclusive UTIs, os dados de cultura e sensibilidade aos antibióticos.

Núcleo Hospitalar de Epidemiologia

O Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE), instituído no Hospital Universitário em agosto de 2005 tem como objetivo a notificação de doenças infecciosas e de agravos não infecciosos, conforme Portaria Ministerial de nº 2472, de 31 de agosto de 2010.

O objetivo da vigilância epidemiológica em âmbito hospitalar é detectar e investigar doenças de notificação compulsórias, doenças crônicas, objetos de análise especial como as neoplasias, óbitos ocorridos na instituição, assim como os problemas que afetam os nascidos vivos, além de estabelecer a partir de seus dados, uma linha de cuidados preventivos para populações específicas atendidas no hospital.

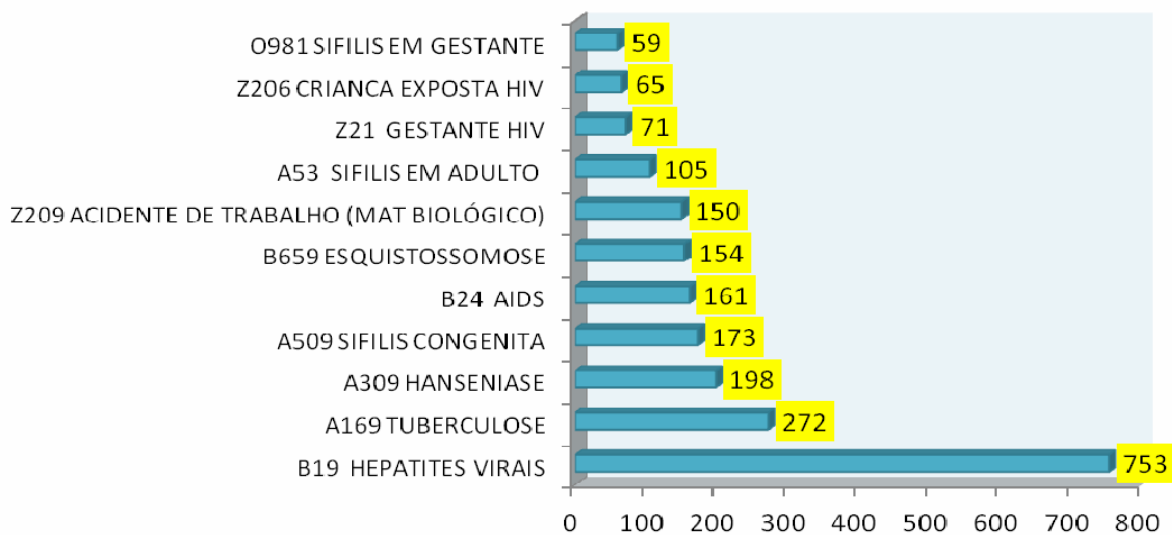
O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios a análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória. A seguir apresentam-se os dados e informações desse sistema que se julgaram relevantes dentro da instituição.

Figura 2- Série histórica de notificações realizadas no HUPAA segundo ano de notificação (2007 a 2011).

Fonte: SinanNet/HUPAA

Na lista de agravos notificados, observa-se a predominância de doenças, como hepatites e tuberculose, ambas com características de prevenção pela vacinação. Em 2011, houve um aumento da notificação de casos de sífilis congênita, o que pode refletir uma melhora da notificação, ou uma piora da assistência ao pré-natal.

A manutenção da notificação de agravos como a esquistossomose, revela a grave deficiência da implantação de sistemas de saneamento básico no Estado de Alagoas.

Figura 3 - Principais agravos notificados no HUPAA (2007 a 2011)

Fonte: SinanNet/HUPAA

Quadro 20 – Execução física da ação 8585

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
10	302	1030	8585	A	3	Procedimento realizado	1	1	1
LEGENDA				Prioridade					

Tipo de ação P – Projeto; A – Atividade; e OP – Operação Especial.	1 - Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI; 2 - Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento); 3 - Demais ações prioritárias; e 4 - Ação não prioritária.
--	---

Fonte: Financeiro/HUPAA e Simec

Análise:

Nos últimos anos o hospital vem investindo numa mudança de perfil, tendo que atuar basicamente em ações de média e alta complexidade, deixando de atuar na baixa complexidade, só mantendo as atividades mínimas para garantia do ensino. No ano de 2011, o HUPAA somou **mais de 93.000 consultas e aproximadamente 6.000 internações**, conforme quadro abaixo:

Quadro 21 – Produção assistencial do HUPAA no ano de 2011

PRODUÇÃO ASSISTENCIAL SUS		TOTAL DE 2011		
		Média	Alta	FAEC
Consultas	Clínica Médica	30595	0	0
	Cirurgia	26783	0	0
	Pediatria	8673	0	0
	Ginecologia	8310	0	0
	Obstetrícia	3289	0	0
	Psiquiatria	1450	0	0
	Outras Especialidades Não-Médicas	14194	0	0
SUBTOTAL		93294	0	0
Internações	Clínica Médica	631	0	0
	Cirurgia	1887	0	0
	Pediatria	514	0	0
	Obstetrícia (Incluso Partos)*	2595	0	0
	Hospital-Dia	14	0	0
	UTI Adulto	275	0	0
	UTI Neonatal	463	0	0
	Unidade Intermediária Neonatal	508	0	0
SUBTOTAL		6887	0	0
Transplantes	Córnea	15	0	0
SUBTOTAL		15	0	0
Procedimentos	Exames Laboratoriais	222355	0	0
	Endoscopia Digestiva Alta	264	0	0
	Tomografia Computadorizada	141	919	0
	Ultrassonografia	4451	0	0
	Radiologia Convencional	7657	0	0
	Terapia Renal Substitutiva	0	0	2376
	Radioterapia	0	30213	0
	Quimioterapia	0	15474	0
	Medicina Nuclear in vivo	0	1279	0
SUBTOTAL		234.868	47.885	2.376

TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO		335.064	47.885	2.376
*Partos de Baixo Risco	Cesárea	72	0	0
	Normal	425	0	0
SUBTOTAL		497	0	0
*Partos de Alto Risco	Cesárea	463	0	0
	Normal	407	0	0
SUBTOTAL		870	0	0

Fonte: Simec

Quadro 22 - Execução física das demais ações

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	122	0089	0181*	A	03	Pessoa beneficiada
12	365	0750	2010	OP	03	Criança atendida	111	97	...
12	331	0750	2011	OP	03	Servidor beneficiado	133	427	...
12	306	0750	2012	OP	03	Servidor beneficiado	627	624	...
12	301	0750	2004	OP	03	Pessoa beneficiada	208
12	301	0750	20WC	OP	03	Servidor beneficiado	388
12	122	1073	09HB*	A	03
12	302	1073	4086	A	03	Unidade mantida	1	1	1
12	302	1073	6379	A	03	Hospital apoiado	1	1	1
12	122	1067	2272	OP	03
12	128	1067	4572	OP	03	Servidor capacitado
...	...	1030	20G8	A	03	...	1	1	1
LEGENDA									
Tipo de ação P – Projeto; A – Atividade; e OP – Operação Especial.				Prioridade 1 - Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI; 2 - Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento); 3 - Demais ações prioritárias; e 4 - Ação não prioritária.					

Fonte: Financeiro do HUPAA/Simec

*Ação elaborada e executada pela SPO/MEC

2.4 Desempenho orçamentário e financeiro

2.4.1 Programação orçamentária das despesas

Quadro 23 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	26358	150229

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 24 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		55.066.423	40.826.725			2.961.276 4.168.615
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares		18.496.789	22.899.600			937.100 1.584.156
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		73.563.212	63.726.325			3.898.376 5.752.771	

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 25 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA			290.000			
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares		107.500				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		107.500	290.000				

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 26 - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		58.027.699	44.995.340		290.000	
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares		19.433.889	24.483.756	107.500		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							

Outras Operações						
Total	77.461.588	69.479.096	107.500	290.000		

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 27 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	153037	8585	-		500.000
	Recebidos	153037	4009	-		172.499
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	150014	2272	-		1.405
		150011	4005	2.803.371		
		150011	6379	-		389.064
		257001	8585	-		22.178.009
		257001	20AL	-		60.000
257001	20G8	-		8.964.680		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	153037	4009	5000.00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	150011	6379	4.021.833		
		257001	20G8	1.390.250		

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

2.4.2 Execução orçamentária das despesas

Quadro 28 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0.000	0.000	0.000	0.000
Tomada de Preços	0.000	58.208	0.000	58.208
Concorrência	0.000	384.018	0.000	384.018
Pregão		13.110.783		
Concurso	0.000	0.000	0.000	
Consulta	0.000	0.000	0.000	
Registro de Preços	0.000	0.000	0.000	
Contratações Diretas				
Dispensa	259.240	2.278.855		
Inexigibilidade	773.736	903.825		
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	20.823	26.399	20.823	26.399
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	79.560.699	62.801.843	77.297.359	62.801.843
Diárias	36.574	94.588	36.574	94.588
Outros	6.959.158		6.959.158	

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

3º elemento despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010)

Quadro 31 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	34.693	2.658	1.412.752	32.035
2010	8.425	---	23.609	8.425
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	10.309.544	172.600	2.582.895	10.309.544
2010	3.566.436	---	3.082.043	484.393

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Análise crítica:

Restos a pagar processados são processos cujas despesas foram empenhadas e liquidadas no exercício, ficando para pagamento no exercício seguinte por falta de tempo hábil para quitação da despesa ou falta dos recursos financeiros.

Os restos a pagar não-processados de exercícios anteriores, que foram identificados no sistema SIAFI, são em decorrência de diversos fatores, entre eles estão: (i) saldos possivelmente não cancelados; (ii) sobras de empenho estimativo não encerrado após a execução dos serviços; e (iii) obras/serviços ainda em andamento.

4. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE (ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010)

4.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Quadro 32 - Força de trabalho da UJ (Situação apurada em 31/12/2011)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provitamento de cargo efetivo	0	696	2	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	0	648	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	2	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	18	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	30	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de servidores (1+2)	0	696	2	0

Fonte: Recursos Humanos do HUPAA/Developer

Quadro 33 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Situação apurada em 31/12/2011)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1 + 1.2 + 1.3)	0
1.1 Exercício de cargo em comissão	0
1.2 Exercício de função de confiança	0
1.3 Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	1
2.1 Para exercício de mandato eletivo	0
2.2 Para exercício ou missão no exterior	0
2.3 Para serviço em organismo internacional	0
2.4 Para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no país	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	3

Fonte: Recursos Humanos do HUPAA/Developer

Quadro 34 - Detalhamento estrutural de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		4	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		21		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		25	1	1

Fonte: DAP/UFAL

Quadro 35 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (Situação apurada em 31/12/2011)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	14	123	175	218	98
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	2	2
2.3. Funções gratificadas	0	0	5	15	1
3. Totais (1+2)	14	123	175	235	101

Fonte: Recursos Humanos do HUPAA/Developer

Quadro 36 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Situação apurada em 31/12/2011)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	4	9	171	322	106	17	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	5	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	6	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	4	9	171	322	117	17	8

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Recursos Humanos do HUPAA/Developer

Quadro 37 - Composição do quadro de servidores inativos (Situação apurada em 31 de dezembro)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	37	18
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	37	18

Fonte: DAP/UFAL

Quadro 38 - Composição do quadro de instituidores de pensão (Situação apurada em 31 de dezembro)

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1 Integral	1	1
1.2 Proporcional		
2. Em Atividade	3	3
3. Total (1+2)	4	4

Fonte: DAP/UFAL

Quadro 39 - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	32	37	30	31	79.476,66
1.2 Área Meio	86	81	86	81	275.174,66
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	61	60	65	65	154.502,95
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	179	178	181	177	509.154,27

Fonte: Recursos Humanos do HUPAA/Developer

Quadro 40 - Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	33.567.279,45	-	5.472.233,63	6.375.987,42	2.477.809,72	1.098.602,99	6.817,4	-	1.745.023,88	45005.754,49
	2010	24.701.384,3	-	5.226.074,11	5.274.374,3	233.005,11	728.214,71	102.020,36	-	1.722.394,85	37.987.467,74
	2009	22.321.703,18	-	5.060.733,48	4.806.013,88	1.364.644,5	1.940.990,28	50.571,71	-	1.940.990,2	37.485.647,23
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	496.585,70		80.557,99	98.087,08	23.423,25	11.151,47	-	-	32.998,20	743.076,69
	2010	381.342,17		67.277,36	81.175,32	21.067,57	8.362,54	1.968,00	-	28.292,44	589.485,44
	2009	307.680,54		69.344,93	59.090,95	20.771,63	-	390,00	-	54.691,20	1.042.969,25
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	496.585,7	-	80557,99	98087,08	23423,25	11151,47	-	-	32998,2	743076,69
	2010	381.342,17	-	67277,36	81175,32	21067,57	8362,54	1968,00	-	28292,44	589485,44
	2009	202.757,08	-	216071,88	58725,19	6812,72	16394,94	-	-	30466,32	531228,13
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	1.463.747,3	-	253.040,75	291.896,86	78.505,3	82.838,47	-	-	83.769,12	2.253.797,80
	2010	949.331,53	-	239.835,57	247.248,67	78.630,95	58.832,72	5.758,00	-	91.458,49	1.671.095,53
	2009	829.185,08	-	243.158,48	201.929,06	40.669,33	43.349,64	-	7245,75	102.344,64	1.467.881,98

Fonte: DAP e NTI/UFAL

Quadro 41 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ*

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Administrador	10	11	13		
Analista de Sistema	1	2	2		
Assistente Administrativo	69	72	77		
Auxiliar de Anatomia e Necropsia	1	1	1		
Auxiliar de Enfermagem	16	19	24		
Auxiliar de Laboratório	4	8	4		
Auxiliar de Farmácia	9	8	9		
Biólogo	2	1	1		
Biomédico	2	2			
Contador	2	1	1		
Economista	1	1	1		
Enfermeiro	9	1	1		
Engenheiro	1	1	1		
Farmacêutico Bioquímico	6	3	2		
Fisioterapeuta	1	1	1		
Médico	23	19	19		
Psicólogo	3	2	1		
Téc. de Radiologia	11	7	7		
Téc. de Enfermagem	39	16	12		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte: Fundepes e Recursos Humanos do HUPAA/Developer

Quadro 42 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados*

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte: Recursos Humanos/HUPAA

*Não houve ocorrências no período

Quadro 43 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados*

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte: Recursos Humanos/HUPAA

*Não houve ocorrências no período

Quadro 44 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante	
Nome: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	
UG/Gestão: 15222/150229	CNPJ: 24.464.109/0002-29
Informações sobre os contratos	

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados*						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	Prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, incluindo todo o fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços, dos bens móveis e imóveis pertencentes ao HUPAA, resultante do Pregão Eletrônico n.º 104/2009, Processo Administrativo n.º 23065.020735/2009-47.	ESTEL 07.572.840/0001-78	10/06/10	31/12/12	95	95	-	-	2	2	P

Observação:

*Ao firmar contratos, o HUPAA apresenta por seu lado as necessidades a serem satisfeitas, cabendo a empresa contratada a execução do trabalho de forma a atender essas necessidades, para isso, é critério da empresa contratada determinar o nível de escolaridade suficiente para oferecer profissionais capacitados e/ou habilitados.

LEGENDA**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada

Fonte: Assessoria Técnica de Contratos/HUPAA

Quadro 45 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante	
Nome: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	
UG/Gestão: 15222/150229	CNPJ: 24.464.109/0002-29
Informações sobre os contratos	

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados*						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1,2 e 4	O	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços nas áreas de manutenção corretiva, preventiva e preditiva nas instalações elétricas, hidrossanitárias, de incêndio, telefônicas, de gases medicinais e não medicinais, serralharia, refrigeração, biomédica, marcenaria, pintura predial e automotiva, conservação predial, serviços gerais e serviços de apoio administrativo nas áreas de telefonia, recepcionista, informática, transporte, ascensoria e jardinagem, resultante do Pregão Eletrônico n.º 103/2009, Processo Administrativo n.º 23065.014948/2009-30	AJ SERVIÇOS 02.633.573/0001-88	01/01/10	31/12/12	2	2	64	64	4	4	P
2010	3	O	Prestação de serviços de preparo e distribuição diários de refeições, fórmulas lácteas, complementos e dietas enterais para a coletividade sadia e enferma do HUPAA. Processo Administrativo n.º 23065.013457/2009-71, cujo Edital foi publicado no Diário Oficial da União – DOU, do dia 29/06/2009, Seção III.	BOM GOSTO 40.924.425/0001-01	29/01/10	31/12/12	32	32	2	2	5	5	P
2010	7	O	Prestação de serviços de lavanderia hospitalar, visando o processamento e a lavagem de todo o enxoval de propriedade do HUPAA, segundo o manual de lavanderia do Ministério da Saúde e outros órgãos governamentais competentes, resultante do Pregão Eletrônico n.º 090/2010, Processo Administrativo n.º 23065.017189/2010-09.	HOSP LAVER 02.515.391/0001-02	13/10/10	13/10/12	-	-	-	-	-	-	P

Observação:

*Ao firmar contratos, o HUPAA apresenta por seu lado as necessidades a serem satisfeitas, cabendo a empresa contratada a execução do trabalho de forma a atender essas necessidades, para isso é critério da empresa contratada, determinar o nível de escolaridade suficiente para oferecer profissionais capacitados e/ou habilitados.

LEGENDA**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada

9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras	
---	--

Fonte: Assessoria Técnica de Contratos/HUPAA

4.2 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Quadro 46 – Indicadores de recursos humanos por quadrimestre

Capacitação (Área de Gestão)	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Horas de Treinamento	560	4092	37080
Número de Participação em Treinamento	16	169	90
Hora de Treinamento/Funcionário	0,6	4,55	41,38

Fonte: Recursos Humanos do HUPAA/Simec

O HU não possui recursos próprios destinados a capacitação de seus funcionários, inviabilizando o aprimoramento e novos conhecimentos nas atividades cotidianas. Em 2011, houve um gasto de cerca de R\$ 35.000,00 em capacitações, dinheiro este oriundo da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFAL, pois, como dito anteriormente, o Hospital não possui nenhum montante destinado a esse fim.

Quadro 47 – Indicadores de recursos humanos Absenteísmo/Rotatividade (*turnover*)

Movimentação de Pessoal (RJU)	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Ingresso por Concurso	0	1	2
Aposentados	7	9	4
Colocados à Disposição	0	0	0
Óbitos	1	1	0
Licenciados por mais de 30 dias em um ano	21	23	39
Faltas	122		
Exonerados	0	0	0
Demissão a Pedido	0	0	0
TOTAL	151	34	45

Fonte: Simec e Recursos Humanos do HUPAA/Developer

A carência de pessoal é um fator que vem ocasionando prejuízos à qualidade e quantidade dos serviços prestados aos pacientes, ao ensino, à pesquisa e à extensão. A partir de agosto de 2006 o Termo de Ajuste de Conduta – TAC, celebrado com o Ministério Público em que os representantes da UFAL, Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES) e HUPAA, assumiram o compromisso de não mais contratar pessoal pela Fundação.

Mesmo com o progressivo número de aposentadorias ocorrido nos últimos anos, observa-se, a ausência de concurso público, apesar da ampliação dos serviços oferecidos pelo hospital e da mudança de perfil assistencial de baixa para média e alta complexidade. Como consequência disso, a sobrecarga de trabalho em todas as áreas, em especial de assistência e a própria faixa etária elevada de muitos servidores, têm ocasionado um crescente número de afastamentos por problemas de saúde, determinados e acompanhados inclusive pela Medicina do Trabalho e Junta Médica da Universidade.

5. TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO (ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 123 DE 2011)

Quadro 48 – Transferências vigentes									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FUNDO NACIONAL DE SAUDE									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 257001/00001				
Informações sobre as transferências							1,00		
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	25000.025.965/2011-05	HUPAA/NHE	48.000	0.000	48.000	48.000	01/11	12/11	2
2	25000.202.1972011-10	HUPAA	4.063.796	0.000	4.063.796	4.063.796	19/12	12/11	4
2	25000.195.6412011-25	HUPAA	477.523	0.000	477.523	477.523	10/11	12/11	4
2	25000.035.0792011-81	HUPAA	3.468.314	0.000	3.468.314	3.468.314	24/02	12/11	4
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Superior									
CNPJ					UG/GESTÃO: 150001/00001				
Informações sobre as transferências							1,00		
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
2	Port.1347/11 23000.010.168/2011-90	HUPAA	1.505.500	0.000	1.505.500	1.505.500	19/10	12/11	4
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE									
CNPJ: 12.200.259/0001-65					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
5	20/10	HUPAA	547.365	0.000	200.747	200.747	03/10	12/10	2
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 49 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDO NACIONAL DE SAUDE					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	257001/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	00	00	---	0.000	0.000	0.000
Contrato de Repasse	04	01	---	8.009.633	1.758.157	30.000
Termo de Cooperação	00	00	---	0.000	0.000	0.000
Termo de Compromisso	00	01	---	0.000	0.000	0.000
Totais	04	01	---	8.009.633	1.758.157	30.000
Nome:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	150001/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	00	00	---	00	0.000	0.000
Contrato de Repasse	01	02	---	1.505.500	2.041.268	3.141.939
Termo de Cooperação	01	01	01	1.405	1.321	0.000
Termo de Compromisso	00	00	---	00	0.000	0.000
Totais	02	03	---	1.506.905	2.042.589	3.141.939
Nome:	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE					
CNPJ:	12.200.259/0001-65					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	00	00	--	00	0.000	0.000
Contrato de Repasse	00	00	00	0.000	0.000	0.000
Termo de Cooperação	00	00	00	0.000	0.000	0.000
Termo de Compromisso	00	00	01	0.000	0.000	0.000
Totais	00	00	01	0.000	0.000	200.747

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 50- Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes*

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:	UG/GESTÃO:				
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

*Não houve ocorrências no período

Quadro 51 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse (em R\$)

Unidade Concedente					
Nome: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 257001/00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			01
		Montante Repassado			48.000
2010	Contas prestadas	Quantidade			01
		Montante Repassado			42.000
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			01
		Montante Repassado			36.000
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE					
CNPJ: 12.200.259/0001-65		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			01
		Montante Repassado			200.747
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 52 - Visão Geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse (em R\$)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 257001/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		0
			Contas Não analisadas		1
		Montante repassado (R\$)			48.000
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas				1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			0
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)			42.000		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE					
CNPJ: 12.200.259.0001-65			UG/GESTÃO: 257001/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas				0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			0
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			01
Montante repassado (R\$)			200.747		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
Quantidade de TCE					

	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

**6. INFORMAÇÕES E REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV
(ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010)**

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.

DECLARAÇÃO

Eu, Rosana Cristina dos Santos, CPF nº 888.925.494-72, contadora, exercido no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Maceió, 05 de março de 2012.

Rosana Cristina dos Santos
CPF: 888.925.494-72
Contadora/HUPAA

7. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 (ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010)

Quadro 53 - Declaração de Bens e Rendas

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	5	5
	Entregaram a DBR	5	5	5
	Não cumpriram a obrigação	---	---	---

Fonte: Setor Pessoal/SIAPE

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TI E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS (ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010)

Quadro 54 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Geladeira, lâmpadas, condicionadores de ar, computadores...	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4 reciclado	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Informativo semanal, cartazes, página eletrônica – internet. Vide considerações gerais.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Informativo semanal, cartazes, página eletrônica – internet. Vide considerações				X	

<p>gerais.</p> <p>Considerações Gerais</p> <p>O hospital tem procurado ao longo dos anos reavaliar seus processos produtivos visando, atender plenamente às determinações da legislação ambiental, seja no gerenciamento de resíduos, nos processos de compras ou na divulgação e fomento de práticas sustentáveis.</p> <p>Em 2009 através do Programa de Eficiência Energética – PEE da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, o HUPAA foi beneficiado com a troca de materiais elétricos e equipamentos permanentes que possuíam um alto consumo de energia por outros de tecnologia mais moderna buscando assim, a economicidade de energia elétrica. Desde então, o hospital vem adquirindo esses equipamentos com base nos requisitos de eficiência econômica estabelecidos pela Eletrobrás.</p> <p>O Programa, vem atuando de forma a atender às três dimensões de sustentabilidade: econômico-financeira, social e ambiental. Através desta parceria, o Hospital Universitário reduz o valor de sua fatura mensal, utiliza a economia na melhoria da qualidade dos serviços para a sociedade e utiliza equipamentos e materiais ambientalmente mais corretos.</p> <p>O PEE é desenvolvido pela Companhia, desde 2001 e tem como objetivo a conservação dos recursos naturais, através do combate ao desperdício de energia elétrica. No Hospital Universitário a CEAL investiu R\$ R\$ 580.578,09 na substituição de 5.577 lâmpadas, 2.988 reatores, 935 luminárias e 133 aparelhos de ar condicionado. Com a troca desses equipamentos, a expectativa é que a unidade consiga uma economia de aproximadamente 928 MWh/ano, o que significa uma redução de 20% no consumo total.</p> <p>Em 2011 foi aprovado pela direção do hospital, o projeto de capacitação da área de materiais, compreendida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, Coordenação de Materiais, Setor de Compras, Almoxarifado e Farmácia, cujo objetivo é a elaboração de fluxogramas e rotinas nesta área, incluindo a implantação de critérios de sustentabilidade ambiental nos processos de aquisição de materiais. As oficinas para descrição e análise das atividades desempenhadas em cada setor tiveram início em março de 2012. Vale salientar, ainda na área de compras que o hospital já realiza ações buscando atender às normas de gestão ambiental, onde as aquisições de medicamentos atendem às exigências da ANVISA para melhor segurança do paciente.</p> <p>Durante o ano de 2011 foram realizadas campanhas internas nos meios de comunicação do hospital através de anúncios, cartazes, informativos e artigos na página eletrônica da instituição, para uso consciente de água, energia elétrica, e divulgação da política de segregação correta de resíduos.</p> <p>Neste contexto de sustentabilidade, no ano de 2011, destaca-se ainda a aquisição de papel reciclado, ao invés de papel convencional e de lixeiras ecologicamente corretas para segregação de resíduos, tendo esta última o objetivo de cumprir as Resoluções 306/2004, a qual define o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e a 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.</p> <p>O processo de segregação dos resíduos traz benefícios em diferentes dimensões para a instituição, tais como: redução de riscos à saúde individual (dos trabalhadores e pacientes) e ambiental; redução dos custos indiretos com tratamento de doenças que possam ser adquiridas e redução dos custos diretamente ligados ao tratamento de tais resíduos, especialmente com os resíduos denominados químicos e infectantes. Visando atender as exigências da ANVISA o hospital começou a construção do abrigo de resíduos, seguindo as normas existentes, para garantir o adequado acondicionamento dos mesmos até sua coleta. O HUPAA, desde 2004, contratou uma empresa especializada no tratamento do lixo hospitalar, devidamente licenciada pelo órgão estadual de controle ambiental, com o intuito de garantir a qualidade e segurança no processo de descarte dos resíduos até a sua disposição final.</p> <p>Visando renovar a licença sanitária e obter a licença de operação ambiental, perante os órgãos fiscalizadores do município de Maceió, Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, durante o ano de 2011 a gestão do hospital trabalhou em parceria com os coordenadores e colaboradores dos setores no sentido de sanar as pendências que foram notificadas através de termos de intimação. Para isso, foram elaborados planos de ação contendo o planejamento de todas as ações necessárias para adequar os processos de trabalho as legislações específicas vigentes para cada área.</p> <p>Para atender as exigências tanto da Licença Ambiental quanto da Licença Sanitária o hospital também precisou apresentar documentações comprobatórias de: Relatórios de Manutenções Preventivas e Corretivas dos equipamentos; Termos de Responsabilidade</p>					
---	--	--	--	--	--

<p>Técnica dos Responsáveis pelos Serviços do HUPAA; Relatório de limpeza e desinfecção das caixas de água; Relatórios de análise físico-químico do ar e da água; Programa de desratização e dedetização, Cronograma de treinamentos dos funcionários, dentre outros.</p> <p>Para o hospital alcançar ambas as certificações, além de apresentar os documentos acima referidos, é necessário a elaboração e implantação dos seguintes programas: Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS; Plano de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.</p> <p>Na tentativa de atender as exigências tanto da Licença Ambiental quanto da Licença Sanitária o hospital contratou uma empresa para elaborar o Projeto de Prevenção contra incêndio e Pânico com a finalidade de adquirir o Certificado do Corpo de Bombeiros.</p> <p>Desde 2011, o hospital procura apresentar seus projetos arquitetônicos para a vigilância sanitária, com a intenção que este órgão avalie se os mesmos atendem aos parâmetros exigidos para a área que se pretende construir ou reformar.</p> <p>A Licença Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual a administração pública, por intermédio do órgão ambiental competente, analisa a proposta apresentada para o empreendimento e o legitima, considerando as disposições legais e regulamentares aplicáveis e sua interdependência com o meio ambiente, emitindo a respectiva licença.</p> <p>Já Licença Sanitária ou Permissão Sanitária é o Documento de autorização de funcionamento ou operação de serviço, prestada pela autoridade sanitária local. A licença é expedida quando o solicitante atende aos requisitos e exigências legais para o desenvolvimento de uma atividade.</p> <p>Dessa forma, o HUPAA nos últimos anos vem buscando atender aos critérios pertinentes as legislações da sustentabilidade ambiental, através da adequação da sua estrutura física, corpo operacional e dos seus processos produtivos.</p>					
---	--	--	--	--	--

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: CDI/Relatório da Vigilância Sanitária

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ (ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010)

Quadro 55 - Gestão da Tecnologia da Informação da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	1(um)RJU,3(três) da FUNDEPES e 6 (Terceirizados)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	Sim				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	80%				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	50%				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	--				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: NTI do HUPAA

Análise crítica sobre gestão da tecnologia da informação no HUPAA

O NTI é um serviço de apoio administrativo do HUPAA que tem por finalidade disseminar e apoiar o uso da tecnologia da informação pelos alunos, professores, diretores e técnico-administrativos, como forma de favorecer a qualidade, produtividade e efetividade nas atividades de gestão institucional em suas ações de atenção à saúde, ensino, pesquisa e extensão.

Um dos pontos principais efetivados no ano de 2011 foi a implantação do novo Sistema de Gestão Hospitalar totalmente Integrado além do forte treinamento dos técnicos da TI, como também de todos os funcionários envolvidos com a alimentação do sistema.

Esta integração pressupõe que os dados entre os sistemas sejam compartilhados entre si, para encerrar a redundância existente e, principalmente, garantir a identificação, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados para os sistemas corporativos cujas bases estão armazenadas nos servidores de dados.

O HUPAA recebeu nos últimos quatro anos investimentos significativos em informática, visando ampliar e garantir mais confiabilidade no acesso às informações e transformar a informática em ferramenta de inteligência capaz de facilitar o gerenciamento de um universo de atividades nas áreas de assistência, ensino e nas áreas administrativas. Um dos principais investimentos foi na capacidade instalada dos servidores de dados que concentram as informações da instituição, que antes se resumia em apenas um servidor e agora a partir do servidor central distribui-se o serviço de rede em pelo menos seis outros servidores: AD, Banco de Dados, Aplicação, Proxy e de Arquivo, além dos Servidores disponibilizado pelo fornecedor do novo Sistema de Gestão. Ampliamos dessa forma, para mais de 1 Terabyte a capacidade de armazenagem de dados, possibilitando maior velocidade e integração na comunicação e na transferência de dados entre os setores da instituição.

Com esta ampliação a instituição passou a dispor de maior área de armazenagem dos dados de laudo do Laboratório de Análises Clínicas, Radiologia, Radioterapia, Quimioterapia entre outros setores/serviços, além de aumentar a área disponível na rede para gravação dos documentos institucionais. Estamos atualmente implantando uma reestruturação total da nossa rede de dados disponibilizando a princípio 620 pontos de rede.

Como previsto no Plano Diretor, os investimentos em TI é uma das áreas contempladas como prioridade, onde a direção do HUPAA, investiu fortemente na reestruturação da rede lógica e na aquisição de um sistema de gestão hospitalar totalmente integrado para dinamizar e otimizar as decisões gerenciais.

Neste ano de 2011, renovamos todos os contratos de comodatos dos computadores, e impressoras e conseguimos em função de aditivos incrementar mais impressoras para atender a Setores estratégicos da assistência, como o SAME, Laboratório, Centro Cirúrgico e CACON. Este último setor teve todos os seus recursos de Microcomputador renovados para atender as demandas no novo sistema de gestão.

Implantamos o novo *layout* da nossa estrutura física, com sala para os servidores de dados, recepção e suporte ao usuário, desenvolvimento, gerência do NTI e uma copa. Dessa forma acredita-se que a política dos recursos de informática está sendo implementada corretamente, influenciando decisivamente para que o HUPAA, tenha um crescimento na área tecnológica que venha atender as expectativas dos diretores, funcionários, usuários e público em geral.

Nesse sentido, o NTI vem trabalhando no sentido de sempre oferecer novas tecnologias com o intuito de facilitar as decisões da gestão da instituição.

(1) Planejamento da área de tecnologia da informação

O NTI elaborou seu planejamento de 2010 a 2012 com base no Plano Diretor aprovado em maio de 2010 do HUPAA. A seguir são apresentadas as principais ações presentes em seu planejamento de 2010 com percentual de realização:

- Desenvolvimento e estabilização dos sistemas atualmente em uso no HUPAA (percentual realizado: 80%);
- Aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho em TI (percentual realizado: 50%);
- Padronização e gerenciamento dos sites e portais institucionais da UFAL (percentual realizado: 80%);
- Padronização dos processos de compra em informática (percentual realizado: 60%);
- Melhoria da infraestrutura para estabilização dos processos de TI no HUPAA (percentual realizado: 60%);

- Melhoria do atendimento ao usuário nos processos de TI no HUPAA (percentual realizado: 80%) e melhoria, ampliação e estabilização dos serviços de rede (percentual realizado: 60%).

(2) Perfil do RH envolvido

Todos os avanços tecnológicos da instituição são acompanhados e gerenciados pelo NTI que conta hoje com 11 funcionários, sendo 1(um) do quadro efetivo 3(três) da FUNDEPES, 6(seis) terceirizados e 1(um) bolsista, conforme detalhamento apresentado abaixo:

Quadro 56 - Quantitativo de servidores de TI por cargos

Cargo	Quantidade
Assistente em administração	01
Técnico em Tecnologia da Informação	05
Analista de Tecnologia da Informação	05
Total	11

Fonte: NTI

Os funcionários da TI oferecem suporte a todos os usuários, atuando fortemente no suporte ao usuário final, com treinamentos, instalação, desenvolvimento e manutenção de programas, além de suporte de rede e avaliação de defeitos técnicos de *hardware*.

Quadro 57 - Quantitativo de servidores de TI por titulação

Titulação	Quantidade
Ensino Médio	02
Graduação em andamento	01
Graduação	08
Total	11

Fonte: NTI

(3) Segurança da informação

O NTI possui algumas políticas de segurança da informação, tais como:

- Política de utilização da rede de computadores. Existe uma política, oficialmente em vigor na Instituição, que regulamenta o uso do serviço da intranet do HUPAA, abrangendo serviços de controlador de domínio, servidor de arquivos e servidor de antivírus, onde são mencionados os direitos, deveres e penalidades previstas para eventuais transgressões;
- Política de e-mail institucional, que regulamenta o serviço abrangendo direitos e deveres dos usuários, eventuais penalidades, padrão dos endereços; e
- Racionalização do uso dos recursos de informática orientando ao usuário para não armazenar dados que não sejam do interesse exclusivo da instituição.

(4) Desenvolvimento e produção de sistemas

A área de desenvolvimento do NTI apresentou avanços em seus procedimentos como podem ser vistos abaixo: implantação da gestão de projeto, implantação de processo de desenvolvimento de *software*, desenvolvimento e implantação de novos sistemas: como novo Relatório de Frequência, Sistema de Captação de Dados para o faturamento dos serviços do Laboratório de Análises Clínicas, Novo sistema de controle de estoque dos Almoxarifados Geral e da Farmácia, Novo sistema de Agendamento do Centro Cirúrgico, Sistema para controle estatístico de internamento na Pediatria, Ampliação do escopo de IPs passando da categoria “C” para categoria “B”.

(5) Contratação e gestão de bens e serviços

Tendo em vista a necessidade de adequação do crescimento do Hospital com as demandas naturais que surgem no cotidiano, implementamos no exercício 2011, a contratação de um serviço especializado na área de Rede Lógica de Informática para reestruturar toda a rede atual existente no Hospital e também a contratação de um Sistema de Gestão Hospitalar totalmente integrado para uma melhor dinamicidade nas decisões gerenciais.

Em 2011 o NTI trabalhou junto a CPL, no sentido de prestar suporte relacionado às ações de pregões de equipamentos e serviços de TI para o HUPAA, assim, diversas atividades foram realizadas como elaboração de termos de referência de produtos e serviços, especificações de equipamentos, emissão de parecer técnico e auxílio nos pregões eletrônicos.

10. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DO GOVERNO FEDERAL (ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108 DE 24/11/2010)

Quadro 58 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador (em R\$)

Código da UG 1	150229	Limite de Utilização da UG	R\$100.000		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Duílio Cleto Marsiglia	154.016.264-87	30.000	0.000	500	500
Lindinalva Freitas da Silva	228.671.044-91	30.000	0.000	6.788	6.788
Mauro Apolinário de Araújo Júnior	846.749.624-04	40.000	0.000	13.535	13.535
Total utilizado pela UG			0.000	20.823	20.823

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

Quadro 59 - Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0.000	0.000	11	20.823	20.823
2010	0.000	0.000	18	26.339	26.339
2009	0.000	0.000	00	0.000	0.000

Fonte: Financeiro do HUPAA/SIAFI

11. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO (ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

Quadro 60 - Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	009 – Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – TI do HUPAA, bem como do estabelecimento de comitê de TI.
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Providenciar a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. TI do HUPAA, bem como o estabelecimento de um comitê de TI.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
HUPAA	
Síntese das providências adotadas	
O Núcleo de Tecnologia da Informação, desde o mês de setembro/2011, já está elaborando o plano estratégico de TI e o plano de segurança da informação.	
Síntese dos resultados obtidos	
O plano foi elaborado até o fim do exercício de 2011.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	010 – Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI).
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Providenciar a elaboração da Política de Segurança da Informação (PSI) da Unidade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
HUPAA	
Síntese das providências adotadas	
Conforme já explicitado na constatação 009, a elaboração da política de segurança da informação, desde setembro/2011, está sendo trabalhada pela área de TI. Este trabalho, entretanto, será precário face não existir na área de TI do HU servidores do quadro efetivo da UFAL, o que fragiliza uma política de segurança em TI.	
Síntese dos resultados obtidos	
O PSI foi elaborado até o fim do exercício de 2011.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

FONTE: AUDITORIA GERAL DA UFAL

Quadro 61 - Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Item do Relatório de Auditoria	029 – Insuficiências de informações quanto aos indicadores de gestão do HUPAA, relativas a sua fórmula de cálculo e aplicabilidade.
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1: Aperfeiçoar os indicadores de gestão do HUPAA, de forma poder traçar sua utilidade e mensurabilidade. Recomendação 2: Efetuar a aplicação e análise dos indicadores para fins de acompanhamento das ações institucionais, como forma a subsidiar o gestor em suas decisões gerenciais.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	HUPAA
Justificativas para o não atendimento	
O HU possui a coordenação de informação gerencial e a coordenação de desenvolvimento institucional, que juntos com a diretoria e assessores, tem realizado as análises dos indicadores institucionais e que no relatório de 2011 fará constar estes indicadores. A partir de 2012, provavelmente em março, o HU estará desenvolvendo outros indicadores em função do software de gestão hospitalar contratado.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Item do Relatório de Auditoria	011- Terceirizados desempenhando atividades de gestão de TI no HU e desempenho de atividades de gestão de TI por servidor e terceirizados que não possuem formação específica na área.
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Observar, quando da contratação de pessoal, a devida qualificação e formação específica para o desempenho das atividades de gestão de Tecnologia da Informação na unidade.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	HUPAA
Justificativas para o não atendimento	
Encontra-se em fase de elaboração termo de referencia e edital para contratação de uma empresa de TI para prestar serviços ao HU, como forma de resolver as deficiências da área de TI.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Item do Relatório de Auditoria	012 - Fragilidade nos controles relativos à área de contratos, comprometendo sua integridade.
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Aprimorar os controles internos da Unidade de forma a evitar a liquidação e o pagamento de despesas sem a devida comprovação documental, bem como as transferências de recursos sem amparo documental apropriado, que resguarde as atividades a serem executadas.
Justificativas da unidade interna responsável	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
HUPAA	
Justificativas para o não atendimento	
Todas as liquidações e pagamentos de despesas são com comprovação documental. No HU não é paga qualquer despesa sem que a documentação do processo esteja correta. Em relação à FUNDEPES, existe um contrato entre a UFAL e a referida fundação, cuja vigência é até 2012, conforme mencionado em relatório anterior. Informou-se ainda que foi elaborado outro contrato para substituir o existente entre UFAL e FUNDEPES, conforme sugestão da CGU, que está em análise na Procuradoria Federal.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Item do Relatório de Auditoria	005 – Contratação de pessoal por intermédio de Fundação de Apoio para exercício de atividades típicas da Unidade (Valor R\$ 6.181.000,00), repasses sem respaldo contratual e enquadramento inapropriado da modalidade de licitação.
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1: Evitar esforços junto ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão de forma a viabilizar a contratação de funcionários por concurso público. Recomendação 2: Observar os critérios de repasse de valores de forma a que os repasses tenham respaldo contratual. Recomendação 3: Efetuar o enquadramento apropriado da modalidade de licitação no SIAFI.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
HUPAA	
Justificativas para o não atendimento	
Todos os anos a Universidade envia ofícios e realiza gestões junto do MEC para a contratação através de concurso público. Entretanto, o MEC alega que o MPOG não autoriza os concursos. Independente deste fato existe um acordo entre Governo Federal e TCU para até dezembro de 2012 ser dado uma solução para os funcionários das fundações de apoio. Existe contrato entre UFAL e FUNDEPES em vigor, cuja validade é até dezembro/2012, que respalda os pagamentos das faturas à FUNDEPES. Neste momento, existe uma minuta de contrato diretamente entre HU e FUNDEPES sendo analisado pela Procuradoria Federal. Quanto ao enquadramento inapropriado, o mesmo já foi corrigido desde agosto/2011.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Item do Relatório de Auditoria	006 – Ausência de comprovação de 37,96% (R\$ 2.346.374,98) dos repasses efetuados para a FUNDEPES para contratação de pessoal para a Unidade.
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1: Providenciar a comprovação do montante de R\$ 2.346.374,98. Recomendação 2: Aprimorar o controle interno da Unidade de forma a cessar a liquidação de despesas sem a devida comprovação documental. Recomendação 3: Providenciar o recolhimento ao erário do montante que não for comprovado. Recomendação 4: Apurar a responsabilidade dos agentes que deram causa ao pagamento de valores sem respaldo documental e não comprovados.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

HUPAA	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O valor de R\$ 2.346.374,98 está em contas específicas da FUNDEPES e tem como objetivo fazer reserva trabalhista de todos os funcionários contratados através da fundação, do 13º salário dos funcionários que trabalham no HU e do salário de janeiro do ano subsequente que por questões orçamentárias necessitam ser transferidos à fundação no ano anterior, ou seja, 2010, e assim também será referente ao ano de 2011. Além das reservas mencionadas, fazem parte desse montante pagamento de bolsa estágio, vale transporte e FGTS, documentos estes que, percebemos não constaram, à época, da planilha elaborada pelos auditores da CGU.</p> <p>Já foi solicitado à FUNDEPES prestação de contas mensal referente a todos os valores pagos à referida fundação, bem como, o próprio hospital está criando mecanismos mais claros de controles para que nas próximas auditorias as observações e análises dos auditores sejam facilitadas.</p> <p>Não existe liquidação de despesas sem a devida comprovação documental no HU. Todos os valores pagos à FUNDEPES têm seus destinos em contas específicas e com objetivos claros. Entendemos que ainda não está comprovada a existência de pagamentos sem respaldo legal e não comprovados.</p>	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108934
Item do Relatório de Auditoria	019 – Deficiência no quantitativo referente à força de trabalho.
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	HUPAA
Descrição da Recomendação	Desenvolver ações que permitam a reposição de pessoal, utilizando-se de instrumentos e metas para a redução da defasagem entre o quantitativo e o perfil atual e o desejado, com estimativa de custos e cronograma de implementação.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	HUPAA
Justificativas para o não atendimento	
<p>O HU espera que a criação da empresa pública pelo Governo Federal resolva estas questões de contratações necessárias para reposição de pessoal. Enquanto isso, a UFAL estará realizando concurso público para as vagas ocorridas a partir de agosto/2011.</p>	

Fonte: Auditoria Geral da UFAL

12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE (ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 de 24/11/2010)

- **CERTIFICAÇÃO** – Publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 2.278 do Ministério da Saúde certificando o HUPAA como hospital de ensino. A certificação tem validade de dois anos e impõe o cumprimento de critérios que atestam, entre outros pontos, que o hospital serve como campo para a prática de atividades curriculares a área da saúde, além de representar o reconhecimento da unidade como estratégica para o SUS.
- **REFERÊNCIA** – O HUPAA é instituído referência no Estado para tratar pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). A Comissão Intergestora Bipartite de Alagoas aprovou a Resolução nº 082, que adotou o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a DPOC em todo o Estado, projeto criado por profissionais do hospital. Também foi aprovada a adoção, pela rede pública de saúde, do Programa de Atendimento ao Doente Obstrutivo Crônico (Padoc), que funcionará no HUPAA com assistência integral a esses usuários, o que incluirá exames de diagnóstico, como a espirometria; tratamento medicamentoso e reabilitação pulmonar.
- **CRIAÇÃO DO NEP** – Criado em setembro de 2010 para atender a Portaria 198/04 do Ministério da Saúde e promover a incorporação do processo de aprendizagem no dia a dia dos trabalhadores do setor da saúde, o Núcleo de Educação Permanente (NEP) também tem como missão ajudar o HUPAA alcançar sua Visão Estratégica para 2014: a de ser um hospital de referência regional em formação prática profissional, em assistência de média e alta complexidade e na produção do conhecimento. Em seu primeiro ano de vida o NEP desenvolveu uma pesquisa sobre a qualidade do ensino e da assistência no HUPAA e promoveu várias ações de Educação Permanente em todo o hospital, entre elas: cursos, palestras, rodas de conversa e estudos de caso que contaram com cerca de 800 participantes, em mais 400 horas de intenso compartilhamento de conhecimentos.
- **SISTEMA DE INFORMAÇÃO NUTRICIONAL** – Pioneiro em Alagoas, o Sistema de Informação Nutricional (SIN) foi implantado no HUPAA em 2011 e começa a mudar um dos índices agravantes da saúde pública no Brasil: a desnutrição hospitalar. O SIN, que foi instituído inicialmente na Clínica Cirúrgica, é de autoria da professora Adriana Firmino, da Faculdade de Nutrição, e está sendo executado pela docente com as acadêmicas Juliana Mara e Giovanna Benetti. Com a implantação do programa, o HUPAA passou a fazer um levantamento sobre o estado nutricional dos pacientes que dão entrada para realização de cirurgias. Desta forma, a equipe multiprofissional pode saber se o paciente está em risco ou já se encontra desnutrido para que, em tempo hábil, haja uma intervenção com suplementos nutricionais a fim de evitar a regressão no quadro clínico. Este acompanhamento é favorável à recuperação do paciente, que, bem nutrido, tem o tempo de internação reduzido, assim como também favorece o hospital, que reduz os custos com o tratamento do interno e possibilita maior rotatividade nos leitos.
- **RADIOLOGIA** – Garantidos pelo Ministério da Educação e Cultura, os equipamentos que permitirão a modernização tecnológica do setor de Radiologia do HUPAA já foram recebidos e a reforma do espaço físico também já está adiantada. Já foram recebidos o tomógrafo multislice 64 canais e os aparelhos de raios-X telecomandado e dois portáteis. O montante geral dos equipamentos foi da ordem de **R\$ 3.373.582,00**, através do Pregão 17/2011 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além da reforma, orçada em R\$ 200 mil, também garantida pelo MEC. Com a modernização, o Setor de Radiologia passará a ser um dos mais modernos e funcionais da instituição, com salas exclusivas para exames, recepções, enfermarias e salas de digitalização. Espera-se que nas modalidades de raio-X, ultrassonografia e tomografia haja um crescimento aproximado de 20%. Em relação à ressonância acredita-se que, quando a obra for concluída e o equipamento estiver devidamente instalado e em pleno funcionamento, porém, com a

carência de pessoal, poderemos fazer uma oferta de cerca de 6 (seis) exames por dia, totalizando aproximadamente 130 (cento e trinta) exames mensais, conforme previsto no Termo de Compromisso (Anexo A). Em novembro de 2011 o HUPAA assinou um termo de compromisso com os Ministérios da Educação e da Saúde, juntamente com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde. Este termo visa a ampliação de 35 leitos.

- **NE FROLOGIA** – O Centro Integrado de Nefrologia oferece tratamento dialítico, consultas ambulatoriais, exames, confecção de fistula e assistência complementar multidisciplinar. Em outubro implantou mais um turno de hemodiálise para os pacientes em tratamento no hospital. A oferta do procedimento é ampliada para atender à demanda interna, graças à contratação de mais profissionais especializados. O Centro é um dos setores que compõem o Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) no hospital e oferece, além da diálise, consultas ambulatoriais, exames, confecção de fistula e assistência complementar multidisciplinar. O serviço funciona em dois turnos, de segunda-feira a sábado, com seis poltronas de hemodiálise, totalizando uma capacidade operacional de atendimento de 3.456 sessões/ano. Este Termo visa à ampliação do Serviço de Nefroterapia Substitutiva com a aquisição de novas máquinas de hemodiálise, sendo 6 (seis) para substituição das atuais e 04 (quatro) para ampliação do serviço, totalizando 10 (dez) máquinas. Esta aquisição depende de recursos financeiros do Ministério da Educação. O HUPAA se propõe, a partir desta aquisição, a ampliar sua capacidade operacional para 6.912 sessões/ano de tratamento clínico e dialítico a pacientes usuários do SUS procedentes das unidades referenciadas do Estado.
- **NOVO AMBULATÓRIO** – O HUPAA implanta o primeiro e único Ambulatório de Uroginecologia da rede pública de saúde no Estado, vinculado ao departamento de Ginecologia e Urologia do hospital. O serviço recebe pacientes encaminhados por profissionais de qualquer especialidade médica e oferece os procedimentos de consulta, exames para diagnóstico e tratamento das patologias da área, inclusive cirúrgico, para correção da incontinência urinária e prolapso genitais, que apresentam grande incidência entre as brasileiras.
- **GESTÃO PARA RESULTADOS** – A consultoria da Cymo apresentou o projeto de acompanhamento das metas estabelecidas pelos diversos setores do hospital, apresentando o software Procymo, o qual dará suporte necessário ao hospital na definição de metas e planos, na comparação entre o resultado previsto e o real, na identificação de desvios, na implantação de ações corretivas e acompanhamento da execução das ações para cumprimento das metas do HUPAA, definidas no planejamento estratégico.
- **DIAGNÓSTICO PRECOCE DE AUTISMO** – O HUPAA iniciou este ano um projeto piloto no país para diagnóstico precoce de autismo. No Brasil, a pesquisa Preaut tem parceira com o Programa Recherche Evaluation Austime. O Hospital concorreu com instituições de outros oito estados e foi considerado pelos coordenadores do projeto o mais preparado para desenvolver a pesquisa, o qual pretende capacitar pediatras e médicos da primeira infância, visando identificar nesses pacientes os sinais de perturbação precoces do autismo.
- **AMPLIAÇÃO** – O Laboratório de Função Pulmonar ampliou a oferta do exame de espirometria para os usuários, considerado essencial para o manejo de pacientes com doenças pulmonares ou naqueles com fatores de risco de desenvolvimento de disfunção respiratória.
- **RESÍDUOS HOSPITALARES** – O SCIH em parceria com a Hotelaria Hospitalar iniciou uma campanha de orientação sobre o uso correto das lixeiras para os resíduos hospitalares no início do segundo semestre. O HU adquiriu com os recursos próprios, lixeiras com tampas e pedais para substituir as que não se encontravam com as normas da ANVISA.
- **CONTRATAÇÃO DE PESSOAL** - Temos a carência de pessoal como um fator que vem ocasionando prejuízos à qualidade e quantidade dos serviços prestados aos pacientes, ao

ensino, à pesquisa e à extensão. A partir de agosto de 2006 foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta – TAC celebrado com o Ministério Público em que os representantes da UFAL, Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES) e HUPAA assumiram o compromisso de não mais contratar pessoal pela Fundação. Como ficou estabelecido no período de carência solicitado e acordado com o gestor municipal, a abertura de novos leitos, como previstos nos itens 2, 3, 4, 5 e 6 do Termo de Compromisso (anexo A) está condicionada a recursos novos e a flexibilização do supracitado TAC. Estamos diligentemente pleiteando frente aos órgãos reguladores esta flexibilização. Os projetos descritos nos itens 4, 5 e 6, constituindo-se em serviços novos, também estão dependentes de equipamentos.

- **INDICADORES** – Segue em anexo os indicadores de estrutura e de qualidade. Anexo B.

13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108 de 24/11/2010)

Quadro 62 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes		150229	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Situação patrimonial (bens móveis e imóveis do permanente)</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Maceió	Data	06 de março de 2012
Contador Responsável	Rosana Cristina dos Santos	CRC n°	AL 0006916/0

ANEXO A – Termo de Compromisso

TERMO DE COMPROMISSO

Atendendo a Portaria Nº 2.267, de 20 de setembro de 2011/ MS, que estabelece recursos financeiros a ser destinados aos Hospitais Universitários Federais, vem pelo presente Termo, **de um lado a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, representada pelo Sr. ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE, Secretário Municipal de Saúde, e do outro o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, representado por Dr. PAULO LUIZ TEIXEIRA CAVALCANTE, Diretor Geral, resolvem firmar o presente Termo de Compromisso referente à assistência prestada ao Sistema Único de Saúde, com as seguintes diretrizes:**

COMPETE AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES:

1. Disponibilizar a abertura de 35 (trinta e cinco) novos leitos, conforme projetos dos referidos itens 2, 3, 4, 5 e 6;
2. Disponibilizar 18 (dezoito) novos leitos para o CACON, sendo 12 (doze) na Clínica Médica e 06 (seis) na Clínica Cirúrgica;
3. Disponibilizar 02 (dois) novos leitos na Clínica Médica para a Nefrologia;
4. Criar o Serviço de Radiologia Intervencionista com 03 (seis) novos leitos;
5. Criar o Serviço de UTI Pediátrica com 06 (seis) novos leitos;
6. Criar o Serviço de Mãe-canguru com 06 (seis) novos leitos;
7. Ampliar a produção do Serviço de Nefroterapia Substitutiva, com aquisição de 14 (quatorze) máquinas de hemodiálise;
8. Aumentar a produção geral média mensal da média complexidade em 10% (dez por cento) em relação ao ano de 2011;
9. Aumentar a disponibilidade mensal de exames de imagem em 20% (vinte por cento), nas modalidades raios-X, ultrassonografia e tomografia computadorizada;
10. Ofertar 300 exames/mês de ressonância magnética;
11. Atender 80% (oitenta por cento) das metas contratualizadas;
12. Realizar a gestão da emergência em obstetrícia integrada a Secretaria Municipal de Saúde;
13. Implantar fluxos de referência e contra-referência definidos pelo gestor;
14. Fazer a contra-referência por encaminhamento responsável para outras unidades;



15. Manter e fortalecer a Ouvidoria;
16. Garantir a presença do acompanhante no pré-parto;
17. Desenvolver e implantar protocolos e diretrizes clínicas;
18. Realizar monitoramento sistemático de indicadores de gestão clínica, administrativa, financeira e das atividades de ensino previstos na contratualização;
19. Desenvolver programa de educação continuada para os profissionais da instituição;
20. Participar ativamente da estratégia de Telessaúde no estado de Alagoas.

Os projetos referentes aos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 estão em anexo.

COMPETE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACEIÓ:

1. Dar uma carência máxima de 12 (doze) meses ao hospital para o cumprimento dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8;
2. Dar uma carência máxima de 06 (seis) meses para o cumprimento dos itens 9 e 10;
3. Processar toda a produção SUS do hospital no mês de competência e reconhecer a produção passada não registrada;
4. Reconhecer o hospital como referência em urgência/emergência em obstetrícia e UTI neonatal;
5. Reconhecer o hospital como referência em Gestante de Alto risco;
6. Reconhecer e credenciar o aumento dos 35 (trinta e cinco) novos leitos;
7. Agendar os exames de imagem contratados adicionalmente;
8. Repassar ao hospital na modalidade orçamentação com valores pré-fixados a produção da média complexidade dos procedimentos da tabela SIGTAP;
9. Pagar o hospital por produção os procedimentos de Alta Complexidade e FAEC;
10. Programar a alocação dos recursos financeiros quando da implantação dos novos projetos;
11. Os valores estipulados no presente termo serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo MS, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento contratual;
12. Adquirir, juntamente com a Secretaria Estadual de Saúde e o HUPAA os equipamentos necessários a implantação dos Projetos em anexo;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

13. Reconhecer que a ativação de novos leitos e implantação dos novos projetos está condicionada a recursos novos e a flexibilização do Termo de Ajuste e Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Universidade Federal de Alagoas quanto a possibilidade de contratação de pessoal.

Vigência:

Este Termo de Compromisso vigorará até a data da assinatura do Contrato a ser firmado entre as partes.

E por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Compromisso.

Maceió-AL, 3 de novembro de 2011.



ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Secretário Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde de Maceió



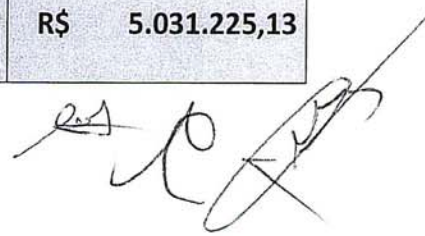
ALEXANDRE DE MELO TOLEDO
Secretário Estadual de Saúde
Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas



PAULO LUIZ TEIXEIRA CAVALCANTE
Diretor Geral
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO ANTUNES

ANEXO:**PLANILHA DE CUSTOS**

DESCRIÇÃO	PESSOAL / gasto mensal	EQUIPAMENTOS	TOTAL POR PROJETO
PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE 23 LEITOS NAS CLÍNICAS MÉDICA E PEDIÁTRICA	R\$ 40.427,44	R\$ 118.713,37	R\$ 159.140,81
PROJETO 06 LEITOS DA UTIL PEDIÁTRICA	R\$ 120.115,95	R\$ 1.630.622,00	R\$ 1.750.737,95
PROJETO 06 LEITOS MÃE CANGURU	R\$ 82.207,28	R\$ 29.934,66	R\$ 112.141,94
PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA	R\$ 53.483,44	R\$ 2.257.672,96	R\$ 2.311.156,40
PROJETO DE RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DE NEFROLOGIA - 14 MÁQUINAS DE HEMODIÁLISE	R\$ 34.496,03	R\$ 663.552,00	R\$ 698.048,03
TOTAL GASTO	R\$ 330.730,14	R\$ 4.700.494,99	R\$ 5.031.225,13



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO ANTUNES - HUPAA / UFAL

TERMO DE COMPROMISSO

PLANILHA DE PESSOAL

CARGO	Carga Horária	PROJETOS					TOTAL PESSOAL	SALÁRIO	GASTO MENSAL COM PESSOAL
		Abertura de 06 leitos para o novo serviço de UTI Pediátrica	AMPLIAÇÃO DOS 23 LEITOS DAS CLÍNICAS MÉDICA (Divididos nos serviços de Nefrologia e CACON) E CIRÚRGICA (Divididos nos serviços de Rx. Intervencionista e CACON)	Abertura de 06 leitos para o novo Serviço de Mãe-canguru	Criação do serviço de RX. Intervencionista	Ampliação do serviço de Nefroterapia Substitutiva com aquisição de 14 máquinas de hemodiálise			
Assistente administrativo	40	1			4		5	R\$ 598,03	R\$ 2.990,15
Assistentes sociais	30	4		2			6	R\$ 2.307,83	R\$ 13.846,98
Auxiliar de nutrição	30	2					2	R\$ 572,00	R\$ 1.144,00
Enfermeiro	30	7	8	7	2	1	25	R\$ 2.307,83	R\$ 57.695,75
Enfermeiro especialista	30				2		2	R\$ 2.307,83	R\$ 4.615,66
Faturista	40				1		1	R\$ 686,40	R\$ 686,40
Fisioterapeuta	30	2		2			4	R\$ 2.307,83	R\$ 9.231,32
Fisioterapeuta Respiratório	30	8					8	R\$ 2.307,83	R\$ 18.462,64
Fonoaudiólogo	30	2		2			4	R\$ 2.045,00	R\$ 8.180,00
Instrumentador cirúrgico	30				1		1	R\$ 686,40	R\$ 686,40
Médico anestesista	24				2		2	R\$ 3.899,00	R\$ 7.798,00
Médico cardiologista intervencionista	24				2		2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00
Médico cirurgião cabeça e pescoço	24					1	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Médico cirurgião cardíaco	24				1		1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Médico cirurgião vascular	24				1	2	3	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00
Médico nefrologista especialista em transplante	24					1	1	R\$ 3.899,00	R\$ 3.899,00
Médico neonatologista	24			2			2	R\$ 5.150,00	R\$ 10.300,00
Médico obstetra	24			2			2	R\$ 4.620,00	R\$ 9.240,00
Médico oftalmologista	24			1			1	R\$ 3.550,00	R\$ 3.550,00
Médico pediatra	24	10		2			12	R\$ 3.899,00	R\$ 46.788,00
Médico radiologista Intervencionista	24				2		2	R\$ 3.268,78	R\$ 6.537,56
Médico urologista	24					2	2	R\$ 3.899,00	R\$ 7.798,00
Nutricionista	30	2		2			4	R\$ 2.307,83	R\$ 9.231,32
Pedagogo hospitalar	30	1					1	R\$ 2.489,37	R\$ 2.489,37
Perfusionista	30				1		1	R\$ 1.226,04	R\$ 1.226,04
Psicólogo	30	2		3			5	R\$ 2.307,83	R\$ 11.539,15
Técnico em enfermagem	30	17	32	10	4	8	71	R\$ 686,40	R\$ 48.734,40
Técnico em radiologia	24				2		2	R\$ 1.090,00	R\$ 2.180,00
Terapeuta ocupacional	30	2		2			4	R\$ 1.720,00	R\$ 6.880,00
TOTAL		60	40	37	25	15	177		R\$ 330.730,14

ANEXO B – Indicadores do HUPAA

INDICADORES DE ESTRUTURA

INDICADORES	CLÍNICA	JAN/11	FEV/11	MAR/11	ABR/11	MAI/11	JUN/11	JUL/11	AGO/11	SET/11	OUT/11	NOV/11	DEZ/11	TOTAL
Taxa de ocupação por clínica	Cl. Obstétrica	84%	70%	82%	76%	68%	53%	76%	84%	73%	79%	79%	69%	74%
	Cl. Cirúrgica	63%	91%	69%	67%	83%	66%	52%	65%	70%	61%	69%	63%	68%
	Cirurgia Ginecológica	-	-	-	-	-	57%	41%	51%	51%	72%	55%	52%	56%
	Neurocirurgia	-	-	-	-	-	46%	74%	64%	79%	80%	85%	67%	69%
	Cl. Médica	89%	72%	88%	40%	65%	47%	83%	71%	68%	74%	73%	55%	69%
	Cl. Pediátrica	49%	43%	61%	30%	57%	46%	62%	62%	63%	71%	77%	72%	58%
	Cirurgia Pediátrica	-	-	-	-	-	39%	64%	65%	51%	29%	31%	23%	43%
	UTI Neonatal	139%	25%	88%	76%	95%	81%	73%	71%	65%	71%	77%	72%	78%
	UCI Neonatal	35%	11%	35%	51%	97%	77%	76%	64%	65%	58%	75%	63%	59%
	UTI Geral	77%	84%	55%	34%	36%	35%	60%	47%	60%	74%	63%	32%	55%

Fonte: Dados referentes ao 1º Quadrimestre - Relatório Produção Assistencial SUS /Gestão Assistencial - REHUF/SIMEC/MEC - <http://simec.mec.gov.br/>
 Dados referentes aos 2º e 3º Quadrimestre – Sistema de Gestão do HUPAA (Procymo)

OBS: A partir do mês de Junho/2011 com a implantação do sistema Gestão do HUPAA (Procymo), as informações referentes à Taxa de ocupação da Cirurgia Ginecológica, Neurocirurgia e Cirurgia Pediátrica foram desmembradas da Cirurgia Geral e passaram a ser calculadas separadamente.

Relatório de Gestão 2010 - 86

INDICADORES DE QUALIDADE

INDICADORES	CLÍNICA	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11	Nov/11	Dez/11	MÉDIA
Média de Permanência por Clínica	Cl. Médica	14,8	15,1	15,6	9,9	11,2	7,1	6,7	9,3	9,7	8,6	7,2	9,3	14,8
	Cl. Cirúrgica	7,1	6,4	5,1	5,0	3,3	3,8	3,1	1,3	6,0	5,5	4,4	4,0	7,1
	Cl. Pediátrica	7,7	6,0	9,7	4,9	5,7	4,1	5,6	3,6	5,2	7,9	6,1	10,5	7,7
	Cl. Obstétrica	5,3	8,1	3,5	4,1	5,1	4,6	1,5	3,8	4,6	5,8	5,2	3,8	5,3
	UTI Adulto	7,5	8,8	4,6	4,3	7,2	3,8	9,0	3,1	3,8	6,0	3,8	4,6	7,5
	UTI Neonatal	9,2	11,8	8,8	10,9	6,2	4,0	6,3	5,6	6,8	6,2	6,6	5,7	9,2
	UCI Neonatal	8,2	9,9	8,0	9,9	9,2	5,2	7,1	4,1	4,8	5,9	7,3	8,4	8,2
Tx. de Produtividade Hospitalar	Cl. Médica	51.406	41.486	50.787	29.340	39.019	21.520	23.303	58.297	58.410	68.335	59.180	71.587	51.406
	Cl. Cirúrgica	85.935	123.950	94.648	73.040	79.968	72.273	46.906	32.465	140.920	119.894	99.493	73.419	85.935
	Cl. Pediátrica	21.813	18.750	27.029	13.090	10.026	10.360	19.239	13.752	14.503	25.935	20.467	12.548	21.813
	Cl. Obstétrica	147.813	124.350	68.852	17.150	185.071	161.700	31.026	149.981	208.640	244.955	213.920	128.361	147.813
	UTI Adulto	2.768	3.021	3.535	2.187	4.671	2.853	5.600	2.555	1.900	3.484	3.433	2.935	2.768
	UTI Neonatal	13.948	2.529	8.800	7.630	8.581	4.933	7.935	8.129	15.990	11.406	15.730	9.855	13.948
	UCI Neonatal	12.565	4.031	4.258	6.171	26.477	17.733	23.106	14.832	14.187	22.861	30.527	28.868	12.565
	Total	2.122.5	1.696.222	1.873.251	973.858	2.340.643	1.445.2	1.436.1	1.754.6	2.308.9	2.670.7	2.394.9	2.198.6	2.122.6

Fonte: Relatório Produção Assistencial SUS /Gestão Assistencial - REHUF/SIMEC/MEC - <http://simec.mec.gov.br/>

OBS: A média de permanência foi calculada de acordo com a fórmula disponibilizada pelo sistema REHUF/MEC

Fórmulas: Média de Permanência = [Nº Total de Dias/Ano (Internações)] / [Nº Internações SUS]

Taxa de Produtividade Hospitalar=[Nº de Internações Ano x Média de Permanência x Nº de leito x 100]/ 365 dias/Ano.